MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 262.2022.DEAC.0916398.2022.001718

A Sua Excelência, o Senhor

Doutor **GEORGE PESTANA VIEIRA**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: **Aprovação de TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2022.DEAC.0758272.2022.001718**

Senhor Subprocurador-Geral,

Cumprimento Vossa Excelência, solicito aprovação do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2022.DEAC.0758272.2022.001718 cujo obeto trata da Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo**,** com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento e de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 14/10/2022, às 16:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0916398** e o código CRC **EF3E1263**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2022.DEAC.0758272.2022.001718

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento e de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Justifica-se a contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, garantindo a integridade de equipamento, sistemas e pessoas deste *Parquet.*

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1 Os serviços objetos deste Termo devem ser adquiridos em conformidade com os quantitativos e especificações descritas no plano de manutenção (Item 4):

2.2 Os produtos utilizados devem ser industrializados, novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, acompanhado de guias e manuais de utilização e garantias, sob pena de ser recusado seu recebimento.

2.3 Início dos serviços a serem prestados: Imediatamente após a assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.

2.4 Duração prevista para o fornecimento e/ou serviços deste contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.

3. Dos serviços de Manutenção

3.1 Manutenção Preventiva:

3.1.1 Definição: Entende-se por manutenção preventiva, como sendo toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos.

3.1.2 As manutenções preventivas serão realizadas no equipamento objeto deste contrato, conforme procedimentos e roteiros indicados pelo fabricante, seguindo rigorosamente cronograma acordado com a Fiscalização.

3.1.3 A manutenção preventiva engloba todas as partes visíveis dos equipamentos, sem que haja a necessidade do seu desmonte. Sendo necessária a retirada de peças e/ou equipamentos para

a manutenção preventiva, o prestador de serviços deverá cumprir as instruções do fabricante.

3.1.4 As manutenções preventivas deverão ser realizadas em dias úteis de segunda a sexta-feira de 8:00h as 14:00h.

3.1.5 Deverão ser apresentados cronogramas de manutenção identificando: o componente de cada sistema, data, tempo previsto para execução das preventivas, roteiros com parâmetros e procedimentos operacionais de manutenção preventiva e modelo de relatório de manutenção preventiva dos equipamentos constantes no contrato, de acordo com as definições do manual do fabricante dos equipamentos.

3.1.6 Deverão estar incluídos todos as peças de desgaste (filtros, correias, óleos, líquidos aditivos, baterias e sensores) e os testes de parâmetros e segurança necessários para os equipamentos.

3.1.6.1 A CONTRATADA deverá manter os equipamentos de medição dos parâmetros sempre aferidos e calibrados, e quando necessário apresentar o certificados de calibração dos equipamentos.

3.1.7 Caso não seja possível realizar a manutenção preventiva do equipamento, conforme o cronograma acordado com o DEAC, será aplicado no valor mensal um desconto proporcional ao valor pago, conforme segue:

N – Número de preventivas programadas que não foram executadas;
VR – Valor da manutenção do equipamento;
D – Desconto na parcela do mês corrente;
D = 20% X ((N1xVR1)+(N2xVR2)+...)

3.1.7.1 No caso de atrasos na entrega de peças e/ou equipamentos em manutenção preventiva ou corretiva não justificada, será aplicada a multa sobre de 0,03% (conforme previsto na Lei nº 8666/93) do valor mensal da parcela, por dia de atraso para cada peça e ou equipamento.

3.1.8 A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico mensal de serviço do equipamento com informações sobre as manutenções preventivas realizadas.

OBS: A empresa deverá adotar todos os padrões de segurança ao realizar a manutenção dos equipamentos e usar procedimentos necessários para o bom andamento e segurança do serviço. Qualquer ocorrência, acarretando defeitos provenientes da imperícia do prestador ficará a cargo do mesmo, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

3.2. Manutenção Corretiva:

3.2.1 Definição: É o conjunto de serviços executados nos equipamentos com falha, a Manutenção consiste em substituir peças ou componentes que se desgastaram ou falharam e que levaram a máquina ou o equipamento a uma parada, por falha ou pane em um ou mais componentes.

3.2.2 As manutenções corretivas deverão ser realizadas de segunda a domingo, em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.2.1 O prazo para atendimento será de até 02 (duas) horas após comunicação via e-mail ou fax ou telefone.

3.2.2.2 A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, diversos acessos de comunicação como: telefone fixo, fax, celular, e-mail, ou qualquer outra modalidade para intercomunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, com o nome do respectivo técnico para assistência, incluindo para os casos de sobre aviso.

3.2.2.3 A empresa CONTRATADA deverá fornecer um contato (plantão) para atendimentos de urgência em até 02 (duas) horas nos sábados, domingos e feriados, sendo que o atendimento deverá ser em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.3 O prazo para diagnostico será de até 01 hora, após a chegada do técnico nas dependências desta PGJ. Neste prazo estão contempladas as seguintes etapas: diagnóstico técnico, descrição da falha, tipo de reparo, aferição, testes funcionais e liberação para utilização.

3.2.3.1 Ocorrendo avarias/desgastes dos equipamentos, cuja recuperação seja longa, fazendo-se necessário substituir peças danificadas ou consertá-las fora das instalações desta unidade de saúde, as mesmas deverão ser levadas pela empresa CONTRATADA, retornando dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas. O prestador de serviços deverá devolver a peça substituída ao CONTRATANTE.

3.2.3.2 No caso de substituição de peças, a empresa CONTRATADA deverá colocar o equipamento em perfeita condição de desempenho e segurança conforme previsto no manual técnico do fabricante. A empresa CONTRATADA ficará na obrigação de registrar todas as peças utilizadas no equipamento sob contrato e enviar mensalmente um histórico (relatório) da relação de peças substituídas para o Setor de Engenharia de Manutenção.

3.3 Para as manutenções corretivas não há limite de número de visitas, devendo ser realizadas tantas quanto forem necessárias, conforme a demanda e sinistros ocorridos.

3.4 Todos os serviços de manutenção preventiva e ou corretiva, e deverão ser registrado em Ordem de Serviço, sendo que uma cópia deverá ser entregue para o DEAC e deverá ser atestada pelo fiscal designado do contrato.

3.4.1 A Ordem de Serviço deverá conter todos os dados do equipamento, serviços executados e assinatura do técnico responsável.

3.4.2 A Ordem de Serviço também deverá ser assinada pelo DEAC, atestando a execução dos serviços.

3.4.3 A CONTRATADA deverá anotar na ordem de serviço sempre, principalmente nos casos de urgência o motivo da chamada, registrar as ocorrências durante a execução dos serviços, cientificando o CONTRATANTE.

3.4.4 A empresa CONTRATADA deverá realizar o check-list, em formulário próprio da empresa, constando no campo as apurações técnicas, estando estas regulares ou não.

3.5 A CONTRATADA só poderá realizar testes de funcionamento dos equipamentos na presença da fiscalização da CONTRATANTE.

3.6 Os valores correspondentes a fretes para a locomoção dos equipamentos, bem como dos materiais contemplados no contrato, necessários para a execução dos serviços, e impostos correrão por conta da empresa CONTRATADA.

3.7 Do fornecimento de peças

3.7.1 As peças de reposição e os acessórios cobertos pelo contrato serão as relacionada no anexo II e deverão ser fornecidas pela empresa CONTRATADA.

3.7.1.1 A empresa Contratada deverá fornecer todas as peças e os acessórios necessários para o devido funcionamento do equipamento constante neste Termo de Referência.

3.7.1.2 Peças e os acessórios que não sejam contempladas pelo contrato deverão ser fornecidos pela contratada mediante apresentação de três propostas comerciais cabendo a Contratante escolher e aprovar o fornecedor. A Contratante independente do Contratado poderá buscar outros fornecedores a sua conveniência.

3.7.2 Todas as peças necessárias para a execução das manutenções preventivas deverão ser apresentadas ao DEAC com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas em relação do cronograma acordado e deverão estar previstas no *check-list* e procedimento operacional para a execução das manutenções preventivas.

3.7.2.1 Todas as peças deverão ser novas e originais ou com a comprovação das mesmas características técnicas que aquelas definidas pelos fabricantes. As peças de reposição utilizadas deverão ser da mais alta qualidade e adquiridas diretamente dos fabricantes.

3.7.3 Todos os acessórios, peças e insumos necessários para as manutenções deverão ser custeados pela CONTRATADA, fazendo parte da manutenção preventiva e/ou corretiva, sendo devolvidos à CONTRATANTE todos os itens que forem substituídos.

3.7.3.1 Todas as peças fornecidas deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Para o fornecimento de peças e acessórios não contemplados no contrato, a empresa Contratada deverá emitir nota fiscal das mesmas.

4. DO PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

4.1 A empresa CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE o **Plano de Manutenção Preventiva Anual** do equipamento listado neste Termo de Referência no prazo máximo de 10 (Dez) dias, após assinatura do Contrato. O Plano de Manutenção Preventiva Anual deverá conter calendário das rotinas de manutenções preventivas, com a planilha de execução dos serviços, durante o prazo de vigência do contrato.

4.1.1 Deverão ser entregues 02 (duas) vias originais do Plano de Manutenção Preventiva Anual a serem entregues ao Setor de Engenharia de Manutenção.

4.1.2 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar quadro com todas as informações necessárias (procedimentos, serviços, cronogramas, etc.) para garantir o correto desenvolvimento das atividades de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos listados neste Termo de Referência. O quadro deverá ser acessível aos funcionários da empresa CONTRATADA, dos órgãos fiscalizadores e do DEAC.

4.2 A empresa CONTRATADA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE, relatório circunstanciado dos serviços prestados em cada equipamento, mediante recibo, fazendo constar desse relatório, inclusive quais as peças foram substituídas e sua respectiva referência, os motivos de quebra apurados, os resultados de calibrações efetuadas, dentre outros.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

5.1 **No momento da assinatura do contrato**, entregar **declaração expressa** de que cumpre as exigências das normas regulamentadoras emanadas pela **Secretaria de Segurança e Saúde do**

Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, e que manterá essa condição **durante toda a vigência do contrato firmado**.

5.2 Encaminhar à FISCALIZAÇÃO, **antes do início da execução dos serviços**, a **relação nominal de todos os empregados** designados para prestar serviços nas instalações da CONTRATANTE, junto com:

a) Nome completo, função e cópia da carteira de identidade de cada funcionário;

b) Cópia da Certidão de registro no CREA, do responsável técnico pelos serviços;

5.2.1 A não apresentação dos dados especificados no acima poderá inviabilizar o acesso ao local de execução dos serviços.

5.2.2 A CONTRATADA deverá dar ciência prévia à FISCALIZAÇÃO de quaisquer alterações nas informações apresentadas, decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

5.3 Entregar, no prazo de **cinco dias úteis** contados da assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, a via destinada ao CONTRATANTE da(s) **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) em nome do responsável técnico pelos serviços,** devidamente registrada(s), nos termos da Lei nº 6.496/77.

5.4 Apresentar, **até 10 (dez) dias do início da execução dos serviços**, o **Plano de Manutenção, previamente aprovado pela Fiscalização da CONTRATANTE**, junto a respectiva **ART**.

5.5 Desenvolver todas as suas obrigações estipuladas neste Termo com esmero e perfeição, observando estreitamente suas especificações, as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação federal, estadual e municipal, se houver, e as últimas revisões das normas técnicas específicas, especialmente as normas da **ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas**, bem como outras normas correlatas, ainda que não explicitamente citadas neste documento.

5.5.1 Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam a melhor técnica preconizada para os serviços.

5.6 Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste Termo.

5.7 Responsabilizar-se por todas as **licenças e taxas** necessárias à execução dos serviços, inclusive as taxas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/AM referentes à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) pelos serviços executados.

5.8 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da CONTRATANTE.

5.9 Manter os sistemas auxiliar de energia (grupo gerador) em condições de **perfeito, ininterrupto e regular funcionamento**, através de pessoal treinado e especializado, bem como a **conservar devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços**.

5.10 Executar os serviços de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, eventuais necessidades de interrupção ou alteração no funcionamento dos equipamentos deverão ser previamente agendadas com a CONTRATANTE.

5.11 Fornecer mão de obra, equipamentos, peças e acessórios de reposição, ferramentas,

materiais de consumo, andaimes e equipamentos de segurança, sempre que preciso, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, visando à prestação integral, tempestiva e adequada dos serviços.

5.12 Em qualquer caso, **todas as despesas relativas à mão-de-obra e ferramental, serão integralmente cobertas pelo valor mensal** da manutenção preventiva e corretiva, **sem qualquer ônus adicional** para a CONTRATANTE.

5.13 Dar garantia total pelos serviços executados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, por um prazo **mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.

5.14 Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, transportar conforme determinado pela CONTRATANTE, às suas expensas, o objeto/serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas ou em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE.

5.14.1 Decorrido o prazo descrito no item acima sem o atendimento devido, fica a CONTRATANTE autorizada a **contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos**, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à **garantia** dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

5.15 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que executarão o objeto deste Termo, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.

5.16 Manter **quadro de pessoal** competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem-feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com as etapas do serviço, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.

5.17 Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à **segurança e medicina do trabalho**, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de **equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's** - adequados para cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.

5.18 Fornecer a seus empregados os **uniformes**, os quais deverão ser mantidos em bom estado e condições de higiene.

5.18.1 Todos aqueles que prestarão serviços em nome do CONTRATADO, mesmo que temporariamente, deverão estar **uniformizados e identificados por meio de crachá, com fotografia recente**.

5.19 Responder pela **idoneidade moral e técnica** dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente **responsável**, em qualquer caso, **por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza**, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

5.19.1 A CONTRATADA ficará obrigada a concorrer para que seus empregados executem suas atividades com pontualidade, eficiência e conduta adequada, sendo requisitos necessários para a boa execução dos serviços: educação, cortesia, cordialidade, urbanidade, padrão moral, zelo e dedicação.

5.20 Afastar do local de serviços qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da CONTRATANTE, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a partir da notificação expedida pela CONTRATANTE.

5.21 Responsabilizar-se por todos os **encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias** que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

5.21.1 Além do pagamento dos salários e encargos sociais e trabalhistas, inclusive obrigações relativas a **acidentes de trabalho**, a CONTRATADA será responsável pelas despesas alusivas a **vales-alimentação e vales-transporte** destinados aos seus empregados, nas quantidades necessárias e suficientes a serem utilizados no decorrer do trabalho, conforme Convenção Coletiva e Termos Aditivos vigentes.

5.21.2 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto deste Termo, **não** transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

5.22 Apresentar, durante toda a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.23 Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela PGJ/AM, acatando as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados e obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

5.23.1 A ação de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

5.24 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, **por escrito**, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste Termo, e apresentar justificativa **escrita,** devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

5.24.1 Caso ocorra atraso por culpa da CONTRATANTE, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

5.25 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

5.25.1 A PGJ/AM não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

5.26 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.

5.27 A inobservância das especificações constantes deste Termo, bem como das cláusulas contratuais, implicará na rejeição parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA ao grupo gerador, colaborando para a tomada de medidas necessárias a prestação de serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional;

6.2. Não permitir que pessoas não especializadas manuseiem, operem ou tentem executar reparos ou consertos nos grupos geradores, a fim de evitar possíveis avarias nos equipamentos;

6.3. Não permitir o uso de materiais obsoletos e alheios ao grupo gerador na área do grupo gerador, além daquele que diz respeito ao conjunto de equipamentos instalados;

6.4. Visar as Ordens de Serviço e Relatórios na ocasião das visitas dos técnicos da CONTRATADA;

6.5. Autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por Lei ou determinações de autoridades competentes;

6.6. Autorizar a execução dos serviços ou substituição de peças extras que a Assistência Técnica entender necessárias ao eficiente funcionamento dos grupos geradores;

6.7. Permitir a retirada de qualquer componente dos grupos geradores somente mediante recibo em impresso próprio da Assistência Técnica, salvo se houver substituição de componentes no ato do serviço;

6.8. Cumprir rigorosamente a orientação técnica da Assistência Técnica;

6.9. Executar os serviços necessários para a segurança e o eficiente funcionamento dos grupos geradores alheios a especialidade da Assistência Técnica;

6.10. Acompanhar e fiscalizar periodicamente a execução dos serviços constantes deste Termo de Referência e do Contrato;

6.11. Designar fiscalização para o gerenciamento do contrato;

6.12. Promover o acompanhamento da execução do contrato, nos aspectos qualitativo e quantitativo, por meio da fiscalização;

6.13. Notificar a Contratada acerca de falhas havidas na execução do contrato e/ou serviço, exigindo as medidas reparadoras estabelecidas neste Termo;

6.14. Exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos materiais entregues ao Hospital.

6.16. Efetuar regularmente o pagamento da fatura apresentada, nos moldes estabelecidos no presente Termo de referência e cronograma estabelecido pela PGJ, a qual deverá estar devidamente acompanhada da documentação exigida no contrato;

6.17. A Contratante manterá com a Contratada, relacionamento de mútuo respeito e urbanidade, sem prejuízo da observância da Legislação e normas regulamentadoras vigentes;

7. DA VISITA TÉCNICA

7.1 As empresas licitantes **PODERÃO** realizar, sob o acompanhamento de servidor especialmente designado, vistoriar à unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer as

instalações e equipamento onde serão executados os serviços e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame.

7.1.1 Se for opção do licitante por visitar, este deverá ser cuidadosamente inspecionados; levando em conta todos os aspectos, como grau de dificuldade para a execução dos serviços e procederão à rigorosa conferência das medidas e de outros aspectos julgados de interesse.

7.1.2 A vistoria deverá ser realizada pelo **representante da empresa, devidamente credenciado pela empresa licitante.**

7.1.2.1 Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade, e Carta de Credenciamento, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando o representante da empresa que realizará a vistoria;

7.1.2.2 Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento em papel timbrado da empresa, denominado Atestado de Vistoria (conforme modelo), que será assinado por servidor designado da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC desta PGJ-AM, onde a DEAC declarará ter acompanhado o responsável técnico apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada;

7.1.2.3 O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na fase licitatória, nos termos definidos no edital do certame;

Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário *por parte da futura CONTRATADA, quando do cumprimento das obrigações.*

7.1.3 As visitas deverão ser previamente agendadas, com **até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, pelo telefone **(92) 3655-0739 - DEAC - Divisão Engenharia Arquitetura e Cálculo**, no período das 8h às 14h.

7.2 Em optando pela dispensa da vistoria, a licitante emitirá carta declaratória (conforme modelo) de que **aceita todas as condições de instalações e funcionamento dos equipamentos e a ela não será aceito quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário**.

8. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.1 Para que possam ser habilitados a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão:

8.1.1 **Realizar Vistoria**, no local da prestação dos serviços, para adequado conhecimento do objeto a ser contratado, e ou apresentar carta declaratória de **dispensa de vistoria** e aceitação todas as condições de instalações e funcionamento dos equipamentos.

8.1.2 **Comprovação de qualificação técnica**, constando de:

a)**Certidão de registro**

a.1) O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

a.2) No caso de sagrar-se vencedora empresa inscrita em CREA de outra jurisdição, será necessário o visto do CREA/AM, à época da contratação;

a.3) A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

b)**Atestados de Capacidade Técnica**

b.1) Os referidos atestados deverão ser apresentados com o visto do CREA ou na forma de

Certidão de Acervo Técnico – CAT. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

b.2) **Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais** cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação do CONTRATADO no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;

b.3) No caso do subitem anterior, o CONTRATADO submeterá à aprovação do CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita **por escrito**, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser **apreciada e aprovada pela PGJ/AM**.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;

9.2. A Fiscalização não permitirá que o pessoal da CONTRATADA realize o fornecimento de materiais em desacordo com as normas preestabelecidas;

9.3. Antes do início da prestação dos serviços será realizada reunião entre as partes, a ser convocada pela fiscalização, com o objetivo de discutir e uniformizar as providências necessárias ao cumprimento do fornecimento do serviço e das obrigações contratuais;

9.4. A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do fornecimento do objeto e outras que sejam julgadas necessárias para o fiel cumprimento do Contrato. Essa fiscalização não exime a CONTRATADA das responsabilidades oriundas de suas falhas e/ou omissões;

9.5. A CONTRATADA em hipótese alguma poderá transferir os serviços, objeto deste CONTRATO a Terceiros.

10. DO PAGAMENTO

10.1. A forma de pagamento dar-se-á mensalmente, em conformidade com o contrato de prestação de serviços;

10.2. A CONTRATADA apresentará na sede da CONTRATANTE a fatura mensal correspondente aos serviços realizados, conforme os valores acordados no contrato, devidamente atestada pela CONTRATANTE;

10.3. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o serviço fornecido, por meio de empenho do valor constante na fatura interposta pela CONTRATADA, com forme os prazos administrativos previstos pela Diretoria de Orçamentos e Finanças;

10.4. Somente deverá ser efetuado o pagamento dos serviços efetivamente realizados no período e comprovado mediante atesto da fiscalização;

10.5. A liberação do pagamento das faturas mensais apresentadas pela CONTRATADA fica vinculada à apresentação dos seguintes documentos:

1. Fatura dos serviços executados devidamente atestados pelo setor responsável;
2. Certidões negativas (INSS, MINISTÉRIO DA FAZENDA, FGTS, DÉBITOS TRABALHISTAS, FAZENDA ESTADUAL, FAZENDA MUNICIPAL);
3. Nota de Empenho (cópia);
4. Relatório técnico contando informações sobre os serviços executados durante o mês

faturado.

10.6. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobradas diretamente da empresa, amigáveis ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas no instrumento contratual e legislações em vigor.

10.7 As substituições das peças não cobertas pelo contrato, em razão de dano ou com baixo rendimento, serão executados pela CONTRATADA desde que os preços se mostrem vantajosos e condizentes com a realidade do mercado local, mediante autorização expressa do CONTRATANTE precedida de aprovação de relatório técnico com justificativa e do orçamento e, de empenho prévio do valor correspondente;

10.7.1 O relatório técnico a que se refere o subitem acima deverá conter, precipuamente, as seguintes informações:

10.7.1.1 Identificação do equipamento: número de série do equipamento (tombo de identificação utilizada pela PGJ-AM)/Local de instalação do equipamento (setores desta PGJ-AM);

10.7.1.2 Justificativa técnica descritiva assinada pelo responsável técnico;

10.7.1.3 Apresentar proposta orçamentária para fornecimento das peças *(fundamentar com apresentação de pelo menos 3 (três) propostas obtidas através de pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo – em papel timbrado de cada empresa);*

10.7.1.4 Apresentar prazo para a realização do serviço de substituição devidamente justificado.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1. O prazo da prestação do serviço da empresa CONTRATADA será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do instrumento contratual;

11.2. A CONTRATANTE obriga-se a promover, às suas expensas, a publicação, em Extrato, do presente contrato, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de assinatura, no Diário Oficial do Estado;

11.3. O prazo para início das atividades ficará, ainda, vinculado à lavratura da Ordem de Serviço a ser exarada pela Diretoria Administrativa Financeira da Entidade.

12. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS

12.1. O conceito de qualidade de atendimento será definido conforme a tabela seguir:

Conceito	**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**	**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias.**
Ótimo	No prazo	0
Bom	Até 5 dias	2
Regular	Até 10 dias	4

Ruim	Acima de 10 Dias	6

12.2 Os conceitos serão definidos tanto pela coluna "**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**" tanto pela coluna "**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias**", não sendo necessário que as duas ocorram ao mesmo tempo.

12.3 A CONTRATADA se submeterá às sanções administrativas sintetizadas na tabela abaixo, caso não alcance níveis satisfatórios do **Acordo de Níveis de Serviço:**

CONCEITO	**PENALIDADES**
Ótimo	Isento
Bom	Advertência e multa conforme gravidade
Regular	Multa conforme gravidade
Ruim	Multa conforme gravidade, suspensão, declaração de idoneidade e Rescisão.

12.4 **Das Multas**

12.4.1 Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta (Tabela 1), as multas conforme Tabela 2:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	**DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA**	**CRITÉRIO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.	Por ocorrência	4
3	Não entregar os serviços em conformidade com os critérios de recebimento estabelecidos neste Termo.	Por ocorrência e por serviço	4
4	Não utilizar materiais (peças, componentes e dispositivos) novos e originais e ou aprovados pela fiscalização.	Por ocorrência e por material	4

5	Recusar-se a executar a garantia determinado pelo CONTRATANTE, sem motivo justificado.	Por ocorrência	3
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento.	Por ocorrência	2
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência do CONTRATANTE.	Por ocorrência	2
Para os itens a seguir, deixar de:			
8	Entregar objeto de forma integral em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.	Por dia	4
9	Prover serviços de garantia, para os serviços durante o período de garantia;	Por serviço e por ocorrência	4
10	Descumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores.	Por ocorrência	3
11	Obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive, de responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes.	Por item, por ocorrência.	3
12	Cumprir as demais obrigações dentro do prazo contratual.	Por ocorrência e por período de atraso	2
13	Manter a documentação de habilitação atualizada.	Por item, por ocorrência	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,05% do valor do contrato.
2	0,10% do valor do contrato.
3	0,15% do valor do contrato.

4	0,20% do valor do contrato.

12.5 No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.6 As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

12.7 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e íntegra o procedimento interno respectivo.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE
Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações. Manaus – AM, de maio de 2020. **Eng. Paulo Augusto de Oliveira Lopes** Chefe da Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo

APROVAÇÃO	
Solicitamos aprovação. Manaus – AM, / / 2022.	Despacho de Aprovação. ( ) Aprovado ( ) Não aprovado

	Manaus – AM, / / 2022.
Diretor-Geral / MP/PGJ/AM	Ordenador de despesas

ANEXO I

DETALHAMENTO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

MANUTENÇÕES PREVENTIVAS PARA GRUPOS GERADORES

MANUTENÇÃO MENSAL

Motor Diesel

- Verificar a existência de vazamentos;
- Verificar a vedação da tampa do radiador e, se necessário, trocar;
- Verificar e completar os níveis de água, aditivo e, se necessário, trocar;
- Verificar e completar os níveis de óleo e, se necessário, trocar;
- Verificar tensão e estado das correias e, se necessário, trocar;
- Verificar mangotes e braçadeiras de fixação e, se necessário, trocar;
- Verificar e efetuar correções no sistema de aceleração e parada do motor;
- Verificar o motor de arranque e, se necessário, trocar;
- Verificar o estado da colmeia do radiador e, se necessário, trocar;
- Testar instrumentos de controle;
- Testar e ajustar o sistema de preaquecimento.

Alternador

- Verificar regulador de tensão;
- Verificar componentes elétricos e eletrônicos, bem como conexões;
- Substituir escovas defeituosas;
- Lubrificar mancais;
- Lubrificar rolamentos;

Bateria

- Verificar fixação das baterias e conexões dos cabos e, se necessário, trocar;
- Completar nível de água;
- Medir temperatura dos elementos;
- Medir densidade do eletrólito;
- Medir tensão por elemento;
- Limpar bornes e conexões.

Quadro de alimentação, comando, proteção e sincronismo

- Reapertar conexões;
- Substituir fusíveis queimados;
- Substituir lâmpadas queimadas;
- Verificar atuação dos relés e sensores e, se necessário, trocar;
- Corrigir atuação do painel de sincronismo.

Testes de funcionamento

- Colocar o grupo em funcionamento, com pelo menos 50% de carga, por 30 minutos ou mais, verificando e anotando: pressão do óleo, temperatura do bloco, frequência, tensão do gerador, corrente do gerador;
- Simular falta de rede com o equipamento no automático e anotar: tempo de entrada do grupo, tempo de transferência;
- Simular retorno da rede e anotar: tempo de transferência/supervisão, tempo de resfriamento;
- Anotar horas de trabalho da unidade;
- Verificar entrada da bomba e ventilador do radiador com partida do grupo;
- Verificar estabilidade de rotação;
- Corrigir anormalidades observadas.

Diversos

- Limpar todo o conjunto;
- Verificar aterramento;
- Verificar boia do óleo combustível.

OBS: Os parâmetros de manutenção podem ter a sua periodicidade alterada em função da qualidade dos suprimentos e frequência de utilização dos equipamentos. Novos serviços de manutenção poderão ser incluídos conforme necessidade.

ANEXO II

LISTA DE INSUMOS CONTEMPLADOS PELO CONTRATO

LISTA DE INSUMOS CONTEMPLADOS PELO CONTRATO			
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Qtde.**
01	Elemento do filtro de óleo lubrificante	Peça	02
02	Filtro de combustível	Peça	04
03	Filtro de ar	Peça	01
04	Óleo lubrificante 15w40	balde	04
05	Líquido para sistema de arrefecimento	Litros	10
06	Kit de material de limpeza	Peça	02
07	Correia	Peça	02
08	Mangueiras de combustível	Metro	20
09	Bateria automotiva de 150 amperes e acessórios	Peça	02
10	Terminal de bateria	Peça	04
11	Regulador de tensão	Peça	01
12	Carregador de baterias	Peça	01
13	Regulador de velocidade	Peça	01
14	Sensor de temperatura	Peça	01

15	Sensor de pressão do óleo	Peça	01
16	Pick-up magnético	Peça	01
17	Modulo eletrônico de controle de rotação	Peça	01
18	Chave motorizada de transferência automática	Peça	01
19	Mangotes do radiador	Peça	04
20	Sensor de nível de combustível	Peça	01
21	Modulo de controle e comando automático	Peça	01
22	Válvula solenoide de funcionamento	Peça	01
23	Pressostato de óleo	Peça	01
24	Termostato da água	Peça	01
25	Graxa, estopa, pano, lixa, tinta,	Diversos	

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM GRUPO GERADORE

Item	Descrição	Unid.	Qtde. (meses)	Preço Unit. (R$/mês)	Preço total (R$/ano)
01	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.	Serviço	12		

				Preço total (R$)	

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 14/10/2022, às 16:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0758272** e o código CRC **E361C266**.

PARECER Nº 159.2022.01AJ-SUBADM.0916499.2022.001718

PROCESSO N.º: 2022.001718

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento e de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento, pelo período de 12 (doze) meses.

INTERESSADO: Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA. ANÁLISE DE MINUTA. TERMO DE REFERÊNCIA. APROVAÇÃO. No caso em análise, das informações constantes no Termo de Referência nº 2.2022.DEAC (0758272), observa-se que estão presentes todos os requisitos exigidos, a exemplo do detalhamento do objeto a ser contratado; do prazo e das condições de execução; da garantia e da assistência técnica; das obrigações da contratada; das obrigações da contratante; da liquidação e do pagamento e; das sanções por inadimplemento. Inteligência dos arts. 7º, 14 e 15, da Lei nº 8.666/93. Parecer pela aprovação do Termo de Referência.

I. Do Relatório

Trata-se de Memorando nº 262.2022.DEAC (0916398), de lavra da Chefia da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, por intermédio do qual solicita análise e manifestação acerca do Termo de Referência nº 2.2022.DEAC (0758272), visando à contratação de empresa especializada para realização de **manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo**, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento e de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento, pelo período de 12 (doze) meses, consoante o que consta do referido instrumento referencial, juntado aos presentes autos.

O setor demandante justifica tal intento aduzindo a necessidade de "*assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, garantindo a integridade de equipamentos, sistemas e pessoas deste Parquet.*".

Vieram-me, na sequência, os autos para análise e parecer.

É o relatório, oportunidade na qual passo a opinar:

II.1. Do cumprimento do regime jurídico administrativo.

A Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do regime jurídico administrativo, que consiste em um conjunto harmônico de preceitos e regras que moldam a atuação dos entes estatais, impondo limitações e prerrogativas. No âmbito do procedimento de licitação, destacam-se, dentre os princípios que regem o Direito Administrativo, os princípios da impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Acerca do princípio da impessoalidade, de acordo com as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello (2009), "*A Administração Pública deve tratar a todos sem favoritismos, nem perseguições, simpatia ou animosidades políticas ou ideológicas*".

Quanto ao princípio da indisponibilidade do interesse público, Matheus Carvalho (2018, p. 65) assevera que se trata de preceito que impõe:

> (...) limites da atuação administrativa e decorre o fato de que a impossibilidade de abrir mão do interesse público deve estabelecer ao administrador os seus critérios de conduta. De fato, o agente estatal não pode deixar de atuar quando as necessidades da coletividade assim exigirem, uma vez que suas atividades são necessárias à satisfação dos interesses do povo.

Nessa esteira, dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, inciso XXI, *in verbis:*

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
>
> [...]

> XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

Dessa forma, para a manutenção do equilíbrio social e uma boa gestão da máquina pública, é necessário a realização do processo de licitação que, como procedimento prévio ao contrato em que se escolhe a proposta mais vantajosa à persecução de seus fins, impede que seja desvirtuado, a critério do administrador, o regime jurídico administrativo.

Marçal Justen Filho (2011) conceitua o procedimento licitatório como "um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção da proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica".

Na lição do professor Celso Antônio Bandeira de Mello, em seu Curso de Direito Administrativo (2004, p. 496), a realização de qualquer licitação depende da ocorrência de determinados pressupostos, de três ordens: **pressuposto lógico** (a existência de uma pluralidade de objetos e de ofertantes), **pressuposto jurídico** (constituir a licitação em meio apto, ao menos em tese, para a Administração acudir ao interesse que deve prover) e **pressuposto fático** (a existência de interessados em disputá-la).

Portanto, a contratação pretendida justifica-se na medida em que os serviços especificados no Termo de Referência são necessários para o desempenho das funções deste Ministério Público do Estado do Amazonas.

II.2. Da análise dos elementos constitutivos do Termo de Referência nº 2.2022.DEAC.

De antemão, cumpre esclarecer que o presente Parecer cinge-se tão somente à análise do destacado Termo de Referência, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes. Questões de oportunidade e conveniência, bem como juízo de valor acerca da contratação fogem à alçada do parecerista.

Primeiro, insta dizer que o Termo de Referência é uma peça técnica, componente indispensável da fase interna da licitação que traduz a justificativa e a necessidade de realização de determinado objeto a ser contratado pela Administração Pública.

Nesse sentido, por força do artigo 6º da Lei 8.666/93 deve vir instruída com estudo técnico preliminar ou antiprojeto:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se: (...) IX – Projeto Básico – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos (...).

Em interpretação do dispositivo, leciona Jessé Torres Pereira Júnior[1]:

> Durante o estudo preliminar, avaliam-se questões que possibilitarão a elaboração de anteprojeto em conformidade com as necessidades administrativas e as características do objeto a licitar, ou a contratar de forma direta. Tal estudo leva em conta aspectos como:
>
> a) adequação técnica;
>
> b) funcionalidade;
>
> c) requisitos ambientais;
>
> d) adequação às normas vigentes (requisitos de limites e áreas de ocupação, normas de urbanização, leis de proteção ambiental etc.);
>
> e) possível movimento de terra decorrente da implantação, necessidade de estabilizar taludes, construir muros de arrimo ou fundações especiais;
>
> f) processo construtivo a ser empregado;
>
> g) possibilidade de racionalização do processo construtivo;
>
> h) existência de fornecedores que deem respostas às soluções sob consideração;
>
> i) estimativa preliminar de custo e viabilidade econômico-financeira do objeto.

Em consonância com o acima aludido, o Tribunal de Contas da União já decidiu pela necessidade do referido estudo técnico preliminar:

> REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CAUTELAR. OITIVA. AUDIÊNCIA. DIRECIONAMENTO A PRODUTOS DE DETERMINADO FABRICANTE. AUSÊNCIA DE ESTUDOS PRÉVIOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS APÓS A ATUAÇÃO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. MULTA. DETERMINAÇÕES. - As especificações técnicas dos objetos a serem adquiridos devem decorrer de necessidades identificadas em estudos prévios ao certame licitatório. - Do processo administrativo para aquisição de bens e serviços deve constar os estudos e levantamentos que fundamentaram a fixação das especificações técnicas. - É defesa a exigência de seguros em licitações que se destinem a compras de equipamentos sem previsão de pagamentos antecipados, salvo motivo justificado exposto no instrumento convocatório. - É defesa a exigência de número de registro no Ministério da Saúde, de

> produtos não incluídos na relação estabelecida pela Lei 6.360/1976, salvo motivo justificado, exposto no instrumento convocatório. (TCU.Acórdão 310/203.Processo 037.832/2011-5)

Tem-se, pois, após estudo de balizada doutrina alinhada à legislação e a jurisprudência da Corte de Contas da União que o estudo técnico preliminar - ETP se faz indispensável, também, no presente caso.

Isso porque, inobstante a contratação pretendida não envolva e/ou dependa da definição de critérios técnicos muito detalhados, como sói ser as hipóteses de contratação de obras ou serviços de engenharia ou de soluções de TI, é forçoso reconhecer que pressupostos técnicos, mesmo que mais simplórios e menos relevantes quando considerados em relação ao todo do objeto, compõem de forma decisiva a especificação dos produtos que ora se pretende adquirir. Nesse sentido, portanto, como se trata de objeto contratual sem maiores complexidades, a simples justificativa da contratação e os detalhes técnicos do objeto, s.m.j, satisfaz tal necessidade.

Quanto ao objeto contido no citado Termo, tem-se que o Ministério Público do Estado do Amazonas pretende contratar empresa especializada para realização de **manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo**, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento e de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento, pelo período de 12 (doze) meses, consoante Termo de Referência 2.2022.DEAC, juntado aos presentes autos.

Verifica-se, assim, que a pretensão contratual do órgão público, no caso, é a aquisição de serviços comuns, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei n.º 10.520/2002. Segundo Marçal JUSTEN FILHO[2]: "*Bem ou serviço comum é aquele que pode ser adquirido, de modo satisfatório, através de um procedimento de seleção destituído de sofisticação ou minúcia. Em última análise, "comum" não é o bem destituído de sofisticação, mas aquele para cuja aquisição satisfatória não se fazem necessárias investigações ou cláusulas mais profundas.*".

Como bem asseverado pelo homenageado doutrinador, "*serviço comum*" não se refere necessariamente a um serviço "simples"; pode ser, também, "complexo", haja vista que o traço marcante aqui para fins de pregão é a de que os bens a serem licitados são amplamente conhecidos e oferecidos no mercado. Neste sentido, escreve Jessé Torres Pereira Júnior[3] que:"(...) *em aproximação inicial do tema, pareceu que "comum" também sugeria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser "comum", no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado*.".

Sendo comum o objeto, recomenda-se que a administração pública se utilize o pregão como modalidade licitatória cabível, diante das suas vantagens procedimentais que culminam numa maior eficiência e eficácia pública.

Neste sentido, Vera SCARPINELLA[4] aduz que "*(...) o agente público não pode escolher livremente entre as diversas modalidades licitatórias, quando o objeto licitado puder estar contido no conceito de bem e serviço comum. Na dúvida, como se trata de um conceito fluido, o agente deve justificar a não inclusão do específico objeto licitado, para poder fazer uso de outro procedimento.*".

E Marçal JUSTEN FILHO[5] complementa:

> A opção pelo pregão é facultativa, o que evidencia que não há um campo específico, próprio e inconfundível para o pregão. Não se trata de uma modalidade cuja existência se exclua a possibilidade de adotar-se o convite, tomada de preço ou concorrência, mas se destina a substituir a escolha de tais modalidades, nos casos em que assim seja reputado adequado e conveniente pela Administração.

Fundamentado, pois, o pregão como modalidade licitatória cabível diante da necessidade contratual da administração pública exposta no Termo de Referência já destacado, imperioso se faz verificar se os elementos constitutivos daquele Termo encontram-se todos presentes. De acordo com a orientação de Joel de Menezes Niebuhr[6],

> Faz-se necessário, no Termo de Referência, em primeiro lugar, especificar o objeto a ser licitado, ainda que possa haver alguma complementação posterior. Deve-se no mínimo definir o que a Administração Pública necessita o que pretende com a futura contratação. E, também, já se deve determinar como o objeto da licitação deve ser executado, com a definição de métodos, estratégias de suprimentos e prazo de execução." Ressalto ainda que além de obrigatória sua elaboração, também é obrigatório sua aprovação, assim é a redação dada pelo inciso II do artigo 9 do decreto 5.450 de 2005. Assim do transcrito acima podemos concluir que não é suficiente a aprovação, é necessário que o ato de aprovação acompanhe a respectiva motivação, princípio corolário da Administração Pública.

Ao se consultar o compêndio de Orientações e Jurisprudência do TCU (disponível em www.portaltcu.gov.br), tem-se que o Termo de Referência deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- Descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara;
- Critérios de aceitação do objeto;
- Critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;
- Valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o

caso;

- Prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto;
- Definição dos métodos e estratégia de suprimento;
- Cronograma físico-financeiro, se for o caso;
- Deveres do contratado e do contratante;
- Prazo de garantia, quando for o caso;
- Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;
- Sanções por inadimplemento

Isso posto, vê-se que o termo de referência corresponde à fase preparatória, portanto interna da licitação, haja vista que ele expõe, de um lado a precisa necessidade da administração e, de outro, as condições para contratar.

Segundo Jair Eduardo Santana (Coleção 10 anos de Pregão. Curitiba: Negócios Públicos, 2008, p. 11), "*o termo de referência contém os códigos genéticos da licitação e do contrato a que vier a ser lavrado.*".

O Termo de Referência escora, dessarte, tanto os elementos fáticos motivadores da contratação quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório.

Neste itínere, da análise dos elementos constantes do multicitado Termo de Referência, verifica-se o preenchimento de todos os requisitos necessários à sequência do pretenso procedimento de compra, pois, descreve minuciosamente o objeto a ser contratado, com especificação de itens, justifica a necessidade da proposição, estabelece os prazos e condições de execução, vigência e demais condições da garantia e da assistência técnica, obrigações da contratada e contratante, eventuais sanções administrativas, dentre outros dispositivos essenciais à regularidade da aquisição dos serviços pretendidos.

III. Da Conclusão.

Dos critérios mínimos estabelecidos pela egrégia Corte Superior de Contas, constata-se que o Termo de Referência engloba tanto os elementos fáticos motivadores da contratação, quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório, conforme o caso.

No caso em análise, das informações constantes do Termo de Referência nº 2.2022.DEAC, observa-se a presença dos requisitos exigíveis, como o objeto a ser contratado, com especificação de itens, do valor e da forma de pagamento, da continuidade e interrupção do fornecimento; das obrigações da contratada e contratante e; da previsão de sanções administrativas.

Ex positis, esta Assessoria Jurídica **OPINA favoravelmente pela aprovação do Termo de Referência** indigitado, de modo que os autos prossigam até seu desiderato, dado que cumpre com todos os requisitos exigidos pela Lei n. 8.666/93, observados os princípios norteadores da Administração Pública.

Em última *ratio*, importante frisar que a Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, já previu em seu artigo 6º, XXIII, a definição e os elementos do Termo de Referência, sendo indispensável que as unidades deste Ministério Público iniciem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos vindouros, preparando-se para a total revogação da Lei nº 8.666/93.

É o parecer que submento à apreciação de Vossa Excelência.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus/AM, 17 de outubro de 2022.

RODRIGO OTÁVIO LOBO DA SILVA COSTA
Assessor Jurídico
Ato PGJ 296/2022

EDUARDO ULYSSES RAMOS RIKER
Assessor Jurídico
Ato PGJ 244/2022

---

1 Políticas Publicas nas licitações e contratações administrativas. Belo Horizonte: Fórum. 2ª ed. p. 154.

2 Pregão: nova modalidade de licitação. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro. v. 221, jul/set 2000. pp.12-13.

3 Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 6. ed. p. 1006.

4 Licitação na Modalidade de Pregão. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 167.

5 Pregão: Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2003, p. 42

6 Pregão presencial e eletrônico.Curitiba:Zenite, 2008, p.30

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Ulysses Ramos Riker**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 16/10/2022, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0916499** e o código CRC **1D69CD2B**.

DESPACHO Nº 705.2022.01AJ-SUBADM.0916509.2022.001718

PROCESSO N.º: 2022.001718

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento e de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento, pelo período de 12 (doze) meses.

INTERESSADO: Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

_____

1 . Cuidam os autos de processo administrativo deflagrado com o escopo de contratar empresa especializada para realização de **manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo**, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento e de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento, pelo período de 12 (doze) meses, consoante as razões consignadas pela chefia da DEAC, acostadas ao Memorando nº 262.2022.DEAC (0916398).

2. Transcorrida as elucidações primárias acerca das especificações do objeto a ser licitado, chegou-se ao **Termo de Referência nº 2.2022.DEAC (0758272)**, que foi submetido à análise da Assessoria Jurídica desta SUBADM, oportunidade em que, por intermédio do Parecer nº 159.2022.01AJ-SUBADM (0916499), opinou pela aprovação do aludido instrumento de especificação.

3 . Diante da peça opinativa supramencionada, a qual **ACOLHO**, concomitantemente à justificativa apresentada neste caderno processual, **APROVO o Termo de Referência nº 2.2022.DEAC**, devendo a SCOMS proceder a pesquisa de mercado e logo após, o processo seguirá à DOF, para providências pertinentes.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 17 de outubro de 2022.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 17/10/2022, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0916509** e o código CRC **F9ADFDD5**.

2022.001718 v3

E-mail - 0935819

Data de Envio:
17/11/2022 14:46:40

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
ca.engenharia01@gmail.com
financeiro@toyomyt.com.br
lourena.mota@toyomyt.com.br
tiago.feitosa@genesys-gmg.com.br
administracao@laddertec.com.br
prestemservicos@gmail.com
sac@amazonaseletromecanica.com.br
comercial@automusengenharia.com.br
contato@casadosgeradores.com
escritorio@genesys-gmg.com.br
admin@genesys-gmg.com.br
servicos@genesys-gmg.com.br
contato@gopower.com.br
katiane@hfgeradores.com
magmotores@hotmail.com
contato@noroeste-am.com.br
atendimento-am@nortegeradores.com.br
contato@oliveiraenergia.com.br
orcamento@amazonaseletromecanica.com.br
marly@casadosgeradores.com
maria.silva@noroeste-am.com.br
etvaldo.souza@noroeste-am.com.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos

Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

E-mail - 0935822

Data de Envio:
17/11/2022 14:47:18

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
ca.engenharia01@gmail.com
financeiro@toyomyt.com.br
lourena.mota@toyomyt.com.br
tiago.feitosa@genesys-gmg.com.br
administracao@laddertec.com.br
prestemservicos@gmail.com
sac@amazonaseletromecanica.com.br
comercial@automusengenharia.com.br
contato@casadosgeradores.com
escritorio@genesys-gmg.com.br
admin@genesys-gmg.com.br
servicos@genesys-gmg.com.br
contato@gopower.com.br
katiane@hfgeradores.com
magmotores@hotmail.com
contato@noroeste-am.com.br
atendimento-am@nortegeradores.com.br
contato@oliveiraenergia.com.br
orcamento@amazonaseletromecanica.com.br
marly@casadosgeradores.com
maria.silva@noroeste-am.com.br
etvaldo.souza@noroeste-am.com.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos

Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html

E-mail - 0935828

Data de Envio:
17/11/2022 14:50:56

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
voltagemenergia@gmail.com
rlvengenharia2018@gmail.com
adm.rlvengenharia@gmail.com
administracao@laddertec.com.br
onilsortiz@yahoo.com.br
mgfigueiredo@leman.eng.br
comercial@mecsam.com.br
ap.pereira@terra.com.br
adm@stin-br.com.br
arconrefrigeracaorr@hotmail.com
cemarp.engenharia@gmail.com
comercial@casadosgeradores.com
natasha1627@hotmail.com
m_comercio@terra.com.br
operacional@engmanaus.com.br
md_engenharia@outlook.com
norteshoppingbr@gmail.com
sgrhconstrucoes@gmail.com
santahelenaservico@hotmail.com
super.diesel@outlook.com.br
adecpereira@gmail.com
josafamaia626@gmail.com
pjs.comercio@outlook.com
odalk@socardan.com.br
patriotas.navegacao@outlook.com
licita@mfxempresarial.com.br
imirandeoliveira@yahoo.com
serv_ltda@hotmail.com
bmjcom@gmail.com
pemar@pemarpecas.com.br
fabio.ribeiro.adm@outlook.com.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html
Termo_de_Referencia_0758272.html

E-mail - 0935829

Data de Envio:
17/11/2022 14:51:03

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
voltagemenergia@gmail.com
rlvengenharia2018@gmail.com
adm.rlvengenharia@gmail.com
administracao@laddertec.com.br
onilsortiz@yahoo.com.br
mgfigueiredo@leman.eng.br
comercial@mecsam.com.br
ap.pereira@terra.com.br
adm@stin-br.com.br
arconrefrigeracaorr@hotmail.com
cemarp.engenharia@gmail.com
comercial@casadosgeradores.com
natasha1627@hotmail.com
m_comercio@terra.com.br
operacional@engmanaus.com.br
md_engenharia@outlook.com
norteshoppingbr@gmail.com
sgrhconstrucoes@gmail.com
santahelenaservico@hotmail.com
super.diesel@outlook.com.br
adecpereira@gmail.com
josafamaia626@gmail.com
pjs.comercio@outlook.com
odalk@socardan.com.br
patriotas.navegacao@outlook.com
licita@mfxempresarial.com.br
imirandeoliveira@yahoo.com
serv_ltda@hotmail.com
bmjcom@gmail.com
pemar@pemarpecas.com.br
fabio.ribeiro.adm@outlook.com.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html
Termo_de_Referencia_0758272.html
E_mail_0935822.html

E-mail - 0935830

Data de Envio:
17/11/2022 14:51:14

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
voltagemenergia@gmail.com
rlvengenharia2018@gmail.com
adm.rlvengenharia@gmail.com
administracao@laddertec.com.br
onilsortiz@yahoo.com.br
mgfigueiredo@leman.eng.br
comercial@mecsam.com.br
ap.pereira@terra.com.br
adm@stin-br.com.br
arconrefrigeracaorr@hotmail.com
cemarp.engenharia@gmail.com
comercial@casadosgeradores.com
natasha1627@hotmail.com
m_comercio@terra.com.br
operacional@engmanaus.com.br
md_engenharia@outlook.com
norteshoppingbr@gmail.com
sgrhconstrucoes@gmail.com
santahelenaservico@hotmail.com
super.diesel@outlook.com.br
adecpereira@gmail.com
josafamaia626@gmail.com
pjs.comercio@outlook.com
odalk@socardan.com.br
patriotas.navegacao@outlook.com
imirandeoliveira@yahoo.com
serv_ltda@hotmail.com
bmjcom@gmail.com
pemar@pemarpecas.com.br
fabio.ribeiro.adm@outlook.com.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html
Termo_de_Referencia_0758272.html

E-mail - 0935831

Data de Envio:
17/11/2022 14:51:28

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
voltagemenergia@gmail.com
rlvengenharia2018@gmail.com
adm.rlvengenharia@gmail.com
administracao@laddertec.com.br
onilsortiz@yahoo.com.br
mgfigueiredo@leman.eng.br
comercial@mecsam.com.br
ap.pereira@terra.com.br
adm@stin-br.com.br
arconrefrigeracaorr@hotmail.com
cemarp.engenharia@gmail.com
comercial@casadosgeradores.com
natasha1627@hotmail.com
m_comercio@terra.com.br
operacional@engmanaus.com.br
md_engenharia@outlook.com
norteshoppingbr@gmail.com
sgrhconstrucoes@gmail.com
santahelenaservico@hotmail.com
super.diesel@outlook.com.br
adecpereira@gmail.com
josafamaia626@gmail.com
pjs.comercio@outlook.com
odalk@socardan.com.br
patriotas.navegacao@outlook.com
imirandeoliveira@yahoo.com
serv_ltda@hotmail.com
bmjcom@gmail.com
pemar@pemarpecas.com.br
fabio.ribeiro.adm@outlook.com.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html
Termo_de_Referencia_0758272.html

E-mail - 0935832

Data de Envio:
17/11/2022 14:51:39

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
voltagemenergia@gmail.com
rlvengenharia2018@gmail.com
adm.rlvengenharia@gmail.com
administracao@laddertec.com.br
onilsortiz@yahoo.com.br
mgfigueiredo@leman.eng.br
comercial@mecsam.com.br
ap.pereira@terra.com.br
adm@stin-br.com.br
arconrefrigeracaorr@hotmail.com
cemarp.engenharia@gmail.com
comercial@casadosgeradores.com
natasha1627@hotmail.com
m_comercio@terra.com.br
operacional@engmanaus.com.br
md_engenharia@outlook.com
norteshoppingbr@gmail.com
sgrhconstrucoes@gmail.com
santahelenaservico@hotmail.com
super.diesel@outlook.com.br
adecpereira@gmail.com
josafamaia626@gmail.com
pjs.comercio@outlook.com
odalk@socardan.com.br
patriotas.navegacao@outlook.com
serv_ltda@hotmail.com
bmjcom@gmail.com
pemar@pemarpecas.com.br
fabio.ribeiro.adm@outlook.com.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html
Termo_de_Referencia_0758272.html

E-mail - 0935833

Data de Envio:
17/11/2022 14:51:45

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
voltagemenergia@gmail.com
rlvengenharia2018@gmail.com
adm.rlvengenharia@gmail.com
administracao@laddertec.com.br
onilsortiz@yahoo.com.br
mgfigueiredo@leman.eng.br
comercial@mecsam.com.br
ap.pereira@terra.com.br
adm@stin-br.com.br
arconrefrigeracaorr@hotmail.com
cemarp.engenharia@gmail.com
comercial@casadosgeradores.com
natasha1627@hotmail.com
m_comercio@terra.com.br
operacional@engmanaus.com.br
md_engenharia@outlook.com
norteshoppingbr@gmail.com
sgrhconstrucoes@gmail.com
santahelenaservico@hotmail.com
super.diesel@outlook.com.br
adecpereira@gmail.com
josafamaia626@gmail.com
pjs.comercio@outlook.com
odalk@socardan.com.br
patriotas.navegacao@outlook.com
bmjcom@gmail.com
pemar@pemarpecas.com.br
fabio.ribeiro.adm@outlook.com.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html
Termo_de_Referencia_0758272.html

E-mail - 0935834

Data de Envio:
17/11/2022 14:51:51

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
voltagemenergia@gmail.com
rlvengenharia2018@gmail.com
adm.rlvengenharia@gmail.com
administracao@laddertec.com.br
onilsortiz@yahoo.com.br
mgfigueiredo@leman.eng.br
comercial@mecsam.com.br
ap.pereira@terra.com.br
adm@stin-br.com.br
arconrefrigeracaorr@hotmail.com
cemarp.engenharia@gmail.com
comercial@casadosgeradores.com
natasha1627@hotmail.com
m_comercio@terra.com.br
operacional@engmanaus.com.br
md_engenharia@outlook.com
norteshoppingbr@gmail.com
sgrhconstrucoes@gmail.com
santahelenaservico@hotmail.com
super.diesel@outlook.com.br
adecpereira@gmail.com
josafamaia626@gmail.com
pjs.comercio@outlook.com
odalk@socardan.com.br
patriotas.navegacao@outlook.com
pemar@pemarpecas.com.br
fabio.ribeiro.adm@outlook.com.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html
Termo_de_Referencia_0758272.html

E-mail - 0935835

Data de Envio:
17/11/2022 14:51:56

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
voltagemenergia@gmail.com
rlvengenharia2018@gmail.com
adm.rlvengenharia@gmail.com
administracao@laddertec.com.br
onilsortiz@yahoo.com.br
mgfigueiredo@leman.eng.br
comercial@mecsam.com.br
ap.pereira@terra.com.br
adm@stin-br.com.br
arconrefrigeracaorr@hotmail.com
cemarp.engenharia@gmail.com
comercial@casadosgeradores.com
natasha1627@hotmail.com
m_comercio@terra.com.br
operacional@engmanaus.com.br
md_engenharia@outlook.com
norteshoppingbr@gmail.com
sgrhconstrucoes@gmail.com
santahelenaservico@hotmail.com
super.diesel@outlook.com.br
adecpereira@gmail.com
josafamaia626@gmail.com
pjs.comercio@outlook.com
odalk@socardan.com.br
patriotas.navegacao@outlook.com
fabio.ribeiro.adm@outlook.com.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html
Termo_de_Referencia_0758272.html

E-mail - 0935836

Data de Envio:
17/11/2022 14:52:02

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
voltagemenergia@gmail.com
rlvengenharia2018@gmail.com
adm.rlvengenharia@gmail.com
administracao@laddertec.com.br
onilsortiz@yahoo.com.br
mgfigueiredo@leman.eng.br
comercial@mecsam.com.br
ap.pereira@terra.com.br
adm@stin-br.com.br
arconrefrigeracaorr@hotmail.com
cemarp.engenharia@gmail.com
comercial@casadosgeradores.com
natasha1627@hotmail.com
m_comercio@terra.com.br
operacional@engmanaus.com.br
md_engenharia@outlook.com
norteshoppingbr@gmail.com
sgrhconstrucoes@gmail.com
santahelenaservico@hotmail.com
super.diesel@outlook.com.br
adecpereira@gmail.com
josafamaia626@gmail.com
pjs.comercio@outlook.com
odalk@socardan.com.br
patriotas.navegacao@outlook.com

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html
Termo_de_Referencia_0758272.html

E-mail - 0935840

Data de Envio:
17/11/2022 14:56:38

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
licita@mfxempresarial.com.br
imirandeoliveira@yahoo.com
serv_ltda@hotmail.com
bmjcom@gmail.com
pemar@pemarpecas.com.br
fabio.ribeiro.adm@outlook.com.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html

E-mail - 0942679

Data de Envio:
29/11/2022 15:47:34

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
cstengenharia2012@gmail.com
eletricaflash07@gmail.com

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de grupo gerador

Mensagem:
Prezados,

Estamos iniciando processo para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referencia cuja cópia segue em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html

E-mail - 0961368

Data de Envio:
12/01/2023 15:37:16

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
comercial@mqnengenharia.com.br
leonardo.sampaio@noroeste-am.com.br
ralves@himoinsa.com
helio.junior@vsaengenharia.eng.br

Assunto:
[PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de Grupo Gerador de energia

Mensagem:
Prezados,

Estamos recebendo Propostas Comerciais para início de processo de contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses.

Segue em anexo, cópia do Termo de Referencia, que especifica todos os detalhes técnicos referentes ao serviço.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0758272.html

ENC: [PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de Grupo Gerador de energia

Marcelo Resende <marcelo.resende@noroeste-am.com.br>

Seg, 16/01/2023 09:40

Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Iuri, bom dia!

Para analisarmos a proposta, precisamos do CNPJ do órgão e da marca/modelo/quantidade de equipamentos.

Atenciosamente,

Marcelo Resende
Este e-mail é confidencial e somente para uso do destinatário. Caso tenha recebido indevidamente, por favor, delete-o imediatamente e comunique ao remetente.

-----Mensagem original-----
De: leonardo.sampaio@noroeste-am.com.br <leonardo.sampaio@noroeste-am.com.br>
Enviada em: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 17:12
Para: marcelo.resende@noroeste-am.com.br; compras@mpam.mp.br
Cc: patricia.silva@noroeste-am.com.br; bruno.rocha@noroeste-am.com.br; 'Maria Dorotéia' <maria.silva@noroeste-am.com.br>; tania.gemaque@noroeste-am.com.br; agatha.lima@noroeste-am.com.br; 'Tercio Santos' <tercio.santos@noroeste-am.com.br>
Assunto: FW: [PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de Grupo Gerador de energia

Boa tarde, prezado @marcelo.resende@noroeste-am.com.br, tudo bem?

Na ausência da @'Maria Dorotéia', poderia nos auxiliar com essa demanda, por gentileza?

Esta mensagem e reservada e sua divulgacao, distribuicao, reproducao ou qualquer forma de uso e proibida e depende de previa autorizacao desta instituicao. O remetente utiliza o correio eletronico no exercicio do seu trabalho ou em razao dele, eximindo esta instituicao de qualquer responsabilidade por utilizacao indevida. Se voce recebeu esta mensagem por engano, favor elimina-la imediatamente.
This message is reserved and its disclosure, distribution, reproduction or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses the electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately.

-----Mensagem original-----
De: MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>
Enviada: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 15:37
Para: undisclosed-recipients:
Assunto: [PGJ/AM] Contratação de empresa para manutenção de Grupo Gerador de energia

Prezados,

E-mail da empresa NOROESTE-AM (0964192) SEI 2022.001718 / pg. 54

Estamos recebendo Propostas Comerciais para início de processo de contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo período de 12 meses.

Segue em anexo, cópia do Termo de Referencia, que especifica todos os detalhes técnicos referentes ao serviço.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.
Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fones: (92) 3655-0748/ 0749 / 763

E-mail da empresa NOROESTE-AM (0964192) SEI 2022.001718 / pg. 55

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 24.2023.SCOMS.0964212.2022.001718

Manaus, 17 de janeiro de 2023

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Encaminha procedimento para providências.

Senhor Chefe,

Tramita neste Setor de Compras e Serviços - SCOMS o presente procedimento, a fim de se realizar pesquisa de mercado para contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo. No entanto, ao se encaminhar pedidos de cotações a fornecedores, foi questionado pela empresa NOROESTE-AM (0964192) sobre a qual modelo de Grupo Gerador de Energia se refere o Termo de Referência n.º 2.2022.DEAC (0758272). Após analisarmos os autos, verificamos que, de fato, a informação solicitada não consta no referido Termo de Referência.

Ante o exposto, considerando que se trata de informação essencial a constar no Termo de Referência, o qual, inclusive, servirá de base para elaboração de Edital de Licitação, encaminhamos os presentes autos para adoção das providências que Vossa Senhoria julgar pertinentes.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

Anne Jakeline Carvalho das Neves

Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 17/01/2023, às 15:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0964212** e o código CRC **503948DB**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 25.2023.DG.0981062.2022.001718

Manaus, 10 de fevereiro de 2023

Ao Senhor
PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES
Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Encaminha procedimento para providências.

Senhor Chefe,

Tramita no Setor de Compras e Serviços - SCOMS na fase de pesquisa de mercado, para contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, sendo q**uestionado pela empresa NOROESTE-AM (0964192) sobre a qual modelo de Grupo Gerador de Energia** se refere o Termo de Referência n.º 2.2022.DEAC (0758272). Sendo verificado que, de fato, a informação solicitada não consta no referido Termo de Referência.

Ante o exposto, e considerando que hoje foi informada pela Subprocuradora-Geral de Justiça que seja dada a devida prioridade nos encaminhamentos dos presentes autos, motivo pelo qual solicito que seja tomadas as medidas necessárias ao prosseguimento do feito,

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
Ivanete de Oliveira Nascimento
Diretora-Geral

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) Geral**, em 10/02/2023, às 20:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 441.2023.DCCON.1018100.2022.001718

Ao Senhor
PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES
Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicita manifestação relativa ao Memorandos 25.

Senhor Chefe,

Ao cumprimentá-lo, solicito manifestão nos presentes autos quanto à solicitação do Memorando 25 (0981062), **com a urgência que o caso requer,** tendo em vista que o contrato vigente expira dia **20/04/2023.**

Atenciosamente,

(*Assinado Eletronicamente*)
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios
Ministério Público do Estado do Amazonas

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 05/04/2023, às 13:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1018100** e o código CRC **19D2C32E**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 114.2023.DEAC.1018446.2022.001718

A Senhora

CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Assunto: Solicita manifestação relativa ao Memorandos 25.

Senhor Chefe,

Ao cumprimentá-la, quanto ao questionamento da empresa NOROESTE-AM (0964192) sobre a qual modelo de Grupo Gerador de Energia.

Powertech

RELATÓRIO DE ENTEGA TÉCNICA DE GRUPO GERADOR

IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE

Cliente: BIG TRANING EMPREENDIMENTOS
Cidade/UF: MANAUS AMAZONAS
Contato/Tel: MARCIO 9321 7364
Local de Instalação: MINISTÉRIO PÚBLICO
Obra/ Projeto: PARQUE SOSIA
Endereço: ESTRADA DA PONTA NEGRA
Cidade/UF: MANAUS - AMAZONAS
Contato: MARCIO

IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO

Grupo Gerador

Marca: DC320E | Pot. Standby: 400 KVA | Tipo:
Modelo: — // — // — | Pot. Prime: N.D
N.Série: C3201009 | Regime Func.: EMERGÊNCIA

Motor

Marca: Cummins | SO: 15375 | Combustível: Diesel
Modelo: NT855G7 | CPL: CQ 141 | Radiador: OK
N.Série: 41139120 | Fabric.: Cummins CHINA | Gov. Rotação: EFC

Gerador

Marca: STAMFORD | Tensão: 220 | Excitação: 311
Modelo: UC1444E | Freq.: 60 | Estator: 55
N.Série: 10056112 | F.P.: 0,8 | R.E.V.: 2,5

Painel de Controle

Marca: SILENT GENSET | Modelo: HGM 180 HC | N. Série: SMARTGEN

Painel de Transferência:

Marca: SMARTGEN | Mecanismo: OK | Possui QP? OK
Modelo: HAT 300-501 | Corrente: OK | Mecanismo: OK
N.Série: RS232-C | Transição: OK | Corrente: OK

Sistema de Exaustão:

Silencioso: OK | Montagem: SILENTGENSET | Diâmetro: OK

Sistema de Combustível:

Tanque: OK | Capacidade: — L — | Tanque adic? 5 Gal.

Atenuação de Ruído:

Não OK

Notas:

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes
Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 05/04/2023, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1018446** e o código CRC **D76DA085**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 221.2023.SCOMS.1024203.2022.001718

Manaus, na data da assinatura eletrônica.

A Exma. Sra. Dr.
LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Solicita manifestação acerca de adequações no Termo de Referência n.º 2.2022.DEAC.0758272.2022.001718.

Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça,

Ao cumprimentar Vossa Excêlencia, informamos que recebemos o Memorado n.º 114.2023.DEAC (doc. SEI 1018446), onde o DEAC manifestou-se a respeito da solicitação contida no Memorando n.º 24.2023.SCOMS (doc. SEI 0964212) onde instamos o DEAC a se manifestar sobre a marca/modelo do Grupo Gerador de Energia.

Ocorre que No Termo de Referência da contratação em tela ainda não consta a marca e o modelo do grupo gerador, sendo esta uma informação indispensável para que este Setor de Compras e Serviços consiga desempenhar suas funções de pesquisa de preço e mercado da melhor forma possível e com a celeridade que o caso requer, visto que o Termo de Referência deve abranger todas as informações e descrições detalhadas dos serviços pleiteados por esta Administração.

Dessa forma, este subscrevente ousa sugerir que o Termo de Referência n.º 2.2022.DEAC.0758272.2022.001718 seja readequado e que sejam nele discriminidas as informações a respeito do grupo gerador para que o processo seja instruído de maneira eficiente.

Destarte, encaminhamos os autos para avaliação desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos para as providências que julgar cabíveis.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
Anne Jakeline Carvalho das Neves
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor**

de Compras e Serviços - SCOMS, em 14/04/2023, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1024203** e o código CRC **35F79FCA**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 575.2023.DCCON.1030750.2022.001718

Manaus, 25 de abril de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTE

Assunto: Informa expiração da vigência do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ.

Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça,

Venho informar que o **Contrato Administrativo nº 006/2021 - MP/PGJ (0911621), firmado entre o Ministério Público do Amazonas e a empresa Maprotem Eireli EPP**, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, **teve vigência até o dia 20.04.2023, sem que tenhamos formalizado novo contrato para a prestação dos mesmos serviços,** considerando que o processo licitatório, em trâmite nos presentes autos, ainda não foi finalizado.

Observa-se que os presentes autos foram iniciados pelo Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, no dia 14/10/2022, 120 (cento e vinte) dias antes, portanto, do término da vigência do referido contrato, conforme preconiza o Ato n.º 112/2012 – PGJ.

No dia 17/01/2023, a Chefia do Setor de Compras e Serviços - SCOMS devolveu os autos à DEAC, por meio do Memorando 24 (SEI nº 0964212), a fim de que aquela Chefia se manifestasse acerca do questionado feito pela empresa NOROESTE-AM (0964192), sobre a qual modelo de Grupo Gerador de Energia se refere o Termo de Referência n.º 2.2022.DEAC (0758272).

Por meio do Memorando 221 (SEI nº 1024203), a SCOMS remeteu os autos à Administração Superior, informando sobre a necessidade de readequação do Termo de Referência n.º 2.2022.DEAC, a fim de que sejam nele discriminidas as informações a respeito do grupo gerador.

Dessa forma, haverá uma lacuna entre o término da vigência do Contrato Administrativo nº 006/2021 - MP/PGJ e a formalização do novo instrumento, correndo-se o risco da prestação dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador ficar descoberta durante esse período.

É o que esta DCCON tem a justificar.

Respeitosamente,

(*Assinado Eletronicamente*)
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 25/04/2023, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1030750** e o código CRC **E36302CC**.

DESPACHO Nº 478.2023.01AJ-SUBADM.1030756.2022.001718

PROCESSO N.º: 2022.001718

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo.

INTERESSADO: Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo -DEAC.

Trata-se de Memorando nº 262.2022.DEAC (0916398), de lavra da Chefia da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, por intermédio do qual solicita análise e manifestação acerca do Termo de Referência nº 2.2022.DEAC (0758272), visando à contratação de empresa especializada para realização de **manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo**, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento e de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento, pelo período de 12 (doze) meses, consoante o que consta do referido instrumento referencial, juntado aos presentes autos.

Neste momento processual, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS sugeriu a adequação do Termo de Referência nº 2 (0758272), com as informações a respeito do grupo gerador - como a marca e o modelo - a fim de que o processo seja instruído de maneira eficiente.

Considerando o exposto, acolho a sugestão em apreço e determino o retorno dos autos à DEAC, para retificação do Termo de Referência nº 2 (0758272).

Após, encaminhem-se os autos diretamente ao SCOMS, para as providências subsequentes.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus (AM), 25 de abril de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 26/04/2023, às 13:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1030756** e o código CRC **F10B93CC**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9.2023.DEAC.1032015.2022.001718

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo**,** com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Justifica-se a contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, garantindo a integridade de equipamento, sistemas e pessoas deste *Parquet*.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1 Os serviços objetos deste Termo devem ser adquiridos em conformidade com os quantitativos e especificações descritas no plano de manutenção (Item 4);

2.2 Os produtos e peças a serem utilizados devem ser industrializados, novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, acompanhado de guias e manuais de utilização e garantias, sob pena de ser recusado seu recebimento.

2.3 Início dos serviços a serem prestados: Imediatamente após a assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.

2.4 Duração prevista para o fornecimento e/ou serviços deste contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.

2.5 Grupo gerador Marca Cumins Modelo BC 320 E pot. Standby 400Kva Numero de série C 3201009.

2.5.1 Motor Marca Cumins, Modelo M 77855G7, SO 15375, Combustível Diesel, Numero de sére 41139120;

2.5.2 Gerador Silent Genset. Modelo UC1447E Numero de série 10056112;

2.6 Fornecimento de óleo combustivel tipo diesel compativel com o grupo gerador;

2.7 Instalação de tanque externo reserva de 500l para aumentar a autonomia do grupo gerador.

3. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

3.1 Manutenção Preventiva:

3.1.1 Definição: Entende-se por manutenção preventiva, como sendo toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos.

3.1.2 As manutenções preventivas serão realizadas no equipamento objeto deste contrato, conforme procedimentos e roteiros indicados pelo fabricante, seguindo rigorosamente cronograma acordado com a Fiscalização.

3.1.3 A manutenção preventiva engloba todas as partes visíveis dos equipamentos, sem que haja a necessidade do seu desmonte. Sendo necessária a retirada de peças e/ou equipamentos para a manutenção preventiva, o prestador de serviços deverá cumprir as instruções do fabricante.

3.1.4 As manutenções preventivas deverão ser realizadas em dias úteis de segunda a sexta-feira de 8:00h

as 14:00h.

3.1.5 Deverão ser apresentados cronogramas de manutenção identificando: o componente de cada sistema, data, tempo previsto para execução das preventivas, roteiros com parâmetros e procedimentos operacionais de manutenção preventiva e modelo de relatório de manutenção preventiva dos equipamentos constantes no contrato, de acordo com as definições do manual do fabricante dos equipamentos.

3.1.6 Deverão estar incluídos todos as peças de desgaste (filtros, correias, óleos, líquidos aditivos, baterias e sensores) e os testes de parâmetros e segurança necessários para os equipamentos.

3.1.6.1 A CONTRATADA deverá manter os equipamentos de medição dos parâmetros sempre aferidos e calibrados, e quando necessário apresentar o certificados de calibração dos equipamentos.

3.1.7 Caso não seja possível realizar a manutenção preventiva do equipamento, conforme o cronograma acordado com o DEAC, será aplicado no valor mensal um desconto proporcional ao valor pago, conforme segue:

N – Número de preventivas programadas que não foram executadas;
VR – Valor da manutenção do equipamento;
D – Desconto na parcela do mês corrente;
D = 20% X ((N1xVR1)+(N2xVR2)+...)

3.1.7.1 No caso de atrasos na entrega de peças e/ou equipamentos em manutenção preventiva ou corretiva não justificada, será aplicada a multa sobre de 0,03% (conforme previsto na Lei nº 8666/93) do valor mensal da parcela, por dia de atraso para cada peça e ou equipamento.

3.1.8 A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico mensal de serviço do equipamento com informações sobre as manutenções preventivas realizadas.

OBS: A empresa deverá adotar todos os padrões de segurança ao realizar a manutenção dos equipamentos e usar procedimentos necessários para o bom andamento e segurança do serviço. Qualquer ocorrência, acarretando defeitos provenientes da imperícia do prestador ficará a cargo do mesmo, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

3.2. Manutenção Corretiva:

3.2.1 Definição: É o conjunto de serviços executados nos equipamentos com falha, a Manutenção consiste em substituir peças ou componentes que se desgastaram ou falharam e que levaram a máquina ou o equipamento a uma parada, por falha ou pane em um ou mais componentes.

3.2.2 As manutenções corretivas deverão ser realizadas de segunda a domingo, em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.2.1 O prazo para atendimento será de até 02 (duas) horas após comunicação via e-mail ou fax ou telefone.

3.2.2.2 A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, diversos acessos de comunicação como: telefone fixo, fax, celular, e-mail, ou qualquer outra modalidade para intercomunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, com o nome do respectivo técnico para assistência, incluindo para os casos de sobre aviso.

3.2.2.3 A empresa CONTRATADA deverá fornecer um contato (plantão) para atendimentos de urgência em até 02 (duas) horas nos sábados, domingos e feriados, sendo que o atendimento deverá ser em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.3 O prazo para diagnostico será de até 01 hora, após a chegada do técnico nas dependências desta PGJ. Neste prazo estão contempladas as seguintes etapas: diagnóstico técnico, descrição da falha, tipo de reparo, aferição, testes funcionais e liberação para utilização.

3.2.3.1 Ocorrendo avarias/desgastes dos equipamentos, cuja recuperação seja longa, fazendo-se necessário substituir peças danificadas ou consertá-las fora das instalações desta unidade de saúde, as mesmas deverão ser levadas pela empresa CONTRATADA, retornando dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas. O prestador de serviços deverá devolver a peça substituída ao CONTRATANTE.

3.2.3.2 No caso de substituição de peças, a empresa CONTRATADA deverá colocar o equipamento em perfeita condição de desempenho e segurança conforme previsto no manual técnico do fabricante. A empresa CONTRATADA ficará na obrigação de registrar todas as peças utilizadas no equipamento sob contrato e enviar mensalmente um histórico (relatório) da relação de peças substituídas para o Setor de Engenharia de Manutenção.

3.3 Para as manutenções corretivas não há limite de número de visitas, devendo ser realizadas tantas quanto forem necessárias, conforme a demanda e sinistros ocorridos.

3.4 Todos os serviços de manutenção preventiva e ou corretiva, e deverão ser registrado em Ordem de Serviço, sendo que uma cópia deverá ser entregue para o DEAC e deverá ser atestada pelo fiscal designado do contrato.

3.4.1 A Ordem de Serviço deverá conter todos os dados do equipamento, serviços executados e assinatura do técnico responsável.

3.4.2 A Ordem de Serviço também deverá ser assinada pelo DEAC, atestando a execução dos serviços.

3.4.3 A CONTRATADA deverá anotar na ordem de serviço sempre, principalmente nos casos de urgência o motivo da chamada, registrar as ocorrências durante a execução dos serviços, cientificando o CONTRATANTE.

3.4.4 A empresa CONTRATADA deverá realizar o check-list, em formulário próprio da empresa, constando no campo as apurações técnicas, estando estas regulares ou não.

3.5 A CONTRATADA só poderá realizar testes de funcionamento dos equipamentos na presença da fiscalização da CONTRATANTE.

3.6 Os valores correspondentes a fretes para a locomoção dos equipamentos, bem como dos materiais contemplados no contrato, necessários para a execução dos serviços, e impostos correrão por conta da empresa CONTRATADA.

3.7 Do fornecimento de peças

3.7.1 As peças de reposição e os acessórios cobertos pelo contrato serão as relacionada no anexo II e deverão ser fornecidas pela empresa CONTRATADA.

3.7.1.1 A empresa Contratada deverá fornecer todas as peças e os acessórios necessários para o devido funcionamento do equipamento constante neste Termo de Referência.

3.7.1.2 Peças e os acessórios que não sejam contempladas pelo contrato deverão ser fornecidos pela contratada mediante apresentação de três propostas comerciais cabendo a Contratante escolher e aprovar o fornecedor. A Contratante independente do Contratado poderá buscar outros fornecedores a sua conveniência.

3.7.2 Todas as peças necessárias para a execução das manutenções preventivas deverão ser apresentadas ao DEAC com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas em relação do cronograma acordado e deverão estar previstas no *check-list* e procedimento operacional para a execução das manutenções preventivas.

3.7.2.1 Todas as peças deverão ser novas e originais ou com a comprovação das mesmas características técnicas que aquelas definidas pelos fabricantes. As peças de reposição utilizadas deverão ser da mais alta qualidade e adquiridas diretamente dos fabricantes.

3.7.3 Todos os acessórios, peças e insumos necessários para as manutenções deverão ser custeados pela CONTRATADA, fazendo parte da manutenção preventiva e/ou corretiva, sendo devolvidos à CONTRATANTE todos os itens que forem substituídos.

3.7.3.1 Todas as peças fornecidas deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Para o fornecimento de peças e acessórios não contemplados no contrato, a empresa Contratada deverá emitir nota fiscal das mesmas.

4. DO PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

4.1 A empresa CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE o **Plano de Manutenção Preventiva Anual** do equipamento listado neste Termo de Referência no prazo máximo de 10 (Dez) dias, após assinatura do Contrato. O Plano de Manutenção Preventiva Anual deverá conter calendário das rotinas de manutenções preventivas, com a planilha de execução dos serviços, durante o prazo de vigência do contrato.

4.1.1 Deverão ser entregues 02 (duas) vias originais do Plano de Manutenção Preventiva Anual a serem

entregues ao Setor de Engenharia de Manutenção.

4.1.2 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar quadro com todas as informações necessárias (procedimentos, serviços, cronogramas, etc.) para garantir o correto desenvolvimento das atividades de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos listados neste Termo de Referência. O quadro deverá ser acessível aos funcionários da empresa CONTRATADA, dos órgãos fiscalizadores e do DEAC.

4.2 A empresa CONTRATADA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE, relatório circunstanciado dos serviços prestados em cada equipamento, mediante recibo, fazendo constar desse relatório, inclusive quais as peças foram substituídas e sua respectiva referência, os motivos de quebra apurados, os resultados de calibrações efetuadas, dentre outros.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

5.1 **No momento da assinatura do contrato**, entregar **declaração expressa** de que cumpre as exigências das normas regulamentadoras emanadas pela **Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego,** e que manterá essa condição **durante toda a vigência do contrato firmado**.

5.2 Encaminhar à FISCALIZAÇÃO, **antes do início da execução dos serviços**, a **relação nominal de todos os empregados** designados para prestar serviços nas instalações da CONTRATANTE, junto com:

a) Nome completo, função e cópia da carteira de identidade de cada funcionário;

b) Cópia da Certidão de registro no CREA, do responsável técnico pelos serviços;

5.2.1 A não apresentação dos dados especificados no acima poderá inviabilizar o acesso ao local de execução dos serviços.

5.2.2 A CONTRATADA deverá dar ciência prévia à FISCALIZAÇÃO de quaisquer alterações nas informações apresentadas, decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

5.3 Entregar, no prazo de **cinco dias úteis** contados da assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, a via destinada ao CONTRATANTE da(s) **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) em nome do responsável técnico pelos serviços,** devidamente registrada(s), nos termos da Lei nº 6.496/77.

5.4 Apresentar, **até 10 (dez) dias do início da execução dos serviços**, o **Plano de Manutenção, previamente aprovado pela Fiscalização da CONTRATANTE**, junto a respectiva **ART**.

5.5 Desenvolver todas as suas obrigações estipuladas neste Termo com esmero e perfeição, observando estreitamente suas especificações, as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação federal, estadual e municipal, se houver, e as últimas revisões das normas técnicas específicas, especialmente as normas da **ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas**, bem como outras normas correlatas, ainda que não explicitamente citadas neste documento.

5.5.1 Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam a melhor técnica preconizada para os serviços.

5.6 Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste Termo.

5.7 Responsabilizar-se por todas as **licenças e taxas** necessárias à execução dos serviços, inclusive as taxas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/AM referentes à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) pelos serviços executados.

5.8 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da CONTRATANTE.

5.9 **Manter o sistema auxiliar de energia (grupo gerador) em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento**, através de pessoal treinado e especializado, bem como a **conservar devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços**.

5.9.1 Executar no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o fornecimento da Ordem de Serviço, a montagem do tanque externo conforme item 2.7;

5.10 Executar os serviços de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, eventuais necessidades de interrupção ou alteração no funcionamento dos equipamentos deverão ser previamente agendadas com a CONTRATANTE.

5.11 Fornecer mão de obra, equipamentos, peças e acessórios de reposição, ferramentas, materiais de consumo, andaimes e equipamentos de segurança, sempre que preciso, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, visando à prestação integral, tempestiva e adequada dos serviços.

5.12 Em qualquer caso, **todas as despesas relativas à mão-de-obra e ferramental, serão integralmente cobertas pelo valor mensal** da manutenção preventiva e corretiva, **sem qualquer ônus adicional** para a CONTRATANTE.

5.13 Dar garantia total pelos serviços executados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, por um prazo **mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.

5.14 Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, transportar conforme determinado pela CONTRATANTE, às suas expensas, o objeto/serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas ou em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE.

5.14.1 Quando necessário realizar o serviço de retirada de diesel contaminado e ou submete-lo a filtragem por filtro de prensa para reutiização;

5.14.2 Decorrido o prazo descrito no item acima sem o atendimento devido, fica a CONTRATANTE autorizada a **contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos**, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à **garantia** dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

5.15 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que executarão o objeto deste Termo, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.

5.16 Manter **quadro de pessoal** competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem-feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com as etapas do serviço, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.

5.17 Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à **segurança e medicina do trabalho**, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de **equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's** - adequados para cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.

5.18 Fornecer a seus empregados os **uniformes**, os quais deverão ser mantidos em bom estado e condições de higiene.

5.18.1 Todos aqueles que prestarão serviços em nome do CONTRATADO, mesmo que temporariamente, deverão estar **uniformizados e identificados por meio de crachá, com fotografia recente**.

5.19 Responder pela **idoneidade moral e técnica** dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente **responsável**, em qualquer caso, **por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza**, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

5.19.1 A CONTRATADA ficará obrigada a concorrer para que seus empregados executem suas atividades com pontualidade, eficiência e conduta adequada, sendo requisitos necessários para a boa execução dos serviços: educação, cortesia, cordialidade, urbanidade, padrão moral, zelo e dedicação.

5.20 Afastar do local de serviços qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da CONTRATANTE, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a partir da notificação expedida pela CONTRATANTE.

5.21 Responsabilizar-se por todos os **encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias** que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

5.21.1 Além do pagamento dos salários e encargos sociais e trabalhistas, inclusive obrigações relativas a **acidentes de trabalho**, a CONTRATADA será responsável pelas despesas alusivas a **vales-alimentação e vales-transporte** destinados aos seus empregados, nas quantidades necessárias e suficientes a serem utilizados no decorrer do trabalho, conforme Convenção Coletiva e Termos Aditivos vigentes.

5.21.2 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto deste Termo, **não** transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

5.22 Apresentar, durante toda a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.23 Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela PGJ/AM, acatando as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados e obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

5.23.1 A ação de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

5.24 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, **por escrito**, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste Termo, e apresentar justificativa **escrita,** devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

5.24.1 Caso ocorra atraso por culpa da CONTRATANTE, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

5.25 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

5.25.1 A PGJ/AM não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

5.26 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.

5.27 A inobservância das especificações constantes deste Termo, bem como das cláusulas contratuais, implicará na rejeição parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA ao grupo gerador, colaborando para a tomada de medidas necessárias a prestação de serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional;

6.2. Não permitir que pessoas não especializadas manuseiem, operem ou tentem executar reparos ou consertos nos grupos geradores, a fim de evitar possíveis avarias nos equipamentos;

6.3. Não permitir o uso de materiais obsoletos e alheios ao grupo gerador na área do grupo gerador, além daquele que diz respeito ao conjunto de equipamentos instalados;

6.4. Visar as Ordens de Serviço e Relatórios na ocasião das visitas dos técnicos da CONTRATADA;

6.5. Autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por Lei ou determinações de autoridades competentes;

6.6. Autorizar a execução dos serviços ou substituição de peças extras que a Assistência Técnica entender necessárias ao eficiente funcionamento dos grupos geradores;

6.7. Permitir a retirada de qualquer componente dos grupos geradores somente mediante recibo em impresso próprio da Assistência Técnica, salvo se houver substituição de componentes no ato do serviço;

6.8. Cumprir rigorosamente a orientação técnica da Assistência Técnica;

6.9. Executar os serviços necessários para a segurança e o eficiente funcionamento dos grupos geradores alheios a especialidade da Assistência Técnica;

6.10. Acompanhar e fiscalizar periodicamente a execução dos serviços constantes deste Termo de Referência

e do Contrato;

6.11. Designar fiscalização para o gerenciamento do contrato;

6.12. Promover o acompanhamento da execução do contrato, nos aspectos qualitativo e quantitativo, por meio da fiscalização;

6.13. Notificar a Contratada acerca de falhas havidas na execução do contrato e/ou serviço, exigindo as medidas reparadoras estabelecidas neste Termo;

6.14. Exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos materiais entregues ao Hospital.

6.16. Efetuar regularmente o pagamento da fatura apresentada, nos moldes estabelecidos no presente Termo de referência e cronograma estabelecido pela PGJ, a qual deverá estar devidamente acompanhada da documentação exigida no contrato;

6.17. A Contratante manterá com a Contratada, relacionamento de mútuo respeito e urbanidade, sem prejuízo da observância da Legislação e normas regulamentadoras vigentes;

7. DA VISITA TÉCNICA

7.1 As empresas licitantes **PODERÃO** realizar, sob o acompanhamento de servidor especialmente designado, vistoriar à unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer as instalações e equipamento onde serão executados os serviços e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame.

7.1.1 Se for opção do licitante por visitar, este deverá ser cuidadosamente inspecionados; levando em conta todos os aspectos, como grau de dificuldade para a execução dos serviços e procederão à rigorosa conferência das medidas e de outros aspectos julgados de interesse.

7.1.2 A vistoria deverá ser realizada pelo **representante da empresa, devidamente credenciado pela empresa licitante.**

7.1.2.1 Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade, e Carta de Credenciamento, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando o representante da empresa que realizará a vistoria;

7.1.2.2 Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento em papel timbrado da empresa, denominado Atestado de Vistoria (conforme modelo), que será assinado por servidor designado da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC desta PGJ-AM, onde a DEAC declarará ter acompanhado o responsável técnico apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada;

7.1.2.3 O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na fase licitatória, nos termos definidos no edital do certame;

Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário *por parte da futura CONTRATADA, quando do cumprimento das obrigações.*

7.1.3 As visitas deverão ser previamente agendadas, com **até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, pelo telefone **(92) 3655-0739 - DEAC - Divisão Engenharia Arquitetura e Cálculo**, no período das 8h às 14h.

7.2 Em optando pela dispensa da vistoria, a licitante emitirá carta declaratória (conforme modelo) de que **aceita todas as condições de instalações e funcionamento dos equipamentos e a ela não será aceito quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário**.

8. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.1 Para que possam ser habilitados a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão:

8.1.1 **Realizar Vistoria**, no local da prestação dos serviços, para adequado conhecimento do objeto a ser contratado, e ou apresentar carta declaratória de **dispensa de vistoria** e aceitação todas as condições de instalações e funcionamento dos equipamentos.

8.1.2 **Comprovação de qualificação técnica**, constando de:

a)**Certidão de registro**

a.1) O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

a.2) No caso de sagrar-se vencedora empresa inscrita em CREA de outra jurisdição, será necessário o visto do CREA/AM, à época da contratação;

a.3) A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

b)**Atestados de Capacidade Técnica**

b.1) Os referidos atestados deverão ser apresentados com o visto do CREA ou na forma de Certidão de Acervo Técnico – CAT. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

b.2) **Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais** cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação do CONTRATADO no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;

b.3) No caso do subitem anterior, o CONTRATADO submeterá à aprovação do CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita **por escrito**, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser **apreciada e aprovada pela PGJ/AM**.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;

9.2. A Fiscalização não permitirá que o pessoal da CONTRATADA realize o fornecimento de materiais em desacordo com as normas preestabelecidas;

9.3. Antes do início da prestação dos serviços será realizada reunião entre as partes, a ser convocada pela fiscalização, com o objetivo de discutir e uniformizar as providências necessárias ao cumprimento do fornecimento do serviço e das obrigações contratuais;

9.4. A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do fornecimento do objeto e outras que sejam julgadas necessárias para o fiel cumprimento do Contrato. Essa fiscalização não exime a CONTRATADA das responsabilidades oriundas de suas falhas e/ou omissões;

9.5. A CONTRATADA em hipótese alguma poderá transferir os serviços, objeto deste CONTRATO a Terceiros.

10. DO PAGAMENTO

10.1. A forma de pagamento dar-se-á mensalmente, em conformidade com o contrato de prestação de serviços;

10.2. A CONTRATADA apresentará na sede da CONTRATANTE a fatura mensal correspondente aos serviços realizados, conforme os valores acordados no contrato, devidamente atestada pela CONTRATANTE;

10.3. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o serviço fornecido, por meio de empenho do valor constante na fatura interposta pela CONTRATADA, com forme os prazos administrativos previstos pela Diretoria de Orçamentos e Finanças;

10.4. Somente deverá ser efetuado o pagamento dos serviços efetivamente realizados no período e comprovado mediante atesto da fiscalização;

10.5. A liberação do pagamento das faturas mensais apresentadas pela CONTRATADA fica vinculada à apresentação dos seguintes documentos:

1. Fatura dos serviços executados devidamente atestados pelo setor responsável;
2. Certidões negativas (INSS, MINISTÉRIO DA FAZENDA, FGTS, DÉBITOS TRABALHISTAS, FAZENDA ESTADUAL, FAZENDA MUNICIPAL);
3. Nota de Empenho (cópia);
4. Relatório técnico contando informações sobre os serviços executados durante o mês faturado.

10.6. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobradas diretamente da empresa, amigáveis ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas no instrumento contratual e legislações em vigor.

10.7 As substituições das peças não cobertas pelo contrato, em razão de dano ou com baixo rendimento, serão executados pela CONTRATADA desde que os preços se mostrem vantajosos e condizentes com a realidade do mercado local, mediante autorização expressa do CONTRATANTE precedida de aprovação de relatório técnico com justificativa e do orçamento e, de empenho prévio do valor correspondente;

10.7.1 O relatório técnico a que se refere o subitem acima deverá conter, precipuamente, as seguintes informações:

10.7.1.1 Identificação do equipamento: número de série do equipamento (tombo de identificação utilizada pela PGJ-AM)/Local de instalação do equipamento (setores desta PGJ-AM);

10.7.1.2 Justificativa técnica descritiva assinada pelo responsável técnico;

10.7.1.3 Apresentar proposta orçamentária para fornecimento das peças *(fundamentar com apresentação de pelo menos 3 (três) propostas obtidas através de pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo – em papel timbrado de cada empresa);*

10.7.1.4 Apresentar prazo para a realização do serviço de substituição devidamente justificado.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1. O prazo da prestação do serviço da empresa CONTRATADA será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do instrumento contratual;

11.2. A CONTRATANTE obriga-se a promover, às suas expensas, a publicação, em Extrato, do presente contrato, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de assinatura, no Diário Oficial do Estado;

11.3. O prazo para início das atividades ficará, ainda, vinculado à lavratura da Ordem de Serviço a ser exarada pela Diretoria Administrativa Financeira da Entidade.

12. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS

12.1. O conceito de qualidade de atendimento será definido conforme a tabela seguir:

Conceito	**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**	**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias.**
Ótimo	No prazo	0
Bom	Até 5 dias	2
Regular	Até 10 dias	4
Ruim	Acima de 10 Dias	6

12.2 Os conceitos serão definidos tanto pela coluna "**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**" tanto pela coluna "**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias**", não sendo necessário que as duas ocorram ao mesmo tempo.

12.3 A CONTRATADA se submeterá às sanções administrativas sintetizadas na tabela abaixo, caso não alcance níveis satisfatórios do **Acordo de Níveis de Serviço:**

CONCEITO	**PENALIDADES**
Ótimo	Isento
Bom	Advertência e multa conforme gravidade
Regular	Multa conforme gravidade

Ruim	Multa conforme gravidade, suspensão, declaração de idoneidade e Rescisão.

12.4 **Das Multas**

12.4.1 Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta (Tabela 1), as multas conforme Tabela 2:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	CRITÉRIO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.	Por ocorrência	4
3	Não entregar os serviços em conformidade com os critérios de recebimento estabelecidos neste Termo.	Por ocorrência e por serviço	4
4	Não utilizar materiais (peças, componentes e dispositivos) novos e originais e ou aprovados pela fiscalização.	Por ocorrência e por material	4
5	Recusar-se a executar a garantia determinado pelo CONTRATANTE, sem motivo justificado.	Por ocorrência	3
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento.	Por ocorrência	2
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência do CONTRATANTE.	Por ocorrência	2
Para os itens a seguir, deixar de:			
8	Entregar objeto de forma integral em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.	Por dia	4
9	Prover serviços de garantia, para os serviços durante o período de garantia;	Por serviço e por ocorrência	4
10	Descumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores.	Por ocorrência	3
11	Obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive, de responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes.	Por item, por ocorrência.	3
12	Cumprir as demais obrigações dentro do prazo contratual.	Por ocorrência e por período de atraso	2

13	Manter a documentação de habilitação atualizada.	Por item, por ocorrência	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,05% do valor do contrato.
2	0,10% do valor do contrato.
3	0,15% do valor do contrato.
4	0,20% do valor do contrato.

12.5 No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.6 As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

12.7 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e íntegra o procedimento interno respectivo.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE
Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações. Manaus – AM, de maio de 2023. **Eng. Paulo Augusto de Oliveira Lopes** Chefe da Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo

APROVAÇÃO	
Solicitamos aprovação. Manaus – AM, / / 2023.	Despacho de Aprovação. ( ) Aprovado ( ) Não aprovado

	Manaus – AM, / / 2023.
IVANETE DE OLIVEIRA NASCIMENTO Diretora-Geral / MP/PGJ/AM	**LÍLIAN MARIA PIRES STONE** Ordenadora de despesas

ANEXO I
DETALHAMENTO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

MANUTENÇÕES PREVENTIVAS PARA GRUPOS GERADORES

MANUTENÇÃO MENSAL
Motor Diesel

- Verificar a existência de vazamentos;
- Verificar a vedação da tampa do radiador e, se necessário, trocar;
- Verificar e completar os níveis de água, aditivo e, se necessário, trocar;
- Verificar e completar os níveis de óleo e, se necessário, trocar;
- Verificar tensão e estado das correias e, se necessário, trocar;
- Verificar mangotes e braçadeiras de fixação e, se necessário, trocar;
- Verificar e efetuar correções no sistema de aceleração e parada do motor;
- Verificar o motor de arranque e, se necessário, trocar;
- Verificar o estado da colmeia do radiador e, se necessário, trocar;
- Testar instrumentos de controle;
- Testar e ajustar o sistema de preaquecimento.

Alternador

- Verificar regulador de tensão;
- Verificar componentes elétricos e eletrônicos, bem como conexões;
- Substituir escovas defeituosas;
- Lubrificar mancais;
- Lubrificar rolamentos;

Bateria

- Verificar fixação das baterias e conexões dos cabos e, se necessário, trocar;
- Completar nível de água;
- Medir temperatura dos elementos;
- Medir densidade do eletrólito;
- Medir tensão por elemento;
- Limpar bornes e conexões.

Quadro de alimentação, comando, proteção e sincronismo

- Reapertar conexões;
- Substituir fusíveis queimados;
- Substituir lâmpadas queimadas;
- Verificar atuação dos relés e sensores e, se necessário, trocar;
- Corrigir atuação do painel de sincronismo.

Testes de funcionamento

- Colocar o grupo em funcionamento, com pelo menos 50% de carga, por 30 minutos ou mais, verificando e anotando: pressão do óleo, temperatura do bloco, frequência, tensão do gerador, corrente do gerador;
- Simular falta de rede com o equipamento no automático e anotar: tempo de entrada do grupo, tempo de transferência;
- Simular retorno da rede e anotar: tempo de transferência/supervisão, tempo de resfriamento;
- Anotar horas de trabalho da unidade;
- Verificar entrada da bomba e ventilador do radiador com partida do grupo;
- Verificar estabilidade de rotação;
- Corrigir anormalidades observadas.

Diversos

- Limpar todo o conjunto;
- Verificar aterramento;
- Verificar boia do óleo combustível;
- Manter abastecido com combustível o Grupo Gerado;

OBS: Os parâmetros de manutenção podem ter a sua periodicidade alterada em função da qualidade dos suprimentos e frequência de utilização dos equipamentos. Novos serviços de manutenção poderão ser incluídos conforme necessidade.

ANEXO II

LISTA DE INSUMOS CONTEMPLADOS PELO CONTRATO

LISTA DE INSUMOS CONTEMPLADOS PELO CONTRATO

Item	Descrição	Unid.	Qtde.
01	Elemento do filtro de óleo lubrificante	Peça	02
02	Filtro de combustível	Peça	04
03	Filtro de ar	Peça	01
04	Óleo lubrificante 15w40	balde	04
05	Líquido para sistema de arrefecimento	Litros	10
06	Kit de material de limpeza	Peça	02
07	Correias	Peça	02
08	Mangueiras de combustível	Metro	20
09	Bateria automotiva de 150 amperes e acessórios	Peça	02
10	Terminal de bateria	Peça	04
11	Regulador de tensão	Peça	01
12	Carregador de baterias	Peça	01
13	Regulador de velocidade	Peça	01
14	Sensor de temperatura	Peça	01
15	Sensor de pressão do óleo	Peça	01
16	Pick-up magnético	Peça	01
17	Modulo eletrônico de controle de rotação	Peça	01
18	Chave motorizada de transferência automática	Peça	01
19	Mangotes do radiador	Peça	04
20	Sensor de nível de combustível	Peça	01
21	Módulo de controle e comando automático	Peça	01
22	Válvula solenóide de funcionamento	Peça	01
23	Pressostato de óleo	Peça	01
24	Termostato da água	Peça	01
25	Bomba injetora e seus componentes (bico, atuador de velocidade e outros)	Peça	04
26	Radiador	Peça	01
27			
28	Graxa, estopa, pano, lixa, tinta,	Diversos	

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM GRUPO GERADORE

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Preço total
01	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.	mês	12,0		
02	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios	Und	1,0		
03	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel	lt	3.552,00		
Preço total (R$)					

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 26/04/2023, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1032015** e o código CRC **0534D95D**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 147.2023.DEAC.1034325.2022.001718

Ao Senhora

Anne Jakeline Carvalho das Neves

Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS

Assunto: Encaminha procedimento para providências.

Senhora Chefe,

Em atenção ao Despacho N.º 478.2023.01AJ-SUBADM.1030756.2022.001718 foi editado o Termo de Referência N.º 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718 que além de incluir as informações sobre a marca e modelo do Grupo Gerador no Item 2. Detalhamento do Objeto, Subitem 2.5 alem de incluir no mesmo contrato o serviço de fornecimento de combustível para atender as necessidades do Grupo Gerador processo 2021.003738 que não obteve sucesso na coleta de informações para formação de preço básico, e foi encaminhado a este setor para busca de nova solução conforme Memorando N.º 101.2023.SCOMS.0980968.2021.003738.

Atenciosamente,

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 02/05/2023, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1034325** e o código CRC **0C995404**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo**,** com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Justifica-se a contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, garantindo a integridade de equipamento, sistemas e pessoas deste *Parquet*.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1 Os serviços objetos deste Termo devem ser adquiridos em conformidade com os quantitativos e especificações descritas no plano de manutenção (Item 4);

2.2 Os produtos e peças a serem utilizados devem ser industrializados, novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, acompanhado de guias e manuais de utilização e garantias, sob pena de ser recusado seu recebimento.

2.3 Início dos serviços a serem prestados: Imediatamente após a assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.

2.4 Duração prevista para o fornecimento e/ou serviços deste contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.

2.5 Grupo gerador Marca Cumins Modelo BC 320 E pot. Standby 400Kva Numero de série C 3201009.

2.5.1 Motor Marca Cumins, Modelo M 77855G7, SO 15375, Combustível Diesel, Numero de sére 41139120;

2.5.2 Gerador Silent Genset. Modelo UC1447E Numero de série 10056112;

2.6 Fornecimento de óleo combustivel tipo diesel compativel com o grupo gerador;

2.6.1 A quantidade mínima a ser fornecida por pedido será de 200 litros;

2.6.2 A quantidade máxima a ser fornecida por pedido será de 400 litros;

2.6.3 A quantidade total de 3.552,00 litros é a quantidade total que poderá ser demanda ao longo da validade do contrato;

2.6.4 Entende-se por **Operação de abastecimento** como sendo todas as atividades, materiais, ferramentas e mão de obra necessárias para realizar o abastecimento do Grupo Gerador no endereço indicado no contrato.

2.7 Instalação de tanque externo reserva de 500l para aumentar a autonomia do grupo gerador.

3. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

3.1 Manutenção Preventiva:

3.1.1 Definição: Entende-se por manutenção preventiva, como sendo toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos.

3.1.2 As manutenções preventivas serão realizadas no equipamento objeto deste contrato, conforme procedimentos e roteiros indicados pelo fabricante, seguindo rigorosamente cronograma acordado com a Fiscalização.

3.1.3 A manutenção preventiva engloba todas as partes visíveis dos equipamentos, sem que haja a necessidade do seu desmonte. Sendo necessária a retirada de peças e/ou equipamentos para a manutenção preventiva, o prestador de serviços deverá cumprir as instruções do fabricante.

3.1.4 As manutenções preventivas deverão ser realizadas em dias úteis de segunda a sexta-feira de 8:00h as 14:00h.

3.1.5 Deverão ser apresentados cronogramas de manutenção identificando: o componente de cada sistema, data, tempo previsto para execução das preventivas, roteiros com parâmetros e procedimentos operacionais de manutenção preventiva e modelo de relatório de manutenção preventiva dos equipamentos constantes no contrato, de acordo com as definições do manual do fabricante dos equipamentos.

3.1.6 Deverão estar incluídos todos as peças de desgaste (filtros, correias, óleos, líquidos aditivos, baterias e sensores) e os testes de parâmetros e segurança necessários para os equipamentos.

3.1.6.1 A CONTRATADA deverá manter os equipamentos de medição dos parâmetros sempre aferidos e calibrados, e quando necessário apresentar o certificados de calibração dos equipamentos.

3.1.7 Caso não seja possível realizar a manutenção preventiva do equipamento, conforme o cronograma acordado com o DEAC, será aplicado no valor mensal um desconto proporcional ao valor pago, conforme segue:

N – Número de preventivas programadas que não foram executadas;
VR – Valor da manutenção do equipamento;
D – Desconto na parcela do mês corrente;
D = 20% X ((N1xVR1)+(N2xVR2)+...)

3.1.7.1 No caso de atrasos na entrega de peças e/ou equipamentos em manutenção preventiva ou corretiva não justificada, será aplicada a multa sobre de 0,03% (conforme previsto na Lei nº 8666/93) do valor mensal da parcela, por dia de atraso para cada peça e ou equipamento.

3.1.8 A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico mensal de serviço do equipamento com informações sobre as manutenções preventivas realizadas.

OBS: A empresa deverá adotar todos os padrões de segurança ao realizar a manutenção dos equipamentos e usar procedimentos necessários para o bom andamento e segurança do serviço. Qualquer ocorrência, acarretando defeitos provenientes da imperícia do prestador ficará a cargo do mesmo, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

3.2. Manutenção Corretiva:

3.2.1 Definição: É o conjunto de serviços executados nos equipamentos com falha, a Manutenção consiste em substituir peças ou componentes que se desgastaram ou falharam e que levaram a máquina ou o equipamento a uma parada, por falha ou pane em um ou mais componentes.

3.2.2 As manutenções corretivas deverão ser realizadas de segunda a domingo, em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.2.1 O prazo para atendimento será de até 02 (duas) horas após comunicação via e-mail ou fax

ou telefone.

3.2.2.2 A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, diversos acessos de comunicação como: telefone fixo, fax, celular, e-mail, ou qualquer outra modalidade para intercomunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, com o nome do respectivo técnico para assistência, incluindo para os casos de sobre aviso.

3.2.2.3 A empresa CONTRATADA deverá fornecer um contato (plantão) para atendimentos de urgência em até 02 (duas) horas nos sábados, domingos e feriados, sendo que o atendimento deverá ser em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.3 O prazo para diagnostico será de até 01 hora, após a chegada do técnico nas dependências desta PGJ. Neste prazo estão contempladas as seguintes etapas: diagnóstico técnico, descrição da falha, tipo de reparo, aferição, testes funcionais e liberação para utilização.

3.2.3.1 Ocorrendo avarias/desgastes dos equipamentos, cuja recuperação seja longa, fazendo-se necessário substituir peças danificadas ou consertá-las fora das instalações desta unidade de saúde, as mesmas deverão ser levadas pela empresa CONTRATADA, retornando dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas. O prestador de serviços deverá devolver a peça substituída ao CONTRATANTE.

3.2.3.2 No caso de substituição de peças, a empresa CONTRATADA deverá colocar o equipamento em perfeita condição de desempenho e segurança conforme previsto no manual técnico do fabricante. A empresa CONTRATADA ficará na obrigação de registrar todas as peças utilizadas no equipamento sob contrato e enviar mensalmente um histórico (relatório) da relação de peças substituídas para o Setor de Engenharia de Manutenção.

3.3 Para as manutenções corretivas não há limite de número de visitas, devendo ser realizadas tantas quanto forem necessárias, conforme a demanda e sinistros ocorridos.

3.4 Todos os serviços de manutenção preventiva e ou corretiva, e deverão ser registrado em Ordem de Serviço, sendo que uma cópia deverá ser entregue para o DEAC e deverá ser atestada pelo fiscal designado do contrato.

3.4.1 A Ordem de Serviço deverá conter todos os dados do equipamento, serviços executados e assinatura do técnico responsável.

3.4.2 A Ordem de Serviço também deverá ser assinada pelo DEAC, atestando a execução dos serviços.

3.4.3 A CONTRATADA deverá anotar na ordem de serviço sempre, principalmente nos casos de urgência o motivo da chamada, registrar as ocorrências durante a execução dos serviços, cientificando o CONTRATANTE.

3.4.4 A empresa CONTRATADA deverá realizar o check-list, em formulário próprio da empresa, constando no campo as apurações técnicas, estando estas regulares ou não.

3.5 A CONTRATADA só poderá realizar testes de funcionamento dos equipamentos na presença da fiscalização da CONTRATANTE.

3.6 Os valores correspondentes a fretes para a locomoção dos equipamentos, bem como dos materiais contemplados no contrato, necessários para a execução dos serviços, e impostos correrão por conta da empresa CONTRATADA.

3.7 Do fornecimento de peças

3.7.1 As peças de reposição e os acessórios cobertos pelo contrato serão as relacionada no anexo II e deverão ser fornecidas pela empresa CONTRATADA.

3.7.1.1 A empresa Contratada deverá fornecer todas as peças e os acessórios necessários para o devido funcionamento do equipamento constante neste Termo de Referência.

3.7.1.2 Peças e os acessórios que não sejam contempladas pelo contrato deverão ser fornecidos pela contratada mediante apresentação de três propostas comerciais cabendo a Contratante escolher e aprovar o fornecedor. A Contratante independente do Contratado poderá buscar outros fornecedores a sua conveniência.

3.7.2 Todas as peças necessárias para a execução das manutenções preventivas deverão ser apresentadas ao DEAC com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas em relação do cronograma acordado e deverão estar previstas no *check-list* e procedimento operacional para a execução das manutenções preventivas.

3.7.2.1 Todas as peças deverão ser novas e originais ou com a comprovação das mesmas características técnicas que aquelas definidas pelos fabricantes. As peças de reposição utilizadas deverão ser da mais alta qualidade e adquiridas diretamente dos fabricantes.

3.7.3 Todos os acessórios, peças e insumos necessários para as manutenções deverão ser custeados pela CONTRATADA, fazendo parte da manutenção preventiva e/ou corretiva, sendo devolvidos à CONTRATANTE todos os itens que forem substituídos.

3.7.3.1 Todas as peças fornecidas deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Para o fornecimento de peças e acessórios não contemplados no contrato, a empresa Contratada deverá emitir nota fiscal das mesmas.

3.8 Do fornecimento de combustível

3.8.1 A empresa contratada terá o prazo de 05 (cinco) horas, contadas a partir do horário em que receber a comunicação do servidor fiscalizador da PGJ-MP/AM, para promover ao abastecimento de diesel do grupo gerador. Devido as circunstâncias do objeto, os abastecimentos ocorrerão em qualquer dia da semana.

3.8.2 A empresa providenciará os equipamentos, ferramentas materiais e mão de obra necessárias para realizar o abastecimento do Grupo Gerador. (pessoal qualificado, tambor, bomba, mangueiras, medidor e outros equipamentos e acessórios que julgar necessário).

3.8.3 Os funcionários da empresa envolvidos no processo deverão fazer uso de todos os EPI's e EPC's necessários a realização da tarefa.

4. DO PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

4.1 A empresa CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE o **Plano de Manutenção Preventiva Anual** do equipamento listado neste Termo de Referência no prazo máximo de 10 (Dez) dias, após assinatura do Contrato. O Plano de Manutenção Preventiva Anual deverá conter calendário das rotinas de manutenções preventivas, com a planilha de execução dos serviços, durante o prazo de vigência do contrato.

4.1.1 Deverão ser entregues 02 (duas) vias originais do Plano de Manutenção Preventiva Anual a serem entregues ao Setor de Engenharia de Manutenção.

4.1.2 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar quadro com todas as informações necessárias (procedimentos, serviços, cronogramas, etc.) para garantir o correto desenvolvimento das atividades de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos listados neste Termo de Referência. O quadro deverá ser acessível aos funcionários da empresa CONTRATADA, dos órgãos fiscalizadores e do DEAC.

4.2 A empresa CONTRATADA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE, relatório circunstanciado dos serviços prestados em cada equipamento, mediante recibo, fazendo constar desse relatório, inclusive quais as peças foram substituídas e sua respectiva referência, os motivos de quebra apurados, os resultados de calibrações efetuadas, dentre outros.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

5.1 **No momento da assinatura do contrato**, entregar **declaração expressa** de que cumpre as exigências das normas regulamentadoras emanadas pela **Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego,** e que manterá essa condição **durante toda a vigência do contrato firmado**.

5.2 Encaminhar à FISCALIZAÇÃO, **antes do início da execução dos serviços**, a **relação nominal de todos os empregados** designados para prestar serviços nas instalações da CONTRATANTE, junto com:

a) Nome completo, função e cópia da carteira de identidade de cada funcionário;

b) Cópia da Certidão de registro no CREA, do responsável técnico pelos serviços;

5.2.1 A não apresentação dos dados especificados no acima poderá inviabilizar o acesso ao local de execução dos serviços.

5.2.2 A CONTRATADA deverá dar ciência prévia à FISCALIZAÇÃO de quaisquer alterações nas informações apresentadas, decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

5.3 Entregar, no prazo de **cinco dias úteis** contados da assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, a via destinada ao CONTRATANTE da(s) **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) em nome do responsável técnico pelos serviços,** devidamente registrada(s), nos termos da Lei nº 6.496/77.

5.4 Apresentar, **até 10 (dez) dias do início da execução dos serviços**, o **Plano de Manutenção, previamente aprovado pela Fiscalização da CONTRATANTE**, junto a respectiva **ART**.

5.5 Desenvolver todas as suas obrigações estipuladas neste Termo com esmero e perfeição, observando estreitamente suas especificações, as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação federal, estadual e municipal, se houver, e as últimas revisões das normas técnicas específicas, especialmente as normas da **ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas**, bem como outras normas correlatas, ainda que não explicitamente citadas neste documento.

5.5.1 Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam a melhor técnica preconizada para os serviços.

5.6 Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste Termo.

5.7 Responsabilizar-se por todas as **licenças e taxas** necessárias à execução dos serviços, inclusive as taxas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/AM referentes à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) pelos serviços executados.

5.8 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da CONTRATANTE.

5.9 **Manter o sistema auxiliar de energia (grupo gerador) em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento**, através de pessoal treinado e especializado, bem como a **conservar devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços**.

5.9.1 Executar no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o fornecimento da Ordem de Serviço, a montagem do tanque externo conforme item 2.7;

5.10 Executar os serviços de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, eventuais necessidades de interrupção ou alteração no funcionamento dos equipamentos deverão ser previamente agendadas com a CONTRATANTE.

5.11 Fornecer mão de obra, equipamentos, peças e acessórios de reposição, ferramentas, materiais de consumo, andaimes e equipamentos de segurança, sempre que preciso, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, visando à prestação integral, tempestiva e adequada dos serviços.

5.12 Em qualquer caso, **todas as despesas relativas à mão-de-obra e ferramental, serão integralmente cobertas pelo valor mensal** da manutenção preventiva e corretiva, **sem qualquer ônus adicional** para a CONTRATANTE.

5.13 Dar garantia total pelos serviços executados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, por um prazo **mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.

5.14 Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, transportar conforme determinado pela CONTRATANTE, às suas expensas, o objeto/serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas ou em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE.

5.14.1 Quando necessário realizar o serviço de retirada de diesel contaminado e ou submete-lo a filtragem por filtro de prensa para reutiização;

5.14.2 Decorrido o prazo descrito no item acima sem o atendimento devido, fica a CONTRATANTE autorizada a **contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos**, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à **garantia** dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

5.15 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que executarão o objeto deste Termo, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.

5.16 Manter **quadro de pessoal** competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem-feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com as etapas do serviço, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.

5.17 Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à **segurança e medicina do trabalho**, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de **equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's** - adequados para cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.

5.18 Fornecer a seus empregados os **uniformes**, os quais deverão ser mantidos em bom estado e condições de higiene.

5.18.1 Todos aqueles que prestarão serviços em nome do CONTRATADO, mesmo que temporariamente, deverão estar **uniformizados e identificados por meio de crachá, com fotografia recente**.

5.19 Responder pela **idoneidade moral e técnica** dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente **responsável**, em qualquer caso, **por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza**, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

5.19.1 A CONTRATADA ficará obrigada a concorrer para que seus empregados executem suas atividades com pontualidade, eficiência e conduta adequada, sendo requisitos necessários para a boa execução dos serviços: educação, cortesia, cordialidade, urbanidade, padrão moral, zelo e dedicação.

5.20 Afastar do local de serviços qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da CONTRATANTE, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a partir da notificação expedida pela CONTRATANTE.

5.21 Responsabilizar-se por todos os **encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias** que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

5.21.1 Além do pagamento dos salários e encargos sociais e trabalhistas, inclusive obrigações relativas a **acidentes de trabalho**, a CONTRATADA será responsável pelas despesas alusivas a **vales-alimentação e vales-transporte** destinados aos seus empregados, nas quantidades necessárias e suficientes a serem utilizados no decorrer do trabalho, conforme Convenção Coletiva e Termos Aditivos vigentes.

5.21.2 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto deste Termo, **não** transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

5.22 Apresentar, durante toda a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.23 Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela PGJ/AM, acatando as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados e obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

5.23.1 A ação de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

5.24 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, **por escrito**, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste Termo, e apresentar justificativa **escrita,** devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

5.24.1 Caso ocorra atraso por culpa da CONTRATANTE, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

5.25 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

5.25.1 A PGJ/AM não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

5.26 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.

5.27 A inobservância das especificações constantes deste Termo, bem como das cláusulas contratuais, implicará na rejeição parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA ao grupo gerador, colaborando para a tomada de medidas necessárias a prestação de serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional;

6.2. Não permitir que pessoas não especializadas manuseiem, operem ou tentem executar reparos ou consertos nos grupos geradores, a fim de evitar possíveis avarias nos equipamentos;

6.3. Não permitir o uso de materiais obsoletos e alheios ao grupo gerador na área do grupo gerador, além daquele que diz respeito ao conjunto de equipamentos instalados;

6.4. Visar as Ordens de Serviço e Relatórios na ocasião das visitas dos técnicos da CONTRATADA;

6.5. Autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por Lei ou determinações de autoridades competentes;

6.6. Autorizar a execução dos serviços ou substituição de peças extras que a Assistência Técnica entender necessárias ao eficiente funcionamento dos grupos geradores;

6.7. Permitir a retirada de qualquer componente dos grupos geradores somente mediante recibo em impresso próprio da Assistência Técnica, salvo se houver substituição de componentes no ato do serviço;

6.8. Cumprir rigorosamente a orientação técnica da Assistência Técnica;

6.9. Executar os serviços necessários para a segurança e o eficiente funcionamento dos grupos geradores alheios a especialidade da Assistência Técnica;

6.10. Acompanhar e fiscalizar periodicamente a execução dos serviços constantes deste Termo de Referência e do Contrato;

6.11. Designar fiscalização para o gerenciamento do contrato;

6.12. Promover o acompanhamento da execução do contrato, nos aspectos qualitativo e quantitativo, por meio da fiscalização;

6.13. Notificar a Contratada acerca de falhas havidas na execução do contrato e/ou serviço, exigindo as medidas reparadoras estabelecidas neste Termo;

6.14. Exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos materiais entregues ao Hospital.

6.16. Efetuar regularmente o pagamento da fatura apresentada, nos moldes estabelecidos no presente Termo de referência e cronograma estabelecido pela PGJ, a qual deverá estar devidamente acompanhada da documentação exigida no contrato;

6.17. A Contratante manterá com a Contratada, relacionamento de mútuo respeito e urbanidade, sem prejuízo da observância da Legislação e normas regulamentadoras vigentes;

7. DA VISITA TÉCNICA

7.1 As empresas licitantes **PODERÃO** realizar, sob o acompanhamento de servidor especialmente designado, vistoriar à unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer as instalações e equipamento onde serão executados os serviços e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame.

7.1.1 Se for opção do licitante por visitar, este deverá ser cuidadosamente inspecionados; levando em conta todos os aspectos, como grau de dificuldade para a execução dos serviços e procederão à rigorosa conferência das medidas e de outros aspectos julgados de interesse.

7.1.2 A vistoria deverá ser realizada pelo **representante da empresa, devidamente credenciado pela empresa licitante.**

7.1.2.1 Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade, e Carta de Credenciamento, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando o representante da empresa que realizará a vistoria;

7.1.2.2 Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento em papel timbrado da empresa, denominado Atestado de Vistoria (conforme modelo), que será assinado por servidor designado da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC desta PGJ-AM, onde a DEAC declarará ter acompanhado o responsável técnico apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada;

7.1.2.3 O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na fase licitatória, nos termos definidos no edital do certame;

Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário *por parte da futura CONTRATADA, quando do cumprimento das obrigações.*

7.1.3 As visitas deverão ser previamente agendadas, com **até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, pelo telefone **(92) 3655-0739 - DEAC - Divisão Engenharia Arquitetura e Cálculo**, no período das 8h às 14h.

7.2 Em optando pela dispensa da vistoria, a licitante emitirá carta declaratória (conforme modelo) de que **aceita todas as condições de instalações e funcionamento dos equipamentos e a ela não será aceito quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário**.

8. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.1 Para que possam ser habilitados a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão:

8.1.1 **Realizar Vistoria**, no local da prestação dos serviços, para adequado conhecimento do objeto a ser contratado, e ou apresentar carta declaratória de **dispensa de vistoria** e aceitação todas as condições de instalações e funcionamento dos equipamentos.

8.1.2 **Comprovação de qualificação técnica**, constando de:

a)**Certidão de registro**

a.1) O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

a.2) No caso de sagrar-se vencedora empresa inscrita em CREA de outra jurisdição, será necessário o visto do CREA/AM, à época da contratação;

a.3) A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

b)**Atestados de Capacidade Técnica**

b.1) Os referidos atestados deverão ser apresentados com o visto do CREA ou na forma de Certidão de Acervo Técnico – CAT. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

b.2) **Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais** cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação do CONTRATADO no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;

b.3) No caso do subitem anterior, o CONTRATADO submeterá à aprovação do CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita **por escrito**, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser **apreciada e aprovada pela PGJ/AM**.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;

9.2. A Fiscalização não permitirá que o pessoal da CONTRATADA realize o fornecimento de materiais em desacordo com as normas preestabelecidas;

9.3. Antes do início da prestação dos serviços será realizada reunião entre as partes, a ser convocada pela fiscalização, com o objetivo de discutir e uniformizar as providências necessárias ao cumprimento do fornecimento do serviço e das obrigações contratuais;

9.4. A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do fornecimento do objeto e outras que sejam julgadas necessárias para o fiel cumprimento do Contrato. Essa fiscalização não exime a CONTRATADA das responsabilidades oriundas de suas falhas e/ou omissões;

9.5. A CONTRATADA em hipótese alguma poderá transferir os serviços, objeto deste CONTRATO a Terceiros.

10. DO PAGAMENTO

10.1. A forma de pagamento dar-se-á mensalmente, em conformidade com o contrato de prestação de serviços referente aos serviços intrisicamente ligados ao Grupo Gerador;

10.2. A CONTRATADA apresentará na sede da CONTRATANTE a fatura mensal correspondente aos serviços realizados, conforme os valores acordados no contrato, devidamente atestada pela CONTRATANTE;

10.3. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o serviço fornecido, por meio de empenho do valor constante na fatura interposta pela CONTRATADA, com forme os prazos administrativos previstos pela Diretoria de Orçamentos e Finanças;

10.4. Somente deverá ser efetuado o pagamento dos serviços efetivamente realizados no período e comprovado mediante atesto da fiscalização;

10.5. A liberação do pagamento das faturas mensais apresentadas pela CONTRATADA fica vinculada à apresentação dos seguintes documentos:

1. Fatura dos serviços executados devidamente atestados pelo setor responsável;
2. Certidões negativas (INSS, MINISTÉRIO DA FAZENDA, FGTS, DÉBITOS TRABALHISTAS, FAZENDA ESTADUAL, FAZENDA MUNICIPAL);
3. Nota de Empenho (cópia);
4. Relatório técnico contando informações sobre os serviços executados durante o mês faturado.

10.6. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobradas diretamente da empresa, amigáveis ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas no instrumento contratual e legislações em vigor.

10.7 As substituições das peças não cobertas pelo contrato, em razão de dano ou com baixo rendimento, serão executados pela CONTRATADA desde que os preços se mostrem vantajosos e condizentes com a realidade do mercado local, mediante autorização expressa do CONTRATANTE precedida de aprovação de relatório técnico com justificativa e do orçamento e, de empenho prévio do valor correspondente;

10.7.1 O relatório técnico a que se refere o subitem acima deverá conter, precipuamente, as seguintes informações:

10.7.1.1 Identificação do equipamento: número de série do equipamento (tombo de identificação utilizada pela PGJ-AM)/Local de instalação do equipamento (setores desta PGJ-AM);

10.7.1.2 Justificativa técnica descritiva assinada pelo responsável técnico;

10.7.1.3 Apresentar proposta orçamentária para fornecimento das peças *(fundamentar com apresentação de pelo menos 3 (três) propostas obtidas através de pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo – em papel timbrado de cada empresa);*

10.7.1.4 Apresentar prazo para a realização do serviço de substituição devidamente justificado.

10.8 Para o pagemntos do fornecimento de combustível

10.8.1 Somente poderão ser considerados, para efeito de medição e pagamento, os serviços efetivamente **executados pela, e aprovados** pela Fiscalização.

10.8.2 A empresa ao realizar o abastecimento deverá dispor de bomba de combustível homologada pelo Inmetro, com contador de litros e fração de litros.

10.8.3 A cada abastecimento, o fiscal assinará a ordem de abastecimento no ato da entrega, ficando uma via com a empresa e outra com o fiscal.

10.8.4 Os pagamentos das faturas emitidas referente ao combustível serão baseados nas ordens de abastecimento aprovadas pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato.

10.9 Os pedidos de pedidos de pagamento deverão ser encaminhados, com a cópia das ordem de abastecimento, fatura, Nota Fiscal, requerimento de pagamento, recibo, cópia da Nota de Empenho e certidões de regularidade fiscal ao e-mail protocolo@mpam.mp.br e deac@mpam.mp.br

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 O prazo da prestação do serviço da empresa CONTRATADA será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do instrumento contratual;

11.2 O prazo para início das atividades ficará, ainda, vinculado à lavratura da Ordem de Serviço a ser exarada pela Diretoria Administrativa Financeira da Entidade.

12. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS

12.1. O conceito de qualidade de atendimento será definido conforme a tabela seguir:

Conceito	Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)	Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias.
Ótimo	No prazo	0
Bom	Até 5 dias	2
Regular	Até 10 dias	4
Ruim	Acima de 10 Dias	6

12.2 Os conceitos serão definidos tanto pela coluna "**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**" tanto pela coluna "**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias**", não sendo necessário que as duas ocorram ao mesmo tempo.

12.3 A CONTRATADA se submeterá às sanções administrativas sintetizadas na tabela abaixo, caso não alcance níveis satisfatórios do **Acordo de Níveis de Serviço:**

CONCEITO	PENALIDADES
Ótimo	Isento
Bom	Advertência e multa conforme gravidade
Regular	Multa conforme gravidade
Ruim	Multa conforme gravidade, suspensão, declaração de idoneidade e Rescisão.

12.4 **Das Multas**

12.4.1 Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta (Tabela 1), as multas conforme Tabela 2:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	CRITÉRIO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.	Por ocorrência	4
3	Não entregar os serviços em conformidade com os critérios de recebimento estabelecidos neste Termo.	Por ocorrência e por serviço	4
4	Não utilizar materiais (peças, componentes e dispositivos) novos e originais e ou aprovados pela fiscalização.	Por ocorrência e por material	4

5	Recusar-se a executar a garantia determinado pelo CONTRATANTE, sem motivo justificado.	Por ocorrência	3
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento.	Por ocorrência	2
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência do CONTRATANTE.	Por ocorrência	2
Para os itens a seguir, deixar de:			
8	Entregar objeto de forma integral em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.	Por dia	4
9	Prover serviços de garantia, para os serviços durante o período de garantia;	Por serviço e por ocorrência	4
10	Descumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores.	Por ocorrência	3
11	Obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive, de responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes.	Por item, por ocorrência.	3
12	Cumprir as demais obrigações dentro do prazo contratual.	Por ocorrência e por período de atraso	2
13	Manter a documentação de habilitação atualizada.	Por item, por ocorrência	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,05% do valor do contrato.
2	0,10% do valor do contrato.
3	0,15% do valor do contrato.
4	0,20% do valor do contrato.

12.5 No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.6 As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e

cumulativas.

12.7 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1 O Ministério Público exigirá, para a contratação resultante desta licitação, a prestação de garantia, em conformidade com o disposto no artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação.

13.1.1 Será ainda exigida prestação de garantia adicional de valor igual à diferença entre o valor limite de exequibilidade obtido durante o certame e o valor da proposta vencedora, desde que este seja inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética calculada, nos termos do § 2º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 No caso de acréscimo no valor contratual, a licitante vencedora obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação no prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao disposto no subitem abaixo.

13.3 As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa e/ou sem justificativa apresentada e aceita pela **CONTRATANTE**, não cumprir as obrigações descritas neste Termo ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

14.1. Advertência por escrito, quando não houver cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

14.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela contratada, a ser descontada diretamente na fatura, para cada ocorrência classificada como descumprimento do prazo de atendimento estabelecido na Cláusula Quinta, ponto 1 (5 horas).

14.3. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo de atendimento do serviço, limitado-se a 48 (quarenta e oito) horas. O atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei.

14.4. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, a cada reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 5 (cinco) vezes na penalidade de advertência, será considerado descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei.

14.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.

14.6. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO PARCIAL** do objeto contratado.

14.7. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO TOTAL** do objeto contratado.

14.8. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

14.9. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela

qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

14.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

Parágrafo primeiro. Poderá ser aplicada sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimentos de contratar com a Administração, com base no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, por até 2 (dois) anos, por culpa ou dolo, no caso de inexecução parcial do objeto.

Parágrafo segundo. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

Parágrafo terceiro. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

Parágrafo quinto. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo sexto. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

15. RESPONSABILIDADE

15.1 As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da CONTRATADA.

15.2 Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

- sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir à obra;
- acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

15.3 Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro durante a realização dos serviços, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

15.4 A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

16. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e íntegra o procedimento interno respectivo.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE
Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações. Manaus – AM, de maio de 2023. **Eng. Paulo Augusto de Oliveira Lopes** Chefe da Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo

APROVAÇÃO	
Solicitamos aprovação. Manaus – AM, / / 2023. **IVANETE DE OLIVEIRA NASCIMENTO** Diretora-Geral / MP/PGJ/AM	Despacho de Aprovação. ( ) Aprovado ( ) Não aprovado Manaus – AM, / / 2023. **LÍLIAN MARIA PIRES STONE** Ordenadora de despesas

ANEXO I
DETALHAMENTO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

MANUTENÇÕES PREVENTIVAS PARA GRUPOS GERADORES

MANUTENÇÃO MENSAL
Motor Diesel

- Verificar a existência de vazamentos;
- Verificar a vedação da tampa do radiador e, se necessário, trocar;

- Verificar e completar os níveis de água, aditivo e, se necessário, trocar;
- Verificar e completar os níveis de óleo e, se necessário, trocar;
- Verificar tensão e estado das correias e, se necessário, trocar;
- Verificar mangotes e braçadeiras de fixação e, se necessário, trocar;
- Verificar e efetuar correções no sistema de aceleração e parada do motor;
- Verificar o motor de arranque e, se necessário, trocar;
- Verificar o estado da colmeia do radiador e, se necessário, trocar;
- Testar instrumentos de controle;
- Testar e ajustar o sistema de preaquecimento.

Alternador

- Verificar regulador de tensão;
- Verificar componentes elétricos e eletrônicos, bem como conexões;
- Substituir escovas defeituosas;
- Lubrificar mancais;
- Lubrificar rolamentos;

Bateria

- Verificar fixação das baterias e conexões dos cabos e, se necessário, trocar;
- Completar nível de água;
- Medir temperatura dos elementos;
- Medir densidade do eletrólito;
- Medir tensão por elemento;
- Limpar bornes e conexões.

Quadro de alimentação, comando, proteção e sincronismo

- Reapertar conexões;
- Substituir fusíveis queimados;
- Substituir lâmpadas queimadas;
- Verificar atuação dos relés e sensores e, se necessário, trocar;
- Corrigir atuação do painel de sincronismo.

Testes de funcionamento

- Colocar o grupo em funcionamento, com pelo menos 50% de carga, por 30 minutos ou mais, verificando e anotando: pressão do óleo, temperatura do bloco, frequência, tensão do gerador, corrente do gerador;
- Simular falta de rede com o equipamento no automático e anotar: tempo de entrada do grupo, tempo de transferência;

- Simular retorno da rede e anotar: tempo de transferência/supervisão, tempo de resfriamento;
- Anotar horas de trabalho da unidade;
- Verificar entrada da bomba e ventilador do radiador com partida do grupo;
- Verificar estabilidade de rotação;
- Corrigir anormalidades observadas.

Diversos

- Limpar todo o conjunto;
- Verificar aterramento;
- Verificar boia do óleo combustível;
- Manter abastecido com combustível o Grupo Gerado;

OBS: Os parâmetros de manutenção podem ter a sua periodicidade alterada em função da qualidade dos suprimentos e frequência de utilização dos equipamentos. Novos serviços de manutenção poderão ser incluídos conforme necessidade.

ANEXO II

LISTA DE INSUMOS CONTEMPLADOS PELO CONTRATO

LISTA DE INSUMOS CONTEMPLADOS PELO CONTRATO			
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Qtde.**
01	Elemento do filtro de óleo lubrificante	Peça	02
02	Filtro de combustível	Peça	04
03	Filtro de ar	Peça	01
04	Óleo lubrificante 15w40	balde	04
05	Líquido para sistema de arrefecimento	Litros	10
06	Kit de material de limpeza	Peça	02
07	Correias	Peça	02
08	Mangueiras de combustível	Metro	20
09	Bateria automotiva de 150 amperes e acessórios	Peça	02
10	Terminal de bateria	Peça	04
11	Regulador de tensão	Peça	01

12	Carregador de baterias	Peça	01
13	Regulador de velocidade	Peça	01
14	Sensor de temperatura	Peça	01
15	Sensor de pressão do óleo	Peça	01
16	Pick-up magnético	Peça	01
17	Modulo eletrônico de controle de rotação	Peça	01
18	Chave motorizada de transferência automática	Peça	01
19	Mangotes do radiador	Peça	04
20	Sensor de nível de combustível	Peça	01
21	Módulo de controle e comando automático	Peça	01
22	Válvula solenóide de funcionamento	Peça	01
23	Pressostato de óleo	Peça	01
24	Termostato da água	Peça	01
25	Bomba injetora e seus componentes (bico, atuador de velocidade e outros)	Peça	04
26	Radiador	Peça	01
27	Diesel	lt	3.552,0
28	Graxa, estopa, pano, lixa, tinta,	Diversos	

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM GRUPO GERADORE

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Preço total
01	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.	mês	12,0		

02	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios	Und	1,0		
03	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel	lt	3.552,00		
Preço total (R$)					

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 28/04/2023, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1034369** e o código CRC **685F5189**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 153.2023.DEAC.1036365.2022.001718

A Sua Excelência a Senhora
LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTE

Assunto: Aprovação de Termo de Referência Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Cumprimento Vossa Excelência, solicito aprovação do Termo de Referência Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718 cujo obeto trata da Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças, sistemas e combustível objetivando atender às necessidades de funcionamento e de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.

Informo que um novo termo de referência foi necessário uma vez que a pesquisa de mercado para o fornecimento de combustível não obteve sucesso, e após conversar com empresas que prestam esse tipo de serviço verificou-se que é comum este tipo de fornecimento, facilitando assim a operação do Grupo gerador.

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes
Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 02/05/2023, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?

DESPACHO Nº 523.2023.01AJ-SUBADM.1036820.2022.001718

PROCESSO N.º: 2022.001718

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo.

INTERESSADO: Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo -DEAC.

Cuidam os autos de processo administrativo deflagrado com o escopo de contratar empresa especializada para realização de **manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo**, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento e de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento, pelo período de 12 (doze) meses, consoante as razões consignadas pela chefia da DEAC, acostadas ao Memorando nº 262.2022.DEAC (0916398).

O Despacho 705 (0916509) acolheu o Parecer 159 (0916499) e aprovou o Termo de Referência 2 (0758272), encaminhando os autos ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, para realização da pequisa de mercado.

Por seu turno, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS sugeriu a adequação do Termo de Referência nº 2 (0758272), com as informações a respeito do grupo gerador - como a marca e o modelo - a fim de que o processo seja instruído de maneira eficiente.

Acolhendo a sugestão, a DEAC apresentou o Termo de Referência 10 (1034369), com as retificações devidas.

Considerando o exposto, aprovo o Termo de Referência 10 (1034369), momento em que determino o envio deste caderno administrativo ao SCOMS, para as providências subsequentes.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus (AM), 03 de maio de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 04/05/2023, às 09:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1036820** e o código CRC **88DC5E5E**.

E-mail - 1040933

Data de Envio:
08/05/2023 15:01:36

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
imirandeoliveira@yahoo.com
wssantos_silva@hotmail.com
alvorada.nautica@gmail.com
ppacomercialltda2@gmail.com
edsonferreira@ppa.com.br
JESSE.J@2MJMANAUS.COM.BR
m.melo@2mjmanaus.com.br
pronove.roberto@gmail.com
laborevia@laborevia.com.br
health.tech.atendimento@gmail.com
ca.engenharia01@gmail.com
bmjcom@gmail.com
serv_ltda@hotmail.com
placeservicos@gmail.com
ap.pereira@terra.com.br
licitacao@energytechbrasil.com.br
mecatronteceservicos@gmail.com
pjs.comercio@outlook.com
josafamaia626@gmail.com
ac.comercio@hotmail.com
adecpereira@gmail.com
M_COMERCIO@TERRA.COM.BR
globalsupllier@gmail.com
engeework@gmail.com
eletrolumeengenharia@gmail.com
cstengenharia2012@gmail.com
futureconstrucoesltda@gmail.com
marcelo.resende@noroeste-am.com.br
comercial@mqnengenharia.com.br
ralves@himoinsa.com
helio.junior@vsaengenharia.eng.br
eletricaflash07@gmail.com

Assunto:
Solicitação de proposta de preços referente a serviços de manutenção de grupo gerador e fornecimento de diesel.

Mensagem:
Prezada empresa, boa tarde!

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, está com processo licitatório aberto, na fase de coleta de propostas e elaboração de média de mercado, para contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, de acordo com o Termo de Referência n.º 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718 em anexo.

Segue em anexo, cópia do Termo de Referencia, que especifica todos os detalhes técnicos referentes ao serviço.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.
2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.
3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Renê Pereira de Oliveira
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fone: (92) 3655-0763

Anexos:
SEI_MPAM - 1034369 - Termo de Referência 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718.pdf

E-mail - 1043512

Data de Envio:
10/05/2023 15:01:47

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
atendimento-am@nortegeradores.com.br

Assunto:
Solicitação de proposta de preços referente a serviços de manutenção de grupo gerador e fornecimento de diesel.

Mensagem:
Prezada empresa, boa tarde!

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, está com processo licitatório aberto, na fase de coleta de propostas e elaboração de média de mercado, para contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, de acordo com o Termo de Referência n.º 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718 em anexo.

Segue em anexo, cópia do Termo de Referencia, que especifica todos os detalhes técnicos referentes ao serviço.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminha em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.
2 - A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.
3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas nos documentos anexos, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos.

Peço a gentileza de confirmar o recebimento desta solicitação de cotação.

Coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Renê Pereira de Oliveira
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Fone: (92) 3655-0763

Anexos:
SEI_MPAM - 1034369 - Termo de Referência 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718.pdf

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 312.2023.SCOMS.1049265.2022.001718

Manaus, na data da assinatura eletrônica.

Ao Senhor
MARCOS ANDRÉ ABENSUR
Diretor de Orçamento e Finanças – DOF

Assunto: Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva, instalação de tanque extra e abastecimento do grupo gerador.

Senhor Diretor,

Em atenção ao Despacho n.º 523.2023.01AJ-SUBADM (doc. SEI 1036820), encaminhamos os presentes autos tendo em vista o processo de licitação para contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas - PGJ, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, conforme condições, especificações e quantidades descritas no Termo de Referência n.º 10.2023.DEAC (doc. SEI 1034369).

Informamos que este Setor de Compras e Serviços – SCOMS realizou parte da pesquisa de mercado na plataforma on-line Sistema Banco de Preços, através de acesso virtual no site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, onde foi utilizada a Média Saneada das Propostas Finais (TCU) dos valores, produzindo assim o Relatório da Cotação - Banco de Preços (doc. SEI 1049269).

Diante da grande dificuldade enfrentada em obter todos os preços dos itens do Termo de Referência citado com base nas compras públicas, este SCOMS seguiu para a pesquisa de mercado em de sites de domínio público (lojas virtuais), onde produzimos o Relatório da Cotação - Sítios eletrônicos (doc. SEI 1049270).

Desta feita, os valores acima elencados serviram de base para a elaboração do Mapa Demonstrativo de Preços n.º 50.2023.SCOMS (doc. SEI 1049272) e do Quadro-Resumo do Processo de Compra n.º 168.2023.SCOMS (doc. SEI 1049273), com valor total de **R$ 73.752,83 (setenta e três mil setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos).**

Dessa forma, encaminhamos os autos para as providências dessa Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, sendo que, posteriormente, deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitação – CPL, a fim de que se dê prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
Anne Jakeline Carvalho das Neves
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 17/05/2023, às 17:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1049265** e o código CRC **10C4C357**.

Relatório de Cotação: 2022.001718 - Manutenção do Grupo Gerador

Pesquisa realizada entre 10/05/2023 15:12:24 e 10/05/2023 16:56:10

Relatório gerado no dia 11/05/2023 09:36:09 (IP: 200.252.223.254)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
3 / 15	1	R$ 3.795,90 (un)	-	R$ 3.795,90	R$ 3.795,90

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA DEFESA | Comando da Aeronáutica | Base Aérea de Natal	NºPregão:462022 UASG:120631	17/01/2023	R$ 4.199,67
2	MINISTÉRIO DA DEFESA | Comando do Exército | Comando Militar da Amazônia | 12ª Região Militar | Parque Regional de Manutenção/12	NºPregão:12022 UASG:160021	08/07/2022	R$ 3.743,04
3	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO MARIA BANDEIRA DE MELLO	NºPregão:162022 UASG:155912	25/05/2022	R$ 3.445,00
Valor Unitário				R$ 3.795,90

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 3.743,04

Média dos Preços Obtidos: R$ 3.795,90

Item 2: Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
0 / 0	1	R$ 0,00 (un)	-	R$ 0,00	R$ 0,00

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 0,00

Média dos Preços Obtidos: R$ 0,00

Item 3: Fornecimento de óleo combustível tipo diesel

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
5 / 8	3.552	R$ 7,42 (un)	-	R$ 7,42	R$ 26.355,84

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE COARÍ/AM	NºPregão:22023 UASG:980225	21/03/2023	R$ 6,34

2	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares/Sede | Hospital Universitário Getúlio Vargas	NºPregão:32023 UASG:155018	30/01/2023	R$ 7,69
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA AM	NºPregão:32023 UASG:989835	25/01/2023	R$ 7,49
4	MINISTÉRIO DA DEFESA | UNIDADE GESTORA EXECUTORA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA	NºPregão:292022 UASG:110794	06/12/2022	R$ 7,77
5	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	NºPregão:192022 UASG:980227	29/11/2022	R$ 7,79
Valor Unitário				R$ 7,42

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 7,69

Média dos Preços Obtidos: R$ 7,42

Valor Global: R$ 30.151,74

Detalhamento dos Itens

Item 1: Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.

Preço Estimado: R$ 3.795,90 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 3.795,90 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 3.795,90

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador. Grupo gerador Marca Cumins Modelo BC 320 E pot. Standby 400Kva Numero de série C 3201009. Motor Marca Cumins, Modelo M 77855G7, SO 15375, Combustível Diesel, Nume ro de sére 41139120; Gerador Silent Genset. Modelo UC1447E Numero de série 10056112;	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) R$ 4.199,67

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando da Aeronáutica
Base Aérea de Natal

Objeto: Contratac¸a~o de empresa para prestac¸a~o de servic¸o de reparo em Grupo Gerador - PAG: 67222.007801/2021-03.

Descrição: MANUTENÇÃO DE GRUPOS DIESEL GERADOR DE EMERGÊNCIA - SERVIC¸O DE INSTALAC¸A~O COM FORNECIMENTO DE 01 (UM) RESERVATO'RIO DE COMBUSTI'VEL CILI'NDRICO HORIZONTAL DE POLIETILENO DE 250 LITROS E INSUMOS, PARA ATENDER GRUPO MOTOR GERADOR A DIESEL CUMMINS / HEIMER DE 266 KVA.

CatSer: 2356 - MANUTENCAO DE GRUPOS DIESEL GERADOR DE EMERGENCIA

Data: 17/01/2023 09:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:462022 / UASG:120631
Lote/Item: /26
Ata: Link Ata
Adjudicação: 15/03/2023 10:09
Homologação: 21/03/2023 09:26
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 1
Unidade: UNIDADE
UF: RN

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
22.622.743/0001-36 *VENCEDOR*	NESUL GRUPOS GERADORES LTDA.	R$ 4.193,95

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: SERVIC¸O DE INSTALAC¸A~O COM FORNECIMENTO DE 01 (UM) RESERVATO'RIO DE COMBUSTI'VEL CILI'NDRICO HORIZONTAL DE POLIETILENO DE 250 LITROS E INSUMOS, PARA ATENDER GRUPO MOTOR GERADOR A DIESEL CUMMINS / HEIMER DE 266 KVA.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PE	Jaboatão dos Guararapes	R DONA MARIA DE SOUZA, 490	JEFERSON	(81) 3048-5060	nesulgradores@gmail.com

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
00.118.689/0001-53	R.M. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R$ 4.199,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição: SERVIC¸O DE INSTALAC¸A~O COM FORNECIMENTO DE 01 (UM) RESERVATO'RIO DE COMBUSTI'VEL CILI'NDRICO HORIZONTAL DE POLIETILENO DE 250 LITROS E INSUMOS, PARA ATENDER GRUPO MOTOR GERADOR A DIESEL CUMMINS / HEIMER DE 266 KVA. Prazo de entrega: 48 horas; Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias; Vigência do Contrato: 90 (noventa) dias; Prazo de Pagamento: De acordo com o edital e seus anexos; Garantia contra qualquer defeito de fabricação ou matéria-prima; No preço está incluso todos os impostos, tributos e fretes; Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e seus anexos; Declaramos que inexistem fatos impeditivos na habilitação, ou que desabone a conduta nesse certame, obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; Declaramos que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e a proposta está em conformidade com as exigências deste edital; Declaramos que atendemos aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006, para fazer jus aos benefícios dispostos na predita lei.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PE	Recife	AVENIDA MARIA IRENE, 865	(81) 3341-4852	licitacao@rmmaquinas.rec.br

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
11.873.478/0001-42	CLIMATEC SERVICOS TECNICOS LTDA	R$ 4.200,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE 01 (UM) RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL CILÍNDRICO HORIZONTAL DE POLIETILENO DE 250 LITROS E INSUMOS, PARA ATENDER GRUPO MOTOR GERADOR A DIESEL CUMMINS / HEIMER DE 266 KVA.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PE	Recife	R CORONEL LIMA BOTELHO, 76	Francilda Ferreira Lima do Nascimento	(81) 3453-5652	administracao@climatec-ne.com.br

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
22.899.299/0001-09	MECATRON TECNOLOGIA E SERVICOS - EIRELI	R$ 4.200,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: SERVIC¸O DE INSTALAC¸A~O COM FORNECIMENTO DE 01 (UM) RESERVATO'RIO DE COMBUSTI'VEL CILI'NDRICO HORIZONTAL DE POLIETILEN O DE 250 LITROS E INSUMOS, PARA ATENDER GRUPO MOTOR GERADOR A DIESEL CUMMINS / HEIMER DE 266 KVA.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	BL CENTRO COMERCIAL BLOCO D, 20	MARCELO	(61) 3032-5359	mecatronteceservicos@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 2: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) R$ 3.743,04

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar da Amazônia
12ª Região Militar
Parque Regional de Manutenção/12

Objeto: Prestação de serviços de manutenção de grupo motor-gerador e motor de popa..

Descrição: **Manutenção Gerador Elétrico** - Serviço de recuperação do estator principal com mão de obra especializada para remoção e instalação. Parte Gerador para: CABINADO MODELO GERA POWER 150 KVA / OTTMOTORES CABINADO 150 KVA COM MOTOR CUMMINS 6BTA 5.9 / CABINADO MODELO STEMAC 150 KVA / REBOQUE STEMAC 150 KVA.

CatSer: **19810** - MANUTENCAO GERADOR ELETRICO

Data: 08/07/2022 09:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:12022 / UASG:160021
Lote/Item: /80
Ata: Link Ata
Adjudicação: 18/07/2022 16:57
Homologação: 29/07/2022 11:27
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 11
Unidade: UNIDADE
UF: AM

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
22.936.845/0001-26 *VENCEDOR*	ELTON RAFAEL RIBEIRO PIRES	R$ 2.500,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de recuperação do estator principal com mão de obra especializada para remoção e instalação. Parte Gerador para: CABINADO MODEL O GERA POWER 150 KVA / OTTMOTORES CABINADO 150 KVA COM MOTOR CUMMINS 6BTA 5.9 / CABINADO MODELO STEMAC 150 KVA / REBOQUE STE MAC 150 KVA.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
AM	Manaus	R RICARDO DA SILVA MENDONCA (LOT VITORIA), 155	(92) 9368-1767	eltonrrp@gmail.com

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
05.434.521/0001-70	ENGEWORK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNICOS EIRELI	R$ 2.767,03

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de recuperação do estator principal com mão de obra especializada para remoção e instalação. Parte Gerador para: CABINADO MODEL O GERA POWER 150 KVA / OTTMOTORES CABINADO 150 KVA COM MOTOR CUMMINS 6BTA 5.9 / CABINADO MODELO STEMAC 150 KVA / REBOQUE STE MAC 150 KVA.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	Q QI 4 BLOCO A LOTES 28-36 EDIFICIO GUARANI, 304	(61) 3465-2130	engeework@gmail.com

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
22.899.299/0001-09	MECATRON TECNOLOGIA E SERVICOS - EIRELI	R$ 2.823,15

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de recuperação do estator principal com mão de obra especializada para remoção e instalação. Parte Gerador para: CABINADO MODEL O GERA POWER 150 KVA / OTTMOTORES CABINADO 150 KVA COM MOTOR CUMMINS 6BTA 5.9 / CABINADO MODELO STEMAC 150 KVA / REBOQUE STE MAC 150 KVA.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	BL CENTRO COMERCIAL BLOCO D, 20	MARCELO	(61) 3032-5359	mecatronteceservicos@gmail.com

Relatório gerado no dia 11/05/2023 09:36:09 (IP: 200.252.223.254)
Código Validação: 6DOwEnB%2bNpQh5qQPSfZkNFeoz3E9S5Ta%2f2Z3aVLRYD4qHU8nPtm6WA%3d%3d
http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=6DOwEnB%252bNpQh5qQPSfZkNFeoz3E9S5Ta%252f2Z3aVLRYD4qHU8nPtm6WA%253d%253d

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final

17.836.210/0001-17 A DE C PEREIRA DE ALENCAR E CIA LTDA R$ 3.950,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de recuperação do estator principal com mão de obra especializada para remoção e instalação. Parte Gerador para: CABINADO MODEL O GERA POWER 150 KVA / OTTMOTORES CABINADO 150 KVA COM MOTOR CUMMINS 6BTA 5.9 / CABINADO MODELO STEMAC 150 KVA / REBOQUE STE MAC 150 KVA.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
AM	Manaus	AV PADRE AGOSTINHO CABALLERO MARTIN, 338	Thiago	(92) 3625-1010	adecpereira@gmail.com

28.145.334/0001-72 BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI R$ 4.000,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de recuperação do estator principal com mão de obra especializada para remoção e instalação. Parte Gerador para: CABINADO MODEL O GERA POWER 150 KVA / OTTMOTORES CABINADO 150 KVA COM MOTOR CUMMINS 6BTA 5.9 / CABINADO MODELO STEMAC 150 KVA / REBOQUE STE MAC 150 KVA.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RN	Natal	RUA PAULO BARROS DE GOES, 1840	(91) 9327-2121	ciabrasil@outlook.com.br

26.598.127/0001-48 V W DIESEL SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA R$ 4.199,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de recuperação do estator principal com mão de obra especializada para remoção e instalação. Parte Gerador para: CABINADO MODEL O GERA POWER 150 KVA / OTTMOTORES CABINADO 150 KVA COM MOTOR CUMMINS 6BTA 5.9 / CABINADO MODELO STEMAC 150 KVA / REBOQUE STE MAC 150 KVA.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
AM	Manaus	RUA JUPURUTU, 398A	(92) 9130-9322	wssantos_silva@hotmail.com

35.013.623/0001-83 N.FJ E D CONSTRUCAO DE EMBARCACOES LTDA R$ 4.699,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de recuperação do estator principal com mão de obra especializada para remoção e instalação. Parte Gerador para: CABINADO MODEL O GERA POWER 150 KVA / OTTMOTORES CABINADO 150 KVA COM MOTOR CUMMINS 6BTA 5.9 / CABINADO MODELO STEMAC 150 KVA / REBOQUE STE MAC 150 KVA.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
AM	Manaus	AVENIDA JORGE AMADO, 2462	(92) 9159-2878

08.794.436/0001-01 GLOBALSUPPLIER COMERCIO DE PECAS E SERVICOS DE MANUTENCAO EIRELI R$ 5.000,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de recuperação do estator principal com mão de obra especializada para remoção e instalação. Parte Gerador para: CABINADO MODEL O GERA POWER 150 KVA / OTTMOTORES CABINADO 150 KVA COM MOTOR CUMMINS 6BTA 5.9 / CABINADO MODELO STEMAC 150 KVA / REBOQUE STE MAC 150 KVA.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
AM	Manaus	R TEODORO SAMPAIO, 211	(92) 9162-6655/ (92) 8470-5482	globalsupplierservicos@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 3: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) R$ 3.445,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO MARIA BANDEIRA DE MELLO

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças do Grupo Gerador de energia elétrica do Hospital Universitário Júlio Bandeira da Universidade Federal de Campina Grande..

Descrição: **Manutenção Gerador Elétrico** - Manutenção preventiva (mensal) do Grupo Gerador Diesel de Energia, modelo C145D6, potência 181KVA, 380V/220V, ano 2013, fabricante Cummins Power Generation, e todos os seus acessórios e dispositivos como baterias e tanques de combustível, incluindo do Quadro de Transferência Automática (QTA).

CatSer: **19810** - MANUTENCAO GERADOR ELETRICO

Data: 25/05/2022 09:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: NºPregão:162022 / UASG:155912
Lote/Item: 1/1
Ata: Link Ata
Adjudicação: 02/06/2022 16:33
Homologação: 03/06/2022 11:19
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 12
Unidade: UNIDADE
UF: PB

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
28.066.517/0001-00 *VENCEDOR*	FH ENGENHARIA ELETRICA LTDA	R$ 2.973,33

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção preventiva (mensal) do Grupo Gerador Diesel de Energia, modelo C145D6, potência 181KVA, 380V/220V, ano 2013, fabricante Cummins Power Generation, e todos os seus acessórios e dispositivos como baterias e tanques de combustível, incluindo do Quadro de Transferência Automática (QTA).

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PE	Caruaru	AVENIDA PORTUGAL, 590	(81) 4105-0809	contato@fhgg.com.br

22.622.743/0001-36	NESUL GRUPOS GERADORES LTDA.	R$ 3.916,67

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção preventiva (mensal) do Grupo Gerador Diesel de Energia, modelo C145D6, potência 181KVA, 380V/220V, ano 2013, fabricante Cummins Power Generation, e todos os seus acessórios e dispositivos como baterias e tanques de combustível, incluindo do Quadro de Transferência Automática (QTA).

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PE	Jaboatão dos Guararapes	R DONA MARIA DE SOUZA, 490	JEFERSON	(81) 3048-5060	nesulgradores@gmail.com

01.335.973/0001-44	JUDAH SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	R$ 50.000,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção Gerador Elétrico

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
CE	Fortaleza	R PROFESSOR CARLOS LOBO, 151	(85) 3213-3538	judah@judahengenharia.com

Item 2: Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.

Preço Estimado: R$ 0,00 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 0,00 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 0,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.	

Item 3: Fornecimento de óleo combustível tipo diesel

Preço Estimado: R$ 7,42 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 7,42 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 7,42

Quantidade	Descrição	Observação
3.552 Litros	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) — R$ 6,34

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE COARÍ/AM

Objeto: Contratação de empresa especializadas em gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação em sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado e disponibilização de Rede Credenciada de Postos de Combustível, compreendendo o fornecimento de gasolina comum e diesel S10, visando atender a Prefeitura Municipal de Coari/AM.

Descrição: **Controle de Abastecimento de Veículos** - Serviço de fornecimento de Óleo Diesel Automotivo S10 em conformidade com as características constantes no Regulamento Técnico da ANP. a ser fornecida em via terrestre e/ou fluvial. Coari/AM (Sede Prefeitura).

Data: 21/03/2023 09:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:22023 / UASG:980225
Lote/Item: 1/3
Ata: Link Ata
Adjudicação: 29/03/2023 10:14
Homologação: 31/03/2023 11:22
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 1.417.000
Unidade: UNIDADE
UF: AM

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
00.604.122/0001-97 *VENCEDOR*	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	R$ 6,29

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Apresentamos nossa proposta comercial e declaramos que atendemos todos os itens de habilitação bem como nossa proposta está de acordo com as exigências do edital. Declaramos que no preço ofertado estão inclusos todos os custos, despesas, taxas e demais impostos para perfeita execução do contrato. Declaramos que a proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 com objeto: "Contratação de empresa especializadas em gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação em sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado e dispo nibilização de Rede Credenciada de Postos de Combustível, compreendendo o fornecimento de gasolina comum e diesel S10, visando atender a Prefeitura Municipal de Coari/AM"

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MG	Uberlândia	AV JACARANDA, 200	(34) 3214-0133	contabilidade@cscresult.com.br

05.340.639/0001-30 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA — R$ 6,29

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de fornecimento de Óleo Diesel Automotivo S10 em conformidade com as características constantes no Regulamento Técnico da ANP. a ser fornecida em via terrestre e/ou fluvial. Coari/AM (Sede Prefeitura).

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Santana de Parnaíba	CALC CANOPO, 11	Joao	(16) 3664-4188	contato@primebeneficios.com.br

28.008.410/0001-06 BAMEX CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL EIRELI — R$ 6,43

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de fornecimento de Óleo Diesel Automotivo S10 em conformidade com as características constantes no Regulamento Técnico da ANP. a ser fornecida em via terrestre e/ou fluvial. Coari/AM (Sede Prefeitura).

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PI	Teresina	AV RAUL LOPES, 880	Gina	(86) 4003-6654	licitacao@bamex.com.br

02.913.444/0001-43 REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A — R$ 6,53

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de fornecimento de Óleo Diesel Automotivo S10 em conformidade com as características constantes no Regulamento Técnico da ANP. a ser fornecida em via terrestre e/ou fluvial.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Jardinópolis	R BRASIL ALTO FURQUINI, 401	Fernando Calura Tiepolo	(16) 3235-3623	licitacao@redesoldp.com.br

Preço (Compras Governamentais) 2: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) R$ 7,69

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares/Sede
Hospital Universitário Getúlio Vargas

Objeto: Aquisição de combustível destinado aos Grupo Geradores e Bombas à combustão do sistema de combate a incêndio, para atender o Hospital Universitário Getúlio Vargas e Ambulatório Araújo Lima por um período de 12 meses, através do DFD I - SEI - Área Requisitante SIF/DLIH/GA/HUGV-Ufam (25247401)..

Descrição: **Óleo diesel** - Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel

CatMat: **461552** - ÓLEO DIESEL

Data: 30/01/2023 10:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:32023 / UASG:155018
Lote/Item: /2
Ata: Link Ata
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 10.000
Unidade: Litro
UF: AM

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
22.931.873/0001-50 *VENCEDOR*	AUTOPOSTO ISRAEL LTDA	R$ 7,69

Marca: EQUADOR
Fabricante: EQUADOR
Modelo: EQUADOR
Descrição: Óleo Diesel Automotivo, Apresentação: com Biodiesel

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
AM	Manaus	AV CRISTA, 57	(92) 8112-1669

Preço (Compras Governamentais) 3: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) R$ 7,49

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA AM

Objeto: AQUISIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO: GASOLINA, DIESEL S-10 e DIESEL S-500, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO..

Descrição: **Óleo diesel** - Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 500 Mg/Kg MG/K

CatMat: **477915** - ÓLEO DIESEL

Data: 25/01/2023 10:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:32023 / UASG:989835
Lote/Item: /3
Ata: Link Ata
Adjudicação: 25/01/2023 12:14
Homologação: 27/01/2023 12:01
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 348.000
Unidade: Litro
UF: AM

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
10.264.755/0002-38 *VENCEDOR*	V K COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	R$ 7,49

Marca: ATEM
Fabricante: NACIONAL
Modelo: NÃO INFORMADO
Descrição: DIESEL S-10

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
AM	Iranduba	ESTRADA DO IRANDUBA, SN	(92) 3629-0718 / (92) 3629-0718 / (92) 3629-0718	autoposto2014@hotmail.com

Preço (Compras Governamentais) 4: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) R$ 7,77

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Relatório gerado no dia 11/05/2023 09:36:09 (IP: 200.252.223.254)
Código Validação: 6DOwEnB%2bNpQh5qQPSfZkNFeoz3E9S5Ta%2f2Z3aVLRYD4qHU8nPtm6WA%3d%3d
http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=6DOwEnB%252bNpQh5qQPSfZkNFeoz3E9S5Ta%252f2Z3aVLRYD4qHU8nPtm6WA%253d%253d

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE GESTORA EXECUTORA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Objeto: Aquisição de combustíveis (óleo diesel S500), para abastecimento de grupos motores geradores..

Descrição: **Óleo diesel** - Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 500 Mg/Kg MG/K

CatMat: **477915** - ÓLEO DIESEL

Data: 06/12/2022 11:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:292022 / UASG:110794
Lote/Item: /1
Ata: Link Ata
Adjudicação: 06/12/2022 16:08
Homologação: 07/12/2022 12:35
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 370.000
Unidade: Litro
UF: AM

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
33.337.122/0001-27 *VENCEDOR*	IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.	R$ 7,77

Marca: IPIRANGA
Fabricante: PETROBRAS
Modelo: OLEO DIESEL S10
Descrição: OLEO DIESEL S10

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	R FRANCISCO EUGENIO, 329	(21) 2574-5634	luizpf@ipiranga.com.br

Preço (Compras Governamentais) 5: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) R$ 7,79

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM

Objeto: Registro de preços para Eventual Aquisição e Futuro Fornecimento de Combustíveis e derivados de Petróleo, visando atender as necessidades da Administração da Prefeitura Municipal de Codajás..

Descrição: **Óleo Diesel** - Uso: Marítimo, Apresentação: Dma,

CatMat: **461555** - ÓLEO DIESEL

Data: 29/11/2022 10:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: NºPregão:192022 / UASG:980227
Lote/Item: /1
Ata: Link Ata
Adjudicação: 09/12/2022 09:39
Homologação: 09/12/2022 09:51
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 100.000
Unidade: Litro
UF: AM

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
84.477.215/0008-64 *VENCEDOR*	NAVERIO NAVEGACAO DO RIO AMAZONAS LTDA	R$ 7,79

Marca: texaco
Fabricante: texaco
Modelo: texaco
Descrição: ÓLEO DIESEL COMUM, Aplicação: em qualquer tipo de veículo movido a diesel, Coloração: amarelada ou alaranjada, Características Adicionais: não receber qualquer tipo de aditivo, Unidade de Fornecimento: litro

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
AM	Codajás	RUA 15 DE NOVEMBRO, 188	(92) 3625-3953

LAUDO DA COTAÇÃO

Preço estimado dos itens calculado pela fórmula Média Aritmética dos preços obtidos:

Item 1 - Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.

- 3 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas entre os dias 25/05/2022 e 17/01/2023, calculados pela fórmula Média Saneada das Propostas Finais (TCU).

Item 2 - Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.

- Nenhum preço selecionado.

Item 3 - Fornecimento de óleo combustível tipo diesel

- 5 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas entre os dias 29/11/2022 e 21/03/2023, calculados pela fórmula Média Saneada das Propostas Finais (TCU).

DESCRITIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS

Média Saneada das Propostas Finais (TCU)

- A "média saneada" consiste em realizar uma avaliação crítica dos preços obtidos na pesquisa, a fim de descartar valores que apresentem grandes variações em relação aos demais.

Extrato de fontes Utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - ComprasNet
www.comprasgovernamentais.gov.br

Data: 10/05/2023 16:54:56
Acessar a fonte aqui

Relatório da Cotação
Sítios eletrônicos

RPW
Soluções em Energia

O que deseja procurar?

HOME / TANQUE / TANQUE DE COMBUSTÍVEL HORIZONTAL DE 500 LITROS - DIESEL OU GASOLINA



Tanque de Combustível Horizontal de 500 Litros - Diesel ou Gasolina

DESTAQUE

MARCA: RTS
MODELO: TQH500
REF: TQH500
GARANTIA: 1 ANO PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO
DISPONIBILIDADE: IMEDIATA EM ESTOQUE

R$ 1.783,43 já com (5%) de desconto

Quantidade: 1

COMPRAR

SIMULADOR DE FRETE

69037 - 473 CALCULAR

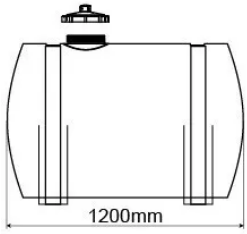
CONSULTE NOSSO DEPARTAMENTO DE VENDAS PARA CÁLCULO DE FRETE.

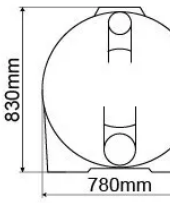
Relatório da Cotação - Sítios eletrônicos (1049270) SEI 2022.001718 / pg. 127






13% OFF





DESTAQUE LANÇAMENTO

TANQUE 500 LITROS NATURAL HORIZONTAL COM PESCADOR, RETORNO E MANGUEIRA 3/8"

T500H-PL-R-MG38 ☆☆☆☆☆ (Avalie agora!)

De ~~R$ 1.874,50~~ **R$ 1.630,00**

R$ 1.548,50 à vista com desconto Boleto Bancário ou 3x de R$ 543,33 Sem juros
Cartão MasterCard ou 3x de R$ 543,33 Sem juros Cartão Visa
Mais informações

1 COMPRAR

69037-473 Calcular

Forma de Envio:	Valor:	Prazo:
Transportadora BP	**R$ 1.653,89**	17 a 23 dias úteis após aprovação de pagamento.
RETIRA EM GUARULHOS/SP - FRETE FOB	**R$ 0,01**	Prazo para separação e montagem são de até a 10 dias úteis após confirmação de pagamento.

10

Descrição Geral

O tanque HORIZONTAL de 500 litros é um produto fabricado pelo processo de rotomoldagem em Polietileno linear de média densidade (PELMD). Ideal para armazenar combustíveis e usar em geradores de energia.

O **tanque de 500 litros** é fabricado através do processo de rotomoldagem em **polietileno** linear de média densidade (PELMD) com proteção UV.

Acompanha:
- 1 tanque de 500 litros;
- 1 tampa de 6";
- 1 fita volumétrica;
- 3 conexões de alumínio 1/2";
- 1 pescador de latão 3/8";
- 1 adaptador espigão 3/8";
- 5mts de mangueira 3/8";

Relatório da Cotação - Sítios eletrônicos (1049270) SEI 2022.001718 / pg. 128

(https://www.facebook.com/LCEquipament)

Fale conosco (/contato) Telefone: (11) 2221-1177

(https://www.instagram.com/lcequipamentos/)

Bem-vindo, identifique-se para fazer pedidos (/my-account/login)

Meus Pedidos (/loja/central_anteriores.php?loja=578865)

Minha Conta (/central-do-cliente)

Digite o que você procura

0 Meu carrinho
Produtos no carrinho
(/loja/carrinho.php?loja=578865)

(/)

POSTO DE SERVIÇO OFICINAS TROCA DE ÓLEO FROTAS LAVAGEM E LIMPEZA AGRO AVIAÇÃO INDÚSTRIA + CATEGORIAS

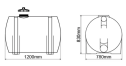
Página inicial (/) / Posto de Serviço (/posto-de-combustivel) / Ambiental / SASC (/ambiental) / Tanques de Armazenamento (/tanque-de-armazenamento-de-combustivel) / Tanque Aéreo Horizontal 500 Litros - Polietileno (PE)











Tanque Aéreo Horizontal 500 Litros - Polietileno (PE)

Disponibilidade: **Disponível em 10 dias úteis**
Referência: **TQ500H-01**

Por:

R$ (BRL)1.880,65

R$ 1.824,23 à vista com desconto Boleto Bancário
ou **4x** de **R$ 470,16** Sem juros Cartão Visa

1 COMPRAR

CEP: 69037 - 473 CALCULAR

Avenida Coronel Teixeira \ Nova Esperança \ Manaus-AM

A combinar - FOB **R$ 0,01**

Neste caso será feita a cotação com outras transportadoras e o cliente paga o frete acordado direto para a transportadora.

Fale conosco, estamos online!

Relatório da Cotação - Sítios eletrônicos (1049270) SEI 2022.001718 / pg. 129

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS Nº 50.2023.SCOMS.1049272.2022.001718

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS

DETALHAMENTO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas - PGJ, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, de acordo com o Termo de Referência n.º 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	**Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no Grupo Gerador.**	**12**	**R$ 3.795,90**	**R$ 45.550,80**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	Sistema Banco de Preços MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica Base Aérea de Natal NºPregão:462022 / UASG:120631	Mês	R$ 4.199,67	R$ 50.396,04
	Sistema Banco de Preços MINISTÉRIO DA DEFESA Comando Militar da Amazônia 12ª Região Militar NºPregão:12022 / UASG:160021	Mês	R$ 3.743,04	R$ 44.916,48
	Sistema Banco de Preços MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO MARIA BANDEIRA DE MELLO NºPregão:162022 / UASG:155912	Mês	R$ 3.445,00	R$ 41.340,00
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
2	**Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.**	**1**	**R$ 1.846,19**	**R$ 1.846,19**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	R. RODRIGUES COMERCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – EPP (LOJA VIRTUAL – RPW GRUPOS GERADORES) CNPJ n.º 16.859.446/0001-06 PREÇO DO SITE: <https://www.rpwgeradores.com.br/tanque-de-combustivel-horizontal-de-500-litros-diesel-ou-gasolina-pr-761-406977.htm> VALOR FINAL: R$ 1.783,43	Unidade	R$ 1.783,43	R$ 1.783,43
	WEBPLASTICO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ n.º 22.360.942/0001-13 PREÇO DO SITE: <https://www.webplastico.com.br/tanque-500litros-p-gerador-completo-c-pescador-e-mangueira> VALOR FINAL: R$ 1.874,50	Unidade	R$ 1.874,50	R$ 1.874,50
	L.C.D COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ n.º 02.504.717/0001-04 PREÇO DO SITE: <https://www.lcequipamentos.com/posto-de-servico/ambiental-sasc/tanques-de-armazenamento/tanque-aereo-horizontal-500-litros-polietileno-pe> VALOR FINAL: R$ 1.880,65	Unidade	R$ 1.880,65	R$ 1.880,65
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
3	**Fornecimento de óleo combustível tipo diesel.**	**3.552**	**R$ 7,42**	**R$ 26.355,84**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	Sistema Banco de Preços PREFEITURA MUNICIPAL DE COARÍ/AM NºPregão:22023 / UASG:980225	Litro	R$ 6,34	R$ 22.519,68
	Sistema Banco de Preços MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares/Sede Hospital Universitário Getúlio Vargas NºPregão:32023 / UASG:155018	Litro	R$ 7,69	R$ 27.314,88
	Sistema Banco de Preços PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA/AM NºPregão:32023 / UASG:989835	Litro	R$ 7,49	R$ 26.604,48
	Sistema Banco de Preços MINISTÉRIO DA DEFESA UNIDADE GESTORA EXECUTORA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA NºPregão:292022 / UASG:110794	Litro	R$ 7,77	R$ 27.599,04
	Sistema Banco de Preços PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM NºPregão:192022 / UASG:980227	Litro	R$ 7,79	R$ 27.670,08
TOTAL				**R$ 73.752,83**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Período de Cotação de Preços: 08/05/2023 a 17/05/2023.
- Responsável pela Cotação: Renê Pereira de Oliveira.
- Método matemático aplicado para a definição do valor estimado: (X) Média ( ) Mediana ( ) menor valor ( ) Outro _____
- Justificativa: O preço médio é adotado quando a frequência de um conjunto de preços é simétrica, ou seja, quando a média e a mediana coincidem.
- **Fontes:**

Sistema Banco de Preços, através de acesso virtual no site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, onde foi utilizada a Média Saneada das Propostas Finais (TCU).
<Loja Virtual RPW Geradores >
<Loja Virtual Web Plástico>
<Loja Virtural LC Equipamentos >

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 17/05/2023, às 17:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1049272** e o código CRC **F47800E1**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 168.2023.SCOMS.1049273.2022.001718

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCOMS

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

INDEFINIDO
A LICITAR

DETALHAMENTO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas - PGJ, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, de acordo com o Termo de Referência n.º 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no Grupo Gerador.	Mês	12	R$ 3.795,90	**R$ 45.550,80**
2	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.	Unidade	1	R$ 1.846,19	**R$ 1.846,19**
3	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel.	Litro	3.552	R$ 7,42	**R$ 26.355,84**
TOTAL ESTIMADO					**R$ 73.752,83**

MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO		FUNDAMENTO LEGAL
	DISPENSA DE LICITAÇÃO	
	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	
	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO	
X	**A LICITAR**	Lei nº 8.666/93.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Encaminhe-se à DOF para providências.

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 17/05/2023, às 17:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1049273** e o código CRC **2C76373C**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 202.2023.DOF - ORÇAMENTO.1050478.2022.001718

1 - INFORMAÇÕES DA NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E ADJUDICAÇÃO

Procedimento Interno: 2022.001718 **Processo de Compra:** 168.2023.SCOMS.1049273.2022.001718 **Interessado:** Paulo Augusto de Oliveira Lopes, Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC	**Modalidade:** Global **Origem:** A LICITAR **Credor:** A LICITAR

2 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 03.101 - Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas **Fonte de Recurso:** 1.500.100.0.0000.0000 - Recursos Ordinários **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade	**Elemento:** 3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **Subelemento:** 3390.39.17 - Manutencao E Conservacao De Maquinas E Equipamentos

3 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

SALDO ATUAL	DEDUÇÃO PREVISTA	SALDO APÓS DESPESA
R$ 3.558.313,90	R$ 28.417,49	R$ 3.530.166,41

4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas - PGJ, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, de acordo com o Termo de Referência n.º 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no Grupo Gerador.	Mês	12	R$ 3.795,90	**R$ 45.550,80**
2	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios. **Valor a executar em 2023 (7 meses)** = R$ 28.417,49 **Valor a executar em 2024 (5 meses)** = R$ 18.979,50	Unidade	1	R$ 1.846,19	**R$ 1.846,19**
TOTAL (R$)					**R$ 47.396,99**

Saldo atual composto pelo valor disponível para o respectivo elemento da despesa, conforme demonstrativo da execução orçamentária obtido no sistema AFI/SEFAZ no dia 18 de maio de 2023 (R$ 3.558.424,60), deduzido o total de Notas de Autorização de Despesas e Adjudicação emitidas ainda não executadas (R$ 110,70).

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 5.642,09
JULHO	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**
R$ 3.795,90	R$ 3.795,90	R$ 3.795,90	R$ 3.795,90	R$ 3.795,90	R$ 3.795,90

6 - DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

( ) Encaminhe-se à Divisão de Contratos e Convênios.
(**X**) Encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitação.
( ) Autorizo a despesa. Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para manifestação acerca da forma da contratação.

( ) Autorizo a despesa. Adjudico em favor da empresa. Empenhe-se.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Abensur**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 18/05/2023, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 24/05/2023, às 13:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1050478** e o código CRC **690B2065**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 203.2023.DOF - ORÇAMENTO.1050706.2022.001718

1 - INFORMAÇÕES DA NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E ADJUDICAÇÃO

Procedimento Interno: 2022.001718 **Processo de Compra:** 168.2023.SCOMS.1049273.2022.001718 **Interessado:** Paulo Augusto de Oliveira Lopes, Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC	**Modalidade:** Estimativo **Origem:** A LICITAR **Credor:** A LICITAR

2 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 03.101 - Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas **Fonte de Recurso:** 1.500.100.0.0000.0000 - Recursos Ordinários **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade	**Elemento:** 3390.30 Material de Consumo **Subelemento:** 3390.30.01 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos

3 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

SALDO ATUAL	DEDUÇÃO PREVISTA	SALDO APÓS DESPESA
R$ 847.147,70	R$ 15.374,24	R$ 831.773,46

4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas - PGJ, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, de acordo com o Termo de Referência n.º 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel. **Valor a executar em 2023 (7 meses)** = R$ 15.374,24 **Valor a executar em 2024 (5 meses)** = R$ 10.981,60	Litro	3.552	R$ 7,42	**R$ 26.355,84**
TOTAL (R$)					**R$ 26.355,84**

Saldo atual composto pelo valor disponível para o respectivo elemento da despesa, conforme demonstrativo da execução orçamentária obtido no sistema AFI/SEFAZ no dia 18 de maio de 2023 (R$ 3.558.424,60), deduzido o total de Notas de Autorização de Despesas e Adjudicação emitidas ainda não executadas (R$ 110,70).

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 2.196,32
JULHO	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**
R$ 2.196,32	R$ 2.196,32	R$ 2.196,32	R$ 2.196,32	R$ 2.196,32	R$ 2.196,32

6 - DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

( ) Encaminhe-se à Divisão de Contratos e Convênios.
(**X**) Encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitação.
( ) Autorizo a despesa. Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para manifestação acerca da forma da contratação.
( ) Autorizo a despesa. Adjudico em favor da empresa. Empenhe-se.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Abensur**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 18/05/2023, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 24/05/2023, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1050706** e o código CRC **9A5B7B43**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 268.2023.CPL.1065029.2022.001718

Ilma. Sra.
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Assunto: Diligência à DCCON com encaminhamento dos autos do **Processo SEI n.º 2022.001718** para elaboração da Minuta Contratual.

Senhora Chefe,

Cumprimentando-a com o presente, informamos que tramita nesta Comissão Permanente de Licitação o **Processo SEI n.º 2022.001718**, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus anexos.*

Considerando a análise realizada nos autos, verificou-se patente a necessidade de estipulações contratuais aptas a salvaguardar os direitos das partes e consignar suas respectivas obrigações, consoante previsão do artigo 62, §4º, da Lei 8.666/93 abaixo transcrito:

> §4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Nesse sentido, nesse sentido, também, é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

> A contratação deve ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento de bens e serviços, independentemente da modalidade de licitação sua dispensa ou inexigibilidade, conforme preconizado no art. 62, §4º, da Lei n.º 8.666/1993.

Acerca da obrigatoriedade de a minuta do contrato integrar o ato de convocação, há que

ser observado, também, o §2º do art. 40 c/c § 1.º do art. 62, da da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Em homenagem à clareza, transcrevo a norma:

> Art. 40 - (...)
> §2º - Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:
> (...)
> III – a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor.
>
> Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
>
> § 1º A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

Na mesma esteira, o Acórdão n.º 1705/2003, do Plenário do Tribunal de Contas da União assim determina:

> "Faça constar dos atos convocatórios a minuta dos futuros instrumentos de contrato a serem firmados, consoante preceituado no art. 62, § 1º, da Lei nº 8.666/93"

Considerando que esta Comissão depende da feitura do instrumento contratual correspondente para a execução das demais providências, **encaminhamos os autos** em epígrafe à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para elaboração da respectiva minuta do termo contratual.

Por derradeiro, **retornem** os autos a esta Comissão para que seja dado prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Manaus, 06 de junho de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 07/06/2023, às 08:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1065029** e o código CRC **F62D3350**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, visando à manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69037-473, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a Exma. Sra. **Lílian Maria Pires Stone**, residente e domiciliada em Manaus/AM, portadora do RG nº 826886 SSP/AM e inscrita no CPF sob o nº 405.025.542-15, e a empresa_____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, com sede na Rua _____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta do Processo SEI n.º **2022.001718**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do Pregão Eletrônico n.º _____-CPL/MP/PGJ, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GRUPO GERADOR QUE ATENDE O PRÉDIO ANEXO DA PGJ/AM**, que reger-se-á pelas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/02 e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente contrato consiste na realização de manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas, bem como o fornecimento de combustível para o funcionamento do grupo gerador, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes descritos neste contrato, para o período de 12 meses, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º _____-CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

Os serviços objeto deste contrato deverão ser prestados atendendo as seguintes condições:

1. Os serviços devem ser prestados em conformidade com os quantitativos e especificações descritas no Plano de Manutenção Preventiva.
2. Os produtos e peças a serem utilizados devem ser industrializados, novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, acompanhado de guias e manuais de utilização e garantias, sob pena de ser recusado seu recebimento.
3. Os serviços a serem prestados devem iniciar imediatamente após a assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.
4. A duração prevista para o fornecimento das peças e do combustível e para a prestação dos serviços deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.
5. O Grupo Gerador é da Marca Cumins Modelo BC 320 E pot. Standby 400Kva Numero de série C

3201009, com as seguintes especificações:

I- Motor Marca Cumins, Modelo M 77855G7, SO 15375, Combustível Diesel, Numero de sére 41139120;

II- Gerador Silent Genset. Modelo UC1447E Numero de série 10056112;

6. Deve ser fornecido óleo combustível tipo diesel, compatível com o grupo gerador, nas seguintes quantidades:

I- A quantidade mínima a ser fornecida por pedido será de 200 litros;

II- A quantidade máxima a ser fornecida por pedido será de 400 litros;

III- A quantidade total de 3.552,00 litros é a quantidade total que poderá ser demanda ao longo da validade do contrato.

7. Entende-se por **Operação de abastecimento** como sendo todas as atividades, materiais, ferramentas e mão de obra necessárias para realizar o abastecimento do Grupo Gerador no endereço indicado no contrato.
8. Deve haver a instalação de tanque externo reserva de 500L para aumentar a autonomia do grupo gerador.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:

A empresa **CONTRATADA** deverá prestar os Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva conforme definido a seguir:

1. **Da Manutenção Preventiva:**

I. Entende-se por manutenção preventiva como sendo toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos.

II. As manutenções preventivas serão realizadas no equipamento objeto deste contrato, conforme procedimentos e roteiros indicados pelo fabricante, seguindo rigorosamente cronograma acordado com a Fiscalização.

III. A manutenção preventiva engloba todas as partes visíveis dos equipamentos, sem que haja a necessidade do seu desmonte. Sendo necessária a retirada de peças e/ou equipamentos para a manutenção preventiva, o prestador de serviços deverá cumprir as instruções do fabricante.

IV. As manutenções preventivas deverão ser realizadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial das 8h às 17h, ou sábado, das 8h às 12h, preferencialmente realizados pela parte da tarde, causando o menor impacto possível na rotina de serviço da **CONTRATANTE**.

V. Deverá ser apresentado o **Plano de Manutenção Preventiva**, contendo o cronograma de manutenção e identificando, no mínimo, o seguinte: o componente de cada sistema, data, tempo previsto para execução das preventivas, roteiros com parâmetros e procedimentos operacionais de manutenção preventiva e modelo de relatório de manutenção preventiva dos equipamentos constantes no contrato, de acordo com as definições do manual do fabricante dos equipamentos.

VI. Deverão estar incluídas todas as peças de desgaste (filtros, correias, óleos, líquidos aditivos, baterias e sensores) e os testes de parâmetros e segurança necessários para os equipamentos.

VII. A **CONTRATADA** deverá manter os equipamentos de medição dos parâmetros sempre aferidos e calibrados, e, quando necessário, apresentar o certificado de calibração dos equipamentos.

VIII. Caso não seja possível realizar a manutenção preventiva do equipamento, conforme o cronograma acordado com a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, será aplicado no valor mensal um desconto proporcional ao valor pago, conforme segue:

N – Número de preventivas programadas que não foram executadas;
VR – Valor da manutenção do equipamento;
D – Desconto na parcela do mês corrente;
D = 20% X ((N1xVR1)+(N2xVR2)+...)

IX. No caso de atrasos na entrega de peças e/ou equipamentos em manutenção preventiva ou corretiva não justificada, será aplicada a multa de 0,03% (conforme previsto na Lei nº 8666/93) sobre o valor mensal da parcela, por dia de atraso para cada peça e ou equipamento.

X. A **CONTRATADA** deverá apresentar relatório técnico mensal de serviço do equipamento com informações sobre as manutenções preventivas realizadas.

XI. A empresa deverá adotar todos os padrões de segurança ao realizar a manutenção dos equipamentos e usar procedimentos necessários para o bom andamento e segurança do serviço. Qualquer ocorrência, acarretando defeitos provenientes da imperícia da **CONTRATADA** ficará a seu cargo, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

2. **Da Manutenção Corretiva:**

1. Manutenção Corretiva é o conjunto de serviços executados nos equipamentos com falha. A Manutenção consiste em substituir peças ou componentes que se desgastaram ou falharam e que levaram a máquina ou o equipamento a uma parada, por falha ou pane em um ou mais componentes.
2. As manutenções corretivas deverão ser realizadas de segunda-feira a domingo, em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas.
3. O prazo para atendimento será de até 02 (duas) horas após comunicação via e-mail, fax ou telefone.
4. A **CONTRATADA** fornecerá à **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do contrato, diversos acessos de comunicação, como: telefone fixo, fax, celular, e-mail, ou qualquer outra modalidade para intercomunicação entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, com o nome do respectivo técnico para assistência, incluindo para os casos de sobreaviso num **prazo máximo de 10 dias** a contar da assinatura do contrato.
5. A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer um contato (plantão) para atendimentos de urgência em até 02 (duas) horas nos sábados, domingos e feriados, sendo que o atendimento deverá ser em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas.
6. O prazo para diagnóstico será de até 01 hora, após a chegada do técnico nas dependências da **CONTRATANTE**. Neste prazo, estão contempladas as seguintes etapas: diagnóstico técnico, descrição da falha, tipo de reparo, aferição, testes funcionais e liberação para utilização.
7. Ocorrendo avarias/desgastes dos equipamentos, cuja recuperação seja longa, fazendo-se necessário substituir peças danificadas ou consertá-las fora das instalações desta unidade, as mesmas deverão ser levadas pela empresa **CONTRATADA**, retornando dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas, devendo dentro do referido prazo deixar o equipamento pronto para uso. O prestador de serviços deverá devolver a peça substituída à **CONTRATANTE**.
8. No caso de substituição de peças, a empresa **CONTRATADA** deverá colocar o equipamento em perfeita condição de desempenho e segurança conforme previsto no manual técnico do fabricante. A empresa **CONTRATADA** ficará na obrigação de registrar todas as peças utilizadas no equipamento sob contrato e enviar mensalmente um histórico (relatório) da relação de peças substituídas para o Setor de Engenharia de Manutenção.
9. Para as manutenções corretivas não há limite de número de visitas, devendo ser realizadas tantas quanto forem necessárias, conforme a demanda e sinistros ocorridos.
10. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser registrados em Ordem de Serviço, sendo que uma cópia deverá ser entregue para a DEAC e deverá ser atestada pelo fiscal designado do contrato.
11. A Ordem de Serviço deverá conter todos os dados do equipamento, serviços executados e assinatura do técnico responsável.
12. A Ordem de Serviço também deverá ser assinada pela DEAC, atestando a execução dos serviços.
13. A **CONTRATADA** deverá anotar na ordem de serviço, principalmente nos casos de urgência, o motivo da chamada, registrar as ocorrências durante a execução dos serviços, cientificando a **CONTRATANTE**.
14. A empresa **CONTRATADA** deverá realizar o check-list, em formulário próprio da empresa, constando no campo as apurações técnicas, estando estas regulares ou não.
15. A **CONTRATADA** só poderá realizar testes de funcionamento dos equipamentos na presença da

fiscalização da **CONTRATANTE**.

16. Os valores correspondentes a fretes para a locomoção dos equipamentos, bem como dos materiais contemplados no contrato, necessários para a execução dos serviços, e impostos, correrão por conta da empresa **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro - Do fornecimento de peças:

I- As peças de reposição e os acessórios cobertos pelo contrato serão as relacionada no anexo II do Termo de Referência e deverão ser fornecidas pela empresa **CONTRATADA**.

II- A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer todas as peças e os acessórios necessários para o devido funcionamento do equipamento constante neste contrato e no edital.

III- As peças e os acessórios que não sejam contemplados pelo contrato deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA** mediante apresentação de três propostas comerciais, cabendo à **CONTRATANTE** escolher e aprovar o fornecedor. A **CONTRATANTE,** independentemente da **CONTRATADA,** poderá buscar outros fornecedores, à sua conveniência.

IV- Todas as peças necessárias para a execução das manutenções preventivas deverão ser apresentadas ao DEAC com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas em relação do cronograma acordado e deverão estar previstas no *check-list* e procedimento operacional para a execução das manutenções preventivas.

V- Todas as peças deverão ser novas e originais ou com a comprovação das mesmas características técnicas que aquelas definidas pelos fabricantes. As peças de reposição utilizadas deverão ser da mais alta qualidade e adquiridas diretamente dos fabricantes.

VI- Todos os acessórios, peças e insumos necessários para as manutenções deverão ser custeados pela **CONTRATADA**, fazendo parte da manutenção preventiva e/ou corretiva, sendo devolvidos à **CONTRATANTE** todos os itens que forem substituídos.

VII- Todas as peças fornecidas deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Para o fornecimento de peças e acessórios não contemplados no contrato, a empresa **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal das mesmas.

Parágrafo segundo - Do fornecimento de combustível:

I. A empresa **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) horas, contadas a partir do horário em que receber a comunicação do servidor fiscalizador da PGJ-MP/AM, para promover ao abastecimento de diesel do grupo gerador. Devido às circunstâncias do objeto, os abastecimentos ocorrerão em qualquer dia da semana.

II. A empresa providenciará os equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra necessários para realizar o abastecimento do Grupo Gerador (pessoal qualificado, tambor, bomba, mangueiras, medidor e outros equipamentos e acessórios que julgar necessário).

III. Os funcionários da empresa envolvidos no processo deverão fazer uso de todos os EPI's e EPC's necessários à realização da tarefa.

Parágrafo terceiro - Do Plano de Manutenção Preventiva:

I. A empresa **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE** o **Plano de Manutenção Preventiva Anual** do equipamento listado no edital, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após assinatura do contrato. O Plano de Manutenção Preventiva Anual deverá conter calendário das rotinas de manutenções preventivas, com a planilha de execução dos serviços, durante o prazo de vigência do contrato.

II. Deverão ser entregues 02 (duas) vias originais do Plano de Manutenção Preventiva Anual ao Setor de Engenharia de Manutenção.

III. A empresa **CONTRATADA** deverá disponibilizar quadro com todas as informações necessárias (procedimentos, serviços, cronogramas, etc.) para garantir o correto desenvolvimento das atividades de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos listados no edital. O quadro deverá ser acessível aos funcionários da empresa **CONTRATADA**, dos órgãos fiscalizadores e do DEAC.

IV. A **CONTRATADA** deverá, caso o **Plano de Manutenção Preventiva Anual não seja**

aprovado, reapresentá-lo num **prazo máximo de 5 (cinco) dias;**

V. A empresa **CONTRATADA** obriga-se a fornecer ao **CONTRATANTE** relatório circunstanciado dos serviços prestados em cada equipamento, mediante recibo, fazendo constar desse relatório, inclusive, quais as peças foram substituídas e sua respectiva referência, os motivos de quebra apurados, os resultados de calibrações efetuadas, dentre outros.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital do Pregão Eletrônico n.º_____-CPL/MP/PGJ, conforme a Lei n.º 8.666/93 e a Lei 10.520/2002;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º **2022.001718**;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á, indiretamente, sob o regime de execução de empreitada por preço global, a qual foi selecionada por meio do competente procedimento licitatório.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

A execução do contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada por servidor(es) ou representante(s) especialmente designado(s) pela autoridade **CONTRATANTE**, que exercerão ampla fiscalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, em especial:

1. Acompanhar e fiscalizar por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos serviços, verificando se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos, não permitindo que o pessoal da **CONTRATADA** realize o fornecimento de materiais em desacordo com as normas preestabelecidas;
2. Exercer ampla fiscalização do fornecimento do objeto e outras que sejam julgadas necessárias para o fiel cumprimento do Contrato.
3. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas;
4. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição, bem como sua retirada imediata das dependências da **CONTRATANTE**.
5. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato;
6. Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento integral do estabelecido no contrato;
7. Receber provisoriamente o objeto contratado;
8. Solicitar e referendar, quando for o caso, os seguintes documentos da **CONTRATADA**, para instrução do processo de liquidação e pagamento: requerimento de pagamento, Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal e trabalhista;
9. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da **CONTRATADA** que embarace ou dificulte a ação da **FISCALIZAÇÃO** ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;
10. Atestar a liberação da garantia fixada neste contrato;
11. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis;

12. Comunicar à Administração Superior, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas;
13. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes;
14. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**;
15. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato;

Parágrafo primeiro. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do contrato**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo terceiro. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** em hipótese alguma poderá transferir os serviços objeto deste CONTRATO a Terceiros.

Parágrafo quinto. Antes do início da prestação dos serviços será realizada reunião entre as partes, a ser convocada pela fiscalização, com o objetivo de discutir e uniformizar as providências necessárias ao cumprimento do fornecimento do serviço e das obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

1. **No momento da assinatura do contrato**, entregar **declaração expressa** de que cumpre as exigências das normas regulamentadoras emanadas pela **Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego,** e que manterá essa condição **durante toda a vigência do contrato firmado**.
2. Encaminhar à FISCALIZAÇÃO, **antes do início da execução dos serviços**, a **relação nominal de todos os empregados** designados para prestar serviços nas instalações da **CONTRATANTE**, junto com: a) Nome completo, função e cópia da carteira de identidade de cada funcionário; b) Cópia da Certidão de registro no CREA, do responsável técnico pelos serviços.

    2.1. A não apresentação dos dados especificados no item acima poderá inviabilizar o acesso ao local de execução dos serviços.

    2.2. A **CONTRATADA** deverá dar ciência prévia à FISCALIZAÇÃO de quaisquer alterações nas informações apresentadas, decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

3. Entregar, no prazo de **cinco dias úteis** contados da assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, a via destinada ao CONTRATANTE da(s) **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) em nome do responsável técnico pelos serviços,** devidamente registrada(s), nos termos da Lei nº 6.496/77.
4. Apresentar, **até 10 (dez) dias do início da execução dos serviços**, o **Plano de Manutenção, previamente aprovado pela Fiscalização da CONTRATANTE**, junto a respectiva **ART**
5. Desenvolver todas as suas obrigações estipuladas neste termo com esmero e perfeição, observando estreitamente suas especificações, as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação federal, estadual e municipal, se houver, e as últimas revisões das normas técnicas específicas, especialmente as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como outras normas correlatas, ainda que não explicitamente citadas neste documento.

    5.1. Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam a melhor técnica

preconizada para os serviços.

6. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste Contrato.
7. Responsabilizar-se por todas as **licenças e taxas** necessárias à execução dos serviços, inclusive as taxas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/AM referentes à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) pelos serviços executados.
8. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da **CONTRATANTE**.
9. **Manter o sistema auxiliar de energia (grupo gerador) em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento**, através de pessoal treinado e especializado, bem como a **conservar devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços**.
10. Executar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o fornecimento da Ordem de Serviço, a montagem do tanque externo, conforme item 8 da Cláusula Segunda.
11. Executar os serviços de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, eventuais necessidades de interrupção ou alteração no funcionamento dos equipamentos deverão ser previamente agendadas com a **CONTRATANTE**.
12. Fornecer mão de obra, equipamentos, peças e acessórios de reposição, ferramentas, materiais de consumo, andaimes e equipamentos de segurança, sempre que preciso, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, visando à prestação integral, tempestiva e adequada dos serviços.

    12.1 Em qualquer caso, **todas as despesas relativas à mão-de-obra e ferramental, serão integralmente cobertas pelo valor mensal** da manutenção preventiva e corretiva, **sem qualquer ônus adicional** para a **CONTRATANTE**.

13. Dar garantia total pelos serviços executados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, por um prazo **mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.
14. Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, transportar conforme determinado pela CONTRATANTE, às suas expensas, o objeto/serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas ou em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação emitida pela **CONTRATANTE**.

    14.1 Quando necessário realizar o serviço de retirada de diesel contaminado e ou submete-lo a filtragem por filtro de prensa para reutiização.

    14.2 Decorrido o prazo descrito no item acima sem o atendimento devido, fica a **CONTRATANTE** autorizada a **contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos**, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à **garantia** dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

15. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que executarão o objeto deste termo, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.
16. Manter **quadro de pessoal** competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com as etapas do serviço, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.
17. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à **segurança e medicina do trabalho**, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de **equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's** - adequados para cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.
18. Fornecer a seus empregados os **uniformes**, os quais deverão ser mantidos em bom estado e condições de higiene.

    18.1 Todos aqueles que prestarão serviços em nome da CONTRATADA, mesmo que temporariamente, deverão estar **uniformizados e identificados por meio de crachá, com fotografia recente**.

19. Responder pela **idoneidade moral e técnica** dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente **responsável**, em qualquer caso, **por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza**, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

19.1. A **CONTRATADA** ficará obrigada a concorrer para que seus empregados executem suas atividades com pontualidade, eficiência e conduta adequada, sendo requisitos necessários para a boa execução dos serviços: educação, cortesia, cordialidade, urbanidade, padrão moral, zelo e dedicação.

20. Afastar do local de serviços qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da **CONTRATANTE**, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a partir da notificação expedida pela **CONTRATANTE**.

21. Responsabilizar-se por todos os **encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias** que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

21.1 Além do pagamento dos salários e encargos sociais e trabalhistas, inclusive obrigações relativas a **acidentes de trabalho**, a CONTRATADA será responsável pelas despesas alusivas a **vales-alimentação e vales-transporte** destinados aos seus empregados, nas quantidades necessárias e suficientes a serem utilizados no decorrer do trabalho, conforme Convenção Coletiva e Termos Aditivos vigentes.

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto deste termo, **não** transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

22. Apresentar, durante toda a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

23. Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela **CONTRATANTE**, acatando as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados e obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

24. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, **por escrito**, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste termo, e apresentar justificativa escrita, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

24.1. Caso ocorra atraso por culpa da **CONTRATANTE**, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste termo sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

25.1. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

26. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato.

27. Entregar os documentos fiscais devidamente discriminados, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85**, e acompanhadas da certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, certidões de regularidade emitidas pelas Fazendas Federal (incluindo regularidade com a seguridade social), Estadual e Municipal e certidão de regularidade emitida pela justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato, inclusive, para fins de pagamento.

28. Fazer constar nas **Notas Fiscais/Faturas** a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e o

número do instrumento contratual correspondente.

29. Comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Parágrafo primeiro. Qualquer comunicação do **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do seu recebimento, submetendo-se a **CONTRATADA** às sanções e às penalidades cabíveis, caso tal determinação seja descumprida.

Parágrafo segundo. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste contrato implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo quarto. A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da **FISCALIZAÇÃO**, não exime a **CONTRATADA** de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, devendo esta corrigir falhas, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que tal fato represente ou importe em ônus para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratuais e editalícias.
2. Designar, e informar à **CONTRATADA**, representante(s) da **CONTRATANTE**, e seu(s) substituto(s), a ser(em) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mantendo tais dados atualizados.
3. Permitir o acesso dos técnicos da **CONTRATADA** ao grupo gerador, colaborando para a tomada de medidas necessárias a prestação de serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional.
4. Não permitir que pessoas não especializadas manuseiem, operem ou tentem executar reparos ou consertos nos grupos geradores, a fim de evitar possíveis avarias nos equipamentos.
5. Não permitir o uso de materiais obsoletos e alheios ao grupo gerador na área do grupo gerador, além daquele que diz respeito ao conjunto de equipamentos instalados.
6. Visar as Ordens de Serviço e Relatórios na ocasião das visitas dos técnicos da **CONTRATADA**.
7. Autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por lei ou determinações de autoridades competentes.
8. Autorizar a execução dos serviços ou substituição de peças extras que a assistência técnica entender necessárias ao eficiente funcionamento dos grupos geradores.
9. Permitir a retirada de qualquer componente dos grupos geradores somente mediante recibo em impresso próprio da assistência técnica, salvo se houver substituição de componentes no ato do serviço.
10. Cumprir rigorosamente a orientação técnica da assistência técnica.
11. Executar os serviços necessários para a segurança e o eficiente funcionamento dos grupos geradores alheios a especialidade da assistência técnica.
12. Acompanhar e fiscalizar periodicamente a execução dos serviços constantes deste contrato e do edital.
13. Designar fiscalização para o gerenciamento do contrato.
14. Promover o acompanhamento da execução do contrato, nos aspectos qualitativo e quantitativo, por meio da fiscalização.
15. Notificar a **CONTRATADA** acerca de falhas ocorridas na execução do contrato e/ou serviço, exigindo as medidas reparadoras estabelecidas neste termo e no edital.
16. Exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos materiais entregues ao Hospital.
17. Efetuar regularmente o pagamento da fatura apresentada, nos moldes estabelecidos no presente termo e

cronograma estabelecido pela **CONTRATANTE**, a qual deverá estar devidamente acompanhada da documentação exigida no contrato.

18. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento de mútuo respeito e urbanidade, sem prejuízo da observância da legislação e normas regulamentadoras vigentes.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

O valor do presente contrato é de **R$ _____ (_____ reais)**, discriminado de acordo com a tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Qtde. (meses)	Preço Unit. (R$/mês)	Preço total (R$/ano)
01	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.	Serviço	12		
02	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.	Serviço	1		
03	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel.	Litro	3.552		
Preço total (R$)					

Parágrafo único. O valor fixado no *caput* compreende todas as despesas diretas e indiretas, com materiais, mão de obra, contribuições/impostos em cumprimento às leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, transporte, ferramentas, equipamentos, instalações, consumos, despesas de frete, ligações provisórias e definitivas com as concessionárias de serviços públicos e, seguros, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes, definidos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado, mensalmente, em até **30 (trinta) dias**, a contar da apresentação do documento fiscal pela **CONTRATADA,** devidamente atestado pela **FISCALIZAÇÃO.**

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **CONTRATANTE,** para o endereço eletrônico *protocolo@mpam.mp.br,* os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei.

b) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

c) Prova de inexistência de débito trabalhista.

d) Requerimento solicitando o pagamento, contendo informações sobre o número do contrato, número da nota de empenho, mês de referência ou parcela, valor do pagamento e conta para depósito;

e) Faturas/Notas Fiscais emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), as quais deverão ser atestadas pela Fiscalização.

f) Recibo.

Parágrafo segundo. A nota fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser apresentados no Setor de Protocolo da **CONTRATANTE**, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Manaus/AM ou enviados ao e-mail **protocolo@mpam.mp.br** e **deac@mpam.mp.br.**

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRANTATE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira:

a) os serviços não abrangidos pelo objeto contratual;

b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, e

c) pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de

penalidade ou inadimplência.

Parágrafo quarto. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo quinto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo sexto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, que deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sétimo. O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a **CONTRATADA** de promover o pagamento de impostos e contribuições nas datas regulamentares.

Parágrafo oitavo. O documento fiscal será devolvido à **CONTRATADA**, caso contenha erros ou em caso de circunstância que impeça a sua liquidação, ficando o pagamento pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobradas diretamente da empresa, amigáveis ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas no instrumento contratual e legislações em vigor.

Parágrafo décimo. As substituições das peças não cobertas pelo contrato, em razão de dano ou com baixo rendimento, serão executados pela **CONTRATADA** desde que os preços se mostrem vantajosos e condizentes com a realidade do mercado local, mediante autorização expressa do **CONTRATANTE** precedida de aprovação de relatório técnico com justificativa e do orçamento e, de empenho prévio do valor correspondente;

Parágrafo décimo primeiro. O relatório técnico a que se refere o parágrafo acima deverá conter, precipuamente, as seguintes informações:

I- Identificação do equipamento: número de série do equipamento (tombo de identificação utilizada pela PGJ-AM)/Local de instalação do equipamento (setores desta PGJ-AM);

II- Justificativa técnica descritiva assinada pelo responsável técnico;

III- Apresentação da proposta orçamentária para fornecimento das peças *(fundamentar com apresentação de pelo menos 3 (três) propostas obtidas através de pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo – em papel timbrado de cada empresa);*

III- Apresentação do prazo para a realização do serviço de substituição devidamente justificado.

Parágrafo décimo segundo. Para o pagamento do fornecimento de combustível levar-se-á em consideração:

I- Somente poderão ser considerados, para efeito de medição e pagamento, os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela Fiscalização.

II- A empresa, ao realizar o abastecimento, deverá dispor de bomba de combustível homologada pelo Inmetro, com contador de litros e fração de litros.

III- A cada abastecimento, o fiscal assinará a ordem de abastecimento no ato da entrega, ficando uma via com a empresa e outra com o fiscal.

IV- Os pagamentos das faturas emitidas referenteS ao combustível serão baseados nas ordens de abastecimento aprovadas pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato.

Parágrafo décimo terceiro. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = valor da parcela em atraso

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo décimo quarto. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d", da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte**: 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33903917 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a Nota de Empenho n.º _____, no valor de **R$ _____ (_____)**.

Parágrafo único. No exercício seguinte, o valor de **R$_____ (_____)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO:

Os preços inicialmente contratados dos serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do **IPCA/IBGE** acumulada nos últimos 12 meses, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

Parágrafo Primeiro. Para o direito ao reajuste será considerada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, da data a que o anterior estiver se referindo.

Parágrafo Segundo. Para a apuração do índice mencionado no *caput* e para a aplicação dos efeitos financeiros do reajuste, será considerada a data do pedido da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro. Os reajustes que a **CONTRATADA** fizer jus serão objeto de preclusão:

a) a cada anualidade da data-base mencionada no Parágrafo Primeiro desta cláusula; ou

b) com a assinatura da prorrogação contratual; ou

c) com o encerramento deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Parágrafo único. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato na impressa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor contratual, que corresponde à importância de **R$ _____(_____)**.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo oitavo. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhada do termo de recebimento definitivo.

Parágrafo nono. A garantia não será extinta, em caso de ocorrência de sinistro ou irregularidade, devidamente comunica à seguradora.

Parágrafo décimo. Será ainda exigida prestação de garantia adicional de valor igual à diferença entre o valor limite de exequibilidade obtido durante o certame e o valor da proposta vencedora, desde que este seja inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética calculada, nos termos do § 2º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo décimo primeiro. No caso de acréscimo no valor contratual, a licitante vencedora obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação no prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao disposto no subitem abaixo.

Parágrafo décimo segundo. As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa e/ou sem justificativa apresentada e aceita pela **CONTRATANTE**, não cumprir as obrigações descritas neste Termo ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, quando não houver cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.
2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela contratada, a ser descontada diretamente na fatura, para cada ocorrência classificada como descumprimento do prazo de atendimento estabelecido na Cláusula Quinta, ponto 1 (5 horas).
3. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo de atendimento do serviço, limitado-se a 48 (quarenta e oito) horas. O atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei.

4. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, a cada reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 5 (cinco) vezes na penalidade de advertência, será considerado descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei;
5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.
6. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO PARCIAL** do objeto contratado.
7. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO TOTAL** do objeto contratado.
8. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**
9. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

Parágrafo primeiro. Poderá ser aplicada sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimentos de contratar com a Administração, com base no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, por até 2 (dois) anos, por culpa ou dolo, no caso de inexecução parcial do objeto.

Parágrafo segundo. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

Parágrafo terceiro. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

Parágrafo quinto. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo sexto. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo sétimo. De acordo com o art. 88, da Lei n.º 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo oitavo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;

5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo nono. Para os fins da subcondição constante do item 6 do parágrafo anterior, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo décimo. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo décimo primeiro. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo décimo segundo. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE:

As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de:

- sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir à obra;
- acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

Parágrafo segundo. Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro durante a realização dos serviços, de modo a atingir trabalhos a cargo da **CONTRATADA**, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do **CONTRATANTE**, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS:

O conceito de qualidade de atendimento será definido conforme a tabela seguir:

Conceito	**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**	**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias.**
Ótimo	No prazo	0
Bom	Até 5 dias	2
Regular	Até 10 dias	4
Ruim	Acima de 10 Dias	6

Parágrafo primeiro. Os conceitos serão definidos tanto pela coluna "**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**", tanto pela coluna "**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias**", não sendo necessário que as duas ocorram ao mesmo tempo.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** submeter-se-á às sanções administrativas sintetizadas na tabela abaixo, caso não alcance níveis satisfatórios do **Acordo de Níveis de Serviço:**

CONCEITO	PENALIDADES
Ótimo	Isento
Bom	Advertência e multa conforme gravidade
Regular	Multa conforme gravidade
Ruim	Multa conforme gravidade, suspensão, declaração de idoneidade e Rescisão.

Parágrafo terceiro - Das Multas:

I- Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta (Tabela 1), as multas conforme Tabela 2:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	CRITÉRIO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.	Por ocorrência	4
3	Não entregar os serviços em conformidade com os critérios de recebimento estabelecidos neste Termo.	Por ocorrência e por serviço	4
4	Não utilizar materiais (peças, componentes e dispositivos) novos e originais e ou aprovados pela fiscalização.	Por ocorrência e por material	4
5	Recusar-se a executar a garantia determinado pelo CONTRATANTE, sem motivo justificado.	Por ocorrência	3
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento.	Por ocorrência	2
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência do CONTRATANTE.	Por ocorrência	2
Para os itens a seguir, deixar de:			
8	Entregar objeto de forma integral em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.	Por dia	4
9	Prover serviços de garantia, para os serviços durante o período de garantia;	Por serviço e por ocorrência	4
10	Descumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores.	Por ocorrência	3
11	Obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive, de responsabilizar-se por todos os	Por item, por ocorrência	3

	ônus decorrentes.	ocorrência.	
12	Cumprir as demais obrigações dentro do prazo contratual.	Por ocorrência e por período de atraso	2
13	Manter a documentação de habilitação atualizada.	Por item, por ocorrência	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,05% do valor do contrato
2	0,10% do valor do contrato
3	0,15% do valor do contrato
4	0,20% do valor do contrato

II- No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

III- As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

IV- Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

- assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
- ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
- execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS:

As Partes obrigam-se, sendo a **CONTRATANTE** controladora de dados e a **CONTRATADA** operadora, a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações sejam compartilhadas pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

- colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
- resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
- cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado, sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato se regerá por toda a legislação aplicável à espécie e, ainda, pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente termo, especialmente:

1. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;

2. Lei n.º 10.520/02 – Institui o Pregão;
3. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
4. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
5. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseada na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 12/06/2023, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1066311** e o código CRC **7F084C2C**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 886.2023.DCCON.1068141.2022.001718

0634711Manaus (Am.), 12 de junho de 2023.

Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PGJ/AM

Assunto: Encaminha minuta de contrato – manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador.

Senhor Presidente,

Trata-se de Procedimento Interno que visa à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas, bem como o fornecimento de combustível para o funcionamento do grupo gerador, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes descritos neste contrato, para o período de 12 meses, nos termos do Termo de Referência 2 (SEI nº 0758272).

Assim, encaminho a Minuta de Contrato Administrativo 27 (SEI nº 1066311), elaborada por esta Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis a essa Comissão Permanente de Licitação.

Na oportunidade, formo que a referida minuta deve ser analisada e aprovada pela assessoria jurídica deste *Parquet*, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal de Licitação e Contratos.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 12/06/2023, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1068141** e o código CRC **B5057EDD**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE EDITAL Nº 34.2023.CPL.1065019.2022.001718

* MINUTA DE DOCUMENTO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2022.001718,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO SEI N.º 2022.001718

Recebimento das propostas: a partir da data de publicação do aviso no DOMPE

Abertura das propostas: às 10 horas do dia **XX/06/2023** (horário de Brasília).

Licitação Exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO

Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/

Código UASG: 925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br/

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a ***contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses., conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e seus anexos***.

2.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3. O objeto previsto neste Edital deverá ser executado em obediência às especificações, planilhas e projetos constantes deste documento e seus anexos. Assim, para amplo conhecimento e detalhes do objeto desta licitação, a empresa deverá observar, integralmente o teor do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718 e seus anexos**, Anexo I a este Edital;

2.4. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718 e seus anexos**, Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718, Anexo II do Edital.

2.4. A empresa deverá dispor, para fins de execução e acompanhamento dos serviços objeto deste termo, de equipe técnica habilitada, contando no mínimo com Engenheiro Mecânico ou Eletricista devidamente registrado no CREA, ou ainda, Técnico Eletrotécnico devidamente registrado no CFT.

2.5. Os preços apresentados pela CONTRATADA deverão cobrir todos os custos dos serviços, abrangendo o fornecimento de mão de obra especializada, Leis e Encargos Sociais decorrentes, materiais, peças originais, ferramentas e equipamentos, assistência técnica, transportes, passagens, fretes, remoção de móveis, máquinas ou equipamentos para a execução dos serviços e o seu reposicionamento no local, limpeza do ambiente, enfim, tudo o que for preciso para garantir a qualidade e funcionalidade dos serviços solicitados.

2.5.1. Os materiais, peças e componentes aplicados na prestação dos serviços e fornecidos, deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sendo obrigatoriamente novos e de primeiro uso, originais, com garantia pelo período mínimo de 90 (noventa) dias.

2.6. No que couber, todas as licenças e taxas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive as Taxas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA-AM ou Conselho Federal dos Técnicos - CFT referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT por todos os serviços executados.

2.6.1. A CONTRATADA será responsável pela aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes, bem como pela expedição do respectivo Alvará, nos locais onde a legislação municipal exija, arcando com todas as licenças e taxas necessárias à execução dos serviços.

2.7. **Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:**

2.7.1. Anexo I – Termo de Referência n.º **10.2023.DEAC.1034369.2022.001718**;

2.7.1.1. Anexo I do TR – Detalhamento de Manutenções Preventivas;

2.7.1.2. Anexo II do TR – Lista de insumos contemplados pelo contrato;

2.7.1.3. Anexo III do TR – Planilha Orçamentária - Manutenção preventiva e/ou corretiva, incluindo reposição de peças;

2.7.2. Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718;

2.7.3. Anexo III – Modelo para credenciamento para vistoria técnica;

2.7.4. Anexo IV – Modelo de declaração de dispensa de vistoria;

2.7.5. Anexo V – Modelo de Atestado de Vistoria Técnica;

2.7.6. Anexo VI – Modelo de Declarações Complementares;

2.7.7. Anexo VII – Modelo de Proposta de Preços;

2.7.8. Anexo VIII – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM; e

2.7.9. Anexo IX – Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM.

3.1.1. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 1.500.100.0000.0000, Elemento 3390.39.

3.1.2. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 1.500.100.0000.0000, Elemento 3390.30.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de **chave de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se à respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão **interessados** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em

nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

5.8.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

5.8. Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

5.9. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de

declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DA POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

6.1. A realização de **vistoria é facultativa**, e objetiva visitar o local de execução dos serviços e tomar conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações. Na hipótese de optar pela realização da vistoria, o interessado deverá obedecer às seguintes condições:

6.1.1. A vistoria deverá ser realizada pelo representante da empresa, devidamente credenciado pela interessada.

6.1.1.1. Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade e Carta de Credenciamento emitida em papel timbrado da empresa como prova de vínculo com a interessada, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando a pessoa que realizará a vistoria;

6.1.2. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento, denominado **Atestado de Vistoria Técnica,** Anexo V deste Edital, que será assinado por servidor designado pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** desta PGJ-AM, onde o servidor declarará ter acompanhado o representante apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada;

6.1.2.1. O referida Atestado de Vistoria deverá ser apresentado na sessão, sendo encaminhada junto aos documentos de Proposta e Habilitação, nos termos definidos no **subitem 7.1**. deste Edital do certame;

6.1.3. A vistoria poderá ser realizada **até 5 (cinco) dias úteis** anteriores à data estipulada para abertura da licitação;

6.1.4. As visitas deverão ser agendadas com **até 24 (vinte e quatro) horas** de antecedência à data limite de vistoria, com a **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC**, pelo telefone (92) 3655-0739, no período de 8h às 14h;

6.1.4.1. O tempo de antecedência para agendamento é necessário para que a DEAC possa indicar servidor para acompanhamento da vistoria;

6.1.5. A visita será realizada pelo representante da interessada, que se apresentará municiado de documento de **Credenciamento para Vistoria**, emitido pelo Representante Legal da interessada, conforme modelo do Anexo III deste Edital*;*

6.2. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, o interessado deverá juntar as documentações da proposta no processo licitatório, em substituição ao Atestado de Vistoria, uma **Declaração de Dispensa de Vistoria**, assinada pelo responsável legal, informando sua opção dela não realização desta visita, conforme modelo do Anexo IV deste Edital;

6.3. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço,

até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade e parcelamento, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado do objeto deste certame.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Nº 123/2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.1. No campo destinado ao registro da proposta, no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, **dos seguintes campos**:

8.1.1. Valor total;

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico/Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante;**

8.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 8.6 deste Edital.

8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Proposta de Preços, conforme Anexo VII deste Edital;

8.2.1. Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

8.2.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

8.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou

cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

8.3.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

8.3.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

8.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

8.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.8. O **prazo de validade da proposta <u>não será inferior</u>** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

8.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.10. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.11. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.12. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

8.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL** do certame, observando-se o prazo previsto para duração do contrato.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 5,00 (cinco reais).

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um **LANCE FINAL** e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.13.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.14. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. O **Critério de Julgamento** adotado será o **menor preço GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.28.1. no País;

9.28.2. por empresas brasileiras;

9.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 03 (três) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do Anexo VII:

a) Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*), se houver, para contato;

b) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real), o valor unitário em algarismos, com duas casas decimais e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93), válidos para a data de apresentação e pelo prazo de vigência da proposta. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no

caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

b.1) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

b.2) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

b.3) Redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

c) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

d) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

e) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

f) Prazo de execução: 12 (dozes) meses, obervados os prazos estabelecidos no parágrafo primeiro da Cláusula Segunda da Minuta do Contato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718, Anexo II do Edital.

g) Garantia dos serviços executados: deverá dar garantia com MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do término da execução dos serviços.

h) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, *e-mail*, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

i) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante,** assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

j) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, *e-mail* de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

j.1) Para os serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, o pagamento ocorrerá mensalmente a contar da assinatura do contrato, obervadas as condições da Cláusula Décima da Minuta de Contrato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718, Anexo II do Edital, e Item 10 do Termo de Referência Nº **10.2023.DEAC.1034369.2022.001718**, Anexo I do Edital.

10.3. Na elaboração de suas propostas, as licitantes deverão levar em consideração:

a) A legislação aplicável e todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

b) Os preços dos insumos, salários de mercado e encargos incidentes;

10.4. Nos preços apresentados pelos licitantes deverão estar incluídos todos os custos relativos à mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

10.5. Todas as licenças e taxas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive as Taxas do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-AM ou CAU/AM referentes à ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART ou REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – RRT por todos os serviços executados, quando for o caso.

10.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

10.7. A proposta apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração que implique

majoração do preço proposto.

10.7.1. Não se admitirá preço global superior ao orçamento estimado;

10.7.2. Não é permitida a cotação de quantidade inferior àquela constante no Termo de Referência.

10.8. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, este poderá solicitar prorrogação da validade acima referida, por igual prazo, no máximo.

10.9. Juntamente à proposta de preços, os interessados ou seus representantes apresentarão:

10.9.1. DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA ou ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA, conforme modelos dos Anexos IV e V deste Edital, respectivamente;

10.9.2. As Declarações Complementares, referentes ao Anexo VI do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) A empresa recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

b) Declara, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

c) Cumpre plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6.2., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

d) Não possuo em meu quadro de pessoal, não utilizarei, nem manterei relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

e) A prestação dos serviços da proposta está sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;

f) A empresa cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como apresentará documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;

g) A empresa apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

h) Ciente da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

i) Caso seja declarada vencedora da Licitação, declara possuir estrutura física mínima na cidade de MANAUS, para garantir a qualidade no atendimento à CONTRATANTE, em vista da natureza do objeto especificado, com autonomia para resolver as questões relacionadas à prestação dos serviços, para o atendimento das solicitações do Contratante, disponível nos casos em que for necessário atendimento em caráter excepcional;

j) Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, enviar os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento à CONTRATANTE no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de

preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

k) O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços; e que

l) Executará os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas e quantitativos fornecidos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e, caso seja vencedora da licitação, pelos preços e prazos apresentados.

10.10. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.10.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.11. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.12. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na *internet*, após a homologação.

10.13. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

10.14. Quando da proposta de preços não constar o prazo de execução, entrega, validade e outros, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital e seus anexos.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme Anexo VII, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.2. A proposta e documentação será analisada por engenheiros da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** desta Instituição Ministerial, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 11.4. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.2. Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

11.2.2.1. Considera-se **inexequível** a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.2.3. No momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1**

(um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.

11.3.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.4. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.4.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro, ou Administração, poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,01% (um centésimo percentual) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades.**

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

11.8. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11.9. Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta.

11.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.13. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.14. Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.16. Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

11.17. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, incluídas aquelas definidas na Seção 8 do Termo de Referência 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em

encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **item 7.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

12.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

$$LC = \frac{AT}{PC}$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

AT = Ativo Total

12.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE**

JUSTIÇA, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. Registro ou inscrição da empresa licitante (Pessoa Jurídica) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CFT/CRT's (Conselho Federal dos Técnicos Industriais/Conselho Regional), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

12.10.1.1. Caso a Certidão não seja da jurisdição do CREA-AM ou CFT/CRT's-AM, o licitante deverá apresentar, à época da contratação, o registro devidamente visado pelo mesmo, conforme art. 1º, da Resolução n.º 413, de 27/6/1997.

12.10.2. **Certidão de Registro de Pessoa Física** emitida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CFT/CRT's (Conselho Federal dos Técnicos Industriais/Conselho Regional) da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do integrante da Equipe Técnica responsável pelos serviços, segundo as atribuições estipuladas pela Resolução CONFEA n.º 218/1973 ou Resolução CFT n.º 074/219, com validade na data de realização da sessão pública do certame, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

12.10.3. Quanto à **capacitação técnico-operacional**: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, nos termos do subitem 8.1.2, "b" do Termo de Referência anexo.

12.10.3.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.3.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.3.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.10.3.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

12.10.4. O Responsável técnico pela execução dos serviços deverá ser Engenheiro Mecânico ou Eletricista devidamente registrado no CREA, ou ainda, Técnico Eletrotécnico devidamente registrado no CFT.

12.10.4.1. O responsável técnico e/ou membros da equipe técnica acima elencado deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

12.10.4.2. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

12.10.5. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões

de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

12.10.6. Declaração de responsabilidade técnica, devidamente assinada pelo profissional técnico indicado (Anexo IX).

12.10.7. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, todas serão inabilitadas.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3 deste instrumento convocatório.

12.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem 12.13. do Edital.

12.11.6. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente ou via fac-símile deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no item 25.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 11.7, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 9.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/06/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a CONTRATADA **deverá apresentar garantia na forma e condições estabelecidas na Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718**, Anexo II deste Edital.

17. DOS PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DO RECEBIMENTO

17.1. O prazo de execução obedecerá às disposições da **Seção 11 do Termo de Referência Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718** (Anexo I), bem como das Cláusulas Segunda e Décima Quarta da Minuta de Contrato 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718, Anexo II do Edital, consistindo em **12 (doze) meses,** a contar da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

17.2. Os serviços deverão ser executados conforme as Seções 2, 3 e 4 do **Termo de Referência Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718,** Anexo I deste Edital, bem como conforme as Cláusulas Segunda e Terceira da Minuta de Contrato 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718 (Anexo II).

17.3. O recebimento dos serviços será realizado por técnicos da CONTRATANTE, na forma prevista no art. 73 da Lei n.° 8.666/93, e ocorrerá na forma disposta na Cláusula Sexta da Minuta de Contrato 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718 (Anexo II).

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato Administrativo ou emitido instrumento equivalente.

18.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

18.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

18.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP ou instrumento equivalente, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0**, e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

18.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

18.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada,

prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

18.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

18.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

18.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

18.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

18.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Além das obrigações compreendias **na Seção 5 do Termo de Referência n.º 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718,** Anexo I a este Edital, bem como na **Cláusula Sétima da Minuta de Contrato Administrativo,** Anexo II, serão também deveres da CONTRATADA:

19.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via *e-mail*, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem a **Seção 6 do Termo de Referência n.º 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718,** Anexo I a este Edital, bem assim a **Cláusula Oitava da Minuta de Contrato Administrativo,** Anexo II,

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com a **Cláusula Décima – Da Liquidação e do Pagamento** da Minuta de Contrato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718, Anexo II do Edital, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

21.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link https://www.mpam.mp.br/component/content/article/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.3. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação. No entanto, caso a vencedora não realize o cadastro em até 5 (cinco) dias após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VI);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de **multa de até 30%** do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva**, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

22.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 12.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

22.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

22.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicada pelo(a) PROCURADOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

22.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

22.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

22.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as multas previstas na **Seção 12 do Termo de Referência 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, Anexo I a este Edital e na Cláusula Décima Sexta da Minuta de Contrato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718**, Anexo II do Edital, segundo a gravidade da falta.

22.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

22.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

22.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

22.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

22.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

23.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

23.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

23.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

23.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

23.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

23.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

23.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

23.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos

demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

23.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

23.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

23.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

23.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. Até o dia **XX/06/2023, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, **até às 14 horas (horário local) da data limite fixada** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia XX/06/2023, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, **às 14 horas (horário local) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os

participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deverá sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019.

25.3.2. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (preexistente), que deixou de ser juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (***TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021***).

25.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

25.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

25.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

25.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

25.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo

Pregoeiro.

25.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

> 25.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema COMPRASNET, prevalecerá o Edital.

25.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

> 25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

25.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, *na data da assinatura eletrônica.*

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

Documento assinado eletronicamente.

Os códigos de autenticidade podem ser conferidos na última página do Edital

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo**,** com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Justifica-se a contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, garantindo a integridade de equipamento, sistemas e pessoas deste *Parquet*.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1 Os serviços objetos deste Termo devem ser adquiridos em conformidade com os quantitativos e especificações descritas no plano de manutenção (Item 4);

2.2 Os produtos e peças a serem utilizados devem ser industrializados, novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, acompanhado de guias e manuais de utilização e garantias, sob pena de ser recusado seu recebimento.

2.3 Início dos serviços a serem prestados: Imediatamente após a assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.

2.4 Duração prevista para o fornecimento e/ou serviços deste contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.

2.5 Grupo gerador Marca Cumins Modelo BC 320 E pot. Standby 400Kva Numero de série C 3201009.

2.5.1 Motor Marca Cumins, Modelo M 77855G7, SO 15375, Combustível Diesel, Numero de sére 41139120;

2.5.2 Gerador Silent Genset. Modelo UC1447E Numero de série 10056112;

2.6 Fornecimento de óleo combustivel tipo diesel compativel com o grupo gerador;

2.6.1 A quantidade mínima a ser fornecida por pedido será de 200 litros;

2.6.2 A quantidade máxima a ser fornecida por pedido será de 400 litros;

2.6.3 A quantidade total de 3.552,00 litros é a quantidade total que poderá ser demanda ao longo da validade do contrato;

2.6.4 Entende-se por **Operação de abastecimento** como sendo todas as atividades, materiais, ferramentas e mão de obra necessárias para realizar o abastecimento do Grupo Gerador no endereço indicado no contrato.

2.7 Instalação de tanque externo reserva de 500l para aumentar a autonomia do grupo gerador.

3. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

3.1 Manutenção Preventiva:

3.1.1 Definição: Entende-se por manutenção preventiva, como sendo toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos.

3.1.2 As manutenções preventivas serão realizadas no equipamento objeto deste contrato, conforme procedimentos e roteiros indicados pelo fabricante, seguindo rigorosamente cronograma acordado com a Fiscalização.

3.1.3 A manutenção preventiva engloba todas as partes visíveis dos equipamentos, sem que haja a necessidade do seu desmonte. Sendo necessária a retirada de peças e/ou equipamentos para a manutenção preventiva, o prestador de serviços deverá cumprir as instruções do fabricante.

3.1.4 As manutenções preventivas deverão ser realizadas em dias úteis de segunda a sexta-feira de 8:00h as 14:00h.

3.1.5 Deverão ser apresentados cronogramas de manutenção identificando: o componente de cada sistema, data, tempo previsto para execução das preventivas, roteiros com parâmetros e procedimentos operacionais de manutenção preventiva e modelo de relatório de manutenção preventiva dos equipamentos constantes no contrato, de acordo com as definições do manual do fabricante dos equipamentos.

3.1.6 Deverão estar incluídos todos as peças de desgaste (filtros, correias, óleos, líquidos aditivos, baterias e sensores) e os testes de parâmetros e segurança necessários para os equipamentos.

3.1.6.1 A CONTRATADA deverá manter os equipamentos de medição dos parâmetros sempre aferidos e calibrados, e quando necessário apresentar o certificados de calibração dos equipamentos.

3.1.7 Caso não seja possível realizar a manutenção preventiva do equipamento, conforme o cronograma acordado com o DEAC, será aplicado no valor mensal um desconto proporcional ao valor pago, conforme segue:

N – Número de preventivas programadas que não foram executadas;
VR – Valor da manutenção do equipamento;
D – Desconto na parcela do mês corrente;
D = 20% X ((N1xVR1)+(N2xVR2)+...)

3.1.7.1 No caso de atrasos na entrega de peças e/ou equipamentos em manutenção preventiva ou corretiva não justificada, será aplicada a multa sobre de 0,03% (conforme previsto na Lei nº 8666/93) do valor mensal da parcela, por dia de atraso para cada peça e ou equipamento.

3.1.8 A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico mensal de serviço do equipamento com informações sobre as manutenções preventivas realizadas.

OBS: A empresa deverá adotar todos os padrões de segurança ao realizar a manutenção dos equipamentos e usar procedimentos necessários para o bom andamento e segurança do serviço. Qualquer ocorrência, acarretando defeitos provenientes da imperícia do prestador ficará a cargo do mesmo, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

3.2. Manutenção Corretiva:

3.2.1 Definição: É o conjunto de serviços executados nos equipamentos com falha, a Manutenção consiste em substituir peças ou componentes que se desgastaram ou falharam e que levaram a máquina ou o equipamento a uma parada, por falha ou pane em um ou mais componentes.

3.2.2 As manutenções corretivas deverão ser realizadas de segunda a domingo, em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.2.1 O prazo para atendimento será de até 02 (duas) horas após comunicação via e-mail ou fax ou telefone.

3.2.2.2 A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, diversos acessos de comunicação como: telefone fixo, fax, celular, e-mail, ou qualquer outra modalidade para intercomunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, com o nome do respectivo técnico para assistência, incluindo para os casos de sobre aviso.

3.2.2.3 A empresa CONTRATADA deverá fornecer um contato (plantão) para atendimentos de urgência em até 02 (duas) horas nos sábados, domingos e feriados, sendo que o atendimento deverá ser em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.3 O prazo para diagnostico será de até 01 hora, após a chegada do técnico nas dependências desta PGJ. Neste prazo estão contempladas as seguintes etapas: diagnóstico técnico, descrição da falha, tipo de reparo, aferição, testes funcionais e liberação para utilização.

3.2.3.1 Ocorrendo avarias/desgastes dos equipamentos, cuja recuperação seja longa, fazendo-se necessário substituir peças danificadas ou consertá-las fora das instalações desta unidade de saúde, as mesmas deverão ser levadas pela empresa CONTRATADA, retornando dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas. O prestador de serviços deverá devolver a peça substituída ao CONTRATANTE.

3.2.3.2 No caso de substituição de peças, a empresa CONTRATADA deverá colocar o equipamento em perfeita condição de desempenho e segurança conforme previsto no manual técnico do fabricante. A empresa CONTRATADA ficará na obrigação de registrar todas as peças utilizadas no equipamento sob contrato e enviar mensalmente um histórico (relatório) da relação de peças substituídas para o Setor de Engenharia de Manutenção.

3.3 Para as manutenções corretivas não há limite de número de visitas, devendo ser realizadas tantas quanto forem necessárias, conforme a demanda e sinistros ocorridos.

3.4 Todos os serviços de manutenção preventiva e ou corretiva, e deverão ser registrado em Ordem de Serviço, sendo que uma cópia deverá ser entregue para o DEAC e deverá ser atestada pelo fiscal designado do contrato.

3.4.1 A Ordem de Serviço deverá conter todos os dados do equipamento, serviços executados e assinatura do técnico responsável.

3.4.2 A Ordem de Serviço também deverá ser assinada pelo DEAC, atestando a execução dos serviços.

3.4.3 A CONTRATADA deverá anotar na ordem de serviço sempre, principalmente nos casos de urgência o motivo da chamada, registrar as ocorrências durante a execução dos serviços, cientificando o CONTRATANTE.

3.4.4 A empresa CONTRATADA deverá realizar o check-list, em formulário próprio da empresa, constando no campo as apurações técnicas, estando estas regulares ou não.

3.5 A CONTRATADA só poderá realizar testes de funcionamento dos equipamentos na presença da fiscalização da CONTRATANTE.

3.6 Os valores correspondentes a fretes para a locomoção dos equipamentos, bem como dos materiais contemplados no contrato, necessários para a execução dos serviços, e impostos correrão por conta da empresa CONTRATADA.

3.7 Do fornecimento de peças

3.7.1 As peças de reposição e os acessórios cobertos pelo contrato serão as relacionada no anexo II e deverão ser fornecidas pela empresa CONTRATADA.

3.7.1.1 A empresa Contratada deverá fornecer todas as peças e os acessórios necessários para o devido funcionamento do equipamento constante neste Termo de Referência.

3.7.1.2 Peças e os acessórios que não sejam contempladas pelo contrato deverão ser fornecidos pela contratada mediante apresentação de três propostas comerciais cabendo a Contratante escolher e aprovar o fornecedor. A Contratante independente do Contratado poderá buscar outros fornecedores a sua conveniência.

3.7.2 Todas as peças necessárias para a execução das manutenções preventivas deverão ser apresentadas ao DEAC com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas em relação do cronograma acordado e deverão estar previstas no *check-list* e procedimento operacional para a execução das manutenções preventivas.

3.7.2.1 Todas as peças deverão ser novas e originais ou com a comprovação das mesmas características técnicas que aquelas definidas pelos fabricantes. As peças de reposição utilizadas deverão ser da mais alta qualidade e adquiridas diretamente dos fabricantes.

3.7.3 Todos os acessórios, peças e insumos necessários para as manutenções deverão ser custeados pela CONTRATADA, fazendo parte da manutenção preventiva e/ou corretiva, sendo devolvidos à CONTRATANTE todos os itens que forem substituídos.

3.7.3.1 Todas as peças fornecidas deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Para o fornecimento de peças e acessórios não contemplados no contrato, a empresa Contratada deverá emitir nota fiscal das mesmas.

3.8 Do fornecimento de combustível

3.8.1 A empresa contratada terá o prazo de 05 (cinco) horas, contadas a partir do horário em que receber a comunicação do servidor fiscalizador da PGJ-MP/AM, para promover ao abastecimento de diesel do grupo gerador. Devido as circunstâncias do objeto, os abastecimentos ocorrerão em qualquer dia da semana.

3.8.2 A empresa providenciará os equipamentos, ferramentas materiais e mão de obra necessárias para realizar o abastecimento do Grupo Gerador. (pessoal qualificado, tambor, bomba, mangueiras, medidor e outros equipamentos e acessórios que julgar necessário).

3.8.3 Os funcionários da empresa envolvidos no processo deverão fazer uso de todos os EPI's e EPC's necessários a realização da tarefa.

4. DO PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

4.1 A empresa CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE o **Plano de Manutenção Preventiva Anual** do equipamento listado neste Termo de Referência no prazo máximo de 10 (Dez) dias, após assinatura do Contrato. O Plano de Manutenção Preventiva Anual deverá conter calendário das rotinas de manutenções preventivas, com a planilha de execução dos serviços, durante o prazo de vigência do contrato.

4.1.1 Deverão ser entregues 02 (duas) vias originais do Plano de Manutenção Preventiva Anual a serem entregues ao Setor de Engenharia de Manutenção.

4.1.2 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar quadro com todas as informações necessárias (procedimentos, serviços, cronogramas, etc.) para garantir o correto desenvolvimento das atividades de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos listados neste Termo de Referência. O quadro deverá ser acessível aos funcionários da empresa CONTRATADA, dos órgãos fiscalizadores e do DEAC.

4.2 A empresa CONTRATADA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE, relatório circunstanciado dos serviços prestados em cada equipamento, mediante recibo, fazendo constar desse relatório, inclusive quais as peças foram substituídas e sua respectiva referência, os motivos de quebra apurados, os resultados de calibrações efetuadas, dentre outros.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

5.1 **No momento da assinatura do contrato**, entregar **declaração expressa** de que cumpre as exigências das normas regulamentadoras emanadas pela **Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego,** e que manterá essa condição **durante toda a vigência do contrato firmado**.

5.2 Encaminhar à FISCALIZAÇÃO, **antes do início da execução dos serviços**, a **relação nominal de todos os empregados** designados para prestar serviços nas instalações da CONTRATANTE, junto com:

a) Nome completo, função e cópia da carteira de identidade de cada funcionário;

b) Cópia da Certidão de registro no CREA, do responsável técnico pelos serviços;

5.2.1 A não apresentação dos dados especificados no acima poderá inviabilizar o acesso ao local de execução dos serviços.

5.2.2 A CONTRATADA deverá dar ciência prévia à FISCALIZAÇÃO de quaisquer alterações nas informações apresentadas, decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

5.3 Entregar, no prazo de **cinco dias úteis** contados da assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, a via destinada ao CONTRATANTE da(s) **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) em nome do responsável técnico pelos serviços,** devidamente registrada(s), nos termos da Lei nº 6.496/77.

5.4 Apresentar, **até 10 (dez) dias do início da execução dos serviços**, o **Plano de Manutenção, previamente aprovado pela Fiscalização da CONTRATANTE**, junto a respectiva **ART**.

5.5 Desenvolver todas as suas obrigações estipuladas neste Termo com esmero e perfeição, observando estreitamente suas especificações, as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação federal, estadual e municipal, se houver, e as últimas revisões das normas técnicas específicas, especialmente as normas da **ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas**, bem como outras normas correlatas, ainda que não explicitamente citadas neste documento.

5.5.1 Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam a melhor técnica preconizada para os serviços.

5.6 Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste Termo.

5.7 Responsabilizar-se por todas as **licenças e taxas** necessárias à execução dos serviços, inclusive as taxas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/AM referentes à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) pelos serviços executados.

5.8 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da CONTRATANTE.

5.9 **Manter o sistema auxiliar de energia (grupo gerador) em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento**, através de pessoal treinado e especializado, bem como a **conservar devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços**.

5.9.1 Executar no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o fornecimento da Ordem de Serviço, a montagem do tanque externo conforme item 2.7;

5.10 Executar os serviços de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, eventuais necessidades de interrupção ou alteração no funcionamento dos equipamentos deverão ser previamente agendadas com a CONTRATANTE.

5.11 Fornecer mão de obra, equipamentos, peças e acessórios de reposição, ferramentas, materiais de consumo, andaimes e equipamentos de segurança, sempre que preciso, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, visando à prestação integral, tempestiva e adequada dos serviços.

5.12 Em qualquer caso, **todas as despesas relativas à mão-de-obra e ferramental, serão integralmente cobertas pelo valor mensal** da manutenção preventiva e corretiva, **sem qualquer ônus adicional** para a CONTRATANTE.

5.13 Dar garantia total pelos serviços executados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, por um prazo **mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.

5.14 Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, transportar conforme determinado pela CONTRATANTE, às suas expensas, o objeto/serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas ou em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE.

5.14.1 Quando necessário realizar o serviço de retirada de diesel contaminado e ou submete-lo a filtragem por filtro de prensa para reutiização;

5.14.2 Decorrido o prazo descrito no item acima sem o atendimento devido, fica a CONTRATANTE autorizada a **contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos**, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à **garantia** dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

5.15 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que executarão o objeto deste Termo, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.

5.16 Manter **quadro de pessoal** competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem-feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com as etapas do serviço, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.

5.17 Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à **segurança e medicina do trabalho**, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de **equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's** - adequados para cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.

5.18 Fornecer a seus empregados os **uniformes**, os quais deverão ser mantidos em bom estado e condições de higiene.

5.18.1 Todos aqueles que prestarão serviços em nome do CONTRATADO, mesmo que temporariamente, deverão estar **uniformizados e identificados por meio de crachá, com fotografia recente**.

5.19 Responder pela **idoneidade moral e técnica** dos seus empregados, sendo única, integral e

exclusivamente **responsável**, em qualquer caso, **por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza**, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

5.19.1 A CONTRATADA ficará obrigada a concorrer para que seus empregados executem suas atividades com pontualidade, eficiência e conduta adequada, sendo requisitos necessários para a boa execução dos serviços: educação, cortesia, cordialidade, urbanidade, padrão moral, zelo e dedicação.

5.20 Afastar do local de serviços qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da CONTRATANTE, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a partir da notificação expedida pela CONTRATANTE.

5.21 Responsabilizar-se por todos os **encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias** que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

5.21.1 Além do pagamento dos salários e encargos sociais e trabalhistas, inclusive obrigações relativas a **acidentes de trabalho**, a CONTRATADA será responsável pelas despesas alusivas a **vales-alimentação e vales-transporte** destinados aos seus empregados, nas quantidades necessárias e suficientes a serem utilizados no decorrer do trabalho, conforme Convenção Coletiva e Termos Aditivos vigentes.

5.21.2 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto deste Termo, **não** transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

5.22 Apresentar, durante toda a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.23 Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela PGJ/AM, acatando as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados e obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

5.23.1 A ação de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

5.24 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, **por escrito**, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste Termo, e apresentar justificativa **escrita,** devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

5.24.1 Caso ocorra atraso por culpa da CONTRATANTE, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

5.25 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

5.25.1 A PGJ/AM não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

5.26 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.

5.27 A inobservância das especificações constantes deste Termo, bem como das cláusulas contratuais, implicará na rejeição parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA ao grupo gerador, colaborando para a tomada de medidas necessárias a prestação de serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional;

6.2. Não permitir que pessoas não especializadas manuseiem, operem ou tentem executar reparos ou consertos nos grupos geradores, a fim de evitar possíveis avarias nos equipamentos;

6.3. Não permitir o uso de materiais obsoletos e alheios ao grupo gerador na área do grupo gerador, além daquele que diz respeito ao conjunto de equipamentos instalados;

6.4. Visar as Ordens de Serviço e Relatórios na ocasião das visitas dos técnicos da CONTRATADA;

6.5. Autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por Lei ou determinações de autoridades competentes;

6.6. Autorizar a execução dos serviços ou substituição de peças extras que a Assistência Técnica entender necessárias ao eficiente funcionamento dos grupos geradores;

6.7. Permitir a retirada de qualquer componente dos grupos geradores somente mediante recibo em impresso próprio da Assistência Técnica, salvo se houver substituição de componentes no ato do serviço;

6.8. Cumprir rigorosamente a orientação técnica da Assistência Técnica;

6.9. Executar os serviços necessários para a segurança e o eficiente funcionamento dos grupos geradores alheios a especialidade da Assistência Técnica;

6.10. Acompanhar e fiscalizar periodicamente a execução dos serviços constantes deste Termo de Referência e do Contrato;

6.11. Designar fiscalização para o gerenciamento do contrato;

6.12. Promover o acompanhamento da execução do contrato, nos aspectos qualitativo e quantitativo, por meio da fiscalização;

6.13. Notificar a Contratada acerca de falhas havidas na execução do contrato e/ou serviço, exigindo as medidas reparadoras estabelecidas neste Termo;

6.14. Exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos materiais entregues ao Hospital.

6.16. Efetuar regularmente o pagamento da fatura apresentada, nos moldes estabelecidos no presente Termo de referência e cronograma estabelecido pela PGJ, a qual deverá estar devidamente acompanhada da documentação exigida no contrato;

6.17. A Contratante manterá com a Contratada, relacionamento de mútuo respeito e urbanidade, sem prejuízo da observância da Legislação e normas regulamentadoras vigentes;

7. DA VISITA TÉCNICA

7.1 As empresas licitantes **PODERÃO** realizar, sob o acompanhamento de servidor especialmente designado, vistoriar à unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer as instalações e equipamento onde serão executados os serviços e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame.

7.1.1 Se for opção do licitante por visitar, este deverá ser cuidadosamente inspecionados; levando em conta todos os aspectos, como grau de dificuldade para a execução dos serviços e procederão à rigorosa conferência das medidas e de outros aspectos julgados de interesse.

7.1.2 A vistoria deverá ser realizada pelo **representante da empresa, devidamente credenciado pela empresa licitante.**

7.1.2.1 Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade, e Carta de Credenciamento, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando o representante da empresa que realizará a vistoria;

7.1.2.2 Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento em papel timbrado da empresa, denominado Atestado de Vistoria (conforme modelo), que será assinado por servidor designado da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC desta PGJ-AM, onde a DEAC declarará ter acompanhado o responsável técnico apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada;

7.1.2.3 O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na fase licitatória, nos termos definidos no edital do certame;

***Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário** por parte da futura CONTRATADA, quando do cumprimento das obrigações.*

7.1.3 As visitas deverão ser previamente agendadas, com **até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, pelo telefone **(92) 3655-0739 - DEAC - Divisão Engenharia Arquitetura e Cálculo**, no período das 8h às 14h.

7.2 Em optando pela dispensa da vistoria, a licitante emitirá carta declaratória (conforme modelo) de

que **aceita todas as condições de instalações e funcionamento dos equipamentos e a ela não será aceito quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário**.

8. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.1 Para que possam ser habilitados a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão:

8.1.1 **Realizar Vistoria**, no local da prestação dos serviços, para adequado conhecimento do objeto a ser contratado, e ou apresentar carta declaratória de **dispensa de vistoria** e aceitação todas as condições de instalações e funcionamento dos equipamentos.

8.1.2 **Comprovação de qualificação técnica**, constando de:

a)**Certidão de registro**

a.1) O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

a.2) No caso de sagrar-se vencedora empresa inscrita em CREA de outra jurisdição, será necessário o visto do CREA/AM, à época da contratação;

a.3) A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

b)**Atestados de Capacidade Técnica**

b.1) Os referidos atestados deverão ser apresentados com o visto do CREA ou na forma de Certidão de Acervo Técnico – CAT. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

b.2) **Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais** cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação do CONTRATADO no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;

b.3) No caso do subitem anterior, o CONTRATADO submeterá à aprovação do CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita **por escrito**, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser **apreciada e aprovada pela PGJ/AM**.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;

9.2. A Fiscalização não permitirá que o pessoal da CONTRATADA realize o fornecimento de materiais em desacordo com as normas preestabelecidas;

9.3. Antes do início da prestação dos serviços será realizada reunião entre as partes, a ser convocada pela fiscalização, com o objetivo de discutir e uniformizar as providências necessárias ao cumprimento do fornecimento do serviço e das obrigações contratuais;

9.4. A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do fornecimento do objeto e outras que sejam julgadas necessárias para o fiel cumprimento do Contrato. Essa fiscalização não exime a CONTRATADA das responsabilidades oriundas de suas falhas e/ou omissões;

9.5. A CONTRATADA em hipótese alguma poderá transferir os serviços, objeto deste CONTRATO a Terceiros.

10. DO PAGAMENTO

10.1. A forma de pagamento dar-se-á mensalmente, em conformidade com o contrato de prestação de serviços referente aos serviços intrisicamente ligados ao Grupo Gerador;

10.2. A CONTRATADA apresentará na sede da CONTRATANTE a fatura mensal correspondente aos serviços realizados, conforme os valores acordados no contrato, devidamente atestada pela CONTRATANTE;

10.3. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o serviço fornecido, por meio de empenho do valor

constante na fatura interposta pela CONTRATADA, com forme os prazos administrativos previstos pela Diretoria de Orçamentos e Finanças;

10.4. Somente deverá ser efetuado o pagamento dos serviços efetivamente realizados no período e comprovado mediante atesto da fiscalização;

10.5. A liberação do pagamento das faturas mensais apresentadas pela CONTRATADA fica vinculada à apresentação dos seguintes documentos:

1. Fatura dos serviços executados devidamente atestados pelo setor responsável;
2. Certidões negativas (INSS, MINISTÉRIO DA FAZENDA, FGTS, DÉBITOS TRABALHISTAS, FAZENDA ESTADUAL, FAZENDA MUNICIPAL);
3. Nota de Empenho (cópia);
4. Relatório técnico contando informações sobre os serviços executados durante o mês faturado.

10.6. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobradas diretamente da empresa, amigáveis ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas no instrumento contratual e legislações em vigor.

10.7 As substituições das peças não cobertas pelo contrato, em razão de dano ou com baixo rendimento, serão executados pela CONTRATADA desde que os preços se mostrem vantajosos e condizentes com a realidade do mercado local, mediante autorização expressa do CONTRATANTE precedida de aprovação de relatório técnico com justificativa e do orçamento e, de empenho prévio do valor correspondente;

10.7.1 O relatório técnico a que se refere o subitem acima deverá conter, precipuamente, as seguintes informações:

10.7.1.1 Identificação do equipamento: número de série do equipamento (tombo de identificação utilizada pela PGJ-AM)/Local de instalação do equipamento (setores desta PGJ-AM);

10.7.1.2 Justificativa técnica descritiva assinada pelo responsável técnico;

10.7.1.3 Apresentar proposta orçamentária para fornecimento das peças *(fundamentar com apresentação de pelo menos 3 (três) propostas obtidas através de pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo – em papel timbrado de cada empresa);*

10.7.1.4 Apresentar prazo para a realização do serviço de substituição devidamente justificado.

10.8 Para o pagemntos do fornecimento de combustível

10.8.1 Somente poderão ser considerados, para efeito de medição e pagamento, os serviços efetivamente **executados pela, e aprovados** pela Fiscalização.

10.8.2 A empresa ao realizar o abastecimento deverá dispor de bomba de combustível homologada pelo Inmetro, com contador de litros e fração de litros.

10.8.3 A cada abastecimento, o fiscal assinará a ordem de abastecimento no ato da entrega, ficando uma via com a empresa e outra com o fiscal.

10.8.4 Os pagamentos das faturas emitidas referente ao combustível serão baseados nas ordens de abastecimento aprovadas pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato.

10.9 Os pedidos de pedidos de pagamento deverão ser encaminhados, com a cópia das ordem de abastecimento, fatura, Nota Fiscal, requerimento de pagamento, recibo, cópia da Nota de Empenho e certidões de regularidade fiscal ao e-mail protocolo@mpam.mp.br e deac@mpam.mp.br

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 O prazo da prestação do serviço da empresa CONTRATADA será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do instrumento contratual;

11.2 O prazo para início das atividades ficará, ainda, vinculado à lavratura da Ordem de Serviço a ser exarada pela Diretoria Administrativa Financeira da Entidade.

12. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS

12.1. O conceito de qualidade de atendimento será definido conforme a tabela seguir:

Conceito	**Atendimento fora do prazo**	**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao**

Conceito	(Dias de atraso)	mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias.
Ótimo	No prazo	0
Bom	Até 5 dias	2
Regular	Até 10 dias	4
Ruim	Acima de 10 Dias	6

12.2 Os conceitos serão definidos tanto pela coluna "**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**" tanto pela coluna "**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias**", não sendo necessário que as duas ocorram ao mesmo tempo.

12.3 A CONTRATADA se submeterá às sanções administrativas sintetizadas na tabela abaixo, caso não alcance níveis satisfatórios do **Acordo de Níveis de Serviço:**

CONCEITO	PENALIDADES
Ótimo	Isento
Bom	Advertência e multa conforme gravidade
Regular	Multa conforme gravidade
Ruim	Multa conforme gravidade, suspensão, declaração de idoneidade e Rescisão.

12.4 **Das Multas**

12.4.1 Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta (Tabela 1), as multas conforme Tabela 2:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	CRITÉRIO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.	Por ocorrência	4
3	Não entregar os serviços em conformidade com os critérios de recebimento estabelecidos neste Termo.	Por ocorrência e por serviço	4
4	Não utilizar materiais (peças, componentes e dispositivos) novos e originais e ou aprovados pela fiscalização.	Por ocorrência e por material	4
5	Recusar-se a executar a garantia determinado pelo CONTRATANTE, sem motivo justificado.	Por ocorrência	3
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento.	Por ocorrência	2
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência do CONTRATANTE.	Por ocorrência	2

Para os itens a seguir, deixar de:			
8	Entregar objeto de forma integral em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.	Por dia	4
9	Prover serviços de garantia, para os serviços durante o período de garantia;	Por serviço e por ocorrência	4
10	Descumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores.	Por ocorrência	3
11	Obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive, de responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes.	Por item, por ocorrência.	3
12	Cumprir as demais obrigações dentro do prazo contratual.	Por ocorrência e por período de atraso	2
13	Manter a documentação de habilitação atualizada.	Por item, por ocorrência	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,05% do valor do contrato.
2	0,10% do valor do contrato.
3	0,15% do valor do contrato.
4	0,20% do valor do contrato.

12.5 No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.6 As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

12.7 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1 O Ministério Público exigirá, para a contratação resultante desta licitação, a prestação de garantia, em conformidade com o disposto no artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação.

13.1.1 Será ainda exigida prestação de garantia adicional de valor igual à diferença entre o valor limite de exequibilidade obtido durante o certame e o valor da proposta vencedora, desde que este seja inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética calculada, nos termos do § 2º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 No caso de acréscimo no valor contratual, a licitante vencedora obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação no prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao disposto no subitem abaixo.

13.3 As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa e/ou sem justificativa apresentada e aceita pela **CONTRATANTE**, não cumprir as obrigações descritas neste Termo ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

14.1. Advertência por escrito, quando não houver cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

14.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela contratada, a ser descontada diretamente na fatura, para cada ocorrência classificada como descumprimento do prazo de atendimento estabelecido na Cláusula Quinta, ponto 1 (5 horas).

14.3. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo de atendimento do serviço, limitado-se a 48 (quarenta e oito) horas. O atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei.

14.4. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, a cada reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 5 (cinco) vezes na penalidade de advertência, será considerado descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei.

14.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.

14.6. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO PARCIAL** do objeto contratado.

14.7. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO TOTAL** do objeto contratado.

14.8. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

14.9. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

14.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

Parágrafo primeiro. Poderá ser aplicada sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimentos de contratar com a Administração, com base no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, por até 2 (dois) anos, por culpa ou dolo, no caso de inexecução parcial do objeto.

Parágrafo segundo. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

Parágrafo terceiro. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

Parágrafo quinto. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo sexto. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o

contraditório e ampla defesa.

15. RESPONSABILIDADE

15.1 As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da CONTRATADA.

15.2 Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

- sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir à obra;
- acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

15.3 Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro durante a realização dos serviços, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

15.4 A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

16. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e íntegra o procedimento interno respectivo.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE
Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações. Manaus – AM, de maio de 2023. **Eng. Paulo Augusto de Oliveira Lopes** Chefe da Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo

APROVAÇÃO	
Solicitamos aprovação. Manaus – AM, / / 2023. **IVANETE DE OLIVEIRA NASCIMENTO**	Despacho de Aprovação. ( ) Aprovado ( ) Não aprovado Manaus – AM, / / 2023. **LÍLIAN MARIA PIRES STONE**

Diretora-Geral / MP/PGJ/AM	Ordenadora de despesas

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

DETALHAMENTO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

MANUTENÇÕES PREVENTIVAS PARA GRUPOS GERADORES

MANUTENÇÃO MENSAL

Motor Diesel

- Verificar a existência de vazamentos;
- Verificar a vedação da tampa do radiador e, se necessário, trocar;
- Verificar e completar os níveis de água, aditivo e, se necessário, trocar;
- Verificar e completar os níveis de óleo e, se necessário, trocar;
- Verificar tensão e estado das correias e, se necessário, trocar;
- Verificar mangotes e braçadeiras de fixação e, se necessário, trocar;
- Verificar e efetuar correções no sistema de aceleração e parada do motor;
- Verificar o motor de arranque e, se necessário, trocar;
- Verificar o estado da colmeia do radiador e, se necessário, trocar;
- Testar instrumentos de controle;
- Testar e ajustar o sistema de preaquecimento.

Alternador

- Verificar regulador de tensão;
- Verificar componentes elétricos e eletrônicos, bem como conexões;
- Substituir escovas defeituosas;
- Lubrificar mancais;
- Lubrificar rolamentos;

Bateria

- Verificar fixação das baterias e conexões dos cabos e, se necessário, trocar;
- Completar nível de água;
- Medir temperatura dos elementos;
- Medir densidade do eletrólito;
- Medir tensão por elemento;
- Limpar bornes e conexões.

Quadro de alimentação, comando, proteção e sincronismo

- Reapertar conexões;

- Substituir fusíveis queimados;
- Substituir lâmpadas queimadas;
- Verificar atuação dos relés e sensores e, se necessário, trocar;
- Corrigir atuação do painel de sincronismo.

Testes de funcionamento

- Colocar o grupo em funcionamento, com pelo menos 50% de carga, por 30 minutos ou mais, verificando e anotando: pressão do óleo, temperatura do bloco, frequência, tensão do gerador, corrente do gerador;
- Simular falta de rede com o equipamento no automático e anotar: tempo de entrada do grupo, tempo de transferência;
- Simular retorno da rede e anotar: tempo de transferência/supervisão, tempo de resfriamento;
- Anotar horas de trabalho da unidade;
- Verificar entrada da bomba e ventilador do radiador com partida do grupo;
- Verificar estabilidade de rotação;
- Corrigir anormalidades observadas.

Diversos

- Limpar todo o conjunto;
- Verificar aterramento;
- Verificar boia do óleo combustível;
- Manter abastecido com combustível o Grupo Gerado;

OBS: Os parâmetros de manutenção podem ter a sua periodicidade alterada em função da qualidade dos suprimentos e frequência de utilização dos equipamentos. Novos serviços de manutenção poderão ser incluídos conforme necessidade.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

LISTA DE INSUMOS CONTEMPLADOS PELO CONTRATO

LISTA DE INSUMOS CONTEMPLADOS PELO CONTRATO			
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Qtde.**
01	Elemento do filtro de óleo lubrificante	Peça	02
02	Filtro de combustível	Peça	04
03	Filtro de ar	Peça	01
04	Óleo lubrificante 15w40	balde	04
05	Líquido para sistema de arrefecimento	Litros	10
06	Kit de material de limpeza	Peça	02

07	Correias	Peça	02
08	Mangueiras de combustível	Metro	20
09	Bateria automotiva de 150 amperes e acessórios	Peça	02
10	Terminal de bateria	Peça	04
11	Regulador de tensão	Peça	01
12	Carregador de baterias	Peça	01
13	Regulador de velocidade	Peça	01
14	Sensor de temperatura	Peça	01
15	Sensor de pressão do óleo	Peça	01
16	Pick-up magnético	Peça	01
17	Modulo eletrônico de controle de rotação	Peça	01
18	Chave motorizada de transferência automática	Peça	01
19	Mangotes do radiador	Peça	04
20	Sensor de nível de combustível	Peça	01
21	Módulo de controle e comando automático	Peça	01
22	Válvula solenóide de funcionamento	Peça	01
23	Pressostato de óleo	Peça	01
24	Termostato da água	Peça	01
25	Bomba injetora e seus componentes (bico, atuador de velocidade e outros)	Peça	04
26	Radiador	Peça	01
27	Diesel	lt	3.552,0
28	Graxa, estopa, pano, lixa, tinta,	Diversos	

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM GRUPO GERADORE

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Preço total
01	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.	mês	12,0		

02	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios	Und	1,0		
03	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel	lt	3.552,00		
Preço total (R$)					

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 28/04/2023, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1034369** e o código CRC **685F5189**.

Criado por paulolopes, versão 6 por paulolopes em 28/04/2023 11:24:05.

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, visando à manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69037-473, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a Exma. Sra. **Lílian Maria Pires Stone**, residente e domiciliada em Manaus/AM, portadora do RG nº 826886 SSP/AM e inscrita no CPF sob o nº 405.025.542-15, e a empresa_____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, com sede na Rua _____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta do Processo SEI n.º **2022.001718**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do Pregão Eletrônico n.º _____-CPL/MP/PGJ, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GRUPO GERADOR QUE ATENDE O PRÉDIO ANEXO DA PGJ/AM**, que reger-se-á pelas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/02 e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente contrato consiste na realização de manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas, bem como o fornecimento de combustível para o funcionamento do grupo gerador, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes descritos neste contrato, para o período de 12 meses, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º _____-CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

Os serviços objeto deste contrato deverão ser prestados atendendo as seguintes condições:

1. Os serviços devem ser prestados em conformidade com os quantitativos e especificações descritas no Plano de Manutenção Preventiva.
2. Os produtos e peças a serem utilizados devem ser industrializados, novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, acompanhado de guias e manuais de utilização e garantias, sob pena de ser recusado seu recebimento.

3. Os serviços a serem prestados devem iniciar imediatamente após a assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.
4. A duração prevista para o fornecimento das peças e do combustível e para a prestação dos serviços deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.
5. O Grupo Gerador é da Marca Cumins Modelo BC 320 E pot. Standby 400Kva Numero de série C 3201009, com as seguintes especificações:

   I- Motor Marca Cumins, Modelo M 77855G7, SO 15375, Combustível Diesel, Numero de sére 41139120;

   II- Gerador Silent Genset. Modelo UC1447E Numero de série 10056112;

6. Deve ser fornecido óleo combustível tipo diesel, compatível com o grupo gerador, nas seguintes quantidades:

   I- A quantidade mínima a ser fornecida por pedido será de 200 litros;

   II- A quantidade máxima a ser fornecida por pedido será de 400 litros;

   III- A quantidade total de 3.552,00 litros é a quantidade total que poderá ser demanda ao longo da validade do contrato.

7. Entende-se por **Operação de abastecimento** como sendo todas as atividades, materiais, ferramentas e mão de obra necessárias para realizar o abastecimento do Grupo Gerador no endereço indicado no contrato.
8. Deve haver a instalação de tanque externo reserva de 500L para aumentar a autonomia do grupo gerador.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:

A empresa **CONTRATADA** deverá prestar os Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva conforme definido a seguir:

1. **Da Manutenção Preventiva:**

I. Entende-se por manutenção preventiva como sendo toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos.

II. As manutenções preventivas serão realizadas no equipamento objeto deste contrato, conforme procedimentos e roteiros indicados pelo fabricante, seguindo rigorosamente cronograma acordado com a Fiscalização.

III. A manutenção preventiva engloba todas as partes visíveis dos equipamentos, sem que haja a necessidade do seu desmonte. Sendo necessária a retirada de peças e/ou equipamentos para a manutenção preventiva, o prestador de serviços deverá cumprir as instruções do fabricante.

IV. As manutenções preventivas deverão ser realizadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial das 8h às 17h, ou sábado, das 8h às 12h, preferencialmente realizados pela parte da tarde, causando o menor impacto possível na rotina de serviço da **CONTRATANTE**.

V. Deverá ser apresentado o **Plano de Manutenção Preventiva**, contendo o cronograma de manutenção e identificando, no mínimo, o seguinte: o componente de cada sistema, data, tempo previsto para execução das preventivas, roteiros com parâmetros e procedimentos operacionais de manutenção preventiva e modelo de relatório de manutenção preventiva dos equipamentos constantes no contrato, de acordo com as definições do manual do fabricante dos equipamentos.

VI. Deverão estar incluídas todas as peças de desgaste (filtros, correias, óleos, líquidos aditivos, baterias e sensores) e os testes de parâmetros e segurança necessários para os equipamentos.

VII. A **CONTRATADA** deverá manter os equipamentos de medição dos parâmetros sempre aferidos e calibrados, e, quando necessário, apresentar o certificado de calibração dos equipamentos.

VIII. Caso não seja possível realizar a manutenção preventiva do equipamento, conforme o cronograma acordado com a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, será aplicado no valor mensal um desconto proporcional ao valor pago, conforme segue:

N – Número de preventivas programadas que não foram executadas;
VR – Valor da manutenção do equipamento;
D – Desconto na parcela do mês corrente;
D = 20% X ((N1xVR1)+(N2xVR2)+...)

IX. No caso de atrasos na entrega de peças e/ou equipamentos em manutenção preventiva ou corretiva não justificada, será aplicada a multa de 0,03% (conforme previsto na Lei nº 8666/93) sobre o valor mensal da parcela, por dia de atraso para cada peça e ou equipamento.

X. A **CONTRATADA** deverá apresentar relatório técnico mensal de serviço do equipamento com informações sobre as manutenções preventivas realizadas.

XI. A empresa deverá adotar todos os padrões de segurança ao realizar a manutenção dos equipamentos e usar procedimentos necessários para o bom andamento e segurança do serviço. Qualquer ocorrência, acarretando defeitos provenientes da imperícia da **CONTRATADA** ficará a seu cargo, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

2. **Da Manutenção Corretiva:**

1. Manutenção Corretiva é o conjunto de serviços executados nos equipamentos com falha. A Manutenção consiste em substituir peças ou componentes que se desgastaram ou falharam e que levaram a máquina ou o equipamento a uma parada, por falha ou pane em um ou mais componentes.
2. As manutenções corretivas deverão ser realizadas de segunda-feira a domingo, em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas.
3. O prazo para atendimento será de até 02 (duas) horas após comunicação via e-mail, fax ou telefone.
4. A **CONTRATADA** fornecerá à **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do contrato, diversos acessos de comunicação, como: telefone fixo, fax, celular, e-mail, ou qualquer outra modalidade para intercomunicação entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, com o nome do respectivo técnico para assistência, incluindo para os casos de sobreaviso num **prazo máximo de 10 dias** a contar da assinatura do contrato.
5. A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer um contato (plantão) para atendimentos de urgência em até 02 (duas) horas nos sábados, domingos e feriados, sendo que o atendimento deverá ser em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas.
6. O prazo para diagnóstico será de até 01 hora, após a chegada do técnico nas dependências da **CONTRATANTE**. Neste prazo, estão contempladas as seguintes etapas: diagnóstico técnico, descrição da falha, tipo de reparo, aferição, testes funcionais e liberação para utilização.
7. Ocorrendo avarias/desgastes dos equipamentos, cuja recuperação seja longa, fazendo-se necessário substituir peças danificadas ou consertá-las fora das instalações desta unidade, as mesmas deverão ser levadas pela empresa **CONTRATADA**, retornando dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas, devendo dentro do referido prazo deixar o equipamento pronto para uso. O prestador de serviços deverá devolver a peça substituída à **CONTRATANTE**.
8. No caso de substituição de peças, a empresa **CONTRATADA** deverá colocar o equipamento em perfeita condição de desempenho e segurança conforme previsto no manual técnico do fabricante. A empresa **CONTRATADA** ficará na obrigação de registrar todas as peças utilizadas no equipamento sob contrato e enviar mensalmente um histórico (relatório) da relação de peças substituídas para o Setor de Engenharia de Manutenção.
9. Para as manutenções corretivas não há limite de número de visitas, devendo ser realizadas tantas quanto forem necessárias, conforme a demanda e sinistros ocorridos.
10. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser registrados em Ordem de Serviço, sendo que uma cópia deverá ser entregue para a DEAC e deverá ser atestada pelo fiscal designado do contrato.
11. A Ordem de Serviço deverá conter todos os dados do equipamento, serviços executados e assinatura do técnico responsável.
12. A Ordem de Serviço também deverá ser assinada pela DEAC, atestando a execução dos serviços.

13. A **CONTRATADA** deverá anotar na ordem de serviço, principalmente nos casos de urgência, o motivo da chamada, registrar as ocorrências durante a execução dos serviços, cientificando a **CONTRATANTE**.
14. A empresa **CONTRATADA** deverá realizar o check-list, em formulário próprio da empresa, constando no campo as apurações técnicas, estando estas regulares ou não.
15. A **CONTRATADA** só poderá realizar testes de funcionamento dos equipamentos na presença da fiscalização da **CONTRATANTE**.
16. Os valores correspondentes a fretes para a locomoção dos equipamentos, bem como dos materiais contemplados no contrato, necessários para a execução dos serviços, e impostos, correrão por conta da empresa **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro - Do fornecimento de peças:

I- As peças de reposição e os acessórios cobertos pelo contrato serão as relacionada no anexo II do Termo de Referência e deverão ser fornecidas pela empresa **CONTRATADA**.

II- A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer todas as peças e os acessórios necessários para o devido funcionamento do equipamento constante neste contrato e no edital.

III- As peças e os acessórios que não sejam contemplados pelo contrato deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA** mediante apresentação de três propostas comerciais, cabendo à **CONTRATANTE** escolher e aprovar o fornecedor. A **CONTRATANTE,** independentemente da **CONTRATADA,** poderá buscar outros fornecedores, à sua conveniência.

IV- Todas as peças necessárias para a execução das manutenções preventivas deverão ser apresentadas ao DEAC com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas em relação do cronograma acordado e deverão estar previstas no *check-list* e procedimento operacional para a execução das manutenções preventivas.

V- Todas as peças deverão ser novas e originais ou com a comprovação das mesmas características técnicas que aquelas definidas pelos fabricantes. As peças de reposição utilizadas deverão ser da mais alta qualidade e adquiridas diretamente dos fabricantes.

VI- Todos os acessórios, peças e insumos necessários para as manutenções deverão ser custeados pela **CONTRATADA**, fazendo parte da manutenção preventiva e/ou corretiva, sendo devolvidos à **CONTRATANTE** todos os itens que forem substituídos.

VII- Todas as peças fornecidas deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Para o fornecimento de peças e acessórios não contemplados no contrato, a empresa **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal das mesmas.

Parágrafo segundo - Do fornecimento de combustível:

I. A empresa **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) horas, contadas a partir do horário em que receber a comunicação do servidor fiscalizador da PGJ-MP/AM, para promover ao abastecimento de diesel do grupo gerador. Devido às circunstâncias do objeto, os abastecimentos ocorrerão em qualquer dia da semana.

II. A empresa providenciará os equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra necessários para realizar o abastecimento do Grupo Gerador (pessoal qualificado, tambor, bomba, mangueiras, medidor e outros equipamentos e acessórios que julgar necessário).

III. Os funcionários da empresa envolvidos no processo deverão fazer uso de todos os EPI's e EPC's necessários à realização da tarefa.

Parágrafo terceiro - Do Plano de Manutenção Preventiva:

I. A empresa **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE** o **Plano de Manutenção Preventiva Anual** do equipamento listado no edital, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após assinatura do contrato. O Plano de Manutenção Preventiva Anual deverá conter calendário das rotinas de manutenções preventivas, com a planilha de execução dos serviços, durante o prazo de vigência do contrato.

II. Deverão ser entregues 02 (duas) vias originais do Plano de Manutenção Preventiva Anual ao Setor de

Engenharia de Manutenção.

III. A empresa **CONTRATADA** deverá disponibilizar quadro com todas as informações necessárias (procedimentos, serviços, cronogramas, etc.) para garantir o correto desenvolvimento das atividades de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos listados no edital. O quadro deverá ser acessível aos funcionários da empresa **CONTRATADA**, dos órgãos fiscalizadores e do DEAC.

IV. A **CONTRATADA** deverá, caso o **Plano de Manutenção Preventiva Anual não seja aprovado,** reapresentá-lo num **prazo máximo de 5 (cinco) dias;**

V. A empresa **CONTRATADA** obriga-se a fornecer ao **CONTRATANTE** relatório circunstanciado dos serviços prestados em cada equipamento, mediante recibo, fazendo constar desse relatório, inclusive, quais as peças foram substituídas e sua respectiva referência, os motivos de quebra apurados, os resultados de calibrações efetuadas, dentre outros.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital do Pregão Eletrônico n.º_____-CPL/MP/PGJ, conforme a Lei n.º 8.666/93 e a Lei 10.520/2002;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º **2022.001718**;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á, indiretamente, sob o regime de execução de empreitada por preço global, a qual foi selecionada por meio do competente procedimento licitatório.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

A execução do contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada por servidor(es) ou representante(s) especialmente designado(s) pela autoridade **CONTRATANTE**, que exercerão ampla fiscalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, em especial:

1. Acompanhar e fiscalizar por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos serviços, verificando se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos, não permitindo que o pessoal da **CONTRATADA** realize o fornecimento de materiais em desacordo com as normas preestabelecidas;
2. Exercer ampla fiscalização do fornecimento do objeto e outras que sejam julgadas necessárias para o fiel cumprimento do Contrato.
3. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas;
4. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição, bem como sua retirada imediata das dependências da **CONTRATANTE**.
5. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato;
6. Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento integral do estabelecido no contrato;
7. Receber provisoriamente o objeto contratado;
8. Solicitar e referendar, quando for o caso, os seguintes documentos da **CONTRATADA**, para instrução do processo de liquidação e pagamento: requerimento de pagamento, Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal e trabalhista;
9. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da **CONTRATADA** que embarace ou dificulte a ação

da **FISCALIZAÇÃO** ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;

10. Atestar a liberação da garantia fixada neste contrato;
11. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis;
12. Comunicar à Administração Superior, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas;
13. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes;
14. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**;
15. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato;

Parágrafo primeiro. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do contrato**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo terceiro. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** em hipótese alguma poderá transferir os serviços objeto deste CONTRATO a Terceiros.

Parágrafo quinto. Antes do início da prestação dos serviços será realizada reunião entre as partes, a ser convocada pela fiscalização, com o objetivo de discutir e uniformizar as providências necessárias ao cumprimento do fornecimento do serviço e das obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

1. **No momento da assinatura do contrato**, entregar **declaração expressa** de que cumpre as exigências das normas regulamentadoras emanadas pela **Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego,** e que manterá essa condição **durante toda a vigência do contrato firmado**.
2. Encaminhar à FISCALIZAÇÃO, **antes do início da execução dos serviços**, a **relação nominal de todos os empregados** designados para prestar serviços nas instalações da **CONTRATANTE**, junto com: a) Nome completo, função e cópia da carteira de identidade de cada funcionário; b) Cópia da Certidão de registro no CREA, do responsável técnico pelos serviços.

    2.1. A não apresentação dos dados especificados no item acima poderá inviabilizar o acesso ao local de execução dos serviços.

    2.2. A **CONTRATADA** deverá dar ciência prévia à FISCALIZAÇÃO de quaisquer alterações nas informações apresentadas, decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

3. Entregar, no prazo de **cinco dias úteis** contados da assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, a via destinada ao CONTRATANTE da(s) **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) em nome do responsável técnico pelos serviços,** devidamente registrada(s), nos termos da Lei nº 6.496/77.
4. Apresentar, **até 10 (dez) dias do início da execução dos serviços**, o **Plano de Manutenção, previamente aprovado pela Fiscalização da CONTRATANTE**, junto a respectiva **ART**

5. Desenvolver todas as suas obrigações estipuladas neste termo com esmero e perfeição, observando estreitamente suas especificações, as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação federal, estadual e municipal, se houver, e as últimas revisões das normas técnicas específicas, especialmente as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como outras normas correlatas, ainda que não explicitamente citadas neste documento.

   5.1. Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam a melhor técnica preconizada para os serviços.

6. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste Contrato.
7. Responsabilizar-se por todas as **licenças e taxas** necessárias à execução dos serviços, inclusive as taxas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/AM referentes à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) pelos serviços executados.
8. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da **CONTRATANTE**.
9. **Manter o sistema auxiliar de energia (grupo gerador) em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento**, através de pessoal treinado e especializado, bem como a **conservar devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços**.
10. Executar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o fornecimento da Ordem de Serviço, a montagem do tanque externo, conforme item 8 da Cláusula Segunda.
11. Executar os serviços de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, eventuais necessidades de interrupção ou alteração no funcionamento dos equipamentos deverão ser previamente agendadas com a **CONTRATANTE**.
12. Fornecer mão de obra, equipamentos, peças e acessórios de reposição, ferramentas, materiais de consumo, andaimes e equipamentos de segurança, sempre que preciso, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, visando à prestação integral, tempestiva e adequada dos serviços.

    12.1 Em qualquer caso, **todas as despesas relativas à mão-de-obra e ferramental, serão integralmente cobertas pelo valor mensal** da manutenção preventiva e corretiva, **sem qualquer ônus adicional** para a **CONTRATANTE**.

13. Dar garantia total pelos serviços executados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, por um prazo **mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.
14. Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, transportar conforme determinado pela CONTRATANTE, às suas expensas, o objeto/serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas ou em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação emitida pela **CONTRATANTE**.

    14.1 Quando necessário realizar o serviço de retirada de diesel contaminado e ou submete-lo a filtragem por filtro de prensa para reutiização.

    14.2 Decorrido o prazo descrito no item acima sem o atendimento devido, fica a **CONTRATANTE** autorizada a **contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos**, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à **garantia** dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

15. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que executarão o objeto deste termo, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.
16. Manter **quadro de pessoal** competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com as etapas do serviço, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.
17. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à **segurança e medicina do trabalho**, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus

empregados de **equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's** - adequados para cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.

18. Fornecer a seus empregados os **uniformes**, os quais deverão ser mantidos em bom estado e condições de higiene.

18.1 Todos aqueles que prestarão serviços em nome da CONTRATADA, mesmo que temporariamente, deverão estar **uniformizados e identificados por meio de crachá, com fotografia recente**.

19. Responder pela **idoneidade moral e técnica** dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente **responsável**, em qualquer caso, **por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza**, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

19.1. A **CONTRATADA** ficará obrigada a concorrer para que seus empregados executem suas atividades com pontualidade, eficiência e conduta adequada, sendo requisitos necessários para a boa execução dos serviços: educação, cortesia, cordialidade, urbanidade, padrão moral, zelo e dedicação.

20. Afastar do local de serviços qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da **CONTRATANTE**, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a partir da notificação expedida pela **CONTRATANTE**.

21. Responsabilizar-se por todos os **encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias** que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

21.1 Além do pagamento dos salários e encargos sociais e trabalhistas, inclusive obrigações relativas a **acidentes de trabalho**, a CONTRATADA será responsável pelas despesas alusivas a **vales-alimentação e vales-transporte** destinados aos seus empregados, nas quantidades necessárias e suficientes a serem utilizados no decorrer do trabalho, conforme Convenção Coletiva e Termos Aditivos vigentes.

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto deste termo, **não** transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

22. Apresentar, durante toda a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

23. Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela **CONTRATANTE**, acatando as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados e obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

24. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, **por escrito**, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste termo, e apresentar justificativa escrita, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

24.1. Caso ocorra atraso por culpa da **CONTRATANTE**, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste termo sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

25.1. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

26. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato.

27. Entregar os documentos fiscais devidamente discriminados, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85**, e acompanhadas da certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, certidões de regularidade emitidas pelas Fazendas Federal (incluindo regularidade com a seguridade social), Estadual e Municipal e certidão de regularidade emitida pela justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato, inclusive, para fins de pagamento.
28. Fazer constar nas **Notas Fiscais/Faturas** a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e o número do instrumento contratual correspondente.
29. Comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Parágrafo primeiro. Qualquer comunicação do **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do seu recebimento, submetendo-se a **CONTRATADA** às sanções e às penalidades cabíveis, caso tal determinação seja descumprida.

Parágrafo segundo. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste contrato implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo quarto. A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da **FISCALIZAÇÃO**, não exime a **CONTRATADA** de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, devendo esta corrigir falhas, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que tal fato represente ou importe em ônus para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratuais e editalícias.
2. Designar, e informar à **CONTRATADA**, representante(s) da **CONTRATANTE**, e seu(s) substituto(s), a ser(em) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mantendo tais dados atualizados.
3. Permitir o acesso dos técnicos da **CONTRATADA** ao grupo gerador, colaborando para a tomada de medidas necessárias a prestação de serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional.
4. Não permitir que pessoas não especializadas manuseiem, operem ou tentem executar reparos ou consertos nos grupos geradores, a fim de evitar possíveis avarias nos equipamentos.
5. Não permitir o uso de materiais obsoletos e alheios ao grupo gerador na área do grupo gerador, além daquele que diz respeito ao conjunto de equipamentos instalados.
6. Visar as Ordens de Serviço e Relatórios na ocasião das visitas dos técnicos da **CONTRATADA**.
7. Autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por lei ou determinações de autoridades competentes.
8. Autorizar a execução dos serviços ou substituição de peças extras que a assistência técnica entender necessárias ao eficiente funcionamento dos grupos geradores.
9. Permitir a retirada de qualquer componente dos grupos geradores somente mediante recibo em impresso próprio da assistência técnica, salvo se houver substituição de componentes no ato do serviço.
10. Cumprir rigorosamente a orientação técnica da assistência técnica.
11. Executar os serviços necessários para a segurança e o eficiente funcionamento dos grupos geradores alheios a especialidade da assistência técnica.
12. Acompanhar e fiscalizar periodicamente a execução dos serviços constantes deste contrato e do edital.
13. Designar fiscalização para o gerenciamento do contrato.

14. Promover o acompanhamento da execução do contrato, nos aspectos qualitativo e quantitativo, por meio da fiscalização.
15. Notificar a **CONTRATADA** acerca de falhas ocorridas na execução do contrato e/ou serviço, exigindo as medidas reparadoras estabelecidas neste termo e no edital.
16. Exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos materiais entregues ao Hospital.
17. Efetuar regularmente o pagamento da fatura apresentada, nos moldes estabelecidos no presente termo e cronograma estabelecido pela **CONTRATANTE**, a qual deverá estar devidamente acompanhada da documentação exigida no contrato.
18. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento de mútuo respeito e urbanidade, sem prejuízo da observância da legislação e normas regulamentadoras vigentes.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

O valor do presente contrato é de **R$ _____ (_____ reais)**, discriminado de acordo com a tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Qtde. (meses)	Preço Unit. (R$/mês)	Preço total (R$/ano)
01	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.	Serviço	12		
02	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.	Serviço	1		
03	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel.	Litro	3.552		
Preço total (R$)					

Parágrafo único. O valor fixado no *caput* compreende todas as despesas diretas e indiretas, com materiais, mão de obra, contribuições/impostos em cumprimento às leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, transporte, ferramentas, equipamentos, instalações, consumos, despesas de frete, ligações provisórias e definitivas com as concessionárias de serviços públicos e, seguros, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes, definidos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado, mensalmente, em até **30 (trinta) dias**, a contar da apresentação do documento fiscal pela **CONTRATADA,** devidamente atestado pela **FISCALIZAÇÃO.**

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **CONTRATANTE,** para o endereço eletrônico *protocolo@mpam.mp.br,* os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei.

b) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

c) Prova de inexistência de débito trabalhista.

d) Requerimento solicitando o pagamento, contendo informações sobre o número do contrato, número da nota de empenho, mês de referência ou parcela, valor do pagamento e conta para depósito;

e) Faturas/Notas Fiscais emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), as quais deverão ser atestadas pela Fiscalização.

f) Recibo.

Parágrafo segundo. A nota fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser apresentados no Setor de Protocolo da **CONTRATANTE**, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Manaus/AM ou enviados ao e-mail **protocolo@mpam.mp.br** e **deac@mpam.mp.br.**

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRANTATE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira:

a) os serviços não abrangidos pelo objeto contratual;

b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, e

c) pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo quarto. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo quinto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo sexto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, que deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sétimo. O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a **CONTRATADA** de promover o pagamento de impostos e contribuições nas datas regulamentares.

Parágrafo oitavo. O documento fiscal será devolvido à **CONTRATADA**, caso contenha erros ou em caso de circunstância que impeça a sua liquidação, ficando o pagamento pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobradas diretamente da empresa, amigáveis ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas no instrumento contratual e legislações em vigor.

Parágrafo décimo. As substituições das peças não cobertas pelo contrato, em razão de dano ou com baixo rendimento, serão executados pela **CONTRATADA** desde que os preços se mostrem vantajosos e condizentes com a realidade do mercado local, mediante autorização expressa do **CONTRATANTE** precedida de aprovação de relatório técnico com justificativa e do orçamento e, de empenho prévio do valor correspondente;

Parágrafo décimo primeiro. O relatório técnico a que se refere o parágrafo acima deverá conter, precipuamente, as seguintes informações:

I- Identificação do equipamento: número de série do equipamento (tombo de identificação utilizada pela PGJ-AM)/Local de instalação do equipamento (setores desta PGJ-AM);

II- Justificativa técnica descritiva assinada pelo responsável técnico;

III- Apresentação da proposta orçamentária para fornecimento das peças *(fundamentar com apresentação de pelo menos 3 (três) propostas obtidas através de pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo – em papel timbrado de cada empresa);*

III- Apresentação do prazo para a realização do serviço de substituição devidamente justificado.

Parágrafo décimo segundo. Para o pagamento do fornecimento de combustível levar-se-á em consideração:

I- Somente poderão ser considerados, para efeito de medição e pagamento, os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela Fiscalização.

II- A empresa, ao realizar o abastecimento, deverá dispor de bomba de combustível homologada pelo Inmetro, com contador de litros e fração de litros.

III- A cada abastecimento, o fiscal assinará a ordem de abastecimento no ato da entrega, ficando uma via com a empresa e outra com o fiscal.

IV- Os pagamentos das faturas emitidas referenteS ao combustível serão baseados nas ordens de abastecimento aprovadas pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato.

Parágrafo décimo terceiro. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da

aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = valor da parcela em atraso

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo décimo quarto. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d", da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte**: 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33903917 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a Nota de Empenho n.º _____, no valor de **R$ _____ (_____)**.

Parágrafo único. No exercício seguinte, o valor de **R$_____ (_____)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO:

Os preços inicialmente contratados dos serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do **IPCA/IBGE** acumulada nos últimos 12 meses, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

Parágrafo Primeiro. Para o direito ao reajuste será considerada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, da data a que o anterior estiver se referindo.

Parágrafo Segundo. Para a apuração do índice mencionado no *caput* e para a aplicação dos efeitos financeiros do reajuste, será considerada a data do pedido da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro. Os reajustes que a **CONTRATADA** fizer jus serão objeto de preclusão:

a) a cada anualidade da data-base mencionada no Parágrafo Primeiro desta cláusula; ou

b) com a assinatura da prorrogação contratual; ou

c) com o encerramento deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Parágrafo único. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato na impressa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor contratual, que corresponde à importância de **R$ _____(_____)**.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo oitavo. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhada do termo de recebimento definitivo.

Parágrafo nono. A garantia não será extinta, em caso de ocorrência de sinistro ou irregularidade, devidamente comunica à seguradora.

Parágrafo décimo. Será ainda exigida prestação de garantia adicional de valor igual à diferença entre o valor limite de exequibilidade obtido durante o certame e o valor da proposta vencedora, desde que este seja inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética calculada, nos termos do § 2º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo décimo primeiro. No caso de acréscimo no valor contratual, a licitante vencedora obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação no prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao disposto no subitem abaixo.

Parágrafo décimo segundo. As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa e/ou sem justificativa apresentada e aceita pela **CONTRATANTE**, não cumprir as obrigações descritas neste Termo ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, quando não houver cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.
2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela contratada, a ser descontada diretamente na

fatura, para cada ocorrência classificada como descumprimento do prazo de atendimento estabelecido na Cláusula Quinta, ponto 1 (5 horas).

3. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo de atendimento do serviço, limitado-se a 48 (quarenta e oito) horas. O atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei.
4. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, a cada reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 5 (cinco) vezes na penalidade de advertência, será considerado descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei;
5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.
6. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO PARCIAL** do objeto contratado.
7. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO TOTAL** do objeto contratado.
8. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**
9. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

Parágrafo primeiro. Poderá ser aplicada sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimentos de contratar com a Administração, com base no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, por até 2 (dois) anos, por culpa ou dolo, no caso de inexecução parcial do objeto.

Parágrafo segundo. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

Parágrafo terceiro. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

Parágrafo quinto. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo sexto. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo sétimo. De acordo com o art. 88, da Lei n.º 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo oitavo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo nono. Para os fins da subcondição constante do item 6 do parágrafo anterior, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo décimo. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo décimo primeiro. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo décimo segundo. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE:

As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de:

- sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir à obra;
- acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

Parágrafo segundo. Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro durante a realização dos serviços, de modo a atingir trabalhos a cargo da **CONTRATADA**, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do **CONTRATANTE**, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS:

O conceito de qualidade de atendimento será definido conforme a tabela seguir:

Conceito	**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**	**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias.**
Ótimo	No prazo	0
Bom	Até 5 dias	2

Regular	Até 10 dias	4
Ruim	Acima de 10 Dias	6

Parágrafo primeiro. Os conceitos serão definidos tanto pela coluna "**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**", tanto pela coluna "**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias**", não sendo necessário que as duas ocorram ao mesmo tempo.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** submeter-se-á às sanções administrativas sintetizadas na tabela abaixo, caso não alcance níveis satisfatórios do **Acordo de Níveis de Serviço:**

CONCEITO	**PENALIDADES**
Ótimo	Isento
Bom	Advertência e multa conforme gravidade
Regular	Multa conforme gravidade
Ruim	Multa conforme gravidade, suspensão, declaração de idoneidade e Rescisão.

Parágrafo terceiro - Das Multas:

I- Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta (Tabela 1), as multas conforme Tabela 2:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	**DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA**	**CRITÉRIO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.	Por ocorrência	4
3	Não entregar os serviços em conformidade com os critérios de recebimento estabelecidos neste Termo.	Por ocorrência e por serviço	4
4	Não utilizar materiais (peças, componentes e dispositivos) novos e originais e ou aprovados pela fiscalização.	Por ocorrência e por material	4
5	Recusar-se a executar a garantia determinado pelo CONTRATANTE, sem motivo justificado.	Por ocorrência	3
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento.	Por ocorrência	2
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência do CONTRATANTE.	Por ocorrência	2
Para os itens a seguir, deixar de:			
8	Entregar objeto de forma integral em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.	Por dia	4
9	Prover serviços de garantia, para os serviços durante o período de garantia;	Por serviço e por ocorrência	4
	Descumprir determinação formal ou instrução complementar do		

10	CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores.	Por ocorrência	3
11	Obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive, de responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes.	Por item, por ocorrência.	3
12	Cumprir as demais obrigações dentro do prazo contratual.	Por ocorrência e por período de atraso	2
13	Manter a documentação de habilitação atualizada.	Por item, por ocorrência	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,05% do valor do contrato
2	0,10% do valor do contrato
3	0,15% do valor do contrato
4	0,20% do valor do contrato

II- No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

III- As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

IV- Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

- assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
- ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
- execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS:

As Partes obrigam-se, sendo a **CONTRATANTE** controladora de dados e a **CONTRATADA** operadora, a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações sejam compartilhadas pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

- colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
- resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
- cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado, sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato se regerá por toda a legislação aplicável à espécie e, ainda, pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente termo, especialmente:

1. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
2. Lei n.º 10.520/02 – Institui o Pregão;
3. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
4. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
5. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseada na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 12/06/2023, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1066311** e o código CRC **7F084C2C**.

Criado por carolineellen, versão 64 por carolineellen em 12/06/2023 12:54:45.

ANEXO III DO EDITAL

MODELO DE CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA

(TIMBRE DA EMPRESA)

Pelo presente instrumento, **C R E D E N C I A M O S** o(a) Sr.(a) ....., portador do documento de Identidade n.º ....., o(a) qual está habilitado a proceder à vistoria técnica e assinar o Atestado de Vistoria em nome da empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., conforme Seção 7 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global.

Manaus, AM, ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

ANEXO IV DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para cumprimento da Seção 7 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global, **D E C L A R A M O S** que a empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ....., optou por não vistoriar o local dos serviços.

DECLARAMOS, ainda, nos termos do Subitem 7.1.2.3 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, que quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos não serão considerados nem usados como possível juízo de valor a respeito afim de compensações futuras.

Manaus, AM, ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

ANEXO V DO EDITAL

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para cumprimento da Seção 7 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global, **ATESTAMOS** que a empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ....., compareceu ao local onde será executado o serviço e, acompanhado por representante deste Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomou conhecimento dos locais e instalações, tendo pleno conhecimento das especificações e condições para cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da licitação em questão.

Manaus, AM, ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

De acordo:

(Assinatura de representante da PGJ/AM)

ANEXO VI DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para cumprimento do Subitem 10.9.2 do Edital do Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global, a empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, para os devid
os fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

b) O documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

c) Cumpre plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6.2., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

d) Não possui em seu quadro de pessoal, não utilizará, nem manterá relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

e) A prestação dos serviços da proposta está sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;

f) Cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como apresentará documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;

g) Apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

h) Está ciente da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo no prazo máximo de 10 (dez) dias da

assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

i) Caso seja declarada vencedora da Licitação, declara possuir estrutura física mínima na cidade de MANAUS, para garantir a qualidade no atendimento à CONTRATANTE, em vista da natureza do objeto especificado, com autonomia para resolver as questões relacionadas à prestação dos serviços, para o atendimento das solicitações do Contratante, disponível nos casos em que for necessário atendimento em caráter excepcional;

j) Está ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, enviar os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento à CONTRATANTE no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

k) O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços; e que

l) Executará os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas e quantitativos fornecidos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e, caso seja vencedora da licitação, pelos preços e prazos apresentados.

Manaus, AM, ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

ANEXO VII DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para:
Comissão Permanente de Licitação — CPL
Ministério Público do Estado do Amazonas — MPE/AM
Manaus-AM

Prezados Senhores,

A empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ....., vem apresentar Proposta de Preços referente ao Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no Grupo Gerador.	Mês	12		
2	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.	Unidade	1		
3	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel.	Litro	3.552		
TOTAL ESTIMADO					

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa declara que:

a) Recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e

completo conhecimento do objeto da licitação;

b) O documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

c) Cumpre plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6.2., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

d) Não possui em seu quadro de pessoal, não utilizará, nem manterá relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

e) A prestação dos serviços da proposta está sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;

f) Cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como apresentará documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;

g) Apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

h) Está ciente da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

i) Caso seja declarada vencedora da Licitação, declara possuir estrutura física mínima na cidade de MANAUS, para garantir a qualidade no atendimento à CONTRATANTE, em vista da natureza do objeto especificado, com autonomia para resolver as questões relacionadas à prestação dos serviços, para o atendimento das solicitações do Contratante, disponível nos casos em que for necessário atendimento em caráter excepcional;

j) Está ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, enviar os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento à CONTRATANTE no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

k) O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços; e que

l) Executará os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas e quantitativos fornecidos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e, caso seja vencedora da licitação, pelos preços e prazos apresentados.

OBSERVAÇÕES

— A proposta tem prazo de **validade de 90 (noventa) dias**;

— O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**;

— A garantia da MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, será **de no mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços;

— **Dados Bancários:** (nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta corrente);

— **Contato para fins de faturamento:** *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);*

— **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

CNPJ ou CPF: _____

Manaus-AM, _____ de _____ de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

ANEXO VIII DO EDITAL

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO NA SEFAZ/AM

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para:
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Av. Coronel Teixeira, 7995 — Nova Esperança
CEP: 69037-473 — MANAUS/AM

Referente ao Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global.

A empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ..... **SOLICITA** os bons préstimos dessa Diretoria no sentido de realizar o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE / CADASTRAMENTO DE CREDORES, da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas — SEFAZ/AM.

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Nestes termos,

Pede deferimento.

..... (cidade/UF), ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

ANEXO IX DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para: Comissão Permanente de Licitação
Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça

Referente ao Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global.

DECLARAMOS, para efeito da Licitação em epígrafe, conforme disposto no Edital e seus anexos, que indicamos, de acordo com a Resolução n.º 213, de 29/06/73 e n.º 317, de 31/10/86, do CONFEA — Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e legislação correlata, o(s) seguinte(s) profissional (is) responsável (is) técnico(s), caso venhamos a vencer a referida Licitação:

1. **Responsável Técnico**

Nome:

Especialidade:

Número de registro no CREA/CAU

Assinatura:

2. **Responsável Técnico**

Nome:

Especialidade:

Número de registro no CREA/CAU

Assinatura:

DECLARAMOS, ainda, que todos os acima relacionados pertencem ao nosso quadro técnico de profissionais, com relacionamento junto à empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

Manaus, AM, ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 13/06/2023, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1065019** e o código CRC **426930FF**.

DESPACHO Nº 54.2023.CPL.1068742.2022.001718

Objeto: *Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.*

Trata-se dos autos do procedimento interno em epígrafe, versando sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada, inicialmente, através do MEMORANDO Nº 262.2022.DEAC.0916398.2022.001718 exarado pela **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC** desta PGJ/AM**,** subscrito pelos Ilmo. Sr. **Paulo Augusto de Oliveira Lopes,** Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, datado de 14/10/2022.

O detalhamento inicial do objeto foi realizado por intermédio do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2022.DEAC.0758272.2022.001718**, datado de 14/10/2023, que fora devidamente analisado pela Assessoria Jurídica, a rigor do teor do Parecer nº 159.2022.01AJ-SUBADM.0916499.2022.001718, e restou aprovado pela Exma. Sra. Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, via **DESPACHO Nº** 705.2022.01AJ-SUBADM.0916509.2022.001718, após o que foram os autos remetidos ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCOMS**, para providências.

Por meio do MEMORANDO Nº 24.2023.SCOMS.0964212.2022.001718, em 17/01/2023, o **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCOMS** devolveu os autos a DEAC a fim de fosse analisado pedido de esclarecimento de fornecedor.

Consta nos autos, ainda, manifestação da Diretoria Geral, conforme teor MEMORANDO Nº 25.2023.DG.0981062.2022.001718, de 10/02/2023, e da Divisão de Contratos e Convênios, por meio do MEMORANDO Nº 441.2023.DCCON.1018100.2022.001718, 20/04/2023, ressaltando as informações contidas no MEMORANDO Nº 24.2023.SCOMS.0964212.2022.001718.

Em atenção aos expedientes mencionados no parágrafo anterior, via MEMORANDO Nº 114.2023.DEAC.1018446.2022.001718, em 05/04/2023, a DEAC prestou as informações solicitadas.

Na sequência, em 14/04/2023, a **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCOMS, via** MEMORANDO Nº 221.2023.SCOMS.1024203.2022.001718 sugeriu a d. SUBADM que o Termo de Referência n.º 2.2022.DEAC.0758272.2022.001718 fosse readequado para conter a informações a respeito do grupo gerador para que o processo seja instruído de maneira eficiente.

Ao se deparar com o pedido do **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCS,** a Exma. Sra. Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, via **DESPACHO Nº** 478.2023.01AJ-SUBADM.1030756.2022.001718, em 25/04/2023, determinou o retorno dos autos à DEAC, para retificação do Termo de Referência nº 2 (0758272)

Por sua vez, a DEAC procedeu ao ajuste determinado e expediu a nova versão do documento, a saber o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718**, devidamente encaminhado mediante o **MEMORANDO Nº** 153.2023.DEAC.1036365.2022.001718, datado de 02/05/2023.

Por sua vez, os referidos documentos foram devidamente analisados e aprovado pela Exma. Sra. Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, via **DESPACHO Nº 523.2023.01AJ-SUBADM.1036820.2022.001718**, após o que foram os autos remetidos ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCS**, em 04/05/2023, para providências.

Tendo o **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCS** colhido pesquisa de mercado aos autos, emitiu-se, em 17/05/2023, o **MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS Nº 50.2023.SCOMS.1049272.2022.001718**, subsidiando a elaboração do **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 168.2023.SCOMS.1049273.2022.001718,** remetendo os autos à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF**, na mesma data.

Nessa linha, a **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF** confeccionou as **NOTAS DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO NAD Nº 202.2023.DOF-ORÇAMENTO.1005478.2022.001718**, e NAD Nº 203.2023.DOF - ORÇAMENTO.1050706.2022.001718, ambas datadas de 18/05/2023.

Na sequência, considerando o objeto e as obrigações adivindas do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718**, esta CPL encaminhou os autos à **DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - DCCON**, através do **OFÍCIO Nº 268.2023.CPL.1065029.2022.001718**, no intuito de se proceder a análise e elaboração do instrumento contratual correspondente.

Em resposta, o setor, através do **MEMORANDO Nº 886.2023.DCCON.1068141.2022.001718**, elaborou e encaminhou a **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718**, retornando os autos a este Comitê de Licitação, em 13/06/2023, para sequência dos trabalhos.

Retornando os autos, considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, esta CPL confeccionou MINUTA DE EDITAL Nº 34.2023.CPL.1065019.2022.001718, **cujo critério de seleção é pelo menor preço GLOBAL, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, modo de disputa ABERTO e FECHADO.**

Sendo assim, **encaminhem-se os autos** do Processo em epígrafe à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, a fim de cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da **MINUTA DE EDITAL** (doc.

1065019), bem como da **Minuta de Contrato Administrativo (**doc. 1066311).

Manaus, 13 de junho de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 13/06/2023, às 16:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1068742** e o código CRC **1BCD0AC5**.

PARECER Nº 207.2023.01AJ-SUBADM.1070204.2022.001718

Autos nº 2022.001718

Assunto: Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça

---

Retornam os autos do procedimento iniciado com o objetivo de contratar empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.

O Termo de Referência 10 (1034369) foi devidamente aprovado - vide Despacho 523 (1036820).

Os autos foram encaminhados ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, providenciando-se a emissão do Mapa Demonstrativo de Preços 50 (1049272). Por corolário, juntou-se aos autos o Quadro-Resumo do Processo de Compra 168 (1049273), bem como a Nota de Autorização de Despesas/Adjudicação - NAD 202 (1050478) e NAD 203 (1050706).

Minuta do Contrato (1066311) e Minuta de Edital (1065019) devidamente acostadas aos autos.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por intermédio do Despacho 54 (1068742), encaminhou os autos à SUBADM para fins de cumprimento do disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo Ordenador de Despesas.

É o breve relatório. OPINO.

De início, **registro que o Termo de Referência, que é o anexo I do Edital, foi devidamente aprovado - vide Despacho 523 (1036820)**. Passo a analisar a Minuta de Edital (0738353) e de seus anexos II (Minuta de Contrato), III (modelo de credenciamento para vistoria técnica), IV (modelo de declaração de opção pela dispensa de vistoria técnica), V (modelo de atestado de vistoria técnica), VI (modelo de declarações complementares, VII (modelo de proposta de preços), VIII (modelo de solicitação de cadastramento na SEFAZ/AM e IX (modelo de declaração de responsabilidade técnica).

Conforme dispõe o art. 37, XXI, da Constituição Federal, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do regime jurídico-administrativo, razão pelo qual a deflagração do procedimento licitatório

constitui-se **como regra**. Segundo a melhor doutrina, a licitação caracteriza-se por ser um procedimento prévio de seleção, por meio do qual a Administração, mediante critérios previamente estabelecidos, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um Contrato Administrativo ou instrumento equivalente.

De acordo com o art. 4º, da Lei n.º 8.666/1993, todos os participantes de um certame têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido pela Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Nesse diapasão, insta ressaltar que o ordenamento jurídico pátrio dispõe que a Administração Superior deverá iniciar o certame com uma fase interna, que segundo MATHEUS CARVALHO (*in* Manual de Direito Administrativo. 4ª ed. Salvador: JusPodivm, 2019, p. 467), acontece quando: a "*Administração Pública está, internamente, se organizando para licitar, com a abertura do processo administrativo respectivo e com a realização dos atos preparatórios que justifiquem a realização do certame. O texto legal define requisitos a serem observados para início do procedimento*".

A Lei Federal nº 10.520/02, instituiu o Pregão como modalidade de licitação tendente à aquisição de "bens ou serviços comuns", definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Nesse sentido, estabelece o parágrafo único do art. 1º da referida lei:

> Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.
>
> Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Na realidade, a norma, ao restringir o âmbito de aplicação do Pregão, objetiva viabilizar a realização de um procedimento mais simples para aquisição de bens e serviços razoavelmente padronizados, possibilitando à Administração negociar o melhor preço, sem comprometer a viabilidade da proposta.

Dessa maneira, em observância aos preceitos legais acima mencionados, reconheço como **adequada** a modalidade selecionada para a contratação pretendida pela Administração – **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço global** –, uma vez que atende aos ditames legais e se afigura compatível com os conceitos de "bem comum" e "serviço comum", dado que o objeto dos autos teve seus padrões objetivamente definidos por especificações usuais no mercado, em consonância com o disposto no já transcrito parágrafo único do art. 1° da Lei n° 10.520/02. Em tempo, os serviços a serem prestados encontram-se devidamente esmiuçados no item 2 do edital - detalhamento do objeto.

O art. 21 do Decreto n° 3.555/00, elenca todos os atos essenciais a realização do Pregão nos seguintes termos:

> Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:
>
> I - justificativa da contratação;
>
> II - termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;
>
> III - planilhas de custo;
>
> IV - garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;
>
> V - autorização de abertura da licitação;
>
> VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
>
> VII - parecer jurídico;
>
> VIII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
>
> IX - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
>
> X - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;
>
> XI - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida

para habilitação e dos recursos interpostos; e

XII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

No mais, como sabido, o Edital é o instrumento convocatório do certame, além de ser indispensável para o regular andamento do processo de licitação e vincular os licitantes e a Administração Pública. Cabe ao Edital e seus anexos dispor acerca das condições e regras de habilitação, critérios de julgamento, bem como definir as penalidades a serem cominadas, a forma de pagamento, dentre outros aspectos. Assim, em suma, cumpre-lhe atribuir mecanismos que assegurem e promovam a máxima competitividade e a igualdade entre os licitantes, de maneira que o resultado do certame seja o mais efetivo e legítimo aos interesses da Administração Pública.

In casu, considero presentes todos os elementos obrigatórios desse instrumento, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 4º da Lei n° 10.520/02; no art. 40 da Lei n° 8.666/93, naquilo que é cabível e; no âmbito interno, no art. 7º do Ato PGJ nº 389/07 (regulamenta o Pregão Presencial e Eletrônico).

Quanto à Minuta de Contrato Administrativo (1066311), elaborada pela Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, tem-se que, de acordo com a dicção legal do art. 54, da Lei n.º 8.666/1993, os contratos administrativos serão regulados por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

O art. 55 da Lei n. 8.666/03, elenca as seguintes cláusulas necessárias para celebração de uma avença sob o regime de direito público:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

No mesmo sentido, manifesta-se a Corte Federal de Contas ao se referir ao dever da Administração de observar os requisitos do contrato:

Observe a necessidade de apresentação de cláusulas contratuais específicas e precisas, sobretudo quanto à definição do objeto da avença, do preço acordado, do tempo de execução e da atualização monetária do negócio jurídico, vedada a possibilidade de sub-rogação do pacto, conforme exigem os arts. 40, incisos XI e XIV, alíneas 'c' e 'd', 54, 55, caput, inciso III, 56, 61, 72 e 78, inciso VI, todos da Lei nº 8.666/1993. (ACÓRDÃO 1837/2009, PLENÁRIO).

Defina o objeto de forma precisa, suficiente e clara, não se admitindo discrepância entre os termos do edital, do termo de referência e da minuta de contrato, sob pena de comprometer o caráter competitivo do certame, em atendimento aos arts. 3º, inciso II, e 4º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 8º, inciso I do Decreto nº 3.555/2000. (ACÓRDÃO 531/2007, PLENÁRIO).

Assim, ao examinar a minuta acostada, verifica-se que todos os elementos contratuais necessários a respaldar

com segurança a avença encontram-se presentes, tudo em conformidade com o que determina a Lei Licitatória e com as necessidades deste Ministério Público.

No mais, os demais anexos do edital estão de acordo com a legislação de regência e viabilizam o atendimento de aspectos formais e burocráticos do presente procedimento licitatório.

Isto posto, pelos fatos e fundamentos ora apresentados, esta assessoria jurídica **OPINA favoravelmente à aprovação da Minuta de Edital do Pregão Eletrônico (1065019) e da Minuta de Contrato Administrativo (1066311), assim como dos demais anexos do edital,** de forma a alicerçarem o respectivo procedimento licitatório.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus/AM, 14 de junho de 2023.

EDUARDO ULYSSES RAMOS RIKER

Assessor Jurídico

ATO/PGJ nº 244/2022

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Ulysses Ramos Riker**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 14/06/2023, às 12:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1070204** e o código CRC **BF0C3B8F**.

DESPACHO Nº 693.2023.01AJ-SUBADM.1070349.2022.001718

Autos nº 2022.001718

Assunto: Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça

---

Retornam os autos do procedimento iniciado com o objetivo de contratar empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo**,** com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.

O Termo de Referência 10 (1034369) foi devidamente aprovado - vide Despacho 523 (1036820).

Os autos foram encaminhados ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, providenciando-se a emissão do Mapa Demonstrativo de Preços 50 (1049272). Por corolário, juntou-se aos autos o Quadro-Resumo do Processo de Compra 168 (1049273), bem como a Nota de Autorização de Despesas/Adjudicação - NAD 202 (1050478) e NAD 203 (1050706).

Minuta do Contrato (1066311) e Minuta de Edital (1065019) devidamente acostadas aos autos.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por intermédio do Despacho 54 (1068742), encaminhou os autos à SUBADM para fins de cumprimento do disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo Ordenador de Despesas.

Por sua vez, após instada, a assessoria jurídica acostou ao presente caderno administrativo o Parecer 207 (1070204), opinando favoravelmente pela aprovação da **Minuta de Edital do Pregão Eletrônico (1065019) e da Minuta de Contrato Administrativo (1066311), assim como dos demais anexos do edital**, de forma a alicerçarem o respectivo procedimento licitatório.

Diante de todo o exposto, **ACOLHO** a supracitada peça opinativa e **APROVO a Minuta de Edital do Pregão Eletrônico (1065019) e da Minuta de Contrato Administrativo (1066311), assim como os demais anexos do edital.** Assim, **DETERMINO** o encaminhamento dos autos à **CPL** para as providências de estilo.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am), 14 de junho de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 15/06/2023, às 12:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1070349** e o código CRC **82A97585**.

2022.001718 v3

AVISO Nº 1072280 - CPL

Área de publicação:

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ

PROCESSO SEI N.º 2022.001718

OBJETO: *Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.*

REGIME JURÍDICO: Lei Federal n.º 8.666 de 1993.

ABERTURA: **30/06/2023** às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 19/06/2023.

LOCAL: no site **https://www.gov.br/compras/pt-br**

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones **(92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.**

Manaus, 16 de junho de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 381/2022 DOMPE, 2495, de 23.11.22
Matrícula n.º 000.640-8A

Fim da área de publicação.

Em 16 de junho de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 16/06/2023, às 13:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1072280** e o código CRC **7CADEC27**.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 4.028/2023-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2022.001718,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO SEI N.º 2022.001718

Recebimento das propostas: a partir da data de publicação do aviso no DOMPE

Abertura das propostas: às 10 horas do dia **30/06/2023** (horário de Brasília).

Licitação Exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO

Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/

Código UASG: 925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br/

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a ***contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o***

foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses., conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e seus anexos.

2.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3. O objeto previsto neste Edital deverá ser executado em obediência às especificações, planilhas e projetos constantes deste documento e seus anexos. Assim, para amplo conhecimento e detalhes do objeto desta licitação, a empresa deverá observar, integralmente o teor do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718 e seus anexos**, Anexo I a este Edital;

2.4. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718 e seus anexos**, Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718, Anexo II do Edital.

2.4. A empresa deverá dispor, para fins de execução e acompanhamento dos serviços objeto deste termo, de equipe técnica habilitada, contando no mínimo com Engenheiro Mecânico ou Eletricista devidamente registrado no CREA, ou ainda, Técnico Eletrotécnico devidamente registrado no CFT.

2.5. Os preços apresentados pela CONTRATADA deverão cobrir todos os custos dos serviços, abrangendo o fornecimento de mão de obra especializada, Leis e Encargos Sociais decorrentes, materiais, peças originais, ferramentas e equipamentos, assistência técnica, transportes, passagens, fretes, remoção de móveis, máquinas ou equipamentos para a execução dos serviços e o seu reposicionamento no local, limpeza do ambiente, enfim, tudo o que for preciso para garantir a qualidade e funcionalidade dos serviços solicitados.

2.5.1. Os materiais, peças e componentes aplicados na prestação dos serviços e fornecidos, deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sendo obrigatoriamente novos e de primeiro uso, originais, com garantia pelo período mínimo de 90 (noventa) dias.

2.6. No que couber, todas as licenças e taxas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive as Taxas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA-AM ou Conselho Federal dos Técnicos - CFT referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT por todos os serviços executados.

2.6.1. A CONTRATADA será responsável pela aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes, bem como pela expedição do respectivo Alvará, nos locais onde a legislação municipal exija, arcando com todas as licenças e taxas necessárias à execução dos serviços.

2.7. **Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:**

2.7.1. Anexo I – Termo de Referência n.º **10.2023.DEAC.1034369.2022.001718**;

2.7.1.1. Anexo I do TR – Detalhamento de Manutenções Preventivas;

2.7.1.2. Anexo II do TR – Lista de insumos contemplados pelo contrato;

2.7.1.3. Anexo III do TR – Planilha Orçamentária - Manutenção preventiva e/ou corretiva, incluindo reposição de peças;

2.7.2. Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718;

2.7.3. Anexo III – Modelo para credenciamento para vistoria técnica;

2.7.4. Anexo IV – Modelo de declaração de dispensa de vistoria;

2.7.5. Anexo V – Modelo de Atestado de Vistoria Técnica;

2.7.6. Anexo VI – Modelo de Declarações Complementares;

2.7.7. Anexo VII – Modelo de Proposta de Preços;

2.7.8. Anexo VIII – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM; e

2.7.9. Anexo IX – Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM.

3.1.1. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 1.500.100.0000.0000, Elemento 3390.39.

3.1.2. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 1.500.100.0000.0000, Elemento 3390.30.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de **chave de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se à respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão **interessados** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº.

123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

5.8.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

5.8. Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

5.9. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DA POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

6.1. A realização de **vistoria é facultativa**, e objetiva visitar o local de execução dos serviços e tomar conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações. Na hipótese de optar pela realização da vistoria, o interessado deverá obedecer às seguintes condições:

6.1.1. A vistoria deverá ser realizada pelo representante da empresa, devidamente credenciado pela interessada.

6.1.1.1. Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade e Carta de Credenciamento emitida em papel timbrado da empresa como prova de vínculo com a interessada, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando a pessoa que realizará a vistoria;

6.1.2. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento, denominado

Atestado de Vistoria Técnica, Anexo V deste Edital, que será assinado por servidor designado pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** desta PGJ-AM, onde o servidor declarará ter acompanhado o representante apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada;

6.1.2.1. O referida Atestado de Vistoria deverá ser apresentado na sessão, sendo encaminhada junto aos documentos de Proposta e Habilitação, nos termos definidos no **subitem 7.1**. deste Edital do certame;

6.1.3. A vistoria poderá ser realizada **até 5 (cinco) dias úteis** anteriores à data estipulada para abertura da licitação;

6.1.4. As visitas deverão ser agendadas com **até 24 (vinte e quatro) horas** de antecedência à data limite de vistoria, com a **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC**, pelo telefone (92) 3655-0739, no período de 8h às 14h;

6.1.4.1. O tempo de antecedência para agendamento é necessário para que a DEAC possa indicar servidor para acompanhamento da vistoria;

6.1.5. A visita será realizada pelo representante da interessada, que se apresentará municiado de documento de **Credenciamento para Vistoria**, emitido pelo Representante Legal da interessada, conforme modelo do Anexo III deste Edital*;*

6.2. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, o interessado deverá juntar as documentações da proposta no processo licitatório, em substituição ao Atestado de Vistoria, uma **Declaração de Dispensa de Vistoria**, assinada pelo responsável legal, informando sua opção dela não realização desta visita, conforme modelo do Anexo IV deste Edital;

6.3. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade e parcelamento, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado do objeto deste certame.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Nº 123/2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente

serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.1. No campo destinado ao registro da proposta, no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, **dos seguintes campos**:

8.1.1. Valor total;

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico/Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante;**

8.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 8.6 deste Edital.

8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Proposta de Preços, conforme Anexo VII deste Edital;

8.2.1. Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

8.2.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

8.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

8.3.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

8.3.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

8.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

8.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.8. O **prazo de validade da proposta <u>não será inferior</u>** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

8.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.10. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.11. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.12. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

8.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL** do certame, observando-se o prazo previsto para duração do contrato.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 5,00 (cinco reais).

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um **LANCE FINAL** e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.13.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.14. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. O **Critério de Julgamento** adotado será o **menor preço GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno

porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.28.1. no País;

9.28.2. por empresas brasileiras;

9.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 03 (três) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do Anexo VII:

a) Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*), se houver, para contato;

b) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real), o valor unitário em algarismos, com duas casas decimais e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93), válidos para a data de apresentação e pelo prazo de vigência da proposta. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

b.1) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

b.2) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

b.3) Redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

c) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

d) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

e) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

f) Prazo de execução: 12 (dozes) meses, obervados os prazos estabelecidos no parágrafo primeiro da Cláusula Segunda da Minuta do Contato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718, Anexo II do Edital.

g) Garantia dos serviços executados: deverá dar garantia com MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do término da execução dos serviços.

h) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, *e-mail*, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

i) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante,** assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

j) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, *e-mail* de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

j.1) Para os serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, o pagamento ocorrerá mensalmente a contar da assinatura do contrato, obervadas as condições da Cláusula Décima da Minuta de Contrato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718, Anexo II do Edital, e Item 10 do Termo de Referência Nº **10.2023.DEAC.1034369.2022.001718**, Anexo I do Edital.

10.3. Na elaboração de suas propostas, as licitantes deverão levar em consideração:

a) A legislação aplicável e todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

b) Os preços dos insumos, salários de mercado e encargos incidentes;

10.4. Nos preços apresentados pelos licitantes deverão estar incluídos todos os custos relativos à mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

10.5. Todas as licenças e taxas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive as Taxas do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-AM ou CAU/AM referentes à ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART ou REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – RRT por todos os serviços executados, quando for o caso.

10.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

10.7. A proposta apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração que implique majoração do preço proposto.

10.7.1. Não se admitirá preço global superior ao orçamento estimado;

10.7.2. Não é permitida a cotação de quantidade inferior àquela constante no Termo de Referência.

10.8. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, este poderá solicitar prorrogação da validade acima referida, por igual prazo, no máximo.

10.9. Juntamente à proposta de preços, os interessados ou seus representantes apresentarão:

10.9.1. DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA ou ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA, conforme modelos dos Anexos IV e V deste Edital, respectivamente;

10.9.2. As Declarações Complementares, referentes ao Anexo VI do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) A empresa recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

b) Declara, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

c) Cumpre plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6.2., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

d) Não possuo em meu quadro de pessoal, não utilizarei, nem manterei relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

e) A prestação dos serviços da proposta está sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;

f) A empresa cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como apresentará documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;

g) A empresa apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada

um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

h) Ciente da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

i) Caso seja declarada vencedora da Licitação, declara possuir estrutura física mínima na cidade de MANAUS, para garantir a qualidade no atendimento à CONTRATANTE, em vista da natureza do objeto especificado, com autonomia para resolver as questões relacionadas à prestação dos serviços, para o atendimento das solicitações do Contratante, disponível nos casos em que for necessário atendimento em caráter excepcional;

j) Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, enviar os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento à CONTRATANTE no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

k) O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços; e que

l) Executará os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas e quantitativos fornecidos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e, caso seja vencedora da licitação, pelos preços e prazos apresentados.

10.10. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.10.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.11. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.12. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na *internet*, após a homologação.

10.13. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

10.14. Quando da proposta de preços não constar o prazo de execução, entrega, validade e outros, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital e seus anexos.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme Anexo VII, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.2. A proposta e documentação será analisada por engenheiros da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** desta Instituição Ministerial, para

fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 11.4. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.2. Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

11.2.2.1. Considera-se **inexequível** a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.2.3. No momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.**

11.3.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.4. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.4.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro, ou Administração, poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,01% (um centésimo percentual) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades.**

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos

unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

11.8. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11.9. Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta.

11.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.13. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.14. Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.16. Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

11.17. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, incluídas aquelas definidas na Seção 8 do Termo de Referência 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **item 7.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo

ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

12.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

$$LC = \frac{AT}{PC}$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

AT = Ativo Total

12.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido

no item 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. Registro ou inscrição da empresa licitante (Pessoa Jurídica) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CFT/CRT's (Conselho Federal dos Técnicos Industriais/Conselho Regional), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

12.10.1.1. Caso a Certidão não seja da jurisdição do CREA-AM ou CFT/CRT's-AM, o licitante deverá apresentar, à época da contratação, o registro devidamente visado pelo mesmo, conforme art. 1º, da Resolução n.º 413, de 27/6/1997.

12.10.2. **Certidão de Registro de Pessoa Física** emitida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CFT/CRT's (Conselho Federal dos Técnicos Industriais/Conselho Regional) da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do integrante da Equipe Técnica responsável pelos serviços, segundo as atribuições estipuladas pela Resolução CONFEA n.º 218/1973 ou Resolução CFT n.º 074/219, com validade na data de realização da sessão pública do certame, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

12.10.3. Quanto à **capacitação técnico-operacional**: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, nos termos do subitem 8.1.2, "b" do Termo de Referência anexo.

12.10.3.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.3.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.3.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.10.3.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

12.10.4. O Responsável técnico pela execução dos serviços deverá ser Engenheiro Mecânico ou Eletricista devidamente registrado no CREA, ou ainda, Técnico Eletrotécnico devidamente registrado no CFT.

12.10.4.1. O responsável técnico e/ou membros da equipe técnica acima elencado deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

12.10.4.2. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

12.10.5. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias

à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

12.10.6. Declaração de responsabilidade técnica, devidamente assinada pelo profissional técnico indicado (Anexo IX).

12.10.7. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, todas serão inabilitadas.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3 deste instrumento convocatório.

12.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem 12.13. do Edital.

12.11.6. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente ou via fac-símile deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no item 25.7 e subitens,** à Comissão Permanente de

Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em

dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5

(cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 11.7, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 9.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/06/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a CONTRATADA **deverá apresentar garantia na forma e condições estabelecidas na Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718**, Anexo II deste Edital.

17. DOS PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DO RECEBIMENTO

17.1. O prazo de execução obedecerá às disposições da **Seção 11 do Termo de Referência Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718** (Anexo I), bem como das Cláusulas Segunda e Décima Quarta da Minuta de Contrato 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718, Anexo II do Edital, consistindo em **12 (doze) meses,** a contar da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

17.2. Os serviços deverão ser executados conforme as Seções 2, 3 e 4 do **Termo de Referência Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718,** Anexo I deste Edital, bem como conforme as Cláusulas Segunda e Terceira da Minuta de Contrato 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718 (Anexo II).

17.3. O recebimento dos serviços será realizado por técnicos da CONTRATANTE, na forma prevista no art. 73 da Lei n.° 8.666/93, e ocorrerá na forma disposta na Cláusula Sexta da Minuta de Contrato 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718 (Anexo II).

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato Administrativo ou emitido instrumento equivalente.

18.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou

instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

18.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

18.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP ou instrumento equivalente, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0**, e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

18.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

18.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

18.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

18.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

18.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

18.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

18.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Além das obrigações compreendias **na Seção 5 do Termo de Referência n.º 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718,** Anexo I a este Edital, bem como na **Cláusula Sétima da Minuta de Contrato Administrativo,** Anexo II, serão também deveres da CONTRATADA:

19.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via *e-mail*, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem a **Seção 6 do Termo de Referência n.º 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718,** Anexo I a este Edital, bem assim a **Cláusula Oitava da Minuta de Contrato Administrativo,** Anexo II,

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com a **Cláusula Décima – Da Liquidação e do Pagamento** da Minuta de Contrato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718, Anexo II do Edital, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

21.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link https://www.mpam.mp.br/component/content/article/34-licitacoes/paginas-internas-

licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.3. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação. No entanto, caso a vencedora não realize o cadastro em até 5 (cinco) dias após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VI);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de **multa de até 30%** do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva**, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

22.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 12.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

22.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

22.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicada pelo(a) PROCURADOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

22.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

22.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

22.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as multas previstas na **Seção 12 do Termo de Referência 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, Anexo I a este Edital e na Cláusula Décima Sexta da Minuta de Contrato Administrativo 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718**, Anexo II do Edital, segundo a gravidade da falta.

22.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

22.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

22.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

22.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta

do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

22.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

23.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

23.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

23.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

23.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

23.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

23.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

23.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

23.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO**

PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

23.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

23.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

23.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

23.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. Até o dia **26/06/2023, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, **até às 14 horas (horário local) da data limite fixada** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 26/06/2023, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, **às 14 horas (horário local) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

> 24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

> 24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deverá sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019.

25.3.2. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (preexistente), que deixou de ser juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (***TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021***).

25.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato

superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

25.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

25.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

25.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

25.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

25.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema COMPRASNET, prevalecerá o Edital.

25.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

25.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, *na data da assinatura eletrônica.*

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

Documento assinado eletronicamente.

Os códigos de autenticidade podem ser conferidos na última página do Edital

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo**,** com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Justifica-se a contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador que se destina a assegurar o fornecimento de energia ao prédio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, garantindo a integridade de equipamento, sistemas e pessoas deste *Parquet*.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1 Os serviços objetos deste Termo devem ser adquiridos em conformidade com os quantitativos e especificações descritas no plano de manutenção (Item 4);

2.2 Os produtos e peças a serem utilizados devem ser industrializados, novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, acompanhado de guias e manuais de utilização e garantias, sob pena de ser recusado seu recebimento.

2.3 Início dos serviços a serem prestados: Imediatamente após a assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.

2.4 Duração prevista para o fornecimento e/ou serviços deste contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.

2.5 Grupo gerador Marca Cumins Modelo BC 320 E pot. Standby 400Kva Numero de série C 3201009.

2.5.1 Motor Marca Cumins, Modelo M 77855G7, SO 15375, Combustível Diesel, Numero de sére 41139120;

2.5.2 Gerador Silent Genset. Modelo UC1447E Numero de série 10056112;

2.6 Fornecimento de óleo combustivel tipo diesel compativel com o grupo gerador;

2.6.1 A quantidade mínima a ser fornecida por pedido será de 200 litros;

2.6.2 A quantidade máxima a ser fornecida por pedido será de 400 litros;

2.6.3 A quantidade total de 3.552,00 litros é a quantidade total que poderá ser demanda ao longo da validade do contrato;

2.6.4 Entende-se por **Operação de abastecimento** como sendo todas as atividades, materiais,

ferramentas e mão de obra necessárias para realizar o abastecimento do Grupo Gerador no endereço indicado no contrato.

2.7 Instalação de tanque externo reserva de 500l para aumentar a autonomia do grupo gerador.

3. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

3.1 Manutenção Preventiva:

3.1.1 Definição: Entende-se por manutenção preventiva, como sendo toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos.

3.1.2 As manutenções preventivas serão realizadas no equipamento objeto deste contrato, conforme procedimentos e roteiros indicados pelo fabricante, seguindo rigorosamente cronograma acordado com a Fiscalização.

3.1.3 A manutenção preventiva engloba todas as partes visíveis dos equipamentos, sem que haja a necessidade do seu desmonte. Sendo necessária a retirada de peças e/ou equipamentos para a manutenção preventiva, o prestador de serviços deverá cumprir as instruções do fabricante.

3.1.4 As manutenções preventivas deverão ser realizadas em dias úteis de segunda a sexta-feira de 8:00h as 14:00h.

3.1.5 Deverão ser apresentados cronogramas de manutenção identificando: o componente de cada sistema, data, tempo previsto para execução das preventivas, roteiros com parâmetros e procedimentos operacionais de manutenção preventiva e modelo de relatório de manutenção preventiva dos equipamentos constantes no contrato, de acordo com as definições do manual do fabricante dos equipamentos.

3.1.6 Deverão estar incluídos todos as peças de desgaste (filtros, correias, óleos, líquidos aditivos, baterias e sensores) e os testes de parâmetros e segurança necessários para os equipamentos.

3.1.6.1 A CONTRATADA deverá manter os equipamentos de medição dos parâmetros sempre aferidos e calibrados, e quando necessário apresentar o certificados de calibração dos equipamentos.

3.1.7 Caso não seja possível realizar a manutenção preventiva do equipamento, conforme o cronograma acordado com o DEAC, será aplicado no valor mensal um desconto proporcional ao valor pago, conforme segue:

N – Número de preventivas programadas que não foram executadas;
VR – Valor da manutenção do equipamento;
D – Desconto na parcela do mês corrente;
D = 20% X ((N1xVR1)+(N2xVR2)+...)

3.1.7.1 No caso de atrasos na entrega de peças e/ou equipamentos em manutenção preventiva ou corretiva não justificada, será aplicada a multa sobre de 0,03% (conforme previsto na Lei nº 8666/93) do valor mensal da parcela, por dia de atraso para cada peça e ou equipamento.

3.1.8 A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico mensal de serviço do equipamento com informações sobre as manutenções preventivas realizadas.

OBS: A empresa deverá adotar todos os padrões de segurança ao realizar a manutenção dos equipamentos e usar procedimentos necessários para o bom andamento e segurança do serviço. Qualquer ocorrência, acarretando defeitos provenientes da imperícia do prestador ficará a cargo do mesmo, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

3.2. Manutenção Corretiva:

3.2.1 Definição: É o conjunto de serviços executados nos equipamentos com falha, a Manutenção consiste em substituir peças ou componentes que se desgastaram ou falharam e que levaram a máquina

ou o equipamento a uma parada, por falha ou pane em um ou mais componentes.

3.2.2 As manutenções corretivas deverão ser realizadas de segunda a domingo, em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.2.1 O prazo para atendimento será de até 02 (duas) horas após comunicação via e-mail ou fax ou telefone.

3.2.2.2 A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, diversos acessos de comunicação como: telefone fixo, fax, celular, e-mail, ou qualquer outra modalidade para intercomunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, com o nome do respectivo técnico para assistência, incluindo para os casos de sobre aviso.

3.2.2.3 A empresa CONTRATADA deverá fornecer um contato (plantão) para atendimentos de urgência em até 02 (duas) horas nos sábados, domingos e feriados, sendo que o atendimento deverá ser em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.3 O prazo para diagnostico será de até 01 hora, após a chegada do técnico nas dependências desta PGJ. Neste prazo estão contempladas as seguintes etapas: diagnóstico técnico, descrição da falha, tipo de reparo, aferição, testes funcionais e liberação para utilização.

3.2.3.1 Ocorrendo avarias/desgastes dos equipamentos, cuja recuperação seja longa, fazendo-se necessário substituir peças danificadas ou consertá-las fora das instalações desta unidade de saúde, as mesmas deverão ser levadas pela empresa CONTRATADA, retornando dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas. O prestador de serviços deverá devolver a peça substituída ao CONTRATANTE.

3.2.3.2 No caso de substituição de peças, a empresa CONTRATADA deverá colocar o equipamento em perfeita condição de desempenho e segurança conforme previsto no manual técnico do fabricante. A empresa CONTRATADA ficará na obrigação de registrar todas as peças utilizadas no equipamento sob contrato e enviar mensalmente um histórico (relatório) da relação de peças substituídas para o Setor de Engenharia de Manutenção.

3.3 Para as manutenções corretivas não há limite de número de visitas, devendo ser realizadas tantas quanto forem necessárias, conforme a demanda e sinistros ocorridos.

3.4 Todos os serviços de manutenção preventiva e ou corretiva, e deverão ser registrado em Ordem de Serviço, sendo que uma cópia deverá ser entregue para o DEAC e deverá ser atestada pelo fiscal designado do contrato.

3.4.1 A Ordem de Serviço deverá conter todos os dados do equipamento, serviços executados e assinatura do técnico responsável.

3.4.2 A Ordem de Serviço também deverá ser assinada pelo DEAC, atestando a execução dos serviços.

3.4.3 A CONTRATADA deverá anotar na ordem de serviço sempre, principalmente nos casos de urgência o motivo da chamada, registrar as ocorrências durante a execução dos serviços, cientificando o CONTRATANTE.

3.4.4 A empresa CONTRATADA deverá realizar o check-list, em formulário próprio da empresa, constando no campo as apurações técnicas, estando estas regulares ou não.

3.5 A CONTRATADA só poderá realizar testes de funcionamento dos equipamentos na presença da fiscalização da CONTRATANTE.

3.6 Os valores correspondentes a fretes para a locomoção dos equipamentos, bem como dos materiais contemplados no contrato, necessários para a execução dos serviços, e impostos correrão por conta da empresa CONTRATADA.

3.7 Do fornecimento de peças

3.7.1 As peças de reposição e os acessórios cobertos pelo contrato serão as relacionada no anexo II e deverão ser fornecidas pela empresa CONTRATADA.

3.7.1.1 A empresa Contratada deverá fornecer todas as peças e os acessórios necessários para o devido funcionamento do equipamento constante neste Termo de Referência.

3.7.1.2 Peças e os acessórios que não sejam contempladas pelo contrato deverão ser fornecidos pela contratada mediante apresentação de três propostas comerciais cabendo a Contratante escolher e aprovar o fornecedor. A Contratante independente do Contratado poderá buscar outros fornecedores a sua conveniência.

3.7.2 Todas as peças necessárias para a execução das manutenções preventivas deverão ser apresentadas ao DEAC com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas em relação do cronograma acordado e deverão estar previstas no *check-list* e procedimento operacional para a execução das manutenções preventivas.

3.7.2.1 Todas as peças deverão ser novas e originais ou com a comprovação das mesmas características técnicas que aquelas definidas pelos fabricantes. As peças de reposição utilizadas deverão ser da mais alta qualidade e adquiridas diretamente dos fabricantes.

3.7.3 Todos os acessórios, peças e insumos necessários para as manutenções deverão ser custeados pela CONTRATADA, fazendo parte da manutenção preventiva e/ou corretiva, sendo devolvidos à CONTRATANTE todos os itens que forem substituídos.

3.7.3.1 Todas as peças fornecidas deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Para o fornecimento de peças e acessórios não contemplados no contrato, a empresa Contratada deverá emitir nota fiscal das mesmas.

3.8 Do fornecimento de combustível

3.8.1 A empresa contratada terá o prazo de 05 (cinco) horas, contadas a partir do horário em que receber a comunicação do servidor fiscalizador da PGJ-MP/AM, para promover ao abastecimento de diesel do grupo gerador. Devido as circunstâncias do objeto, os abastecimentos ocorrerão em qualquer dia da semana.

3.8.2 A empresa providenciará os equipamentos, ferramentas materiais e mão de obra necessárias para realizar o abastecimento do Grupo Gerador. (pessoal qualificado, tambor, bomba, mangueiras, medidor e outros equipamentos e acessórios que julgar necessário).

3.8.3 Os funcionários da empresa envolvidos no processo deverão fazer uso de todos os EPI's e EPC's necessários a realização da tarefa.

4. DO PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

4.1 A empresa CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE o **Plano de Manutenção Preventiva Anual** do equipamento listado neste Termo de Referência no prazo máximo de 10 (Dez) dias, após assinatura do Contrato. O Plano de Manutenção Preventiva Anual deverá conter calendário das rotinas de manutenções preventivas, com a planilha de execução dos serviços, durante o prazo de vigência do contrato.

4.1.1 Deverão ser entregues 02 (duas) vias originais do Plano de Manutenção Preventiva Anual a serem entregues ao Setor de Engenharia de Manutenção.

4.1.2 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar quadro com todas as informações necessárias (procedimentos, serviços, cronogramas, etc.) para garantir o correto desenvolvimento das atividades de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos listados neste Termo de Referência. O quadro deverá ser acessível aos funcionários da empresa CONTRATADA, dos órgãos fiscalizadores e do DEAC.

4.2 A empresa CONTRATADA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE, relatório circunstanciado dos serviços prestados em cada equipamento, mediante recibo, fazendo constar desse relatório, inclusive quais as peças foram substituídas e sua respectiva referência, os motivos de quebra apurados, os resultados de calibrações efetuadas, dentre outros.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

5.1 **No momento da assinatura do contrato**, entregar **declaração expressa** de que cumpre as exigências das normas regulamentadoras emanadas pela **Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego,** e que manterá essa condição **durante toda a vigência do contrato firmado**.

5.2 Encaminhar à FISCALIZAÇÃO, **antes do início da execução dos serviços**, a **relação nominal de todos os empregados** designados para prestar serviços nas instalações da CONTRATANTE, junto com:

a) Nome completo, função e cópia da carteira de identidade de cada funcionário;

b) Cópia da Certidão de registro no CREA, do responsável técnico pelos serviços;

5.2.1 A não apresentação dos dados especificados no acima poderá inviabilizar o acesso ao local de execução dos serviços.

5.2.2 A CONTRATADA deverá dar ciência prévia à FISCALIZAÇÃO de quaisquer alterações nas informações apresentadas, decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

5.3 Entregar, no prazo de **cinco dias úteis** contados da assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, a via destinada ao CONTRATANTE da(s) **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) em nome do responsável técnico pelos serviços,** devidamente registrada(s), nos termos da Lei nº 6.496/77.

5.4 Apresentar, **até 10 (dez) dias do início da execução dos serviços**, o **Plano de Manutenção, previamente aprovado pela Fiscalização da CONTRATANTE**, junto a respectiva **ART**.

5.5 Desenvolver todas as suas obrigações estipuladas neste Termo com esmero e perfeição, observando estreitamente suas especificações, as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação federal, estadual e municipal, se houver, e as últimas revisões das normas técnicas específicas, especialmente as normas da **ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas**, bem como outras normas correlatas, ainda que não explicitamente citadas neste documento.

5.5.1 Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam a melhor técnica preconizada para os serviços.

5.6 Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste Termo.

5.7 Responsabilizar-se por todas as **licenças e taxas** necessárias à execução dos serviços, inclusive as taxas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/AM referentes à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) pelos serviços executados.

5.8 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da CONTRATANTE.

5.9 **Manter o sistema auxiliar de energia (grupo gerador) em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento**, através de pessoal treinado e especializado, bem como a **conservar devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços**.

5.9.1 Executar no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o fornecimento da Ordem de Serviço, a montagem do tanque externo conforme item 2.7;

5.10 Executar os serviços de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, eventuais necessidades de interrupção ou alteração no funcionamento dos equipamentos deverão ser previamente agendadas com a CONTRATANTE.

5.11 Fornecer mão de obra, equipamentos, peças e acessórios de reposição, ferramentas, materiais de consumo, andaimes e equipamentos de segurança, sempre que preciso, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, visando à prestação integral, tempestiva e adequada dos serviços.

5.12 Em qualquer caso, **todas as despesas relativas à mão-de-obra e ferramental, serão integralmente cobertas pelo valor mensal** da manutenção preventiva e corretiva, **sem qualquer ônus adicional** para a

CONTRATANTE.

5.13 Dar garantia total pelos serviços executados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, por um prazo **mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.

5.14 Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, transportar conforme determinado pela CONTRATANTE, às suas expensas, o objeto/serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas ou em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE.

5.14.1 Quando necessário realizar o serviço de retirada de diesel contaminado e ou submete-lo a filtragem por filtro de prensa para reutiização;

5.14.2 Decorrido o prazo descrito no item acima sem o atendimento devido, fica a CONTRATANTE autorizada a **contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos**, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à **garantia** dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

5.15 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que executarão o objeto deste Termo, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.

5.16 Manter **quadro de pessoal** competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem-feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com as etapas do serviço, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.

5.17 Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à **segurança e medicina do trabalho**, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de **equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's** - adequados para cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.

5.18 Fornecer a seus empregados os **uniformes**, os quais deverão ser mantidos em bom estado e condições de higiene.

5.18.1 Todos aqueles que prestarão serviços em nome do CONTRATADO, mesmo que temporariamente, deverão estar **uniformizados e identificados por meio de crachá, com fotografia recente**.

5.19 Responder pela **idoneidade moral e técnica** dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente **responsável**, em qualquer caso, **por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza**, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

5.19.1 A CONTRATADA ficará obrigada a concorrer para que seus empregados executem suas atividades com pontualidade, eficiência e conduta adequada, sendo requisitos necessários para a boa execução dos serviços: educação, cortesia, cordialidade, urbanidade, padrão moral, zelo e dedicação.

5.20 Afastar do local de serviços qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da CONTRATANTE, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a partir da notificação expedida pela CONTRATANTE.

5.21 Responsabilizar-se por todos os **encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias** que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

5.21.1 Além do pagamento dos salários e encargos sociais e trabalhistas, inclusive obrigações relativas a **acidentes de trabalho**, a CONTRATADA será responsável pelas despesas alusivas a **vales-alimentação e vales-transporte** destinados aos seus empregados, nas quantidades necessárias e suficientes a serem utilizados no decorrer do trabalho, conforme Convenção Coletiva e Termos Aditivos

vigentes.

5.21.2 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto deste Termo, **não** transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

5.22 Apresentar, durante toda a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.23 Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela PGJ/AM, acatando as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados e obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

5.23.1 A ação de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

5.24 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, **por escrito**, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste Termo, e apresentar justificativa **escrita,** devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

5.24.1 Caso ocorra atraso por culpa da CONTRATANTE, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

5.25 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

5.25.1 A PGJ/AM não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

5.26 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.

5.27 A inobservância das especificações constantes deste Termo, bem como das cláusulas contratuais, implicará na rejeição parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA ao grupo gerador, colaborando para a tomada de medidas necessárias a prestação de serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional;

6.2. Não permitir que pessoas não especializadas manuseiem, operem ou tentem executar reparos ou consertos nos grupos geradores, a fim de evitar possíveis avarias nos equipamentos;

6.3. Não permitir o uso de materiais obsoletos e alheios ao grupo gerador na área do grupo gerador, além daquele que diz respeito ao conjunto de equipamentos instalados;

6.4. Visar as Ordens de Serviço e Relatórios na ocasião das visitas dos técnicos da CONTRATADA;

6.5. Autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por Lei ou determinações de autoridades competentes;

6.6. Autorizar a execução dos serviços ou substituição de peças extras que a Assistência Técnica entender necessárias ao eficiente funcionamento dos grupos geradores;

6.7. Permitir a retirada de qualquer componente dos grupos geradores somente mediante recibo em impresso próprio da Assistência Técnica, salvo se houver substituição de componentes no ato do serviço;

6.8. Cumprir rigorosamente a orientação técnica da Assistência Técnica;

6.9. Executar os serviços necessários para a segurança e o eficiente funcionamento dos grupos geradores alheios a especialidade da Assistência Técnica;

6.10. Acompanhar e fiscalizar periodicamente a execução dos serviços constantes deste Termo de Referência e do Contrato;

6.11. Designar fiscalização para o gerenciamento do contrato;

6.12. Promover o acompanhamento da execução do contrato, nos aspectos qualitativo e quantitativo, por meio da fiscalização;

6.13. Notificar a Contratada acerca de falhas havidas na execução do contrato e/ou serviço, exigindo as medidas reparadoras estabelecidas neste Termo;

6.14. Exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos materiais entregues ao Hospital.

6.16. Efetuar regularmente o pagamento da fatura apresentada, nos moldes estabelecidos no presente Termo de referência e cronograma estabelecido pela PGJ, a qual deverá estar devidamente acompanhada da documentação exigida no contrato;

6.17. A Contratante manterá com a Contratada, relacionamento de mútuo respeito e urbanidade, sem prejuízo da observância da Legislação e normas regulamentadoras vigentes;

7. DA VISITA TÉCNICA

7.1 As empresas licitantes **PODERÃO** realizar, sob o acompanhamento de servidor especialmente designado, vistoriar à unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer as instalações e equipamento onde serão executados os serviços e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame.

7.1.1 Se for opção do licitante por visitar, este deverá ser cuidadosamente inspecionados; levando em conta todos os aspectos, como grau de dificuldade para a execução dos serviços e procederão à rigorosa conferência das medidas e de outros aspectos julgados de interesse.

7.1.2 A vistoria deverá ser realizada pelo **representante da empresa, devidamente credenciado pela empresa licitante.**

7.1.2.1 Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade, e Carta de Credenciamento, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando o representante da empresa que realizará a vistoria;

7.1.2.2 Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento em papel timbrado da empresa, denominado Atestado de Vistoria (conforme modelo), que será assinado por servidor designado da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC desta PGJ-AM, onde a DEAC declarará ter acompanhado o responsável técnico apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada;

7.1.2.3 O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na fase licitatória, nos termos definidos no edital do certame;

Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário *por parte da futura CONTRATADA, quando do cumprimento das obrigações.*

7.1.3 As visitas deverão ser previamente agendadas, com **até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, pelo telefone **(92) 3655-0739 - DEAC - Divisão Engenharia Arquitetura e Cálculo**, no período das 8h às 14h.

7.2 Em optando pela dispensa da vistoria, a licitante emitirá carta declaratória (conforme modelo) de que **aceita todas as condições de instalações e funcionamento dos equipamentos e a ela não será aceito quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário**.

8. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.1 Para que possam ser habilitados a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão:

8.1.1 **Realizar Vistoria**, no local da prestação dos serviços, para adequado conhecimento do objeto a

ser contratado, e ou apresentar carta declaratória de **dispensa de vistoria** e aceitação todas as condições de instalações e funcionamento dos equipamentos.

8.1.2 **Comprovação de qualificação técnica**, constando de:

a)**Certidão de registro**

a.1) O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

a.2) No caso de sagrar-se vencedora empresa inscrita em CREA de outra jurisdição, será necessário o visto do CREA/AM, à época da contratação;

a.3) A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

b)**Atestados de Capacidade Técnica**

b.1) Os referidos atestados deverão ser apresentados com o visto do CREA ou na forma de Certidão de Acervo Técnico – CAT. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

b.2) **Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais** cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação do CONTRATADO no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;

b.3) No caso do subitem anterior, o CONTRATADO submeterá à aprovação do CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita **por escrito**, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser **apreciada e aprovada pela PGJ/AM**.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;

9.2. A Fiscalização não permitirá que o pessoal da CONTRATADA realize o fornecimento de materiais em desacordo com as normas preestabelecidas;

9.3. Antes do início da prestação dos serviços será realizada reunião entre as partes, a ser convocada pela fiscalização, com o objetivo de discutir e uniformizar as providências necessárias ao cumprimento do fornecimento do serviço e das obrigações contratuais;

9.4. A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do fornecimento do objeto e outras que sejam julgadas necessárias para o fiel cumprimento do Contrato. Essa fiscalização não exime a CONTRATADA das responsabilidades oriundas de suas falhas e/ou omissões;

9.5. A CONTRATADA em hipótese alguma poderá transferir os serviços, objeto deste CONTRATO a Terceiros.

10. DO PAGAMENTO

10.1. A forma de pagamento dar-se-á mensalmente, em conformidade com o contrato de prestação de serviços referente aos serviços intrisicamente ligados ao Grupo Gerador;

10.2. A CONTRATADA apresentará na sede da CONTRATANTE a fatura mensal correspondente aos serviços realizados, conforme os valores acordados no contrato, devidamente atestada pela CONTRATANTE;

10.3. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o serviço fornecido, por meio de empenho do valor constante na fatura interposta pela CONTRATADA, com forme os prazos administrativos previstos pela

Diretoria de Orçamentos e Finanças;

10.4. Somente deverá ser efetuado o pagamento dos serviços efetivamente realizados no período e comprovado mediante atesto da fiscalização;

10.5. A liberação do pagamento das faturas mensais apresentadas pela CONTRATADA fica vinculada à apresentação dos seguintes documentos:

1. Fatura dos serviços executados devidamente atestados pelo setor responsável;
2. Certidões negativas (INSS, MINISTÉRIO DA FAZENDA, FGTS, DÉBITOS TRABALHISTAS, FAZENDA ESTADUAL, FAZENDA MUNICIPAL);
3. Nota de Empenho (cópia);
4. Relatório técnico contando informações sobre os serviços executados durante o mês faturado.

10.6. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobradas diretamente da empresa, amigáveis ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas no instrumento contratual e legislações em vigor.

10.7 As substituições das peças não cobertas pelo contrato, em razão de dano ou com baixo rendimento, serão executados pela CONTRATADA desde que os preços se mostrem vantajosos e condizentes com a realidade do mercado local, mediante autorização expressa do CONTRATANTE precedida de aprovação de relatório técnico com justificativa e do orçamento e, de empenho prévio do valor correspondente;

10.7.1 O relatório técnico a que se refere o subitem acima deverá conter, precipuamente, as seguintes informações:

10.7.1.1 Identificação do equipamento: número de série do equipamento (tombo de identificação utilizada pela PGJ-AM)/Local de instalação do equipamento (setores desta PGJ-AM);

10.7.1.2 Justificativa técnica descritiva assinada pelo responsável técnico;

10.7.1.3 Apresentar proposta orçamentária para fornecimento das peças *(fundamentar com apresentação de pelo menos 3 (três) propostas obtidas através de pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo – em papel timbrado de cada empresa);*

10.7.1.4 Apresentar prazo para a realização do serviço de substituição devidamente justificado.

10.8 Para o pagemntos do fornecimento de combustível

10.8.1 Somente poderão ser considerados, para efeito de medição e pagamento, os serviços efetivamente **executados pela, e aprovados** pela Fiscalização.

10.8.2 A empresa ao realizar o abastecimento deverá dispor de bomba de combustível homologada pelo Inmetro, com contador de litros e fração de litros.

10.8.3 A cada abastecimento, o fiscal assinará a ordem de abastecimento no ato da entrega, ficando uma via com a empresa e outra com o fiscal.

10.8.4 Os pagamentos das faturas emitidas referente ao combustível serão baseados nas ordens de abastecimento aprovadas pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato.

10.9 Os pedidos de pedidos de pagamento deverão ser encaminhados, com a cópia das ordem de abastecimento, fatura, Nota Fiscal, requerimento de pagamento, recibo, cópia da Nota de Empenho e certidões de regularidade fiscal ao e-mail protocolo@mpam.mp.br e deac@mpam.mp.br

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 O prazo da prestação do serviço da empresa CONTRATADA será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do instrumento contratual;

11.2 O prazo para início das atividades ficará, ainda, vinculado à lavratura da Ordem de Serviço a ser exarada pela Diretoria Administrativa Financeira da Entidade.

12. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS

12.1. O conceito de qualidade de atendimento será definido conforme a tabela seguir:

Conceito	Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)	Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias.
Ótimo	No prazo	0
Bom	Até 5 dias	2
Regular	Até 10 dias	4
Ruim	Acima de 10 Dias	6

12.2 Os conceitos serão definidos tanto pela coluna "**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**" tanto pela coluna "**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias**", não sendo necessário que as duas ocorram ao mesmo tempo.

12.3 A CONTRATADA se submeterá às sanções administrativas sintetizadas na tabela abaixo, caso não alcance níveis satisfatórios do **Acordo de Níveis de Serviço:**

CONCEITO	PENALIDADES
Ótimo	Isento
Bom	Advertência e multa conforme gravidade
Regular	Multa conforme gravidade
Ruim	Multa conforme gravidade, suspensão, declaração de idoneidade e Rescisão.

12.4 **Das Multas**

12.4.1 Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta (Tabela 1), as multas conforme Tabela 2:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	CRITÉRIO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.	Por ocorrência	4
3	Não entregar os serviços em conformidade com os critérios de recebimento estabelecidos neste Termo.	Por ocorrência e por serviço	4
4	Não utilizar materiais (peças, componentes e dispositivos) novos e originais e ou aprovados pela fiscalização.	Por ocorrência e por material	4
5	Recusar-se a executar a garantia determinado pelo CONTRATANTE, sem motivo justificado.	Por ocorrência	3
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento.	Por ocorrência	2
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência do CONTRATANTE.	Por ocorrência	2
Para os itens a seguir, deixar de:			
8	Entregar objeto de forma integral em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.	Por dia	4
9	Prover serviços de garantia, para os serviços durante o período de garantia;	Por serviço e por ocorrência	4

10	Descumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores.	Por ocorrência	3
11	Obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive, de responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes.	Por item, por ocorrência.	3
12	Cumprir as demais obrigações dentro do prazo contratual.	Por ocorrência e por período de atraso	2
13	Manter a documentação de habilitação atualizada.	Por item, por ocorrência	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,05% do valor do contrato.
2	0,10% do valor do contrato.
3	0,15% do valor do contrato.
4	0,20% do valor do contrato.

12.5 No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.6 As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

12.7 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1 O Ministério Público exigirá, para a contratação resultante desta licitação, a prestação de garantia, em conformidade com o disposto no artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação.

13.1.1 Será ainda exigida prestação de garantia adicional de valor igual à diferença entre o valor limite de exequibilidade obtido durante o certame e o valor da proposta vencedora, desde que este seja inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética calculada, nos termos do § 2º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 No caso de acréscimo no valor contratual, a licitante vencedora obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação no prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao disposto no subitem abaixo.

13.3 As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa e/ou sem justificativa apresentada e aceita pela **CONTRATANTE**, não cumprir as obrigações descritas neste Termo ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

14.1. Advertência por escrito, quando não houver cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

14.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela contratada, a ser descontada diretamente na fatura, para cada ocorrência classificada como descumprimento do prazo de atendimento estabelecido na Cláusula Quinta, ponto 1 (5 horas).

14.3. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo de atendimento do serviço, limitado-se a 48 (quarenta e oito) horas. O atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei.

14.4. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, a cada reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 5 (cinco) vezes na penalidade de advertência, será considerado descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei.

14.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.

14.6. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO PARCIAL** do objeto contratado.

14.7. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO TOTAL** do objeto contratado.

14.8. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

14.9. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

14.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

Parágrafo primeiro. Poderá ser aplicada sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimentos de contratar com a Administração, com base no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, por até 2 (dois) anos, por culpa ou dolo, no caso de inexecução parcial do objeto.

Parágrafo segundo. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

Parágrafo terceiro. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

Parágrafo quinto. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo sexto. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

15. RESPONSABILIDADE

15.1 As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da

CONTRATADA.

15.2 Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

- sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir à obra;
- acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

15.3 Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro durante a realização dos serviços, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

15.4 A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

16. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC, em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e íntegra o procedimento interno respectivo.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE
Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações. Manaus – AM, de maio de 2023. **Eng. Paulo Augusto de Oliveira Lopes** Chefe da Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo

APROVAÇÃO	
Solicitamos aprovação. Manaus – AM, / / 2023. **IVANETE DE OLIVEIRA NASCIMENTO**	Despacho de Aprovação. ( ) Aprovado ( ) Não aprovado Manaus – AM, / / 2023. **LÍLIAN MARIA PIRES STONE**

Diretora-Geral / MP/PGJ/AM	Ordenadora de despesas

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

DETALHAMENTO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

MANUTENÇÕES PREVENTIVAS PARA GRUPOS GERADORES

MANUTENÇÃO MENSAL

Motor Diesel

- Verificar a existência de vazamentos;
- Verificar a vedação da tampa do radiador e, se necessário, trocar;
- Verificar e completar os níveis de água, aditivo e, se necessário, trocar;
- Verificar e completar os níveis de óleo e, se necessário, trocar;
- Verificar tensão e estado das correias e, se necessário, trocar;
- Verificar mangotes e braçadeiras de fixação e, se necessário, trocar;
- Verificar e efetuar correções no sistema de aceleração e parada do motor;
- Verificar o motor de arranque e, se necessário, trocar;
- Verificar o estado da colmeia do radiador e, se necessário, trocar;
- Testar instrumentos de controle;
- Testar e ajustar o sistema de preaquecimento.

Alternador

- Verificar regulador de tensão;
- Verificar componentes elétricos e eletrônicos, bem como conexões;
- Substituir escovas defeituosas;
- Lubrificar mancais;
- Lubrificar rolamentos;

Bateria

- Verificar fixação das baterias e conexões dos cabos e, se necessário, trocar;
- Completar nível de água;
- Medir temperatura dos elementos;
- Medir densidade do eletrólito;
- Medir tensão por elemento;

- Limpar bornes e conexões.

Quadro de alimentação, comando, proteção e sincronismo

- Reapertar conexões;
- Substituir fusíveis queimados;
- Substituir lâmpadas queimadas;
- Verificar atuação dos relés e sensores e, se necessário, trocar;
- Corrigir atuação do painel de sincronismo.

Testes de funcionamento

- Colocar o grupo em funcionamento, com pelo menos 50% de carga, por 30 minutos ou mais, verificando e anotando: pressão do óleo, temperatura do bloco, frequência, tensão do gerador, corrente do gerador;
- Simular falta de rede com o equipamento no automático e anotar: tempo de entrada do grupo, tempo de transferência;
- Simular retorno da rede e anotar: tempo de transferência/supervisão, tempo de resfriamento;
- Anotar horas de trabalho da unidade;
- Verificar entrada da bomba e ventilador do radiador com partida do grupo;
- Verificar estabilidade de rotação;
- Corrigir anormalidades observadas.

Diversos

- Limpar todo o conjunto;
- Verificar aterramento;
- Verificar boia do óleo combustível;
- Manter abastecido com combustível o Grupo Gerado;

OBS: Os parâmetros de manutenção podem ter a sua periodicidade alterada em função da qualidade dos suprimentos e frequência de utilização dos equipamentos. Novos serviços de manutenção poderão ser incluídos conforme necessidade.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

LISTA DE INSUMOS CONTEMPLADOS PELO CONTRATO

LISTA DE INSUMOS CONTEMPLADOS PELO CONTRATO			
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Qtde.**
01	Elemento do filtro de óleo lubrificante	Peça	02

02	Filtro de combustível	Peça	04
03	Filtro de ar	Peça	01
04	Óleo lubrificante 15w40	balde	04
05	Líquido para sistema de arrefecimento	Litros	10
06	Kit de material de limpeza	Peça	02
07	Correias	Peça	02
08	Mangueiras de combustível	Metro	20
09	Bateria automotiva de 150 amperes e acessórios	Peça	02
10	Terminal de bateria	Peça	04
11	Regulador de tensão	Peça	01
12	Carregador de baterias	Peça	01
13	Regulador de velocidade	Peça	01
14	Sensor de temperatura	Peça	01
15	Sensor de pressão do óleo	Peça	01
16	Pick-up magnético	Peça	01
17	Modulo eletrônico de controle de rotação	Peça	01
18	Chave motorizada de transferência automática	Peça	01
19	Mangotes do radiador	Peça	04
20	Sensor de nível de combustível	Peça	01
21	Módulo de controle e comando automático	Peça	01
22	Válvula solenóide de funcionamento	Peça	01
23	Pressostato de óleo	Peça	01
24	Termostato da água	Peça	01
25	Bomba injetora e seus componentes (bico, atuador de velocidade e outros)	Peça	04
26	Radiador	Peça	01
27	Diesel	lt	3.552,0
28	Graxa, estopa, pano, lixa, tinta,	Diversos	

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM GRUPO GERADORE

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Preço total
01	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.	mês	12,0		
02	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios	Und	1,0		
03	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel	lt	3.552,00		
Preço total (R$)					

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 28/04/2023, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1034369** e o código CRC **685F5189**.

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27.2023.DCCON.1066311.2022.001718

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa ___, visando à manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69037-473, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a Exma. Sra. **Lílian Maria Pires Stone**, residente e domiciliada em Manaus/AM, portadora do RG nº 826886 SSP/AM e inscrita no CPF sob o nº 405.025.542-15, e a empresa_____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, com sede na Rua _____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta do Processo SEI n.º **2022.001718**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do Pregão Eletrônico n.º _____-CPL/MP/PGJ, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GRUPO GERADOR QUE ATENDE O PRÉDIO ANEXO DA PGJ/AM**, que reger-se-á pelas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/02 e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente contrato consiste na realização de manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas, bem como o fornecimento de combustível para o funcionamento do grupo gerador, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes descritos neste contrato, para o período de 12 meses, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º _____-CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

Os serviços objeto deste contrato deverão ser prestados atendendo as seguintes condições:

1. Os serviços devem ser prestados em conformidade com os quantitativos e especificações descritas no Plano de Manutenção Preventiva.

2. Os produtos e peças a serem utilizados devem ser industrializados, novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, acompanhado de guias e manuais de utilização e garantias, sob pena de ser recusado seu recebimento.
3. Os serviços a serem prestados devem iniciar imediatamente após a assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.
4. A duração prevista para o fornecimento das peças e do combustível e para a prestação dos serviços deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.
5. O Grupo Gerador é da Marca Cumins Modelo BC 320 E pot. Standby 400Kva Numero de série C 3201009, com as seguintes especificações:

   I- Motor Marca Cumins, Modelo M 77855G7, SO 15375, Combustível Diesel, Numero de sére 41139120;

   II- Gerador Silent Genset. Modelo UC1447E Numero de série 10056112;

6. Deve ser fornecido óleo combustível tipo diesel, compatível com o grupo gerador, nas seguintes quantidades:

   I- A quantidade mínima a ser fornecida por pedido será de 200 litros;

   II- A quantidade máxima a ser fornecida por pedido será de 400 litros;

   III- A quantidade total de 3.552,00 litros é a quantidade total que poderá ser demanda ao longo da validade do contrato.

7. Entende-se por **Operação de abastecimento** como sendo todas as atividades, materiais, ferramentas e mão de obra necessárias para realizar o abastecimento do Grupo Gerador no endereço indicado no contrato.
8. Deve haver a instalação de tanque externo reserva de 500L para aumentar a autonomia do grupo gerador.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:

A empresa **CONTRATADA** deverá prestar os Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva conforme definido a seguir:

1. **Da Manutenção Preventiva:**

I. Entende-se por manutenção preventiva como sendo toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos.

II. As manutenções preventivas serão realizadas no equipamento objeto deste contrato, conforme procedimentos e roteiros indicados pelo fabricante, seguindo rigorosamente cronograma acordado com a Fiscalização.

III. A manutenção preventiva engloba todas as partes visíveis dos equipamentos, sem que haja a necessidade do seu desmonte. Sendo necessária a retirada de peças e/ou equipamentos para a manutenção preventiva, o prestador de serviços deverá cumprir as instruções do fabricante.

IV. As manutenções preventivas deverão ser realizadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial das 8h às 17h, ou sábado, das 8h às 12h, preferencialmente realizados pela parte da tarde, causando o menor impacto possível na rotina de serviço da **CONTRATANTE**.

V. Deverá ser apresentado o **Plano de Manutenção Preventiva**, contendo o cronograma de manutenção e identificando, no mínimo, o seguinte: o componente de cada sistema, data, tempo previsto para execução das preventivas, roteiros com parâmetros e procedimentos operacionais de manutenção preventiva e modelo de relatório de manutenção preventiva dos equipamentos constantes no contrato,

de acordo com as definições do manual do fabricante dos equipamentos.

VI. Deverão estar incluídas todas as peças de desgaste (filtros, correias, óleos, líquidos aditivos, baterias e sensores) e os testes de parâmetros e segurança necessários para os equipamentos.

VII. A **CONTRATADA** deverá manter os equipamentos de medição dos parâmetros sempre aferidos e calibrados, e, quando necessário, apresentar o certificado de calibração dos equipamentos.

VIII. Caso não seja possível realizar a manutenção preventiva do equipamento, conforme o cronograma acordado com a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, será aplicado no valor mensal um desconto proporcional ao valor pago, conforme segue:

N – Número de preventivas programadas que não foram executadas;
VR – Valor da manutenção do equipamento;
D – Desconto na parcela do mês corrente;
D = 20% X ((N1xVR1)+(N2xVR2)+...)

IX. No caso de atrasos na entrega de peças e/ou equipamentos em manutenção preventiva ou corretiva não justificada, será aplicada a multa de 0,03% (conforme previsto na Lei nº 8666/93) sobre o valor mensal da parcela, por dia de atraso para cada peça e ou equipamento.

X. A **CONTRATADA** deverá apresentar relatório técnico mensal de serviço do equipamento com informações sobre as manutenções preventivas realizadas.

XI. A empresa deverá adotar todos os padrões de segurança ao realizar a manutenção dos equipamentos e usar procedimentos necessários para o bom andamento e segurança do serviço. Qualquer ocorrência, acarretando defeitos provenientes da imperícia da **CONTRATADA** ficará a seu cargo, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

2. Da Manutenção Corretiva:

1. Manutenção Corretiva é o conjunto de serviços executados nos equipamentos com falha. A Manutenção consiste em substituir peças ou componentes que se desgastaram ou falharam e que levaram a máquina ou o equipamento a uma parada, por falha ou pane em um ou mais componentes.
2. As manutenções corretivas deverão ser realizadas de segunda-feira a domingo, em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas.
3. O prazo para atendimento será de até 02 (duas) horas após comunicação via e-mail, fax ou telefone.
4. A **CONTRATADA** fornecerá à **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do contrato, diversos acessos de comunicação, como: telefone fixo, fax, celular, e-mail, ou qualquer outra modalidade para intercomunicação entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, com o nome do respectivo técnico para assistência, incluindo para os casos de sobreaviso num **prazo máximo de 10 dias** a contar da assinatura do contrato.
5. A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer um contato (plantão) para atendimentos de urgência em até 02 (duas) horas nos sábados, domingos e feriados, sendo que o atendimento deverá ser em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas.
6. O prazo para diagnóstico será de até 01 hora, após a chegada do técnico nas dependências da **CONTRATANTE**. Neste prazo, estão contempladas as seguintes etapas: diagnóstico técnico, descrição da falha, tipo de reparo, aferição, testes funcionais e liberação para utilização.
7. Ocorrendo avarias/desgastes dos equipamentos, cuja recuperação seja longa, fazendo-se necessário substituir peças danificadas ou consertá-las fora das instalações desta unidade, as mesmas deverão ser levadas pela empresa **CONTRATADA**, retornando dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito)

horas, devendo dentro do referido prazo deixar o equipamento pronto para uso. O prestador de serviços deverá devolver a peça substituída à **CONTRATANTE**.

8. No caso de substituição de peças, a empresa **CONTRATADA** deverá colocar o equipamento em perfeita condição de desempenho e segurança conforme previsto no manual técnico do fabricante. A empresa **CONTRATADA** ficará na obrigação de registrar todas as peças utilizadas no equipamento sob contrato e enviar mensalmente um histórico (relatório) da relação de peças substituídas para o Setor de Engenharia de Manutenção.
9. Para as manutenções corretivas não há limite de número de visitas, devendo ser realizadas tantas quanto forem necessárias, conforme a demanda e sinistros ocorridos.
10. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser registrados em Ordem de Serviço, sendo que uma cópia deverá ser entregue para a DEAC e deverá ser atestada pelo fiscal designado do contrato.
11. A Ordem de Serviço deverá conter todos os dados do equipamento, serviços executados e assinatura do técnico responsável.
12. A Ordem de Serviço também deverá ser assinada pela DEAC, atestando a execução dos serviços.
13. A **CONTRATADA** deverá anotar na ordem de serviço, principalmente nos casos de urgência, o motivo da chamada, registrar as ocorrências durante a execução dos serviços, cientificando a **CONTRATANTE**.
14. A empresa **CONTRATADA** deverá realizar o check-list, em formulário próprio da empresa, constando no campo as apurações técnicas, estando estas regulares ou não.
15. A **CONTRATADA** só poderá realizar testes de funcionamento dos equipamentos na presença da fiscalização da **CONTRATANTE**.
16. Os valores correspondentes a fretes para a locomoção dos equipamentos, bem como dos materiais contemplados no contrato, necessários para a execução dos serviços, e impostos, correrão por conta da empresa **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro - Do fornecimento de peças:

I- As peças de reposição e os acessórios cobertos pelo contrato serão as relacionada no anexo II do Termo de Referência e deverão ser fornecidas pela empresa **CONTRATADA**.

II- A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer todas as peças e os acessórios necessários para o devido funcionamento do equipamento constante neste contrato e no edital.

III- As peças e os acessórios que não sejam contemplados pelo contrato deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA** mediante apresentação de três propostas comerciais, cabendo à **CONTRATANTE** escolher e aprovar o fornecedor. A **CONTRATANTE,** independentemente da **CONTRATADA,** poderá buscar outros fornecedores, à sua conveniência.

IV- Todas as peças necessárias para a execução das manutenções preventivas deverão ser apresentadas ao DEAC com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas em relação do cronograma acordado e deverão estar previstas no *check-list* e procedimento operacional para a execução das manutenções preventivas.

V- Todas as peças deverão ser novas e originais ou com a comprovação das mesmas características técnicas que aquelas definidas pelos fabricantes. As peças de reposição utilizadas deverão ser da mais alta qualidade e adquiridas diretamente dos fabricantes.

VI- Todos os acessórios, peças e insumos necessários para as manutenções deverão ser custeados pela **CONTRATADA**, fazendo parte da manutenção preventiva e/ou corretiva, sendo devolvidos à **CONTRATANTE** todos os itens que forem substituídos.

VII- Todas as peças fornecidas deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Para o fornecimento de peças e acessórios não contemplados no contrato, a empresa **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal das mesmas.

Parágrafo segundo - Do fornecimento de combustível:

I. A empresa **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) horas, contadas a partir do horário em que receber a comunicação do servidor fiscalizador da PGJ-MP/AM, para promover ao abastecimento de diesel do grupo gerador. Devido às circunstâncias do objeto, os abastecimentos ocorrerão em qualquer dia da semana.

II. A empresa providenciará os equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra necessários para realizar o abastecimento do Grupo Gerador (pessoal qualificado, tambor, bomba, mangueiras, medidor e outros equipamentos e acessórios que julgar necessário).

III. Os funcionários da empresa envolvidos no processo deverão fazer uso de todos os EPI's e EPC's necessários à realização da tarefa.

Parágrafo terceiro - Do Plano de Manutenção Preventiva:

I. A empresa **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE** o **Plano de Manutenção Preventiva Anual** do equipamento listado no edital, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após assinatura do contrato. O Plano de Manutenção Preventiva Anual deverá conter calendário das rotinas de manutenções preventivas, com a planilha de execução dos serviços, durante o prazo de vigência do contrato.

II. Deverão ser entregues 02 (duas) vias originais do Plano de Manutenção Preventiva Anual ao Setor de Engenharia de Manutenção.

III. A empresa **CONTRATADA** deverá disponibilizar quadro com todas as informações necessárias (procedimentos, serviços, cronogramas, etc.) para garantir o correto desenvolvimento das atividades de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos listados no edital. O quadro deverá ser acessível aos funcionários da empresa **CONTRATADA**, dos órgãos fiscalizadores e do DEAC.

IV. A **CONTRATADA** deverá, caso o **Plano de Manutenção Preventiva Anual não seja aprovado,** reapresentá-lo num **prazo máximo de 5 (cinco) dias;**

V. A empresa **CONTRATADA** obriga-se a fornecer ao **CONTRATANTE** relatório circunstanciado dos serviços prestados em cada equipamento, mediante recibo, fazendo constar desse relatório, inclusive, quais as peças foram substituídas e sua respectiva referência, os motivos de quebra apurados, os resultados de calibrações efetuadas, dentre outros.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital do Pregão Eletrônico n.º_____-CPL/MP/PGJ, conforme a Lei n.º 8.666/93 e a Lei 10.520/2002;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º **2022.001718**;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á, indiretamente, sob o regime de execução de empreitada por preço global, a qual foi selecionada por meio do competente procedimento licitatório.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

A execução do contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada por servidor(es) ou representante(s) especialmente designado(s) pela autoridade **CONTRATANTE**, que exercerão ampla fiscalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, em especial:

1. Acompanhar e fiscalizar por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos serviços, verificando se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos, não permitindo que o pessoal da **CONTRATADA** realize o fornecimento de materiais em desacordo com as normas preestabelecidas;
2. Exercer ampla fiscalização do fornecimento do objeto e outras que sejam julgadas necessárias para o fiel cumprimento do Contrato.
3. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas;
4. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição, bem como sua retirada imediata das dependências da **CONTRATANTE**.
5. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato;
6. Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento integral do estabelecido no contrato;
7. Receber provisoriamente o objeto contratado;
8. Solicitar e referendar, quando for o caso, os seguintes documentos da **CONTRATADA**, para instrução do processo de liquidação e pagamento: requerimento de pagamento, Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal e trabalhista;
9. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da **CONTRATADA** que embarace ou dificulte a ação da **FISCALIZAÇÃO** ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;
10. Atestar a liberação da garantia fixada neste contrato;
11. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis;
12. Comunicar à Administração Superior, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas;
13. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes;
14. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**;
15. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato;

Parágrafo primeiro. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do contrato**, informar nome, telefone, endereços

e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo terceiro. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** em hipótese alguma poderá transferir os serviços objeto deste CONTRATO a Terceiros.

Parágrafo quinto. Antes do início da prestação dos serviços será realizada reunião entre as partes, a ser convocada pela fiscalização, com o objetivo de discutir e uniformizar as providências necessárias ao cumprimento do fornecimento do serviço e das obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

1. **No momento da assinatura do contrato**, entregar **declaração expressa** de que cumpre as exigências das normas regulamentadoras emanadas pela **Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego,** e que manterá essa condição **durante toda a vigência do contrato firmado**.
2. Encaminhar à FISCALIZAÇÃO, **antes do início da execução dos serviços**, a **relação nominal de todos os empregados** designados para prestar serviços nas instalações da **CONTRATANTE**, junto com: a) Nome completo, função e cópia da carteira de identidade de cada funcionário; b) Cópia da Certidão de registro no CREA, do responsável técnico pelos serviços.

   2.1. A não apresentação dos dados especificados no item acima poderá inviabilizar o acesso ao local de execução dos serviços.

   2.2. A **CONTRATADA** deverá dar ciência prévia à FISCALIZAÇÃO de quaisquer alterações nas informações apresentadas, decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

3. Entregar, no prazo de **cinco dias úteis** contados da assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, a via destinada ao CONTRATANTE da(s) **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) em nome do responsável técnico pelos serviços,** devidamente registrada(s), nos termos da Lei nº 6.496/77.
4. Apresentar, **até 10 (dez) dias do início da execução dos serviços**, o **Plano de Manutenção, previamente aprovado pela Fiscalização da CONTRATANTE**, junto a respectiva **ART**
5. Desenvolver todas as suas obrigações estipuladas neste termo com esmero e perfeição, observando estreitamente suas especificações, as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação federal, estadual e municipal, se houver, e as últimas revisões das normas técnicas específicas, especialmente as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como outras normas correlatas, ainda que não explicitamente citadas neste documento.

   5.1. Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam a melhor técnica preconizada para os serviços.

6. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste Contrato.
7. Responsabilizar-se por todas as **licenças e taxas** necessárias à execução dos serviços, inclusive as taxas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/AM referentes à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) pelos serviços executados.
8. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as

dependências da **CONTRATANTE**.

9. **Manter o sistema auxiliar de energia (grupo gerador) em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento**, através de pessoal treinado e especializado, bem como a **conservar devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços**.
10. Executar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o fornecimento da Ordem de Serviço, a montagem do tanque externo, conforme item 8 da Cláusula Segunda.
11. Executar os serviços de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, eventuais necessidades de interrupção ou alteração no funcionamento dos equipamentos deverão ser previamente agendadas com a **CONTRATANTE**.
12. Fornecer mão de obra, equipamentos, peças e acessórios de reposição, ferramentas, materiais de consumo, andaimes e equipamentos de segurança, sempre que preciso, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, visando à prestação integral, tempestiva e adequada dos serviços.

    12.1 Em qualquer caso, **todas as despesas relativas à mão-de-obra e ferramental, serão integralmente cobertas pelo valor mensal** da manutenção preventiva e corretiva, **sem qualquer ônus adicional** para a **CONTRATANTE**.

13. Dar garantia total pelos serviços executados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, por um prazo **mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.
14. Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, transportar conforme determinado pela CONTRATANTE, às suas expensas, o objeto/serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas ou em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação emitida pela **CONTRATANTE**.

    14.1 Quando necessário realizar o serviço de retirada de diesel contaminado e ou submete-lo a filtragem por filtro de prensa para reutiização.

    14.2 Decorrido o prazo descrito no item acima sem o atendimento devido, fica a **CONTRATANTE** autorizada a **contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos**, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à **garantia** dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

15. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que executarão o objeto deste termo, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.
16. Manter **quadro de pessoal** competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com as etapas do serviço, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.
17. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à **segurança e medicina do trabalho**, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de **equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's** - adequados para cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.
18. Fornecer a seus empregados os **uniformes**, os quais deverão ser mantidos em bom estado e condições de higiene.

    18.1 Todos aqueles que prestarão serviços em nome da CONTRATADA, mesmo que temporariamente, deverão estar **uniformizados e identificados por meio de crachá, com fotografia recente**.

19. Responder pela **idoneidade moral e técnica** dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente **responsável**, em qualquer caso, **por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza**, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da

execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

19.1. A **CONTRATADA** ficará obrigada a concorrer para que seus empregados executem suas atividades com pontualidade, eficiência e conduta adequada, sendo requisitos necessários para a boa execução dos serviços: educação, cortesia, cordialidade, urbanidade, padrão moral, zelo e dedicação.

20. Afastar do local de serviços qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da **CONTRATANTE**, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a partir da notificação expedida pela **CONTRATANTE**.

21. Responsabilizar-se por todos os **encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias** que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

21.1 Além do pagamento dos salários e encargos sociais e trabalhistas, inclusive obrigações relativas a **acidentes de trabalho**, a CONTRATADA será responsável pelas despesas alusivas a **vales-alimentação e vales-transporte** destinados aos seus empregados, nas quantidades necessárias e suficientes a serem utilizados no decorrer do trabalho, conforme Convenção Coletiva e Termos Aditivos vigentes.

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto deste termo, **não** transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

22. Apresentar, durante toda a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

23. Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela **CONTRATANTE**, acatando as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados e obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

24. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, **por escrito**, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste termo, e apresentar justificativa escrita, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

24.1. Caso ocorra atraso por culpa da **CONTRATANTE**, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste termo sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

25.1. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

26. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato.

27. Entregar os documentos fiscais devidamente discriminados, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85**, e acompanhadas da certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, certidões de regularidade emitidas pelas Fazendas Federal (incluindo regularidade com a seguridade social), Estadual e Municipal e certidão de

regularidade emitida pela justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato, inclusive, para fins de pagamento.

28. Fazer constar nas **Notas Fiscais/Faturas** a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e o número do instrumento contratual correspondente.

29. Comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Parágrafo primeiro. Qualquer comunicação do **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do seu recebimento, submetendo-se a **CONTRATADA** às sanções e às penalidades cabíveis, caso tal determinação seja descumprida.

Parágrafo segundo. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste contrato implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo quarto. A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da **FISCALIZAÇÃO**, não exime a **CONTRATADA** de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, devendo esta corrigir falhas, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que tal fato represente ou importe em ônus para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratuais e editalícias.
2. Designar, e informar à **CONTRATADA**, representante(s) da **CONTRATANTE**, e seu(s) substituto(s), a ser(em) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mantendo tais dados atualizados.
3. Permitir o acesso dos técnicos da **CONTRATADA** ao grupo gerador, colaborando para a tomada de medidas necessárias a prestação de serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional.
4. Não permitir que pessoas não especializadas manuseiem, operem ou tentem executar reparos ou consertos nos grupos geradores, a fim de evitar possíveis avarias nos equipamentos.
5. Não permitir o uso de materiais obsoletos e alheios ao grupo gerador na área do grupo gerador, além daquele que diz respeito ao conjunto de equipamentos instalados.
6. Visar as Ordens de Serviço e Relatórios na ocasião das visitas dos técnicos da **CONTRATADA**.
7. Autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por lei ou determinações de autoridades competentes.
8. Autorizar a execução dos serviços ou substituição de peças extras que a assistência técnica entender necessárias ao eficiente funcionamento dos grupos geradores.
9. Permitir a retirada de qualquer componente dos grupos geradores somente mediante recibo em impresso próprio da assistência técnica, salvo se houver substituição de componentes no ato do serviço.
10. Cumprir rigorosamente a orientação técnica da assistência técnica.
11. Executar os serviços necessários para a segurança e o eficiente funcionamento dos grupos geradores alheios a especialidade da assistência técnica.

12. Acompanhar e fiscalizar periodicamente a execução dos serviços constantes deste contrato e do edital.
13. Designar fiscalização para o gerenciamento do contrato.
14. Promover o acompanhamento da execução do contrato, nos aspectos qualitativo e quantitativo, por meio da fiscalização.
15. Notificar a **CONTRATADA** acerca de falhas ocorridas na execução do contrato e/ou serviço, exigindo as medidas reparadoras estabelecidas neste termo e no edital.
16. Exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos materiais entregues ao Hospital.
17. Efetuar regularmente o pagamento da fatura apresentada, nos moldes estabelecidos no presente termo e cronograma estabelecido pela **CONTRATANTE**, a qual deverá estar devidamente acompanhada da documentação exigida no contrato.
18. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento de mútuo respeito e urbanidade, sem prejuízo da observância da legislação e normas regulamentadoras vigentes.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

O valor do presente contrato é de **R$ _____ (_____ reais)**, discriminado de acordo com a tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Qtde. (meses)	Preço Unit. (R$/mês)	Preço total (R$/ano)
01	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.	Serviço	12		
02	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.	Serviço	1		
03	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel.	Litro	3.552		
Preço total (R$)					

Parágrafo único. O valor fixado no *caput* compreende todas as despesas diretas e indiretas, com materiais, mão de obra, contribuições/impostos em cumprimento às leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, transporte, ferramentas, equipamentos, instalações, consumos, despesas de frete, ligações provisórias e definitivas com as concessionárias de serviços públicos e, seguros, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes, definidos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado, mensalmente, em até **30 (trinta) dias**, a contar da apresentação do documento fiscal pela **CONTRATADA,** devidamente atestado pela **FISCALIZAÇÃO.**

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **CONTRATANTE,** para o endereço eletrônico *protocolo@mpam.mp.br,* os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei.

b) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

c) Prova de inexistência de débito trabalhista.

d) Requerimento solicitando o pagamento, contendo informações sobre o número do contrato, número da nota de empenho, mês de referência ou parcela, valor do pagamento e conta para depósito;

e) Faturas/Notas Fiscais emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), as quais deverão ser atestadas pela Fiscalização.

f) Recibo.

Parágrafo segundo. A nota fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser apresentados no Setor de Protocolo da **CONTRATANTE**, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Manaus/AM ou enviados ao e-mail **protocolo@mpam.mp.br** e **deac@mpam.mp.br.**

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRANTATE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira:

a) os serviços não abrangidos pelo objeto contratual;

b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, e

c) pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo quarto. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo quinto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo sexto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, que deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sétimo. O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a **CONTRATADA** de promover o pagamento de impostos e contribuições nas datas regulamentares.

Parágrafo oitavo. O documento fiscal será devolvido à **CONTRATADA**, caso contenha erros ou em caso de circunstância que impeça a sua liquidação, ficando o pagamento pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobradas diretamente da empresa, amigáveis ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas no instrumento contratual e legislações em vigor.

Parágrafo décimo. As substituições das peças não cobertas pelo contrato, em razão de dano ou com baixo rendimento, serão executados pela **CONTRATADA** desde que os preços se mostrem vantajosos e condizentes com a realidade do mercado local, mediante autorização expressa do **CONTRATANTE** precedida de aprovação de relatório técnico com justificativa e do orçamento e, de empenho prévio do valor correspondente;

Parágrafo décimo primeiro. O relatório técnico a que se refere o parágrafo acima deverá conter, precipuamente, as seguintes informações:

I- Identificação do equipamento: número de série do equipamento (tombo de identificação utilizada pela PGJ-AM)/Local de instalação do equipamento (setores desta PGJ-AM);

II- Justificativa técnica descritiva assinada pelo responsável técnico;

III- Apresentação da proposta orçamentária para fornecimento das peças *(fundamentar com apresentação de pelo menos 3 (três) propostas obtidas através de pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo – em papel timbrado de cada empresa);*

III- Apresentação do prazo para a realização do serviço de substituição devidamente justificado.

Parágrafo décimo segundo. Para o pagamento do fornecimento de combustível levar-se-á em consideração:

I- Somente poderão ser considerados, para efeito de medição e pagamento, os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela Fiscalização.

II- A empresa, ao realizar o abastecimento, deverá dispor de bomba de combustível homologada pelo Inmetro, com contador de litros e fração de litros.

III- A cada abastecimento, o fiscal assinará a ordem de abastecimento no ato da entrega, ficando uma via com a empresa e outra com o fiscal.

IV- Os pagamentos das faturas emitidas referenteS ao combustível serão baseados nas ordens de abastecimento aprovadas pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato.

Parágrafo décimo terceiro. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = valor da parcela em atraso

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo décimo quarto. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d", da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte**: 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33903917 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a Nota de Empenho n.º _____, no valor de **R$ _____ (_____)**.

Parágrafo único. No exercício seguinte, o valor de **R$_____ (_____)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO:

Os preços inicialmente contratados dos serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do **IPCA/IBGE** acumulada nos últimos 12 meses, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

Parágrafo Primeiro. Para o direito ao reajuste será considerada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, da data a que o anterior estiver se referindo.

Parágrafo Segundo. Para a apuração do índice mencionado no *caput* e para a aplicação dos efeitos financeiros do reajuste, será considerada a data do pedido da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro. Os reajustes que a **CONTRATADA** fizer jus serão objeto de preclusão:

a) a cada anualidade da data-base mencionada no Parágrafo Primeiro desta cláusula; ou

b) com a assinatura da prorrogação contratual; ou

c) com o encerramento deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Parágrafo único. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato na impressa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor contratual, que corresponde à importância de **R$ _____(_____)**.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo oitavo. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou

autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhada do termo de recebimento definitivo.

Parágrafo nono. A garantia não será extinta, em caso de ocorrência de sinistro ou irregularidade, devidamente comunica à seguradora.

Parágrafo décimo. Será ainda exigida prestação de garantia adicional de valor igual à diferença entre o valor limite de exequibilidade obtido durante o certame e o valor da proposta vencedora, desde que este seja inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética calculada, nos termos do § 2º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo décimo primeiro. No caso de acréscimo no valor contratual, a licitante vencedora obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação no prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao disposto no subitem abaixo.

Parágrafo décimo segundo. As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa e/ou sem justificativa apresentada e aceita pela **CONTRATANTE**, não cumprir as obrigações descritas neste Termo ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, quando não houver cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.
2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela contratada, a ser descontada diretamente na fatura, para cada ocorrência classificada como descumprimento do prazo de atendimento estabelecido na Cláusula Quinta, ponto 1 (5 horas).
3. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo de atendimento do serviço, limitado-se a 48 (quarenta e oito) horas. O atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei.
4. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, a cada reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 5 (cinco) vezes na penalidade de advertência, será considerado descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei;
5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.
6. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO PARCIAL** do objeto contratado.
7. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO TOTAL** do objeto contratado.
8. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**
9. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

Parágrafo primeiro. Poderá ser aplicada sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimentos de contratar com a Administração, com base no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, por até 2 (dois) anos, por culpa ou dolo, no caso de inexecução parcial do objeto.

Parágrafo segundo. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

Parágrafo terceiro. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

Parágrafo quinto. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo sexto. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo sétimo. De acordo com o art. 88, da Lei n.º 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo oitavo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo nono. Para os fins da subcondição constante do item 6 do parágrafo anterior, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo décimo. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa,

com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo décimo primeiro. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo décimo segundo. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE:

As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de:

- sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir à obra;
- acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

Parágrafo segundo. Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro durante a realização dos serviços, de modo a atingir trabalhos a cargo da **CONTRATADA**, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do **CONTRATANTE**, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS:

O conceito de qualidade de atendimento será definido conforme a tabela seguir:

Conceito	Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)	Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias.
Ótimo	No prazo	0
Bom	Até 5 dias	2
Regular	Até 10 dias	4
Ruim	Acima de 10 Dias	6

Parágrafo primeiro. Os conceitos serão definidos tanto pela coluna "**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**", tanto pela coluna "**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias**", não sendo necessário que as duas ocorram ao mesmo tempo.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** submeter-se-á às sanções administrativas sintetizadas na tabela abaixo, caso não alcance níveis satisfatórios do **Acordo de Níveis de Serviço:**

CONCEITO	PENALIDADES
Ótimo	Isento
Bom	Advertência e multa conforme gravidade

Regular	Multa conforme gravidade
Ruim	Multa conforme gravidade, suspensão, declaração de idoneidade e Rescisão.

Parágrafo terceiro - Das Multas:

I- Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta (Tabela 1), as multas conforme Tabela 2:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	CRITÉRIO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.	Por ocorrência	4
3	Não entregar os serviços em conformidade com os critérios de recebimento estabelecidos neste Termo.	Por ocorrência e por serviço	4
4	Não utilizar materiais (peças, componentes e dispositivos) novos e originais e ou aprovados pela fiscalização.	Por ocorrência e por material	4
5	Recusar-se a executar a garantia determinado pelo CONTRATANTE, sem motivo justificado.	Por ocorrência	3
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento.	Por ocorrência	2
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência do CONTRATANTE.	Por ocorrência	2
Para os itens a seguir, deixar de:			
8	Entregar objeto de forma integral em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.	Por dia	4
9	Prover serviços de garantia, para os serviços durante o período de garantia;	Por serviço e por ocorrência	4
10	Descumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores.	Por ocorrência	3
11	Obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive, de responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes.	Por item, por ocorrência.	3
12	Cumprir as demais obrigações dentro do prazo contratual.	Por ocorrência e por período de atraso	2
13	Manter a documentação de habilitação atualizada.	Por item, por ocorrência	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,05% do valor do contrato
2	0,10% do valor do contrato
3	0,15% do valor do contrato
4	0,20% do valor do contrato

II- No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das

demais sanções previstas, será aplicada à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

III- As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

IV- Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

- assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
- ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
- execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo

a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS:

As Partes obrigam-se, sendo a **CONTRATANTE** controladora de dados e a **CONTRATADA** operadora, a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações sejam compartilhadas pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

- colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
- resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
- cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado, sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato se regerá por toda a legislação aplicável à espécie e, ainda, pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente termo, especialmente:

1. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
2. Lei n.º 10.520/02 – Institui o Pregão;
3. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
4. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
5. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseada na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 12/06/2023, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1066311** e o código CRC **7F084C2C**.

2022.001718 v64

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM -
www.mpam.mp.br

ANEXO III DO EDITAL

MODELO DE CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA

(TIMBRE DA EMPRESA)

Pelo presente instrumento, **C R E D E N C I A M O S** o(a) Sr.(a) ....., portador do documento de Identidade n.º ....., o(a) qual está habilitado a proceder à vistoria técnica e assinar o Atestado de Vistoria em nome da empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., conforme Seção 7 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global.

Manaus, AM, ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

ANEXO IV DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para cumprimento da Seção 7 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global, **DECLARAMOS** que a empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ....., optou por não vistoriar o local dos serviços.

DECLARAMOS, ainda, nos termos do Subitem 7.1.2.3 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, que quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos não serão considerados nem usados como possível juízo de valor a respeito afim de compensações futuras.

Manaus, AM, ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

ANEXO V DO EDITAL

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para cumprimento da Seção 7 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global, **ATESTAMOS** que a empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ....., compareceu ao local onde será executado o serviço e, acompanhado por representante deste Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomou conhecimento dos locais e instalações, tendo pleno conhecimento das especificações e condições para cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da licitação em questão.

Manaus, AM, ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

De acordo:

(Assinatura de representante da PGJ/AM)

ANEXO VI DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para cumprimento do Subitem 10.9.2 do Edital do Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global, a empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, para os devid
os fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

b) O documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

c) Cumpre plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6.2., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

d) Não possui em seu quadro de pessoal, não utilizará, nem manterá relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

e) A prestação dos serviços da proposta está sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;

f) Cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como apresentará documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;

g) Apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

h) Está ciente da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

i) Caso seja declarada vencedora da Licitação, declara possuir estrutura física mínima na cidade de MANAUS, para garantir a qualidade no atendimento à CONTRATANTE, em vista da natureza do objeto especificado, com autonomia para resolver as questões relacionadas à prestação dos serviços, para o atendimento das solicitações do Contratante, disponível nos casos em que for necessário atendimento em caráter excepcional;

j) Está ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, enviar os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento à CONTRATANTE no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

k) O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços; e que

l) Executará os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas e quantitativos fornecidos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e, caso seja vencedora da licitação, pelos preços e prazos apresentados.

Manaus, AM, ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

ANEXO VII DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para:
Comissão Permanente de Licitação — CPL
Ministério Público do Estado do Amazonas — MPE/AM
Manaus-AM

Prezados Senhores,

A empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ....., vem apresentar Proposta de Preços referente ao Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no Grupo Gerador.	Mês	12		
2	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.	Unidade	1		
3	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel.	Litro	3.552		
TOTAL ESTIMADO					

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa declara que:

a) Recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

b) O documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

c) Cumpre plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6.2., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

d) Não possui em seu quadro de pessoal, não utilizará, nem manterá relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

e) A prestação dos serviços da proposta está sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;

f) Cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como apresentará documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;

g) Apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

h) Está ciente da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

i) Caso seja declarada vencedora da Licitação, declara possuir estrutura física mínima na cidade de MANAUS, para garantir a qualidade no atendimento à CONTRATANTE, em vista da natureza do objeto especificado, com autonomia para resolver as questões relacionadas à prestação dos serviços, para o atendimento das solicitações do Contratante, disponível nos casos em que for necessário atendimento em caráter excepcional;

j) Está ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, enviar os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento à CONTRATANTE no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

k) O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços; e que

l) Executará os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas e quantitativos fornecidos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e, caso seja vencedora da licitação, pelos preços e prazos apresentados.

OBSERVAÇÕES

— A proposta tem prazo de **validade de 90 (noventa) dias**;

— O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**;

— A garantia da MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, será **de no mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços;

— **Dados Bancários:** (nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta corrente);

— **Contato para fins de faturamento:** *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);*

— **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

CNPJ ou CPF: _____

Manaus-AM, _____ de _____ de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

ANEXO VIII DO EDITAL

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO NA SEFAZ/AM

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para:
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Av. Coronel Teixeira, 7995 — Nova Esperança
CEP: 69037-473 — MANAUS/AM

Referente ao Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global.

A empresa ....., inscrita no CNPJ: ....., representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ..... **SOLICITA** os bons préstimos dessa Diretoria no sentido de realizar o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE / CADASTRAMENTO DE CREDORES, da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas — SEFAZ/AM.

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Nestes termos,

Pede deferimento.

..... (cidade/UF), ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

ANEXO IX DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(TIMBRE DA EMPRESA)

Para: Comissão Permanente de Licitação
Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça

Referente ao Pregão Eletrônico XXXX/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global.

DECLARAMOS, para efeito da Licitação em epígrafe, conforme disposto no Edital e seus anexos, que indicamos, de acordo com a Resolução n.º 213, de 29/06/73 e n.º 317, de 31/10/86, do CONFEA — Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e legislação correlata, o(s) seguinte(s) profissional (is) responsável (is) técnico(s), caso venhamos a vencer a referida Licitação:

1. **Responsável Técnico**

Nome:

Especialidade:

Número de registro no CREA/CAU

Assinatura:

2. **Responsável Técnico**

Nome:

Especialidade:

Número de registro no CREA/CAU

Assinatura:

DECLARAMOS, ainda, que todos os acima relacionados pertencem ao nosso quadro técnico de profissionais, com relacionamento junto à empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

Manaus, AM, ... de ..... de 2023.

(Carimbo da licitante e assinatura do representante legal)

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 16/06/2023, às 13:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1072288** e o código CRC **1D9C43C7**.

Licitação

Ambiente: PRODUÇÃO | **Visualizar Licitação** | 19/06/2023 12:39:36

Esta consulta reflete a licitação tal como o aviso foi divulgado.

Órgão: 93320 - ESTADO DO AMAZONAS

UASG Responsável: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	04028/2023	Tradicional	Eletrônico	Aberto/Fechado

Lei: Lei nº 10.520/2002

Nº do Processo: 2022.001718

Valor Total da Compra (R$)	Quant. Informada de Itens	Itens Incluídos	Itens Cancelados
73.752,83	1	1	0

☐ Obras ou Serviços de Engenharia

Objeto:

Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas - PGJ, pelo período de 12 meses.

Informações Gerais:

Recurso

Tipo de Recurso	Origem do Recurso	Outras Origens
Nacional		

Valor da Contrapartida (R$)	Nº do Contrato

Responsável pela Autorização da Compra

CPF do Responsável	Nome	Função
405.025.542-15	LILIAN MARIA PIRES STONE	Subprocuradora Geral de Justi

Divulgação do Aviso de Licitação

Data da Divulgação: 19/06/2023

CPF do Responsável	Nome	Função
634.231.462-49	MAURICIO ARAUJO MEDEIROS	Membro da Cpl

Disponibilidade do Edital

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 19/06/2023

Período da Disponibilidade do Edital: Das 08:00 às 17:59 e das às

Endereço

Logradouro	Bairro
Av. Coronel Teixeira, Nº 7995 - B. Nova Esperança	

Município/UF	DDD	Telefone	Ramal	Fax
2550 - Manaus/AM	55	36550743		

Entrega da Proposta

A partir da disponibilidade do Edital, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Abertura da Licitação

Em 30/06/2023 às 10:00 no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Informações Adicionais do Aviso de Licitação

Data/Hora da Disponibilização para Divulgação	CPF do Responsável pela Disponibilização para Divulgação
16/06/2023 às 15:09	634.231.462-49

Edital / Relação de Itens | Grupos | Itens | Nova Pesquisa de Licitações

Solução SERPRO

93320 - ESTADO DO AMAZONAS
925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04028/2023-000

1 - Itens da Licitação

1 - Manutenção gerador elétrico

Descrição Detalhada: contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses., conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e seus anexos.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 12

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 5,00

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (12)

Anexo [COMPRASNET] Relação de itens (1073407) SEI 2022.001718 / pg. 333

a) prorrogue-se o prazo de tramitação do presente inquérito civil, comunicando a
presente decisão ao Conselho Superior do Ministério Público;

b) desentranhe-se todos os documentos apresentados pela Prefeitura Municipal de
Humaitá/AM, pois estão fora de ordem e com centenas e centena de folhas
faltantes;

c) intime-se o Sr. José Cidenei Lobo do Nascimento, por meio de publicação no Diário
Oficial Eletrônico, para que remeta a cópia dos autos do Pregão Presencial n.
45/2018 – Processo Administrativo n. 2232/2018, com a informação de que sua
omissão (total ou parcial), recusa ou retardamento na prestação de informações
constitui crime inscrito no art. 10 da Lei n. 7.347/85;

c) oficie-se a Prefeitura Municipal de Humaitá/AM para requisitar a remessa
digitalizada da cópia dos autos do autos Pregão Presencial n. 45/2018 – Processo
Administrativo n. 2232/2018, na ordem numérica e sem que se tenha folhas
faltantes;

d) publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do
Amazonas.

Humaitá/AM, 15 de junho de 2023.

WESLEI MACHADO
Promotor de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2022.001718

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.

REGIME JURÍDICO: Lei Federal n.º 8.666 de 1993.

ABERTURA: 30/06/2023 às 10h. (horário de Brasília)
ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 19/06/2023.
LOCAL: no site https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 16 de junho de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 381/2022 DOMPE, 2495, de 23.11.22
Matrícula n.º 000.640-8A

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA N.º 8.002/2023-CPL/MP/PGJ

PROCESSO SEI N.º 2021.012182

OBJETO: Locação de imóvel regularizado para atender a necessidade de instalação da Promotoria de Justiça da Comarca de Maraã/AM, naquele município, com ambiente de trabalho adequado, bem dimensionado às suas atividades laborais, por um período de 12 (doze) meses.

REGIME JURÍDICO: Lei Federal n.º 8.666 de 1993.

TERMO DE REFERÊNCIA E RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Retirada através do endereço eletrônico:

https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/686-licitacoes/chamada-publica-em-andamento/16122-aviso-de-chamada-publica-n-8-001-2023-locacao-de-imovel-municipio-de-marraa-am

ENTREGA DAS PROPOSTAS: De 16 a 20/06/2022, via e-mail institucional licitacao@mpam.mp.br.

LOCAL: Edifício-sede, Avenida Coronel Teixeira n.º 7995, Nova Esperança, Manaus-AM

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 15 de junho de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 381/2022 DOMPE, 2495, de 23.11.22
Matrícula n.º 000.640-8A

ATOS DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 300/2023/DRH

O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 2023.002988,

RESOLVE:

I - TORNAR SEM EFEITO o teor disposto na Portaria 294/2023/DRH, de 13/06/2023;

II - DESIGNAR a estagiária de Nível Superior - Direito, SOPHIA SILVA SMITH, para exercer suas atribuições junto a(o) 18ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, a contar de 14/06/2023, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), 14 de junho de 2023

MARCUS ROBERTO LARANJEIRA DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva

Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Aguinelo Balbi Júnior
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação no DOMPE 2629 - Aviso de Licitação (1073367) SEI 2022.001718 / pg. 334

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus

3º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais

Rua Ferreira Pena nº 274, Centro- Fone: (92) 3308-7806/ 3308-8083
Emir Ferreira Chacur- Oficial Titular

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1085 Á 1088

FAÇO SABER, que pretendem casar-se e, para tanto apresentaram todos os documentos exigidos Artigo 1.525, do Código Civil Brasileiro, os nubentes: 01- SINDOMAR FERREIRA DOS SANTOS e GREICE DE ARAUJO PINHO,ELE, solteiro, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido a 11 de junho de 1969, residente em Manaus AM, filho de Manoel Freire dos Santos e de Sandra Ferreira de Oliveira. ELA, solteira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida a 4 de novembro de 1979, residente Cidade Nova - Manaus AM, filha de Maria Celina de Araújo Pinho.
02- LUIZ CARLOS GOMES DE SÁ e VALSINEA TORRES NUNES, ELE, solteiro, natural de Esperantinópolis, Estado do Maranhão, nascido a 25 de agosto de 1976, residente em Manaus AM, filho de Nelson Laranjeira de Sá e de Ducelina Maria da Conceição. ELA, solteira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida a 4 de maio de 1971, residente em Manaus AM, filha de Carlos Alberto Torres Nunes e de Lina Torres Nunes.
03- RÔMULO PACHECO REIS e SANAY LÚCIA DA COSTA CATUNDA MEDEIROS, ELE, solteiro, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido a 11 de dezembro de 1985, residente em Manaus AM, filho de Raimundo Nonato Reis e de Iara Maria Pacheco Reis. ELA, divorciada, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida a 9 de março de 1982, residente em Manaus AM, filha de Evandro Luis Catunda Medeiros e de Orieta da Costa Catunda Medeiros.
04- IVO JEANS PEREIRA DE ALMEIDA e VANESSA LIMA PEREIRA, ELE, solteiro, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido a 18 de junho de 1986, residente em Manaus AM, filho de João de Deus de Almeida e de Onelia Maria Pereira de Almeida. ELA, divorciada, natural de Santarém, Estado do Pará, nascida a 6 de julho de 1990, residente em Manaus AM, filha de Marcos Conceição Miranda Pereira e de Maria Telma Lima Pereira. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. (Conforme Art 44 do Provimento 134 de 2022 do CNJ).

Manaus/AM, 16 de junho de 2023.
Emir Ferreira Chacur- Oficial Titular

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus

8º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais

Av. Constantino Nery-3872 - B. Chapada-Manaus/AM
Cep: 69.050-001- Fone: (92)3642.1315

EDITAL DE PROCLAMAS

FAÇO SABER a todos; que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil Brasileiro, os contraentes;
1 - THIAGO DE SOUZA LAPA e JULIANA MORENO DE SOUZA, sendo o pretendente de nacionalidade brasileira, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Manaus-AM, filho(a) de Walter de Araújo Lapa e Elcy de Souza Lapa, e a pretendente, de nacionalidade brasileira, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Manaus-AM, filha(o) de Cesar Ciriaco Freitas de Souza e Andreza Passos Moreno de Souza.
2 - ALDENIR SANTOS BARAÚNA JÚNIOR e BRENDA PEDROZA DOS SANTOS, sendo o pretendente de nacionalidade brasileira, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Manaus-AM, filho(a) de Aldenir Santos Baraúna e Elizabeth Santos da Silva, e a pretendente, de nacionalidade brasileira, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Manaus-AM, filha(o) de Adelson Ribeiro dos Santos e Suellen Aparício Pedroza.
3 - ELIAS GOMES DA SILVA e JENNIFER CAMPOS SILVA, sendo o pretendente de nacionalidade brasileira, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Manaus-AM, filho(a) de Estevan Sales da Silva e Irlanda Gomes da Silva, e a pretendente, de nacionalidade brasileira, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Manaus-AM, filha(o) de James Reutmann de Souza Silva e Francilene Castro Campos.
4-JIMMY HE e LOYANNA DANNA DE OLIVEIRA DA SILVA, sendo o pretendente de nacionalidade americana, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Manaus-AM, filho(a) de De Xin He e Jin You Tam, e a pretendente, de nacionalidade brasileira, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Manaus-AM, filha(o) de Pedro Dias de Oliveira e Veraci Torres da Silva.
5 - EDENIR JESUS ROSAN JÚNIOR e ERIKA BIANCA ROCHA DOS SANTOS, sendo o pretendente de nacionalidade brasileira, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Manaus-AM, filho(a) de Edenir Jesus Rosan e Margaride Guilem Rosan, e a pretendente, de nacionalidade brasileira, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Manaus-AM, filha(o) de Jaime Mendes dos Santos e Maria do Perpetuo Socorro Rocha dos Santos.
6 - TIAGO RODRIGUES DE SOUZA e LUANA DE LIMA MENEZES, sendo o pretendente de nacionalidade brasileira, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Manaus-AM, filho(a) de Antonio Marcos de Souza e Zilma Rodrigues de Souza, e a pretendente, de nacionalidade brasileira, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Manaus-AM, filha(o) de Alecxander Menezes e Gabriela Assad de Lima.
7 - DAVISON DA COSTA MENDES e SIMONE ELLEN DOS SANTOS ADRIANO, sendo o pretendente de nacionalidade brasileira, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Manaus-AM, filho(a) de Diomar da Silva Mendes e Euderlene Lima da Costa, e a pretendente, de nacionalidade brasileira, divorciada, residente e domiciliada(o) no(a) Manaus-AM, filha(o) de José Roberto da Silva Adriano e Maria Lenice Lopes dos Santos.
8 - THIAGO DE JESUS BACHA e EDILMAR BEZERRA SILVA, sendo o pretendente de nacionalidade brasileira, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Manaus-AM, filho(a) de Luiz Carlos Bacha e Laura Oliveira de Jesus Bacha, e a pretendente, de nacionalidade brasileira, solteiro, residente e domiciliada(o) no(a) Manaus-AM, filha(o) de Ilmar Ferreira da Silva e Edivane Bezerra dos Santos Silva.
Se alguém souber de algum impedimento, que oponha-o na forma da lei.

Manaus, 16 de junho de 2023.
Daniele da Silva Sousa – Escrevente

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ

PROCESSO SEI N.º 2022.001718

OBJETO: *Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.*

REGIME JURÍDICO: Lei Federal n.º 8.666 de 1993.

ABERTURA: 30/06/2023 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 19/06/2023.

LOCAL: no site https://www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones **(92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.**

Manaus, 16 de junho de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 381/2022 DOMPE, 2495, de 23.11.22
Matrícula n.º 000.640-8A

ECOMANAUS AMBIENTAL S/A

CNPJ: 18.865.094/0001-27 NIRE: 13300007605

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA "ECOMANAUS AMBIENTAL S/A", LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO.

DATA: 27/04/2023. **LOCAL E HORA:** Sede Social, localizada à Rodovia BR 174, Km 13, Ramal Itauba, Manaus – AM – CEP: 69000-000, às 16:00 (dezesseis) horas. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme assinaturas apostas no livro "Presença de Acionistas". **CONVOCAÇÃO:** Convocados por carta convite, conforme documento arquivado na Companhia com o "ciente" de todos os acionistas, em conformidade com o Parágrafo 4º do artigo 124, da Lei 6.404/76. **MESA:** Hugo Nery dos Santos, Presidente, e José Erivaldo Arraes, Secretário. **ORDEM DO DIA: I - Assembleia Geral Ordinária: a)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022; e **b)** Apreciação do resultado do exercício findo. **II - Assembleia Geral Extraordinária**: **a)** Aumento do capital social da Companhia; e **b)** Reforma do Estatuto Social da Companhia, com a consequente alteração do seu Artigo 6º. **DOCUMENTOS SUBMETIDOS À ASSEMBLEIA: a)** Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022, que deixaram de ser publicados por se enquadrarem ao que determina o Artigo 294, Item II da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** Foram aprovadas, por unanimidade da totalidade dos acionistas com e sem direito a voto, as seguintes deliberações, abstendo-se de votar os legalmente impedidos: **I –** Aprovação, sem restrições, do Balanço Patrimonial da Companhia, encerrado em 31/12/2022, bem como suas demonstrações financeiras, que não apresentaram lucro a destinar. **DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** Foram aprovadas, por unanimidade da totalidade dos acionistas com e sem direito a voto, as seguintes deliberações, abstendo-se de votar os legalmente impedidos: **I –** Aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), mediante a emissão de 2.000.000 (dois milhões) ações, sendo 1.000.000 (um milhão) ações Ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto, ao preço de R$ 1,00 (um real) cada uma e 1.000.000 (um milhão) ações preferencias, sem valor nominal e sem direito a voto, ao preço de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas neste ato pelo Acionista indicado no Boletim de Subscrição anexo, através de crédito em conta realizado pelos Acionistas indicados no Boletim de Subscrição anexo; **II –** Reforma do Estatuto Social em função das deliberações acima aprovadas, com a consequente alteração do Artigo 6º, que passará a ter a seguinte redação: "**Artigo 6º**. O capital social é de R$ 5.701.576,00 (cinco milhões, setecentos e um mil, quinhentos e setenta e seis reais), dividido em 5.701.576 (cinco milhões, setecentas e uma mil e quinhentas e setenta e seis) ações, sendo 2.850.788 (dois milhões, oitocentas e cinquenta mil e setecentas e oitenta e oito) ações ordinárias e 2.850.788 (dois milhões, oitocentas e cinquenta mil e setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais todas nominativas e sem valor nominal." **PARECER DO CONSELHO FISCAL**: Não há Conselho Fiscal permanente nem foi instalado no presente exercício. **DISSIDÊNCIAS**: Não houve dissidências, protestos, propostas ou declaração de votos de acionistas. **POSIÇÃO DO CAPITAL**: Com as alterações ora aprovadas, o Capital Social Subscrito e Realizado de R$ 5.701.576,00 (cinco milhões, setecentos e um mil, quinhentos e setenta e seis reais), passará a ter a seguinte composição:

ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÕES	CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	QUANTIDADE DE AÇÕES
Ordinárias	R$ 2.850.788,00	2.850.788
Preferenciais	R$ 2.850.788,00	2.850.788
TOTAL	R$ 5.701.576,00	5.701.576

ASSINATURA: Marquise Serviços Ambientais S/A, por Hugo Nery dos Santos e Carlos André Bastos Lopes. **ESTÁ CONFORME O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO. José Erivaldo Arraes - Secretário.** Ata registrada na Junta Comercial do Estado do Amazonas em 05.06.2023, sob o nº 1350419, assinada por Eylan Manoel da Silva Lins – Secretário-Geral.

ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 15.809.346/0001-02. NIRE nº 13200158091. Estão convocados os Senhores Sócios Quotistas para participarem da Reunião de Sócios Quotistas, a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 28 de junho de 2023, às 10h00 (dez horas), de forma digital, para: **1.** Analisar e votar sobre as contas da administração da sociedade, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, na forma prevista da Cláusula Nona do Contrato Social e na Lei Federal nº 10.406/2002. **2.** Ratificar medidas da administração sobre a reestruturação do Grupo e pedido de recuperação judicial. **Instruções gerais: 1.** A reunião será realizada pelo sistema eletrônico de videoconferência "Google Meet", mediante acesso ao link a ser obtido pelos Sócios Quotistas que desejarem participar da reunião digital, através de prévia solicitação pelo e-mail: divac@nassau.com.br. **2.** As Reuniões de sócios quotistas realizadas de forma digital serão consideradas como realizadas na Sede da sociedade, conforme previsto na Seção III do Anexo IV da Instrução Normativa DREI nº 81, de 1º de julho de 2020. **Esclarecimentos: 1.** Encontram-se à disposição dos Sócios Quotistas na sede da Sociedade, no site da Central de Balanços - desde 31 de março de 2023 - (https://www.gov.br/centraldebalancos) e por solicitação ao e-mail: divac@nassau.com.br, as cópias dos documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital; **2.** O Sócio Quotista que desejar se fazer presente por meio de Boletim de Voto à Distância, deverá solicitá-lo pelo e-mail: divac@nassau.com.br, com devolução à Sociedade, pelo mesmo endereço eletrônico, até o dia 23 de junho de 2023, conforme Seção III do Anexo IV da Instrução Normativa DREI nº 81, de 1º de julho de 2020. **3.** Os Sócios Quotistas que desejarem participar da Reunião deverão apresentar documento de identidade e, os que se fizerem representar por outro sócio ou por advogado, o instrumento de outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, nos termos do §1º do art. 1.074 da Lei Federal nº 10.406/2002, além do documento de identidade. Manaus/AM, 17 de junho de 2023. Paulo Narcélio Simões Amaral e Guilherme Cavalcanti Rocha Leitão - Administradores.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 29 de Junho de 2023 a partir das 09h00
2º Público Leilão: 06 de Julho de 2023 a partir das 14h30

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 951, com escritório à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - Condomínio Thera Office - Cjs 401 e 414 - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA,** inscrita no CNPJ sob n° 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do contrato de empréstimo e pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de crédito imobiliário - CCI, nº 70008099-6, datado em 15/03/2022, o seguinte imóvel em lote único: Apartamento nº 204, tipo II, do 2º pavimento, do Conjunto Residencial Rio Javari, situado a Avenida Desembargador João Machado, quinto distrito imobiliário desta cidade de Manaus/AM, construído em alvenaria, pedras, tijolos e concreto, com a cobertura em laje, e os seguintes compartimentos: estar social, cozinha, circulação, dormitório, área de serviço e um (01) W.C. com banho, com área construída de 45,38m². Possui: o imóvel instalação de esgoto, constando de fossa e sumidouro, com a área útil de 45,00m², área de uso comum de 5,38m² e fração ideal de 0,00300m². Matrícula nº 3.768 do 5º Cartório do Oficio do Registro de Imóveis de Manaus/AM. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob n° 1.39.0436.3.1693.0024.0. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 175.354,90 (cento e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos). 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 117.358,40 (cento e dezessete mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos.** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Ficam os **Devedores/Fiduciantes Fabio Bruno Gama Dos Santos,** RG nº 16842987-SSP/AM, inscrito no CPF sob nº 845.495.642-53 e **Suziele Ribeiro Dos Santos,** RG nº 2132911-7-SSP/AM, inscrito no CPF sob nº 001.942.962-29, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105 - Condomínio Thera Office - Cjs 401 e 414 - CEP: 04571-010.

Cooperativa de Consumo, Serviços e Infraestrutura de Energias Renováveis dos Policiais Militares e Civis em Geral Ltda – **MILICOOP LTDA.**

Alameda São Domingo, 1019.
Raiz – Manaus – AM.
CEP: 69.068-610

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

O Presidente da **COOPERATIVA DE CONSUMO, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS DOS POLICIAIS MILITARES E CIVIS EM GERAL LTDA.**, de acordo com a legislação vigente e no uso das atribuições que lhe confere o Art. 25 do Estatuto Social, convoca os Senhores Cooperados, que nesta data somam 73 (setenta e três), para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que será realizada no dia **27 de junho de 2023**, na sede da Cooperativa, sito à Alameda São Domingos, nº 1019, Raiz, CEP: 69.068-610, Manaus-AM, às 08:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; em segunda convocação às 09:00 horas, com a presença de metade dos associados mais um, e em terceira convocação às 10:00 horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. Aprovação ou não das alterações estatutárias propostas pelo Conselho de Administração da Cooperativa, onde será alterado seu objeto social, a fim de consolidar a nova visão dos novos membros, que serão os motoristas e motociclistas autônomos, preferencialmente, de aplicativos e passageiros do sistema de mobilidade urbana;
2. Aprovação do novo do nome sugerido: **COOPERATIVA DE MOBILIDADE URBANA DOS CIVIS E MILITARES DO AMAZONAS,** que pode ser alterado pela plenária na AGE;
3. Aprovação do novo nome de fantasia que será escolhido durante a AGE;
4. Eleição para os cargos que estão em vacância nos Conselhos de Administração e Fiscal e para o cargo de Vice-presidente, que está sendo criado a partir das alterações estatutárias propostas, se aprovadas;
5. Convalidação da mudança do endereço da Cooperativa, que desde 15 de abril de 2015 está instalada no espaço onde funcionava a antiga 7ª CICOM, na Alameda São Domingo, 1019, Raiz, CEP: 69.068-610, Manaus – AM, por determinação do então Comandante-Geral da PMAM – CEL GILBERTO GOUVÊA.
6. Para efeito de quórum, declara-se que o número de associados, nesta data, é de 73 sócios – cooperados.

Manaus, 16 de junho de 2023.

Lindomar Gonçalves de Vasconcelos
Diretor Presidente

WEG AMAZÔNIA S.A. - CNPJ sob nº 06.303.603/0001-49

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA, HORA, LOCAL: 19/04/2023, 13h00, na sede social da Companhia, no endereço em epígrafe. PRESENÇAS: Acionistas representando 100% do capital social, conforme assinaturas. MESA: Presidente: Décio da Silva. Secretário: Edenilson Schneider. PUBLICAÇÕES: Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, publicadas em 10/03/2023 no "Jornal do Comércio", na folha B3 da versão impressa, e nas folhas B3 e B4 da versão digital, disponível para verificação em https://digital.maven.com.br/pub/jcam/index3/?numero=43750&edicao=127565#page/3. ORDEM DO DIA: Aprovação de: 1. Demonstrações Financeiras e contas dos Administradores; 2. Destinação do lucro do exercício, ratificação e homologação de deliberações; 3. Aumento de capital. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem ressalvas, decidiram os senhores acionistas: MATÉRIA ORDINÁRIA: 1. Aprovar as Demonstrações Financeiras, Relatório da Auditoria Externa, contas e atos praticados pelos Administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. 2. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício, colocado à disposição dos Sócios, no montante de R$ 17.138.369,23, mais (a) R$ 131.404,33 relativo à realização da Reserva de Reavaliação – Custo Atribuído; menos (b) R$ 3.423.943,53 relativo à Reserva para Incentivos Fiscais; conforme proposto pela Administração, sendo: (a) R$ 685.721,28 para reserva legal; (b) R$ 10.000.000,00 para Dividendos, já distribuídos, conforme deliberações de que trata o item seguinte; e (c) R$ 3.160.108,75 para Reserva de Orçamento de Capital. Com esta destinação, estão ratificadas e homologadas todas as deliberações sobre distribuição de Dividendos, realizadas pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício 2022. MATÉRIA EXTRAORDINÁRIA: 1. Aprovar o aumento do capital social da Sociedade, de: R$ 22.800.000,00 (vinte e dois milhões e oitocentos mil reais), dividido em 12.547.615 (doze milhões quinhentos e quarenta e sete mil seiscentas e quinze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, para: R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), sem aumento do número de ações, mediante a capitalização das reservas de lucros da Sociedade, sendo (i) R$ 6.144.729,33 (seis milhões cento e quarenta e quatro mil setecentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos) advindo da Reserva Legal, e (ii) R$ 6.055.270,67 (seis milhões e cinquenta e cinco mil e duzentos e setenta reais e sessenta e sete centavos) advindo da Reserva de Orçamento de Capital. Deste modo, o caput do art. 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), dividido em 12.547.615 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." 2. Permanecem inalterados os demais dispositivos do Estatuto Social não mencionados anteriormente. 3. Os Diretores e/ou procuradores constituídos nos termos do Estatuto, estão autorizados a tomarem todas as providências necessárias ao registro desta ata perante os órgãos necessários. 4. Por fim, foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão facultativa das assinaturas dos Acionistas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que tida por conforme, foi por todos assinada. Manaus – AM, 19 de abril de 2023. Assinaturas: Décio da Silva. Presidente. Edenilson Schneider. Secretário. Sócias: WEG S.A. Por André Luis Rodrigues - Diretor Adm. e Financeiro; e, Juliano Saldanha Vargas – Diretor. WEG Equipamentos Elétricos S.A. Por André Luis Rodrigues - Diretor Adm. e Financeiro; e Juliano Saldanha Vargas - Diretor. Cópia fiel da ata lavrada nas folhas 65 e 66 do Livro de Atas das Assembleias Gerais nº 01 (registrado na JUCEA sob nº 04/003497-6 em 21.07.2004). Registrado na JUCEA em 22/05/2023 sob nº 1344034.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS

Av. Epaminondas, nº 733, Centro, Manaus, Amazonas, CEP: 69.010-090
Telefone: (92) 3342-2301 - E-mail: 1rcpnmanaus@gmail.com
DAIANA FLORES
Oficial

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artº 1525 do Código Civil Brasileiro:

MAX MARQUES DE SOUZA e MÔNICA ARAÚJO DOS SANTOS, sendo o pretendente, solteiro, residente e domiciliada em Manaus, filho de Raimundo Agostinho de Souza e de Valderly Marques de Souza, e a pretendente, solteira, residente e domiciliada em Manaus, filha de Marinaldo Pacífico dos Santos e de Maria Evena de Araújo Pontes;

LUCIANO RODRIGUES MENDES DE SIQUEIRA e LORENA HOLANDA DE SOUZA, sendo o pretendente, solteiro, residente e domiciliada em Manaus, filho de Geraldo Laercio de Siqueira e de Edna Maria Rodrigues da Conceição, e a pretendente, divorciada, residente e domiciliada em Manaus, filha de Josué Cláudio de Souza Filho e de Raimunda Holanda de Souza;

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

MARIA EDUARDA DOS SANTOS FERREIRA:03659448230 Assinado de forma digital por MARIA EDUARDA DOS SANTOS FERREIRA:03659448230 Dados: 2023.06.09 16:39:14 -04'00'

Maria Eduarda dos Santos Ferreira
Escrevente

VIDEOLAR-INNOVA S/A

CNPJ nº 04.229.761/0001-70 - NIRE 13 3 0001032-1

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 06/06/2023

Realizada em 06/06/2023, às 10h, em sua sede social. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Lirio Albino Parisotto, Secretária: Daniele Amaro Medeiros da Fonseca. **Deliberações:** Os Acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem qualquer restrição, aprovaram a distribuição e pagamento de dividendos intermediários, a serem distribuídos à conta das reservas de lucros do exercício findo em 31/12/2022, no montante de R$ 100.000.000,00, correspondendo a R$ 64,5278 por ação. Terão direito ao recebimento do valor correspondente aos dividendos ora aprovados, todos os detentores de ações da Companhia nesta data. O pagamento dos dividendos intermediários, será realizado até 31/07/2023, sem qualquer atualização monetária, encargo ou outra remuneração. Manaus, 06/06/2023. Lirio Albino Parisotto - Presidente da Mesa; Daniele Amaro Medeiros da Fonseca - Secretária. **Junta Comercial do Estado do Amazonas -** Certifico registro sob o nº 1352442 em 12/06/2023 e protocolo 230363792 - 12/06/2023. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário Geral.

JCAM.COM.BR
NOTÍCIAS ARTIGOS COLUNAS ESPECIAIS PODCAST VÍDEOS ACERVO

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal do Comercio LTDA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D2A7-4B18-EE2D-6BB4.

EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180

Assinado de forma digital por EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180
Dados: 2023.06.16 18:58:09 -04'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 285.2023.CPL.1073418.2022.001718

A Sua Excelência a Senhora
Doutora **LÍLIAN MARIA PIRES STONE**
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Designação de Pregoeiro, suplente e equipe de apoio - PE 4.028/2023-CPL/MP/PGJ.

Exma. Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça,

Honra-me cumprimentá-la com o presente e, à oportunidade, solicitamos a designação dos servidores abaixo mencionados como Pregoeiro e suplente de Pregoeiro, bem como dos demais membros (titulares e/ou suplentes) desta Comissão Permanente de Licitação que integrarão a equipe de apoio do respectivo certame, conforme elenco a seguir:

Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ (manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador)

Data: 30/06/2023.

Horário: 10h. (Horário Brasília)

— MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS – Pregoeiro.

Equipe de Apoio:

— SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES (Suplente de Pregoeiro);

— FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA; e

— YURI FECHINE RAMOS.

Respeitosamente,

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022 - DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

Matrícula n.º 000.640-8A

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 19/06/2023, às 13:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1073418** e o código CRC **107E320C**.

DESPACHO Nº 1819.2023.SUBADM.1076140.2022.001718

Trata-se de expediente subscrito pelo Sr. Cleiton da Silva Alves, Presidente da CPL-MPAM, em que solicita a designação de Pregoeiro, Suplente e Equipe de Apoio do PE 4.028/2023-CPL/MP/PGJ, conforme abaixo.

> Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ (manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador)
> Data: 30/06/2023.
> Horário: 10h. (Horário Brasília)
> MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS – Pregoeiro.
> Equipe de Apoio:
> SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES (Suplente de Pregoeiro);
> FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA; e
> YURI FECHINE RAMOS.

É o breve relatório. Decido.

À Secretaria da SUBADM, para confecção da minuta de portaria consectária, nos termos do Ofício 1073418, e demais providências cabíveis.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 21 de junho de 2023.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 22/06/2023, às 09:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1076140** e o código CRC **CBF6A5C8**.

PORTARIA N° 647/2023/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2022.001718 – SEI,

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 389/2007, datado de 26.11.2007, que regulamenta a utilização da modalidade Pregão no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS**, Agente de Apoio – Administrativo, como Pregoeiro do **Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ (manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador)** e, para auxiliá-lo, bem como substituí-lo em seus impedimentos ou afastamentos, a servidora **SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES** , Agente de Apoio – Administrativo;

II – DESIGNAR os servidores **FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA** e **YURI FECHINE RAMOS**, ambos Agentes de Apoio – Administrativo, membros da Comissão Permanente de Licitação desta Instituição, para compor a Equipe de Apoio do referido Pregão.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS , em Manaus/AM, 21 de junho de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 22/06/2023, às 09:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1076156** e o código CRC **894140FB**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 687.2023.SUBADM.1076904.2022.001718

Certifico, para todos os fins, que o documento 1076156 foi inserido, nesta data, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, seguindo para publicação conforme fila do referido sistema eletrônico.

Manaus-AM, data da assinatura eletrônica.

Wilson Ribeiro Junior

Agente de Apoio - Administrativo da SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Ribeiro Júnior**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 22/06/2023, às 09:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1076904** e o código CRC **923EB3E3**.

Esclarecimento PREGÂO 4028/2023-CPL/MP/PGJ

Guglielmo Lopes <nagtec1997@gmail.com>
Seg, 26/06/2023 10:56

Para:Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>

1 anexos (84 KB)
Tanques Diesel Grupo Gerador.jpg;

Caros Srs. solicitamos esclarecimentos em dúvida do item 2. DETALHAMENTO DO OBJETO, subitem 2.7 **" Instalação de tanque externo reserva de 500l para aumentar a autonomia do grupo gerador"** .do ANEXO I do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718 do Pregão 4028/2023-CPL/MP/PGJ.
Pergunta: O subitem indica que seja instalado o tanque, mas não indica quem irá fornecer o tanque, e mais, que material será fabricado o tanque (aluminio, aço carbono, aço inox, PVC, etc.) que estrutura irá suportar o tanque, se irá ficar no nivel do solo ou aéreo. Favor acusar recebimento.

Anexo. Modelos de tanques

Atenciosamente

Marconi Lopes
Cpf 099670362-49
Nagtec Ltda

Documento(s) Imagem Tanques Diesel - NAGTEC (1080241) SEI 2022.001718 / pg. 343



TANQUE DE DIESEL
ALUMINIO OU INOX



TANQUE DE DIESEL
AÇO CARBONO PINTADO



TANQUE DE DIESEL
EM PVC

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 292.2023.CPL.1079161.2022.001718

Ao Senhor,
Paulo Augusto de Oliveira Lopes
Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Pedido de Esclarecimento aos termos do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO 4020/2023-CPL/MP/PGJ**

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, no interesse do do PI 2022.001718, alusivo ao **PREGÃO ELETRÔNICO 4028/2023-CPL/MP/PGJ** (doc. nº 1072288), que tem por objeto a *Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses***,** chegou neste Comitê o pedido de esclarecimento aviado pelo senhor **Guglielmo Lopes**, representando a empresa **NAGTEC LTDA.** (doc. nº 1079186).

Considerando que a pergunta recaí sobre especificação técnica do objeto, solicitamos a diligente ação desta Divisão de Engenharia no sentido de prestar as informações suficientes a questão encaminhada.

Por oportuno, informamos que a abertura da sessão está agendada para o dia **30/06/2023, às 9h**, não obstante, o prazo para resposta ao presente pedido de esclarecimeto é o dia **28/06/2023**.

Atenciosamente,

Manaus, na *data da assinatura eletrôncia.*

Maurício Araújo Medeiros
Membro da Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado eletronicamente por **Maurício Araújo Medeiros**, **Secretário(a) da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 26/06/2023, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1079161** e o código CRC **0563F9CE**.

MEMORANDO Nº 239.2023.DEAC.1080684.2022.001718

Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PGJ/AM

Assunto: Esclarecimentos sobre o objeto da licitação.

Senhor Presidente,

Cumprimento-a com o presente e, à oportunidade, encaminho os esclarecimentos para os questionamentos realizados pela empresa NAGTEC Ltda.

Questionamentos

1. "*O subitem indica que seja instalado o tanque, mas não indica quem irá fornecer o tanque"*

R - A empresa contratada deverá fornecer e instalar o tanque reserva de 500 litros e os acessórios necessários para o perfeito funcionamento.

2. "*que material será fabricado o tanque (aluminio, aço carbono, aço inox, PVC, etc.)*"

R - O tanque a ser fornecido e instalado pela empresa contratada deverá ser em Polietileno Linear de Média Densidade (PELMD).

3. "*que estrutura irá suportar o tanque, se irá ficar no nivel do solo ou aéreo"*

R - O tanque será instalado sobre a mesma base de concreto armado que dá suporte ao equipamento mecânico (grupo gerador).

Respeitosamente,

Henrique Mendes da Rocha Lopes

Ag. Técnico - Engenheiro Civil

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Mendes da Rocha Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 27/06/2023, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1080684** e o código CRC **F1437997**.

DECISÃO Nº 32.2023.CPL.1081767.2022.001718

PROCESSO SEI N.º 2023.001548

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO APRESENTADO PELO SENHOR **MARCONI LOPES**, REPRESENTANDO A EMPRESA NAGTEC LTDA., EM 26 DE JUNHO DE 2023. PRESSUPOSTOS LEGAIS: LEGITIMIDADE E INTERESSE DE AGIR, A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO E FUNDAMENTAÇÃO E TEMPESTIVIDADE, ATENDIDOS. APRECIAÇÃO E REPUTAR ESCLARECIDAS. MANTER A DATA DO CERTAME.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos objeto da peça dirigida, esta **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,** com fundamento no artigo 13, § 1.º do ATO PGJ N.º 389/2007, decide:

a) **Conhecer** do **pedido de esclarecimento** suscitado pelo Sr**. MARCONI LOPES**, CPF 099.670.362-49, representante da empresa NAGTEC LTDA., aos termos do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO 4028/2023-CPL/MP/PGJ** (doc. nº 1072288), pelo qual o *Parquet* Amazonense busca a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, posto que **tempestivo**.

b) **No mérito, reputar esclarecidas** as objeções, conforme discorrido na presente peça;

c) **Manter o edital e a data de realização do certame**, uma vez que não houve nenhuma alteração do objeto, em consonância com o art. 21, § 4º da Lei n.° 8.666/93.

2. DO RELATÓRIO

2.1. DAS RAZÕES DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

Chegou ao e-mail institucional desta Comissão Permanente de Licitação, em 26 de junho de 2023, às 10h.56min., o pedido de esclarecimento interposto aos termos do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO 4028/2023-CPL/MP/PGJ** (doc. nº 1072288) pelo Sr**. MARCONI LOPES (docs. 1079186 e 1080241)**, representante da empresa NAGTEC LTDA., questionando disposição específica do

instrumento convocatório, conforme transcrição abaixo:

> Caros Srs. solicitamos esclarecimentos em dúvida do item 2. DETALHAMENTO DO OBJETO, subitem 2.7 "
>
> Instalação de tanque externo reserva de 500l para aumentar a autonomia do grupo gerador" .do ANEXO I do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718 do Pregão 4028/2023-CPL/MP/PGJ.
>
> Pergunta: O subitem indica que seja instalado o tanque, mas não indica quem irá fornecer o tanque, e mais, que material será fabricado o tanque (aluminio, aço carbono, aço inox, PVC, etc.) que estrutura irá suportar o tanque, se irá ficar no nivel do solo ou aéreo. Favor acusar recebimento.
>
> Anexo. Modelos de tanques
>
> Atenciosamente
>
> Marconi Lopes
> Cpf 099670362-49
> Nagtec Ltda

Passo à análise dos pressupostos legais e à exposição das razões de decidir.

3. DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS

Ab initio, é necessário observar se o interessado atende às exigências emanadas do repositório legal das licitações públicas, particularmente, aquelas decorrentes do texto dos §§ 1º e 2º, do art. 41, da Lei n.º 8.666/93 c/c o art. 13 do ATO PGJ n.º 389/2007.

Rezam esses dispositivos que qualquer cidadão e/ou pretenso licitante é parte legítima para impugnar edital de licitação, desde que o façam, respectivamente, **até o quinto e segundo dia útil** anterior à data fixada para a realização da sessão inaugural do certame.

Dessa regra se desdobram alguns requisitos que devem ser adimplidos quando de eventual oposição dirigida ao órgão público licitante, são eles: legitimidade, interesse, a existência de um ato administrativo, fundamentação e tempestividade.

O primeiro desses pressupostos dispensa maiores comentários ante a clarividência da norma mencionada alhures, isto é, *qualquer cidadão é parte legítima.*

Obviamente, o segundo requisito apontado decorre dessa acepção de legitimidade, pois mesmo que não se trate de pretenso licitante com interesse concreto e pontualmente direcionado às regras do cotejo, o interesse da parte legitimada pela regra sobredita pode estar revestido do mero e simples anseio de se satisfazer com o cumprimento estrito da lei.

Na verdade, cremos que a intenção do legislador foi justamente a de conferir ao procedimento licitatório o mais amplo, acessível e rigoroso sistema de fiscalização.

O terceiro ponto a ser observado decorre certamente da consequência lógica do instituto ora em estudo. É dizer, só se pode questionar, esclarecer ou impugnar algo que existe. *In casu,* um ato administrativo instrumentalizado sob a forma de um documento público.

Consequentemente, eventual objeção a um ato administrativo deve trazer consigo suas razões fundamentais específicas, mesmo que simplesmente baseada em fatos, de forma a evitar que a oposição seja genérica, vaga e imprecisa. A peça em análise preencheu, também, esse requisito ao indagar pontualmente o entendimento de determinadas regras do edital.

Por derradeiro, há o pressuposto que condiciona o exercício dessa faculdade a determinado lapso temporal, de forma que, ultrapassado o limite de tempo em que se poderia interpor os questionamentos reputados necessários, deixa de existir o direito conferido pela Lei àquela particular situação.

No caso corrente, a peça em liça partiu de pretenso licitante e, por isso, o juízo de admissibilidade deve lastrear-se nas disposições do § 2º, art. 41 da Lei Licitatória.

Com termos semelhantes dispõem, também, os subitens 24.1. e seguintes do Edital, estipulando que:

> 24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 26/06/2023, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, **às 14 horas (horário local) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).
>
> 24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

Faz-se mister, contudo, elucidar os critérios utilizados na contagem dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório, valendo-se, para tanto, de lição do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes[1], cujo excerto segue abaixo:

> A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta"[2]. Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação:
>
> O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos. (...)
>
> Caso a impugnação seja oferecida fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração.

Na mesma tônica, vejamos trecho do julgado exarado pelo Corte de Justiça do Estado do Acre em Agravo de Instrumento:

> (...) Em hipóteses como a da espécie em tela, a forma de contagem obedece à regra geral constante do CPC, segundo a qual exclui-se do cômputo o dia do início e inclui-se o do vencimento (art. 184, caput). O

> traço distintivo, porém, reside no fato de que durante o período de transcurso do prazo é proibida a prática do ato. (...) o prazo referido nos dispositivos legais em destaque é chamado de regressivo, ou inverso. Isso porque a respectiva contagem se dá para trás com a finalidade de impor um limite temporal na prática do ato que não seja dentro do período proibido. (...) No caso vertente, a abertura da sessão pública do Pregão Presencial nº 088/2008 foi aprazada para o dia 18 de dezembro de 2008, quinta-feira. Sendo assim, contando o prazo regressivamente a partir do dia 17, o último dia para impugnação do ato convocatório em questão seria o dia 15 de dezembro de 2008, isto porque o dia 16 de dezembro de 2008 foi o último dia proibido para a prática do ato. (TJ/AC, AI nº 2009.0000052,Rel. Des. Adair Longuini, j. em 12.05.2009.).

Vê-se, portanto, que, a partir de uma interpretação finalística do dispositivo legal ao norte especificado, a intenção do legislador foi justamente a de disponibilizar à Administração um tempo mínimo suficiente para a apreciação de eventuais recursos, neles inclusos impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, sendo assinalado para cada uma das hipóteses normativas prazos razoáveis para a tomada de decisões.

À luz dessas considerações, conforme já se disse alhures, a interessada interpôs sua solicitação aos 26/06/2023, às 10h.56min. Portanto, a peça trazida a esta CPL é **TEMPESTIVA.**

Sendo assim, passemos à análise do pedido.

4. RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que as disposições constantes do instrumento convocatório procuram alinhar-se, estritamente, aos auspícios dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, estabelecidos quer na **Lei n.° 8.666/1993,** Estatuto Nacional de Licitações e Contratos Administrativos, quer na **Constituição Federal de 1988,** bem como, frisa-se, seguindo-se os mais lúcidos preceitos da doutrina de escol e da jurisprudência majoritária.

Nesse sentido, é mister recordar que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual a licitante reúne condições de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem desviar-se da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93, abaixo disposto:

> A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (g.n.)

Da análise do pedido colacionado, infere-se que a dúvida suscitada alude a aspectos formais do instrumento convocatório, mais especificamente a seu Anexo I - Termo de Referência Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718.

Ainda, por questionar tema técnico do referido documento, decidiu-se encaminhar, através do Ofício Nº 292.2023.CPL.1079161.2022.001718, o pedido ao setor Técnico desta Instituição Ministerial, a saber: Divisão de Engeharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, para análise e pronunciamento.

Assim, através do Memorando Nº 239.2023.DEAC.1080684.2022.001718, o técnico setor respondeu da seguinte forma:

Memorando Nº 239.2023.DEAC.1080684.2022.001718

Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PGJ/AM

Assunto: Esclarecimentos sobre o objeto da licitação.

Senhor Presidente,

Cumprimento-a com o presente e, à oportunidade, encaminho os esclarecimentos para os questionamentos realizados pela empresa NAGTEC Ltda.

Questionamentos

1. "*O subitem indica que seja instalado o tanque, mas não indica quem irá fornecer o tanque"*

R - A empresa contratada deverá fornecer e instalar o tanque reserva de 500 litros e os acessórios necessários para o perfeito funcionamento.

2. "*que material será fabricado o tanque (aluminio, aço carbono, aço inox, PVC, etc.)*"

R - O tanque a ser fornecido e instalado pela empresa contratada deverá ser em Polietileno Linear de Média Densidade (PELMD).

3. "*que estrutura irá suportar o tanque, se irá ficar no nivel do solo ou aéreo"*

R - O tanque será instalado sobre a mesma base de concreto armado que dá suporte ao equipamento mecânico (grupo gerador).

Respeitosamente,

Henrique Mendes da Rocha Lopes
Ag. Técnico - Engenheiro Civil

Considerando as razões ora expostas e o objeto da licitação em foco, afere-se que a exposição do setor técnico foi pontual e suficientemente claro, tal qual o questionamesto interposto, não carecendo, portanto, de maiores ponderações.

Assim, esta Comissão, em cumprimento ao ***"item 24"*** do ato convocatório, considera esclarecidas as questões, reputando, portanto, desnecessária a retificação do edital quanto aos pontos

atacados, dando prosseguimento ao certame até o seu desiderato.

Feitas tais considerações, passaremos à conclusão.

5. CONCLUSÃO

Dessarte, recebemos e conheçemos da solicitação interposta pelo Sr. **MARCONI LOPES**, CPF 099.670.362-49, representante da empresa NAGTEC LTDA. **(docs. 1079186 e 1080241)**, para, no mérito, **reputar esclarecidos os questionamentos.**

Considerando que o teor da presente decisão não afeta a formulação das propostas por parte das empresas interessadas, conforme preleciona o artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, razão pela qual mantém-se a realização do cotejo na data original, conforme publicação oficial, a fim de dar-se prosseguimento aos demais atos providenciais.

É o que temos a esclarecer.

Manaus, 29 de junho de 2023.

Maurício Araújo Medeiros

Pregoeiro - PORTARIA N° 647/2023/SUBADM

---

[1] In Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, Editora Fórum, 1ª edição, 3ª tiragem, 2004, págs. 503/504.

[2] Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Documento assinado eletronicamente por **Maurício Araújo Medeiros**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 29/06/2023, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1081767** e o código CRC **1927DE8A**.

PROPOSTA DE PREÇOS

Para:
Comissão Permanente de Licitação — CPL
Ministério Público do Estado do Amazonas — MPE/AM
Manaus-AM

Prezados Senhores,

A empresa BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 84.544.469/0001-81, representada pelo(a) Sr.(a) GILSON DAS NEVES MARTINS, portador(a) do documento de identidade nº 0195150-5 SSP, vem apresentar Proposta de Preços referente ao Pregão Eletrônico 4.028/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, sob regime de empreitada por preço global.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no Grupo Gerador.	Mês	12	R$ 3.795,90	R$ 45.550,80
2	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.	Unidade	1	R$1.846,19	R$1.846,19
3	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel.	Litro	3.552	R$ 7,42	R$ 26.355,84
TOTAL ESTIMADO					**R$ 73.752,83**

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa declara que:
a) Recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
b) O documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;
c) Cumpre plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6.2., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da

Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério

Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
d) Não possui em seu quadro de pessoal, não utilizará, nem manterá relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
e) A prestação dos serviços da proposta está sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;
f) Cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como apresentará documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;
g) Apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
h) Está ciente da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;
i) Caso seja declarada vencedora da Licitação, declara possuir estrutura física mínima na cidade de MANAUS, para garantir a qualidade no atendimento à CONTRATANTE, em vista da natureza do objeto especificado, com autonomia para resolver as questões relacionadas à prestação dos serviços, para o atendimento das solicitações do Contratante, disponível nos casos em que for necessário atendimento em caráter excepcional;
j) Está ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, enviar os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento à CONTRATANTE no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;
k) O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços; e que
l) Executará os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas e quantitativos fornecidos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e, caso seja vencedora da licitação, pelos preços e prazos apresentados.

OBSERVAÇÕES

- A proposta tem prazo **de validade de 90 (noventa) dias**;
- O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**;
- A garantia da MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, **será de no mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços;
- **Dados Bancários**:
  Banco: 237 Banco Bradesco S.A.
  Agência bancária: Ag. 3711-7 / Conta Bancária: C/C 017.822-5
- **Contato para fins de faturamento:**

Nome e Cargo: Carlos João Campos Guimarães (Administrador)
E-mail: carlosjoaocg@gmail.com
Endereço: Rua C-17 Nº 1819, Japiim II. Telefone: (92) 999029176

- **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: Gilson das Neves Martins
CNPJ ou CPF: 026.100.002-00
Nome: Iza Cabral Martins
CNPJ ou CPF: 134.961.152-20

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.



BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

LISTA DE INSUMOS COMTEMPLADOS PELO CONTRATADO			
ITENS	**DISCRIMINAÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
01	Elemento do filtro de óleo lubrificante	Peça	02
01	Filtro de combustível	Peça	04
01	Filtro de ar	Peça	01
01	Óleo lubrificante 15w40	Balde	04
01	Líquido para sistema de arrefecimento	Litros	10
01	Kit de material de limpeza	Peça	02
01	Correias	Peça	02
01	Mangueiras de combustível	Metro	20
01	Bateria automotiva de 150 amperes e acessórios	Peça	02
10	Terminal de bateria	Peça	04
11	Regulador de tensão	Peça	01
12	Carregador de baterias	Peça	01
13	Regulador de velocidade	Peça	01
14	Sensor de temperatura	Peça	01
15	Sensor de pressão do óleo	Peça	01
16	Pick-up magnético	Peça	01
17	Modulo eletrônico de controle de rotação	Peça	01
18	Chave motorizada de transferência automática	Peça	01
19	Mangotes do radiador	Peça	04
20	Sensor de nível de combustível	Peça	01
21	Módulo de controle e comando automático	Peça	01
22	Válvula solenóide de funcionamento	Peça	01
23	Pressostato de óleo	Peça	01
24	Termostato da água	Peça	01
25	Bomba injetora e seus componentes (bico, atuador de velocidade e outros)	Peça	04
26	Radiador	Peça	01
27	Diesel	Lt	3552
28	Graxa, estopa, pano, lixa, tinta	Diversos	01

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nª 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **84.544.469/0001-81**

Razão Social: **B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**

Atividade Econômica Principal:

7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Endereço:

AVENIDA TEFE, 2712 - ANDAR 2 - JAPIIM - Manaus / Amazonas

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nª 8.666, de 1993.

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 358

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL "B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA - EPP"

Pelo presente instrumento particular os abaixo assinados: **GILSON DAS NEVES MARTINS**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens , empresário, portador do CPF nº 026.100.002-00 e RG nº 0195150-5, expedido pela SSP/AM, residente e domiciliado nesta de Manaus, sito à Rua 13, nº 291, Japiim I, CEP: 69.077-140, e **IZA CABRAL MARTINS**, brasileira, casada com comunhão parcial de bens, empresária, portadora do CPF nº 134.961.152-20 e RG nº 268.267, expedido pela SSP/AM, residente e domiciliada nesta cidade de Manaus, sito à Rua 13, nº 291, Japiim I. CEP: 69.077.-140, únicos sócios componentes da sociedade limitada denominada **B M J COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP**, com sede na Avenida Tefé, nº 2712, Japiim, Manaus/AM, CEP 69.078.000, registrada na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob o **nº 13200284232** em 08/02/1994 e alterações posteriores e inscrita no CNPJ sob o nº **84.544.469/0001-81**, resolvem entre si e de comum acordo fazer a presente **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** mediante cláusulas e condições seguintes:

I - CLÁUSULA – DA RE-RATIFICAÇÃO

Nos atos arquivados nesta Junta Comercial, sobre os Nire: nº 13200284232 de 08/02/1994, nº127451 de 13/06/1994, nº135364 de 03/02/1995, nº161279 de 12/06/1996, nº219859 de 23/02/2001 e nº231970 de 25/02/2002. Onde se informou erroneamente o RG da sócia IZA CABRAL MARTINS, deverá ocorrer a seguinte:
Onde se lê: nº 268.267, **Leia-se**: nº 0268257-5.

II - CLÁUSULA – DA MUDANÇA DE ENDEREÇO

A Matriz, ora estabelecida em Manaus, no Estado do Amazonas, na Avenida Tefé, nº 2712, Japiim, CEP 69.078-000, passa a desenvolver suas atividades na **Avenida Tefé, nº 2712, 2º Andar, Japiim, CEP 69.078-000.**

III - CLÁUSULA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

A sociedade passa a ter o seguinte objeto social:
71120/00-Serviços de Engenharia. Sendo as demais atividades:
25110/00-Fabricação de estruturas metálicas
25128/00-Fabricação de esquadrias de metal
25390/01-Serviços de usinagem, tornearia e solda
33139/01-Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33147/07-Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
33198/00-Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
33210/00-Instalação de máquinas e equipamentos industriais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/03/2016 10:35 SOB Nº 20160007119.
PROTOCOLO: 160007119 DE 10/03/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AM160007119. NIRE: 13200284232.
B M J COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO GERAL
MANAUS, 11/03/2016
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autencidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Documento(s) Habilitação BM... SEI 2022.001718 / pg. 359

41204/00-Construção de edifícios
42138/00-Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42219/03-Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42995/99-Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43118/01-Demolição de edifícios e outras estruturas
43134/00-Obras de terraplanagem
43215/00-Instalação e manutenção elétrica
43223/01-Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43223/02-Instalações e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43223/03-Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43291/99-Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
43304/01-Impermeabilização em obras de engenharia civil
43304/02-Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43304/04-Serviços de pintura de edifícios em geral
43304/99-Outras obras de acabamento da construção
43916/00-Obras de fundações
43991/03-Obras de alvenaria
47415/00-Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47423/00-Comércio varejista de material elétrico
47431/00-Comércio varejista de vidros
47440/01-Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47440/02-Comércio varejista de madeira e artefatos
47440/03-Comércio varejista de materiais hidráulicos
47440/04-Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47440/05-Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
47440/99-Comércio varejista de materiais de construção em geral
47547/03-Comércio varejista de artigos de iluminação
47512/01-Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47598/99-Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente
45307/03-Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45307/04-Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores
33121/03-Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação.
81117/00-Serviços combinados de apoio conservação e limpeza de prédios
81214/00-Serviços de higienização e conservação de prédios.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

**CERTIFICO O REGISTRO EM 11/03/2016 10:35 SOB Nº 20160007119.
PROTOCOLO: 160007119 DE 10/03/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AM160007119. NIRE: 13200284232.
B M J COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA**

**Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO GERAL
MANAUS, 11/03/2016
www.empresasuperfacil.am.gov.br**

**A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autencidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação**

Documento(s) Habilitação BM... COMERCIAL ESTRUTURAS LTDA ... SEI 2022.001718 / pg. 360

IV - CLÁUSULA – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

A vista da modificação ora ajustadas consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade gira o nome empresaria **BMJ Comercial e Serviços Ltda - EPP.** e tem sua sede na Avenida Tefé, nº 2712, 2º Andar, Japiim, CEP 69.078-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade atua no ramo de serviço e comércio tendo como objeto social:

71120/00-Serviços de Engenharia. Sendo as demais atividades:
25110/00-Fabricação de estruturas metálicas
25128/00-Fabricação de esquadrias de metal
25390/01-Serviços de usinagem, tornearia e solda
33139/01-Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33147/07-Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
33198/00-Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
33210/00-Instalação de máquinas e equipamentos industriais
41204/00-Construção de edifícios
42138/00-Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42219/03-Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42995/99-Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43118/01-Demolição de edifícios e outras estruturas
43134/00-Obras de terraplanagem
43215/00-Instalação e manutenção elétrica
43223/01-Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43223/02-Instalações e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43223/03-Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43291/99-Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
43304/01-Impermeabilização em obras de engenharia civil
43304/02-Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43304/04-Serviços de pintura de edifícios em geral
43304/99-Outras obras de acabamento da construção
43916/00-Obras de fundações
43991/03-Obras de alvenaria
47415/00-Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47423/00-Comércio varejista de material elétrico
47431/00-Comércio varejista de vidros

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/03/2016 10:35 SOB Nº 20160007119.
PROTOCOLO: 160007119 DE 10/03/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AM160007119. NIRE: 13200284232.
B M J COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO GERAL
MANAUS, 11/03/2016
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autencidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA (0006772) SEI 2022.001718 / pg. 361

47440/01-Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47440/02-Comércio varejista de madeira e artefatos
47440/03-Comércio varejista de materiais hidráulicos
47440/04-Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47440/05-Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
47440/99-Comércio varejista de materiais de construção em geral
47547/03-Comércio varejista de artigos de iluminação
47512/01-Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47598/99-Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente
45307/03-Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45307/04-Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores
33121/03-Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação.
81117/00-Serviços combinados de apoio conservação e limpeza de prédios
81214/00-Serviços de higienização e conservação de prédios.

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social é de R$900.000,00 (Novecentos Mil Reais), totalmente integralizado, oriundos da Conta Lucros Acumulados, apurado no Balanço Patrimonial de 2012 e dividido em 900 (Novecentas) quotas de R$1.000,00 (Um Mil Reais) cada uma e passando o total do capital a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	N° DE QUOTAS	VLR. TOTAL	%
GILSON DAS NEVES MARTINS	450	450.000,00	50
IZA CABRAL MARTINS	450	450.000,00	50
Totalizando	**900**	**900.000,00**	**100**

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 1994 e seu prazo é indeterminado, ficando eleito o foro de Manaus, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - As quotas da sociedade são indivisíveis, e não poderão ser cedidas ou transferidas, sem o expresso consentimento por escrito dos demais sócios, que terão preferências nas mesmas.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social conforme art. 1052 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/03/2016 10:35 SOB Nº 20160007119. PROTOCOLO: 160007119 DE 10/03/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AM160007119. NIRE: 13200284232.
B M J COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO GERAL
MANAUS, 11/03/2016
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autencidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Documento(s) Habilitação BM [illegible] SEI 2022.001718 / pg. 362

CLÁUSULA SÉTIMA - A administração da sociedade é exercida pelo sócio **GILSON DAS NEVES MARTINS**, que assinará todo e qualquer documento da sociedade, inclusive cheques e a representará ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, sendo-lhe vedado o uso da firma em negócios alheios aos fins sociais e na ausência da mesma, pôr um procurador de livre escolha.

CLÁUSULA OITAVA - Ao término do exercício social em 31 de dezembro proceder-se-á ao levantamento do Balanço Ativo e Passivo, balanço este que será comprovado com os bens, direitos e obrigações da sociedade e será assinado pelo sócio-Administrador, ficando os lucros líquidos após as deduções legais, partilhados entre os sócios, na proporção de suas quotas de capital. Os prejuízos se houverem, serão suportados pelos sócios, nas mesmas proporções.

CLÁUSULA NONA - A título de remuneração "Pró-labore", os sócios retirarão mensalmente até o máximo permitido pela legislação do Imposto de Renda, e ainda na conformidade da situação financeira da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade não se dissolverá, continuando comi os herdeiros do sócio falecido ou interdito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela e pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa concorrência contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro do Município de Manaus, Estado do Amazonas para o exercício dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 1 via de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/03/2016 10:35 SOB Nº 20160007119. PROTOCOLO: 160007119 DE 10/03/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AM160007119. NIRE: 13200284232.
B M J COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO GERAL
MANAUS, 11/03/2016
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autencidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Documento(s) Habilitação BM... SEI 2022.001718 / pg. 363

Manaus, 02 de Dezembro de 2015.

VITAL RECO.

Gilson das Neves Martins

GILSON DAS NEVES MARTINS

VITAL RECO.

Iza Cabral Martins

IZA CABRAL MARTINS

Cartório VITAL
Danilo Magno Braz Souza
Escrevente Autorizado

Selo Eletrônico de Fiscalização TJAM - Manaus/AM
Reconheço VERDADEIRA a firma de **BC835695-90**
GILSON DAS NEVES MARTINS dou fé.
Escrevente: DANILO MAGNO BRAZ SOUZ/ FARPAM: 0,17
Data/Hora utilização: 02/12/2015 14:12:25 **C4B8-C65E-DEE9-AF44**
Valor Emol: 2,86 FUNDPGE: 0,09 FUNDPAM: 0,14
FUNETJ: 0,29 Vl. Ato: 4,40 ISS: R$ 0,12 www.seloam.com.br

Cartório VITAL - 5º OFÍCIO DE NOTAS - BEL. MIGUEL VITAL - TABELIÃO
Av. Carvalho Leal, 1323 - Cachoeirinha - (92) 3663-6265 Site: www.cartoriovital.com.br

Cartório VITAL
Danilo Magno Braz Souza
Escrevente Autorizado

Selo Eletrônico de Fiscalização TJAM - Manaus/AM
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de **BC835751-25**
IZA CABRAL MARTINS dou fé.
Escrevente: DANILO MAGNO BRAZ SOUZ/ FARPAM: 0,17
Data/Hora utilização: 02/12/2015 14:13:14 **9D94-8AD5-792C-2A6C**
Valor Emol: 2,86 FUNDPGE: 0,09 FUNDPAM: 0,14
FUNETJ: 0,29 Vl. Ato: 4,40 ISS: R$ 0,12 www.seloam.com.br

Cartório VITAL - 5º OFÍCIO DE NOTAS - BEL. MIGUEL VITAL - TABELIÃO
Av. Carvalho Leal, 1323 - Cachoeirinha - (92) 3663-6265 Site: www.cartoriovital.com.br

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/03/2016 10:35 SOB Nº 20160007119.
PROTOCOLO: 160007119 DE 10/03/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AM160007119. NIRE: 13200284232.
B M J COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA

Milton Aurélio Rosas Gomes
SECRETÁRIO GERAL
MANAUS, 11/03/2016
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autencidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Documento(s) Habilitação BM... SEI 2022.001718 / pg. 364

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)	
*****	
SITUAÇÃO CADASTRAL	**DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL**
ATIVA	**24/09/2005**
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
SITUAÇÃO ESPECIAL	**DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL**
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/03/2022** às **10:18:11** (data e hora de Brasília). Página: **1/3**

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 365

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
84.544.469/0001-81 **MATRIZ**		**21/02/1994**

NOME EMPRESARIAL
B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores
33.12-1-03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV TEFE	**2712**	**ANDAR 2**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.078-000	**JAPIIM**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BMJCOM@GMAIL.COM	**(92) 3237-7289**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/09/2005**

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 366

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
SITUAÇÃO ESPECIAL ********	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/03/2022** às **10:18:11** (data e hora de Brasília). Página: **2/3**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
84.544.469/0001-81 **MATRIZ**		**21/02/1994**

NOME EMPRESARIAL
B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV TEFE	**2712**	**ANDAR 2**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.078-000	**JAPIIM**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BMJCOM@GMAIL.COM	**(92) 3237-7289**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/09/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/03/2022** às **10:18:11** (data e hora de Brasília). Página: **3/3**

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 368

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certidão Específica

O Secretário-Geral da Junta Comercial do Estado do Amazonas **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **19/010.506-2**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 1320028423-2, CNPJ 84.544.469/0001-81, ATIVA, com sede na AVENIDA TEFE, 2712, ANDAR 2, BAIRRO JAPIIM, MANAUS/AM, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado do Amazonas e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (http://www.jucea.am.gov.br) e informe o nº de protocolo C195000015053 e o código de segurança mO4Q. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 13/02/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONTRATO CONTRATO	08/02/1994	13200284232	X
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	13/06/1994	127451	X
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	03/02/1995	135364	X
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	12/06/1996	161279	X
PAGAMENTO DO PRECO DO SERVICO PAGO A MENOR ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA - EMPRESA JA CONSTITUIDA PAGAMENTO DO PRECO DO SERVICO PAGO A MENOR	06/05/1998	186462	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO TAXA DE EXPEDIENTE OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	14/03/2000	209402	X
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	23/02/2001	219859	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	02/07/2001	224140	X
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	25/02/2002	231970	X
ENQUADRAMENTO ME EMPRESA JA CONSTITUIDA ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA - EMPRESA JA CONSTITUIDA	04/03/2002	232275	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	20/05/2002	235279	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	19/02/2003	243749	X

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado do Amazonas e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (http://www.jucea.am.gov.br) e informe o nº de protocolo C195000015053 e o código de segurança mO4Q. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 13/02/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	12/02/2004	258598	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO BALANCO	21/07/2004	266940	X
BALANCO BALANCO	08/04/2005	276902	X
BALANCO BALANCO	02/08/2006	298331	X
BALANCO BALANCO	03/05/2007	310277	X
BALANCO BALANCO	12/11/2007	320451	X
BALANCO BALANCO	25/04/2008	328726	X
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	10/07/2008	333718	X
BALANCO BALANCO	13/04/2009	348597	X
BALANCO BALANCO	28/04/2010	371469	X
BALANCO BALANCO	28/07/2010	377936	X
BALANCO BALANCO	06/06/2011	398904	X
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	28/10/2011	408967	X
BALANCO BALANCO	11/04/2012	420109	X
BALANCO BALANCO	13/05/2013	450572	X
ENQUADRAMENTO DE EPP ENQUADRAMENTO DE EPP	14/02/2014	471519	X
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	06/03/2014	472579	X
BALANCO BALANCO	20/03/2014	473590	X
BALANCO BALANCO	17/04/2015	500580	X

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado do Amazonas e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (http://www.jucea.am.gov.br) e informe o nº de protocolo C195000015053 e o código de segurança mO4Q. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 13/02/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
BALANCO BALANCO	15/05/2015	502667	X
ALTERACAO RE-RATIFICACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	11/03/2016	20160007119	X
BALANCO BALANCO	30/03/2016	517894	X
BALANCO BALANCO	29/04/2016	518928	X
BALANCO BALANCO	28/04/2017	20170131009	X
BALANCO BALANCO	11/04/2018	20180254090	X
BALANCO BALANCO	02/05/2018	20180281356	X

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado do Amazonas. Nada mais.

Manaus, 13 de Fevereiro de 2019.

ALBERTO PACHECO DA SILVA LADEIRA
SECRETÁRIO GERAL

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado do Amazonas e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (http://www.jucea.am.gov.br) e informe o nº de protocolo C195000015053 e o código de segurança mO4Q. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 13/02/2019 por Alberto Pacheco da Silva Ladeira - Secretário Geral.

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 373

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EPP

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial DO ESTADO DO AMAZONAS

A Sociedade **BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 08/02/1994, NIRE: 13.2.0028423-2, CNPJ: 84.544.469/0001-81,** estabelecida na AV TEFE, 2712, JAPIIM, MANAUS, AM, CEP: 69.065-020, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 316
Descrição do Ato: ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

MANAUS - AM, 20 de Janeiro de 2014.

Sócio: GILSON DAS NEVES MARTINS

Sócio: IZA CABRAL MARTINS

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM 14/02/2014.

JUCEA
Osias José da S. Torres
subgerente
Matr.: 215.230-4A

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/02/2014
SOB Nº: 471519
Protocolo: 14/018697-2
Empresa: 13 2 0028423 2
B M J COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA
JUCEA
Raimundo Cavalcante Lima
SECRETÁRIO GERAL

Cartório VITAL - 5º OFÍCIO DE NOTAS - BEL. MIGUEL VITAL - TABELIÃO
Av. Carvalho Leal, 1323 - Cachoeirinha - (92) 3663-6265 Site: www.cartoriovital.com.br
Selo Eletrônico de Fiscalização TJAM - Manaus/AM AU249966-48
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de dou fé.
GILSON DAS NEVES MARTINS
Escrevente: FAUSTO GUIMARAES DOS S. FARPAM: 0,16
Data/Hora utilização: 12/02/2014 13:52:38 B2DC-B9B6-FA62-E60-
Valor Emol: 2,69 FUNDPGE: 0,08 FUNDPAM: 0,13
FUNETJ: 0,27 Vl. Ato: 4,05 ISS: 0,13 www.selcam.com.br

Cartório VITAL - 5º OFÍCIO DE NOTAS - BEL. MIGUEL VITAL - TABELIÃO
Selo Eletrônico de Fiscalização TJAM - Manaus/AM AU249963-43
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de dou fé.
IZA CABRAL MARTINS
Escrevente: FAUSTO GUIMARAES DOS S. FARPAM: 0,16
Data/Hora utilização: 12/02/2014 13:53:07 8A4E-EAD5-F97F-021C
Valor Emol: 2,69 FUNDPGE: 0,08 FUNDPAM: 0,13
FUNETJ: 0,27 Vl. Ato: 4,05 ISS: 0,13 www.selcam.com.br

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**84.544.469/0001-81**	DUNS®:	**913997081**
Razão Social:	**B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/09/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**05/09/2023**
FGTS		Validade:	**23/07/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**30/12/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**02/08/2023**
Receita Municipal	Validade:	**01/10/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

CPF: 634.231.462-49 Nome: MAURICIO ARAUJO MEDEIROS

Ass: _____

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 374

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 52448088
Data: 03/07/2023
Hora: 14:03:12
Válida até: 02/08/2023

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

C.N.P.J: 84.544.469/0001-81 - B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA

Inscrição: 04.128.026-1 - **Situação:** Ativo

CNAE: 4663-0/00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, encontramos débito e/ou restrições em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

- Contribuinte possui débitos a vencer de parcelamento

Para efeito de validação desta certidão, consultar: http://www.sefaz.am.gov.br

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 375

Para efeito de validação desta certidão, consultar: http://www.sefaz.am.gov.br

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 376

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CND Nº

160424/2023

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE : **B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP**
ENDEREÇO : **BECO TEFE, Nº: 2712, CEP: 69078000**
BAIRRO : **JAPIIM** COMPLEMENTO: **ANDAR 2**
INSCRIÇÃO MUNICIPAL : **6590601**
CNPJ/CPF : **84544469000181**

Declara-se para os devidos fins que, em nome do sujeito passivo, NÃO CONSTAM DÉBITOS lançados relativo a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

03/07/2023

Tributos

***** NÃO CONSTAM DÉBITOS VENCIDOS *****
***** NÃO HÁ DÉBITOS VINCENDOS *****

****
****
****
****
****
****
****
****

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 377

Certidão expedida com base no Decreto nº. 7007/2003 c/c Dec. 883/2011

VÁLIDA ATÉ 01/10/2023

A FAZENDA MUNICIPAL PODERÁ COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERÍODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

VALIDAÇÃO

CND N°160424/2023

Para comprovar a veracidade desta certidão, utilize o QR CODE ou visite o Portal de Informações e Serviços SEMEF ATENDE (http://semefatende.manaus.am.gov.br/) e infome a chave de validação **DC4.F61.69C.926**. A Certidão emitida abrange todos os cadastros inscritos no Município de Manaus no CNPJ/CPF do contribuinte acima qualificado.
Cadastrado em: 03/07/2023

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 378

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200284232	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2300045105

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

17 Abril 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.00... 379

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/024.810-1	AME2300045105	17/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.00 [illegible] 380

T E R M O D E A B E R T U R A

Contém o presente BALANÇO PATRIMONIAL 7 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 7 em uma via, todas elas já escrituradas e servirá como BALANÇO PATRIMONIAL 2022, referente ao período 01/01/2022 a 31/12/2022, com encerramento do exercício social em 31/12/2022, da firma BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, estabelecida no(a) Avenida Tefé, nº 2712, 2 ANDAR, bairro Japiim, CEP 69078-000, cidade Manaus, estado AM, inscrita no C.N.P.J. 84.544.469/0001-81 e registrada no(a) 2022 sob o nº 01 por despacho de 31/12/2022.

Manaus-AM, 1 de Janeiro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001[illegible]981

Balanço Patrimonial

Encerrado em 31/12/2022

BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP

CNPJ: 84.544.469/0001-81
Avenida Tefé, 2712, 2 ANDAR - Japiim, 69078-000
Manaus - AM

NIRE: 13200284232 - Data: 08/02/1994

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001 [illegible] 382

Balanço Patrimonial

Empresa: BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP - CNPJ: 84.544.469/0001-81
NIRE: 13200284232 - Data: 08/02/1994

Fortes Contábil

Endereço: Avenida Tefé, Complemento: 2 ANDAR, N.º: 2712, Bairro: Japiim, Cidade: Manaus, Estado: AM, CEP: 69078000, Telefone: (92) 32377289

Conta	Descrição	31/12/2022	
1	*** Ativo ***	5.822.449,30	D
1.01	Ativo Circulante	3.874.244,16	D
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	727.997,31	D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	430.106,94	D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	430.106,94	D
1.01.01.01.01.0001	Caixa	430.106,94	D
1.01.01.02	Bancos	297.890,37	D
1.01.01.02.01	Contas Correntes	297.890,37	D
1.01.01.02.01.0001	Banco do Brasil- Ag:5927-7 - Conta :7044-0	273,19	D
1.01.01.02.01.0002	Bradesco - Ag:3711 - Conta:0017822-5	288.006,04	D
1.01.01.02.01.0003	CEF Ag:1302 Conta:00000870-1	1,00	D
1.01.01.02.01.0004	Banco Sicoob - Ag:3355-3 - Conta :1.425-7	1,00	D
1.01.01.02.01.0006	Aplicação Financeira	9.609,14	D
1.01.03	Clientes	1.781.849,42	D
1.01.03.01	Clientes Nacionais	1.781.849,42	D
1.01.03.01.01	Contas a Receber	1.781.849,42	D
1.01.03.01.01.0006	FUNDAÃçÃÔO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - FU	762.421,77	D
1.01.03.01.01.0062	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SUSAM -	20.265,40	D
1.01.03.01.01.0063	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS	2.570,10	D
1.01.03.01.01.0076	CONDOMINIO PALACIO DAS AGUAS	5.225,00	D
1.01.03.01.01.0089	PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCARÃ	5.745,00	D
1.01.03.01.01.0090	PREFEITURA MUNICIPAL DE FONTE BOA	1.566,00	D
1.01.03.01.01.0091	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA SEFAZ	86.450,00	D
1.01.03.01.01.0093	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	740.909,73	D
1.01.03.01.01.0096	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SUSAM	121.592,42	D
1.01.03.01.01.0120	LOUNGERIE SA	1.112,00	D
1.01.03.01.01.0121	SERVIÇO SOCIAL DO COMÃÙRCIO - SESC	33.992,00	D
1.01.15	Estoques	1.364.397,43	D
1.01.15.01	Estoques em Estabelecimentos Próprios	1.364.397,43	D
1.01.15.01.01	Estoque de Mercadorias	65.000,00	D
1.01.15.01.01.0001	Mercadorias Para Revenda	65.000,00	D
1.01.15.01.19	Materiais Diversos Almoxarifado	1.299.397,43	D
1.01.15.01.19.0001	Materiais Diversos	1.299.397,43	D
1.07	Ativo não Circulante	1.948.205,14	D
1.07.04	Imobilizado	1.948.205,14	D

Data de Encerramento: 31/12/2022
Valor de Ativo e Passivo: R$ 5.822.449,30 (Cinco Milhões Oitocentos e Vinte e Dois Mil Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais e Trinta Centavos) .

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Continua...

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.00... 383

Balanço Patrimonial

Empresa: BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP - CNPJ: 84.544.469/0001-81
NIRE: 13200284232 - Data: 08/02/1994

Fortes Contábil

Endereço: Avenida Tefé, Complemento: 2 ANDAR, N.º: 2712, Bairro: Japiim, Cidade: Manaus, Estado: AM, CEP: 69078000, Telefone: (92) 32377289

Conta	Descrição	31/12/2022	
1.07.04.01	Bens em Operação	2.016.489,39	D
1.07.04.01.01	Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços	2.016.489,39	D
1.07.04.01.01.0001	Terrenos	473.842,26	D
1.07.04.01.01.0002	Edifícios e Construções	169.469,36	D
1.07.04.01.01.0003	Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais	295.073,36	D
1.07.04.01.01.0004	Veículos	1.078.104,41	D
1.07.04.13	Imobilizado em Andamento	446.234,85	D
1.07.04.13.01	Adiantamentos de Consórcio de Veículos	446.234,85	D
1.07.04.13.01.0001	Consórcio de Veículo Bradesco	371.351,44	D
1.07.04.13.01.0002	Consorcio Siccob	15.000,00	D
1.07.04.13.01.0003	Consorcio Banco do Brasil	59.883,41	D
1.07.04.21	(-) Depreciações, Amortizações e Quotas de Exaustão	514.519,10	C
1.07.04.21.03	(-) Depreciação e Amortização Acumuladas	514.519,10	C
1.07.04.21.03.0001	(-) Depreciação de Máquinas e Equipamentos	219.855,84	C
1.07.04.21.03.0002	(-) Depreciação de Veículos	321.467,90	C
1.07.04.21.03.0003	(-) Depreciação de Terrenos	19.743,42	D
1.07.04.21.03.0004	(-) Depreciação Edificios e construções	7.061,22	D
2	*** Passivo ***	5.822.449,30	C
2.01	Passivo Circulante	5.322,49	C
2.01.01	Contas a Pagar	5.322,49	C
2.01.01.01	Fornecedores	5.322,49	C
2.01.01.01.01	Fornecedores Nacionais	5.322,49	C
2.01.01.01.01.0025	H F R ALBUQUERQUE E CIA LTDA	2.743,80	C
2.01.01.01.01.0047	ITALUX PNEUS E ACUMULADORES LTDA	1.448,00	C
2.01.01.01.01.0111	TRIAL INDUSTRIA DE ELETRICOS LTDA	1.130,69	C
2.03	Passivo não Circulante	1.007.367,67	C
2.03.01	Obrigações de Longo Prazo	1.007.367,67	C
2.03.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	971.459,08	C
2.03.01.03.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.913,77	C
2.03.01.03.01.0002	Parcelamento INSS Procuradoria	734,97	C
2.03.01.03.01.0003	INSS - a recolher	1.068,80	C
2.03.01.03.01.0004	FGTS - a recolher	1.110,00	C
2.03.01.03.03	Obrigações Fiscais	968.545,31	C
2.03.01.03.03.0004	Parcelamento Simples Pert Longo Prazo	851.297,33	C
2.03.01.03.03.0005	Parcelamento Simples Nacional	67.413,89	C

Data de Encerramento: 31/12/2022
Valor de Ativo e Passivo: R$ 5.822.449,30 (Cinco Milhões Oitocentos e Vinte e Dois Mil Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais e Trinta Centavos) .

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Continua...

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Balanço Patrimonial

Empresa: BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP - CNPJ: 84.544.469/0001-81
NIRE: 13200284232 - Data: 08/02/1994

Fortes Contábil

Endereço: Avenida Tefé, Complemento: 2 ANDAR, N.º: 2712, Bairro: Japiim, Cidade: Manaus, Estado: AM, CEP: 69078000, Telefone: (92) 32377289

Conta	Descrição	31/12/2022	
2.03.01.03.03.0007	Simples nacional - a recolher	49.834,09	C
2.03.01.07	Empréstimos e Financiamentos	35.908,59	C
2.03.01.07.01	Financiamentos a Longo Prazo - Sistema Financeiro Nacional	35.908,59	C
2.03.01.07.01.0001	Consorcio - Bradesco - Longo Prazo	4.784,16	C
2.03.01.07.01.0003	Emprestimo Caixa Economica - Longo prazo	31.124,43	C
2.07	Patrimônio Líquido	4.809.759,14	C
2.07.01	Capital Realizado	900.000,00	C
2.07.01.01	Capital Social	900.000,00	C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	900.000,00	C
2.07.01.01.01.0001	Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País	900.000,00	C
2.07.04	Reservas	473.082,29	C
2.07.04.01	Reservas	473.082,29	C
2.07.04.01.03	Reservas de Lucros	473.082,29	C
2.07.04.01.03.0001	Reserva Legal	180.000,00	C
2.07.04.01.03.0003	Reserva para Contingências	293.082,29	C
2.07.07	Outras Contas	3.436.676,85	C
2.07.07.01	Outras Contas	3.436.676,85	C
2.07.07.01.01	Lucros Acumulados	3.436.676,85	C
2.07.07.01.01.0001	Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembléia	4.636.676,85	C
2.07.07.01.01.0002	Lucros Iza Cabral	600.000,00	D
2.07.07.01.01.0003	Lucros GIlson Neves	600.000,00	D

Data de Encerramento: 31/12/2022
Valor de Ativo e Passivo: R$ 5.822.449,30 (Cinco Milhões Oitocentos e Vinte e Dois Mil Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais e Trinta Centavos) .

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Fim

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.00... 385

Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: M D VIEIRA SERVICOS - ME - CNPJ: 30.861.115/0001-31
Estabelecimentos: 0001 - M D VIEIRA SERVICOS - ME; Centros de Resultado: 001 - Geral

Conta	Descrição	01/01/2022 a 31/12/2022
(+) 010	Receita Bruta Operacional	3.344.570,38
010.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	3.344.570,38
010.01.03	Vendas de Serviços	3.344.570,38
(-) 020	Deduções da Receita	1.132.192,28
020.01	Impostos Faturados	1.132.192,28
020.01.02	ISS	212.090,15
020.01.05	Simples	920.102,13
(=) 030	Receita Líquida	2.212.378,10
(-) 040	Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos	80.948,27
040.01	Custo dos Produtos Vendidos	70.344,52
040.03	Custo dos Serviços Prestados	10.603,75
(=) 060	Lucro Bruto	2.131.429,83
(-) 070	Despesas Operacionais	2.104.760,22
070.01	Despesas Administrativas	1.994.256,53
070.02	Despesas com Vendas	97.528,19
070.03	Despesas Tributárias	5.783,31
070.04	Resultado Financeiro	7.192,19
070.04.02	Despesas Financeiras	7.192,19
(=) 110	Res. Antes das Participações e Contrib.	26.669,61
(=) 150	Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social	26.669,61
(=) 200	Resultado Líquido do Exercicio	26.669,61

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Milena Dorvalina Freitas de souza
Contadora
CPF : 521.080:312-00
CRC/AM :015945/O-5

Marcio Dantas Vieira
Socio Administrador
CPF :313.671.352-49

Fim

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001 [illegible] 986

Análise pelos Índices do Balanço

Empresa: BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP - CNPJ: 84.544.469/0001-81 Fortes Contábil

Mês/Ano: 12/2022

Endereço: Avenida Tefé, Complemento: 2 ANDAR, N.º: 2712, Bairro: Japiim, Cidade: Manaus, Estado: AM, CEP: 69078000, Telefone: (92) 32377289

Código	Nome / Valores	Expressão / Resultado
LC	Liquidez Corrente	c101/c201
	3.874.244,16 / 5.322,49	727,90
	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R$ 1,00 de Passivo Circulante. Quanto maior, melhor.	
LG	Liquidez Geral	(c101+c10700)/(c201+c203)
	(3.874.244,16 + 0,00)/(5.322,49 + 1.007.367,67)	3,83
	Capacidade da empresa em honrar seus deveres e compromissos se fosse encerrar os negócios.	
LI	Liquidez Imediata	c10101/c201
	727.997,31 / 5.322,49	136,78
	Quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dividas de Curto Prazo. Quanto maior, melhor.	
LS	Liquidez Seca	(c101-c10115)/c201
	(3.874.244,16 - 1.364.397,43)/ 5.322,49	471,55
	Capacidade de pagamento empresarial desconsiderando os seus estoques.	
ML	Margem Líquida	(d200/d030)*100
	(1.763.562,72 / 2.761.364,91)*100	63,87
	Quanto a empresa obtem de lucro para cada R$100,00 vendidos. Quanto maior, melhor.	
RA	Rentabilidade do Ativo	(d200/c1)*100
	(1.763.562,72 / 5.822.449,30)*100	30,29
	Quanto a empresa obtem de lucro para cada R$100,00 de investimento total. Quanto maior, melhor.	
SG	Solvência Geral	c1/(c201+c203)
	5.822.449,30 /(5.322,49 + 1.007.367,67)	5,75
	Capacidade de honrar compromissos de curto prazo.	

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Fim

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.00... 387

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2022

Empresa: BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP - CNPJ: 84.544.469/0001-81 Fortes Contábil
Endereço: Avenida Tefé, Complemento: 2 ANDAR, N.º: 2712, Bairro: Japiim, Cidade: Manaus, Estado: AM, CEP: 69078000, Telefone: (92) 32377289
NIRE: 13200284232 - Data: 08/02/1994

Nota 1 - Contexto Operacional

A B.M.J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP é uma sociedade empresária limitada, com foro na cidade de Manaus/AM, tendo como objeto social serviços de engenharia, com início de atividades em 21/02/1994,com fins economico Serviços de engenharia,Fabricação de estruturas metálicas,Fabricação de esquadrias de metal,Serviços de usinagem, tornearia e solda,Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos,Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial,Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente,Instalação de máquinas e equipamentos industriais,Construção de edifícios,Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas,Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica,Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente,Demolição de edifícios e outras estruturas,Obras de terraplenagem, Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás,Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração,Instalações de sistema de prevenção contra incêndio,Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente,Impermeabilização em obras de engenharia civil,Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material,Serviços de pintura de edifícios em geral,Outras obras de acabamento da construção,Obras de fundações,Obras de alvenaria,Comércio varejista de tintas e materiais para pintura,Comércio varejista de material elétrico,Comércio varejista de vidros,Comércio varejista de ferragens e ferramentas,Comércio varejista de madeira e artefatos,Comércio varejista de materiais hidráulicos,Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas,Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente,Comércio varejista de materiais de construção em geral,Comércio varejista de artigos de iluminação,Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática,Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente,Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores,Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores,Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação e Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais.

Nota 2 - Declaração de conformidade e política contábil

A administração declara que as demonstrações contábeis da sociedade B.M.J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP do período compreendido entre 01 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, com observância aos Princípios de Contabilidade. As demonstrações contábeis, exceto informações de fluxo de caixa foram elaboradas segundo o regime de competência e representadas em real, a moeda nacional brasileira.

Nota 3 - Práticas Contábeis

3.1 - Disponibilidades

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade em conformidade com a ITG 1000 aprovada pela Resolução CFC 1418/12 e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. A prática contábil adotada é pelo regime de competência. As disponibilidades contemplam os numerários em caixa, saldos em conta corrente em bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Continua...

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001[illegible]388

3.2 - Estoques

Os estoques foram avaliados pelo custo médio ponderado móvel de aquisição, despojados dos impostos recuperáveis.

3.3 - Depreciação

As depreciações foram calculadas pelo método linear. A definição da vida útil econômica dos bens e do valor residual recuperável para identificação do valor depreciável, na forma prevista na NBC TG 27, aprovada pela Resolução 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade.

3.4 - Provisões

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de recebíveis, em montante considerado suficiente para cobertura da estimativa de perdas que possa ocorrer na realização dos créditos.

Nota 4 - Patrimônio Líquido

4.1 - Divisão do Capital Social

O capital social é de R$ 900.000,00 (Novecentos Mil Reais), totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:
Gilson das Neves Martins: 50% de participação
Iza Cabral Martins: 50% de participação

4.2 - Resultado do Exercício

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas deprestaçãode serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber). Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. No dia 31 de dezembro de 2022 foi apurado um lucro Liquido Acumulado no valor de R$ 1.763.562,72 (Um Milhão setecentos e sessenta e três Mile quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos)

Nota 5 - Eventos subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subseqüentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Fim

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

Contém o presente BALANÇO PATRIMONIAL 7 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 7 em uma via, todas elas já escrituradas e serviu como BALANÇO PATRIMONIAL 2022, referente ao período 01/01/2022 a 31/12/2022, com encerramento do exercício social em 31/12/2022, da firma BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, estabelecida no(a) Avenida Tefé, nº 2712, 2 ANDAR, bairro Japiim, CEP 69078-000, cidade Manaus, estado AM, inscrita no C.N.P.J. 84.544.469/0001-81 e registrada no(a) 2022 sob o nº 01 por despacho de 31/12/2022.

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001 [illegible] 990

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/024.810-1	AME2300045105	17/04/2023

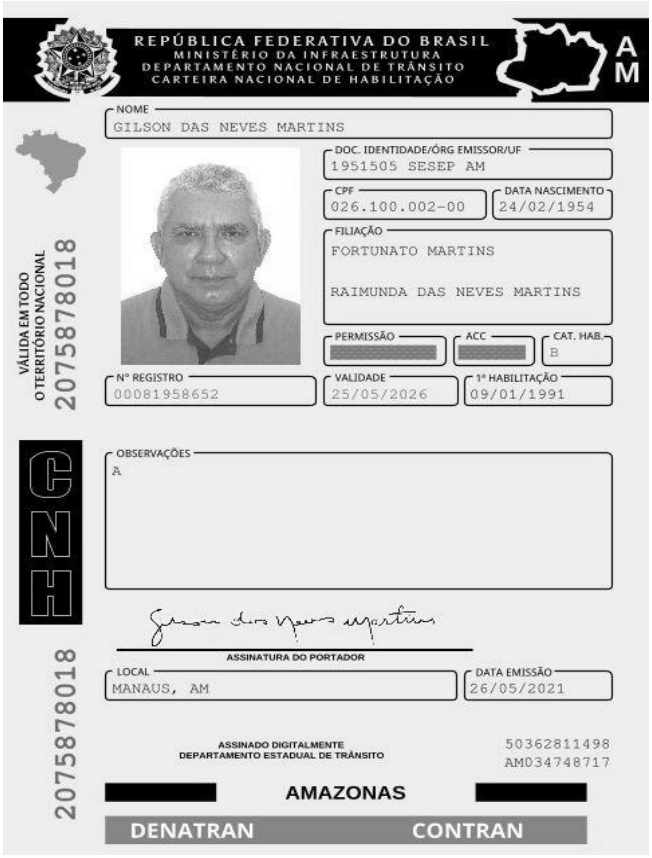
Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

CRCAM
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO AMAZONAS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : MILENA DORVALINA FREITAS DE SOUZA
REGISTRO..... : AM-015945/O-5
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.080.312-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: AMAZONAS, 10/03/2023 as 17:29:46.
Válido até: 08/06/2023.
Código de Controle: 2724.7515.2949.6590.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCAM.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001 [illegible] 394 pág. 16/20

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/024.810-1	AME2300045105	17/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.00[illegible]395

Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, de CNPJ 84.544.469/0001-81 e protocolado sob o número 23/024.810-1 em 17/04/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1329166, em 17/04/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador ALINE ARAUJO RIKER.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Eylan Manoel da Silva Lins. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 23/024.810-1.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 17/04/2023

Documento assinado eletronicamente por ALINE ARAUJO RIKER, Servidor(a) Público(a), em 17/04/2023, às 08:55.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 23/024.810-1.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
345.323.582-72	EYLAN MANOEL DA SILVA LINS

Manaus. segunda-feira, 17 de abril de 2023

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

C E R T I D Ã O E S T A D U A L D E D I S T R I B U I Ç Ã O

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

CERTIDÃO Nº: 006859804 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 31/05/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, residente na AV. TEFÉ Nº 2712, , JAPIIM, CEP: 69078-000, Manaus - AM, vinculado ao CNPJ: 84.544.469/0001-81. ***********************

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, quinta-feira, 1 de junho de 2023.

PEDIDO N°: 0006859804

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 1002333/2023
Emissão: 03/05/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: Zby2x

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA

CNPJ: 84.544.469/0001-81

Registro: 0000007211

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 900.000,00

Data do Capital: 10/07/2008

Faixa: 4

Objetivo Social: PROJETO, ASSESSORIA, CONSULTORIA, CONST., MANUT. E REPAROS DE OBRAS CIVIS; EXECUÇÃO DE INSTAL. HIDRÁULICAS, HIDRO-SANITÁRIAS, IMPERMEABILIZAÇÃO; PROJETO, ASSESSORIA, CONSULTORIA, CONST., MANUT. E REPAROS DE INSTAL. ELÉTRICAS DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO AÉREA E SUBESTAÇÕES DE ALTA E BAIXA TENSÃO E DE INSTAL. ELÉTRICAS PREDIAIS E INDUSTRIAIS DE BAIXA E MÉDIA TENSÃO; PROJETO, ASSESSORIA, CONSULTORIA, CONST., INSTAL. E MANUT. DE PAINÉIS ELÉTRICOS DE COMANDO PARA SIST. PREDIAIS E INDUSTRIAIS; ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E VENTILAÇÃO INDUSTRIAL; ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE RISCOS AMBIENTAIS - PPRA E DE CONDIÇÕES DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL - PCMAT; SERV. DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS URBANOS, RURAIS E INDUSTRAIS; SERV. DE INSTAL. E MANUT. DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES; EXECUÇÃO DE OBRAS E SERV. TÉCNICOS DE MONTAGENS E INSTAL. MECÂNICAS E OPERAÇÃO, REPAROS E MANUT. DE GRUPOS GERADORES, MOTORES A DIESEL, TANQUES RESERVATÓRIOS E TORRES DE REFRIAMENTO; MANUT. DE CALDEIRAS; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS; GERAÇÃO DE ENERGIA; ATIVIDADE DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DA OPERAÇÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA; MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; SERVIÇOS DE REDE DE TRANSPORTE DE TELECOMUNICAÇÕES; INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS; FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES; TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS.

Restrições do Objetivo Social:

Endereço Matriz: AV TEFE, 2712, JAPIIM, MANAUS, AM, 69065020

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 22/08/1996

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 2506

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (3/3)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: JUSCELINO DA FONSECA CARIOCA

Registro: 0404534686

CPF: 053.059.692-04

Data Início: 17/11/2014

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA

Atribuição: ARTIGOS 8 E 9 DA RES.218/73 DO CONFEA

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: GILSON DAS NEVES MARTINS

Registro: 0404213324

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Zby2x
Impresso em: 03/05/2023 às 16:04:51 por: adapt, ip: 170.82.175.4

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 1002333/2023
Emissão: 03/05/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: Zby2x

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CPF: 026.100.002-00
Data Início: 22/08/1996
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO - MECÂNICA
Atribuição: ART.22 RES.218/73 CONFEA,CIRC.À MEC.(MAQ.E MOT);
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Sócios

Sócio: GILSON DAS NEVES MARTINS
CNPJ: 11.642.0 / -
Função: SOCIO

Sócio: IZA CABRAL MARTINS
CNPJ: 11.643.5 / -
Função: SOCIO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Zby2x
Impresso em: 03/05/2023 às 16:04:51 por: adapt, ip: 170.82.175.4

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 1000757/2023
Emissão: 03/04/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: yC1y2

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-AM.

Interessado(a)

Profissional: JUSCELINO DA FONSECA CARIOCA
Registro: 0404534686
CPF: 053.059.692-04
Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 08/03/1985

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO ELETRICISTA
Atribuição: ARTIGOS 8 E 9 DA RES.218/73 DO CONFEA
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
Data de Formação: 04/08/1984

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA
Registro: 0000007211
CNPJ: 84.544.469/0001-81
Data Ínicio: 17/11/2014
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: yC1y2
Impresso em: 03/04/2023 às 12:10:04 por: adapt, ip: 170.82.175.12

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato de assessoria que entre si celebram de um lado, BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA , CNPJ : 84.544.469/0001- 81, situada à Av. Tefé , 2712 - Japiim, nesta cidade de Manaus – AM, doravante denominada contratante, e de outro lado, o senhor Juscelino da Fonseca Carioca , engenheiro eletricista, CREA nº 2153/D AM-RR, CPF: 053.059.692-04, RG nº 329127 Seseg - AM., residente nesta cidade de Manaus - AM, à Av. Paraíba nº. 1451 – aptº. 401, Cond. P. Águas, bairro do Adrianópolis , doravante denominado contratado, nos termos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

O contratado se obriga a prestar serviços de responsabilidade técnica na área de Engenharia Elétrica, nos limites de suas atribuições, em regime de tempo parcial, correspondente a 06 (seis) horas diárias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

O contratante obriga-se a pagar pela prestação de serviços do contratado, mensalmente, o valor de R$ 2.790,00 (Dois mil setecentos e noventa reais), já incluindo-se neste valor toda e qualquer tributação acessória definida na legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por tempo indeterminado. No caso de rescisão por interesse de uma das partes, haverá notificação com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA QUARTA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Manaus, para se dirimir quaisquer dúvidas futuras sobre este contrato.

Manaus, 15 de maio de 2009.

CONTRATANTE

BMJ – COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
Sócio-Gerente

CONTRATADO

Juscelino da Fonseca Carioca
CREA – 2153/D-AM/RR

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 403

CREA-AM

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Com Jurisdição no Estado do Amazonas

CERTIDAO DE ACERVO TECNICO
No. 34/00

NOME DO PROF.:GILSON DAS NEVES MARTINS
No. DO CREA..:1431-D - AM-RR
TITULO PROF..:ENG.OP.MOD. MECANICA, TEC.IND.ELETROTECNICA
ENDERECO.....:RUA 13 CASA 291 - JAPIIM I
MANAUS, AM
ATRIBUICOES..:ART 22 DA RES 218/73 E PAR.4 DO ART.4 DA RES.278/83,ART'S.CON

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a Resoluçao no. 317 de 31/10/86 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA consta(m) a(s) seguinte(s) Anotaçao(oes) de Responsabilidade Técnica :

1. Referente a ART No. 095495-2000 de 18/01/2000
Contratante : CEAM- COMPANHIA ENERGETICAS DO AMAZONAS
Empresa Contratada:
Local Obra/Servico: AV. 7 DE SETEMBRO, 50 CENTRO
MANAUS - AMAZONAS
Valor Obra/Servico: R$ 0.00

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
1 - SERVICOS DE INSTALACAO E MANUTENCAO MECANICA DOS GRUPOS GERADORES DIESEL DAS MARCAS: GM,ALCO,MWM,SCANIA,CUMMINS,CATEPILLAR,VILLARES,MERCEDES, REALIZADOS NO PERIODO DE 1981 A 1987. 2 - COMISSIONAMENTO E TESTE DE FUNCIONAMENTO DE (14) UNIDADES GERADORAS DIESEL DE 1000 A 2000 KV, 13.800V, 720 RPM E 60HZ NO PERIODO DE 1997 A 1998,LOCALIZADOS EM 13 USINAS NO INTERIROR DO ESTADO. 3. SUPERVISAO TECNICA DE MANUTENCAO DOS G.G. NAS POTENCIAS DE 60KW A 2500KV, DE 220V A 13.600V, DE 514 A 1800 RPM, 60HZ, NO PERIODO DE 1996 ATE PRESENTE DATA, EM (84)USINAS DO ESTADO. SERVICOS REALIZADOS POR ADMINISTRACAO DIRETA COMO FUNCIONARIO DA CEAM.XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Historico: CONFORME ATESTADO ANEXO

Manaus, 21 de JANEIRO de 2000

ENG.CIVIL MARCO AURELIO DE MENDONCA.
PRESIDENTE.

Nao Rasure - Original
Pag. 1

Engª Civil Maria Socorro L. Vasconcelos
Mat. 337/98-CREA AM
Chefe do Setor de Fiscalização

Internet:
http://www.crea-am.org.br
e-mail crea@buriti.com.br

Documento gerado pelo usuário BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 404

CEAM
COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS

CREA-
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 34,00
21 JAN 2000
Este Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para todos os fins de direito e para efeito de Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA/AM/RR, que o Eng.º Gilson das Neves Martins, portador do CREA 1431/94-D/AM/RR, empregado desta empresa, executou os serviços satisfatoriamente abaixo discriminados, objeto da ART 095495, dentro dos padrões da ABNT e normas desta Companhia. Razão pela qual não nos furtamos em expedir o presente atestado:

1 – Engenheiro de manutenção mecânico de grupos geradores diesel, composto de motores nas potências de 60 kW a 2500 kW, de 220 V a 13800 V, de 514 RPM a 1800 RPM, 60 Hz, instalação e montagem de grupos geradores, montagem e manutenção de torres de refrigeração, inspeção de equipamentos e materiais mecânicos nas usinas termoelétricas, localizadas no interior do Estado do Amazonas, no período de 1981 a 1983.

2 – Chefe da divisão de manutenção, responsável pela manutenção e instalação mecânica dos grupos geradores, instalação e manutenção de torres de refrigeração e tratamento d'água dos motores diesel, nas usinas termoelétricas, localizadas no interior do Estado do Amazonas, no período de 1984 a 1987.

3 – Chefe da seção de baixa rotação, responsável pela manutenção e instalação mecânica dos grupos geradores diesel nas rotações de 600 RPM a 720 RPM, em 17 (dezessete) usinas termoelétricas, localizadas no interior do estado do Amazonas, no período de 1991 a 1995.

4 – Comissionamento e testes de funcionamento de 14 (quatorze) unidades geradoras diesel da marca GM de 1000 kW a 2000 kW, 13800 V, 720 RPM e 60 Hz, em 13 (treze) usinas termoelétricas, localizadas no interior do estado do Amazonas, no período de 1997 a 1998.

5 – Chefe da Divisão de Manutenção Mecânica, responsável pela manutenção e instalação mecânica dos grupos geradores diesel, responsável pela inspeção de equipamentos e materiais mecânicos, em 84 (oitenta e quatro) usinas termoelétricas, localizadas no interior do Estado do Amazonas, no período de 1997 até a presente data

Obs.: Todos os serviços em destaque foram realizados como funcionário nas diversas usinas da CEAM, localizadas no interior do Estado do Amazonas.

Manaus (AM), 20 de Janeiro de 2000

Eng.º Celso Taboada Acevedo
Diretor Técnico

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 405

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certidão de Acervo Técnico

2ª Via. No. 138/2009

Nome: **JUSCELINO DA FONSECA CARIOCA**
No. CREA: **2153-D/AM-RR**
Modalidades:
ENGENHEIRO ELETRICISTA
Endereço: RUA PARAIBA - EDIFICIO ARIPUANA N.1451
APT.401 - COND. PALACIO DAS AGUAS
ADRIANOPOLIS - MANAUS/AM
Atribuições:
ARTIGOS 8 E 9 DA RES.218/73 DO CONFEA

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a resolução No. 1.025 de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA constam a(s) seguinte(s) Anotações de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 5486/2006 de 26/05/2006
Contratante: COLORTECH DA AMAZONIA LTDA
Empresa Contratada:
Local Obra/Serviço: RUA D, LOTE 10, C-4 N.
DISTRITO INDUSTRIAL II
- MANAUS/AM
Valor Obra/Serviço: R$,00
Vinculada a ART No. 7833 de 25/08/2005
Do Profissional: 2153-D/AM-RR - JUSCELINO DA FONSECA CARIOCA - ENGENHEIRO ELETRICISTA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
AUTORIA E RESPONSABILIDADE PELO PROJETO ELETRICO DE UMA
SUBESTAÇÃO ABRIGADA DE 1.025KVA.ART JA REGISTRADA C/ 45
KVA, DIFERENÇA A REGISTRA 980KVA.XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Histórico: SOLICITAÇÃO DA 2° VIA DE CERTIDÃO DE CAT N°. 138/2009, LIMITANDO ÀS ATIVIDADES DESCRITAS ACIMA, COM ÀS ATRIBUIÇÕES DO ENG. ELETRICISTA.

Manaus, 28 de Setembro de 2011

ENGENHEIRO CIVIL KASSEM ASSI
PRESIDENTE EM EXERCICIO

CONFEA CREA-AM

Selo Eletrônico de Fiscalização TJAM - Manaus/AM
AUTENTICAÇÃO AZ53420-51
Certifico que a presente cópia confere com a original. Dou Fé.
Escrevente: ROSSEANE BRANDAO DA SIL FARPAM: 0,17
Data/Hora utilização: 30/03/2015 07:36:11 D5F6-E86D-ED4B-18B4
Valor Emol.: 2,86 FUNDPGE: 0,00 FUNDPAM: 0,14
FUNDJ: 0,29 VL Ato: 1,40 ISS: 0,14

Cartório
Rosseane B. da S.
Escrevente Autorizada

Colortech
da Amazônia Ltda.

ATESTADO

Atestamos a quem interessar possa que, o Engenheiro Juscelino da Fonseca Carioca – CPF nº 053.059.692-04, devidamente registrado no CREA-AM sob o nº 2153-D, foi autor e responsável pela execução e projeto elétrico - ART nº 0005486/2008, abrangendo os serviços de montagem de uma subestação com potência de 1.025 KWA e construção de uma rede elétrica aérea subterrânea trifásica de média tensão – 13.800 KWA com conclusão dos serviços.

Manaus, 10 de dezembro de 2008

Dival Rebelatto Jr
Colortech da Amazônia Ltda

Rua Bambuzinho, Nº 532 - Distrito Industrial II - Cep.: 69075-846 - Manaus – AM
PABX: (92) 2125-7900 – FAX: (92) 2125-7901 - Site: www.colortecham.com.br

Cartório VITAL
Rosseane B. da Silva
Escrevente
Selo Eletrônico de Fiscalização TJAM - Manaus/AM
AUTENTICAÇÃO A2589075-00
Certifico que a presente cópia confere com a original. Dou Fé.
Data/Hora utilização: 30/03/2015 07:36:09 4A61-6717-D7BE-0DB3
Valor Emol.: 2,86 FUNDPGE: 0,09 FUNDEAM: 0,14
Ato: 4,40 ISS: 0,14
ORIGINAL
Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS - 10905 2022.001718 / pg. 407

ART On Line 7833/2005

CREA-AM
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
do Amazonas
ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ART Nº: **0007833/2005**
Cadastro: **25/08/2005**
Início da Obra: **25/08/2005**
Assinatura Contrato:
BAIXADA : 13/12/2007

Contratado

Nome do Profissional Responsável	Título do Profissional Responsável	Nº Reg. no CREA-AM
JUSCELINO DA FONSECA CARIOCA	ENGENHEIRO ELETRICISTA	2153-D/AM-RR
Endereço do Profissional Responsável/CEP: RUA PARAIBA - EDIFICIO ARIPUANA, 1451, APT.401 - COND. PALACIO DAS AGUAS - ADRIANOPOLIS - MANAUS/AM		Telefone Profissional: 92-3236-4618
Nome da Empresa Contratada	Nº Reg./Visto no CREA-AM	Telefone Empresa
		CPF ou CGC: 02.699.552/0001-65

Contratante

Nome do Contratante	Telefone
COLORRECH DA AMAZONIA LTDA	
Endereço para Correspondência: RUA D , 4 LOTE 10 - DISTRITO INDUSTRIAL - MANAUS/AM	

Descrição

Resumo do Contrato: Descrito da Obra e/ou Serviço Contratado. Condições. Prazo. Qualificação. Custos. e c
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
AUTORIA E RESP. TECNICA PELO PROJETO DE UMA SUBESTAÇÃO DE
45KVA. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Característica	Valor da Obra/Serviço	Valor do Honorário
Projeto	,00	,00

Assinaturas

Assinaturas

Local e Data | Profissional Responsável | Contratante

Este Documento anota perante o CREA-AM, para os efeitos legais, o Contrato Escrito ou Verbal realizado entre as Partes (Lei 6.496/77)

Reservado ao Resp. Téc.

Nome do Proprietário	CPF ou CGC
B. CARLOS DE OLIVEIRA	83640525868
Endereço da Obra e/ou Serviço: RUA D LOTE 10 , 4, - DISTRITO INDUSTRIAL 2 - MANAUS/AM	CEP

Atividade	Quantidade	Unid.	Reduções	Especificação
Subestações	45,00	KVA		Projeto e Execução

Descrição Complementar da Obra e/ou Serviço

Participação	Tipo	Vínculo	Entidade de Classe
Individual	Normal	Autonomo	A.R.T. SEM ENTIDADE INFORMADA

Vinculada à ART nº / Do Profissional / -

Valor: R$ 52,00

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 408

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certidão de Acervo Técnico

No. 481/2009

Nome: **GILSON DAS NEVES MARTINS**
No. CREA: **1431-D/AM-RR**
Modalidades:
ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO - MECÂNICA
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA
Endereço: RUA 13 N.291
CONJUNTO 31 DE MARCO
JAPIIM - MANAUS/AM
Atribuições:
ART.22 RES.218/73 CONFEA,CIRC.À MEC.(MAQ.E MOT);
ARTS.3º,4º E 5º DEC.90922/85, CIRC.A MOD.ELETROTECNICA.

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a resolução No. 317 de 31/10/1986 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA consta(m) a(s) seguinte(s) Anotações de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 9092/2007 de 31/07/2007
Contratante: SOENERGY- SISTEMAS INTERNACIONAIS DE ENERGIA ELETRICA
Empresa Contratada: BMJ-COMERCIAL E SERVICOS LTDA
Local Obra/Serviço: AV. SETE DE SETEMBRO N.50
- MANAUS/AM
Valor Obra/Serviço: R$ 283.362,38
Vinculada a ART No. 8265 de 30/10/2008
Do Profissional: 333-D/AM-RR - EMANUEL CARLOS GARRIDO NUNES - ENGENHEIRO CIVIL
SERVIÇOS DE MONTAGEM E INSTALAÇÃO ELETROMECÂNICA DE GRUPOS GERADORES 3000 KW NAS USINAS DA CEAM DE PARINTINS E TABATINGA. -Montagem e Instalação do sistema de refrigeração -Montagem e Instalação do sistema de partida

-Montagem e Instalação do sistema de aspiração de Ar - Montagem e Instalação do sistema de gases de descarga - Montagem e Instalação do sistema de combustível e oleo lubrificante-Montagem e Instalação do Grupo Gerador na Base Civil - Montagem e Instalação das cabines acusticas. -Instalação elétrica do quadro de comando e proteção - Instalação da Rede média tensão 13,8 kV - Instalação do transformador 112 KVA e resistor de aterramento-Instalação dos quadros elétricos dos equipamentos auxiliares, ventilação,iluminação tomadas.Aterramento dos equipamentos

Histórico: CONFORME ATESTADO ANEXO

Manaus, 22 de Julho de 2009

ENGENHEIRO CIVIL TELAMON BARBOSA FIRMINO NETO
PRESIDENTE

CONFEA CREA-AM

Selo Eletrônico de Fiscalização TJAM - Manaus/AM
AUTENTICAÇÃO A[illegible]88593-09
Certifico que a presente cópia confere com a original. Dou Fé
Escrevente: ROSSEANE BRANDAO DA SIL FARPAM 0,17
Data/Hora utilização: 30/03/2015 07:36:07 4546-CEA7-D75A-284E
Valor Emol.: 2,86 FUNDPGE: 0,00 FUNDIPAM: 0,14
[illegible] Ato: 4,40 ISS: 0,14

ORIGINAL
Rosseane Escrevente Autorizada

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2007.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a firma B.M.J. Comercial e Serviços LTDA., C.N.P.J. Nº 84.544.469/0001-81, situada na Av. Tefé nº 2712, executou os serviços contratados em 09/11/2006 descritos no contrato e registrado no CREA – AM; ART nº 8265. Os serviços foram executados conforme as especificações técnicas definidas em contrato.

Inicio dos serviços: 12/11/2006.
Termino dos serviços: 21/06/2007.

CREA- AM
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 3281/0
13 JUN 2008
Este Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data.

Atenciosamente,

César Serman
Diretor Técnico

Selo Eletrônico de Fiscalização TJAM - Manaus/AM
AUTENTICAÇÃO AZ587704-99
Certifico que a presente cópia confere com a original. Dou Fé.
Escrevente: ROSSEANE BRANDAO DA SIL FARPAM 0,17
Data/Hora utilização: 30/03/2015 07:36:06 E056-4379-BE4B-DBF7
Valor Emol.: 2,86 FUNDPGE: 0,09 FUNDPAM: 0,44
FUNDTJ: 0,29 Vl. Ato: 4,40 ISS: 0,14

Rosseane Brandão
Escrevente

CREA-AM
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 46470/1
27 JUL 2007
Este Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data.

Rua do Carmo, 43 , 12º andar – Centro Rio de Janeiro 20 011 020
Tel.: 021 3861 5959 – Fax.: (21) 3861 5960

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 410

CREA-AM
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
do Amazonas
ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ART Nº: **0009092/2007**
Cadastro: **31/07/2007**
Inicio da Obra: **22/07/2009**
Assinatura Contrato: **11/06/2008**
ABERTA

Contratado

Nome do Profissional Responsável	Título do Profissional Responsável	Nº Reg. no CREA-AM
GILSON DAS NEVES MARTINS	ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO - MECÂNICA	1431-D/AM-RR
Endereço do Profissional Responsável/CEP		Telefone Profissional
RUA 13 , 291, CONJUNTO 31 DE MARCO - JAPIIM - MANAUS/AM		92-3237-2736
Nome da Empresa Contratada	Nº Reg./Visto no CREA-AM	Telefone Empresa
B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA	2506	

Contratante

Nome do Contratante	CPF ou CGC
SOENERGY- SISTEMAS INTERNACIONAIS DE ENERGIA ELETRICA	03.818.451/0001-29
Endereço para Correspondência	Telefone
AV. MAX TEIXEIRA, SN, - CIDADE NOVA - FLORES - MANAUS/AM	36543294

Descrição

Resumo do Contrato: Descrito da Obra e/ou Serviço Contratado, Condições, Prazo, Qualificação, Custos, etc.

SERVIÇOS DE MONTAGEM E INSTALAÇÃO ELETROMECÂNICA DE GRUPOS GERADORES 3000 KW NAS USINAS DA CEAM DE PARINTINS E TABATINGA. -Montagem e Instalação do sistema de refrigeração -Montagem e Instalação do sistema de partida

-Montagem e Instalação do sistema de aspiração de Ar - Montagem e Instalação do sistema de gases de descarga - Montagem e Instalação do sistema de combustível e oleo lubrificante-Montagem e Instalação do Grupo Gerador na Base Civil - Montagem e Instalação das cabines acústicas. -Instalação elétrica do quadro de comando e proteção - Instalação da Rede média tensão 13,8 kV - Instalação do transformador 112 KVA e resistor de aterramento-Instalação dos quadros elétricos dos equipamentos auxiliares, ventilação, iluminação tomadas.Aterramento dos equipamentos

Característica	Valor da Obra/Serviço	Valor do Honorário
Serviço	283.362,38	

Assinaturas

Assinaturas

Local e Data — Profissional Responsável — Contratante

Este Documento arota perante o CREA-AM, para os efeitos legais, o Contrato Escrito ou Verbal realizado entre as Partes (Lei 6.496/77)

Reservado ao Resp. Téc.

Nome do Proprietário	CPF ou CGC
COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS	04.355.657/0001-22
Endereço da Obra e/ou Serviço	CEP
AV. SETE DE SETEMBRO , 50, - CENTRO - MANAUS/AM	69.005-140

Atividade	Quantidade	Unid.	Reduções	Especificação
Especial (laudo, avaliacao, relatorio, vinculacao, retificacao, aditivo, etc.)				

Descrição Complementar da Obra e/ou Serviço
CONVENIO

Participação	Tipo	Vinculo	Entidade de Classe
Equipe	Complementar	Empregador	EAPE-INSTITUTO DE AVALIACOES E PERICIAS

Vinculada à ART nº **8265/2007** Do Profissional **333-D/AM-RR - EMANUEL CARLOS GARRIDO NUNES**

Valor
R$ 30,00

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 1000761/2023
Emissão: 03/04/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: Da80x

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-AM.

Interessado(a)

Profissional: GILSON DAS NEVES MARTINS
Registro: 0404213324
CPF: 026.100.002-00
Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 03/03/1982

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO - MECÂNICA
Atribuição: ART.22 RES.218/73 CONFEA,CIRC.À MEC.(MAQ.E MOT);
Instituição de Ensino: INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA AMAZONIA - UTAM
Data de Formação: 31/03/1981

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA
Registro: 0000007211
CNPJ: 84.544.469/0001-81
Data Ínicio: 22/08/1996
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: G M SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
Registro: 0049451731
CNPJ: 30.201.080/0001-04
Data Ínicio: 10/12/2018
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Da80x
Impresso em: 03/04/2023 às 12:04:58 por: adapt, ip: 170.82.175.12

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESCOLA TECNICA FEDERAL DO AMAZONAS

DIPLOMA

O Diretor da Escola Técnica Federal do Amazonas, de acôrdo com o Art. 16 e Art. 6º da Lei nº 5.692, de 11 de agôsto de 1971, e com o disposto no Regimento Escolar, confere o T I T U L O de TECNICO EM ELETROTÉCNICA a GILSON DAS NEVES MARTINS filho(a) de FORTUNATO MARTINS e de RAIMUNDA DAS NEVES MARTINS natural de MAUÉS Estado de AMAZONAS, nascido (a) em 24 de fevereiro de 1954, por ter concluido o Curso de ELETROTÉCNICA no ano letivo de 1975.

O presente DIPLOMA outorga os direitos e prerrogativas estabelecidos nas Leis do País.

Manaus(Am) 13 de fevereiro de 1976.

Gilson das Neves Martins
DIPLOMADO(A)
GILSON DAS NEVES MARTINS

Vicente Elias de Souza Filho
Secretário(a)
VICENTE ELIAS DE SOUZA FILHO
Reg. 021

DIRETOR
JOÃO DE PINHO PESSOA NETO
(Port. 455/75)

Curso Anterior: GINASIAL

Estabelecimento: GINÁSIO "SÃO PEDRO"

Endereço :

Registrado no livro Nº 08 página 157

desta ESCOLA

Vicente Elias de Souza Filho
Secretário

	Disciplinas	No. de Horas	ANO LETIVO 1.o	2.o	3.o	4.o
FORMAÇÃO GERAL	Português	240	71	68	64	-
	Educação Artística	30	50	-	-	-
	Educação Física	270	-	-	-	-
	Inglês	60	-	50	-	-
	Geografia	60	73	-	-	-
	História	60	75	-	-	-
	Ed.Moral e Cívica	90	85	-	-	-
	O.S.P.B.	30	-	92	-	-
	Educação Religiosa	30	-	-	-	-
	Matemática	240	55	50	90	-
	Física	150	71	70	-	-
	Química	60	55	58	-	-
	Biologia	60	80	-	-	-
	Programa de Saúde	30	-	-	-	-
	Sub-total "A"	1.410	-	-	-	-
PROFISSIONALIZANTES	Eletrot. e Medidas	210	-	56	-	-
	Máq. Elétricas	195	-	-	80	56
	Eletroquímica	90	-	-	76	68
	Desenho Técnico	90	70	-	-	-
	Mec.Tec.Rest.Mater.	120	-	55	-	-
	Mecânica Aplicada	60	-	-	-	54
	Fund. de Contrôle	225	-	-	67	68
	Prát.de Laboratório	75	-	-	-	92
	Tec.Mat.Elétricos	120	-	-	72	-
	Normas e Aplicações	300	-	71	68	-
	Organiz. e Normas	90	-	-	62	-
	Eletrônica Básica	120	-	-	78	-
	Sub-total "B"	1.695	-	-	-	-

Total de Horas: . A . . . + . B . . = 3.105 *hs.*

(Estágio) = 420

O Aluno prestou Estágio Profissional no período de 01 / 07 / 75 a 27 / 01 / 76

Tendo sido aprovado seu relatório pela Portaria Nº 207/76 de 11 / 05 / 76 cumpriu 420 horas de Estágio.

Vicente Elias de Souza Filho
Responsável pelo Estágio

Espaço Reservado ao Orgão do M.E.C.

Ministério da Educação e Cultura
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
DELEGACIA REGIONAL - DR 1
REPRESENTAÇÃO NO AMAZONAS
N.º 3.800/76. Am.
Registrado as fls. 139 do Livro 06
Manaus - AM 01 de outubro de 1976
Registrado por Tereza Maia de Lima
VISTO Mª Auxiliadora M. Moreira
Representante da DR 1

OUTRAS HABILITAÇÕES:

OBSERVAÇÕES

Registrado no CREA-20ª Região
sob o número: 416 / 78
Manaus-Am.: 20 / 03 / 78

Eng.º Mec. Raimundo Lopes Filho
PRESIDENTE

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 414

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certidão de Acervo Técnico

No. 5/2012

Nome: **GILSON DAS NEVES MARTINS**
No. CREA: **1431-D/AM-RR**
Modalidades:
ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO - MECÂNICA
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA
Endereço: RUA 13 N.291
CONJUNTO 31 DE MARCO
JAPIIM - MANAUS/AM
Atribuições:
ART.22 RES.218/73 CONFEA,CIRC.À MEC.(MAQ.E MOT);
ARTS.3º,4º E 5º DEC.90922/85, CIRC.A MOD.ELETROTECNICA.

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a resolução No. 1.025 de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA constam a(s) seguinte(s) Anotações de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 15978/2011 de 13/07/2011
Contratante: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA
Empresa Contratada: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA
Local Obra/Serviço: AVENIDA SETE DE SETEMBRO N.2414
- MANAUS/AM
Valor Obra/Serviço: R$ 1.108.545,44
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE 05 (CINCO) GRUPOS GERADORES DE FABRICAÇÃO GM-EMD INSTALADOS NA USINA DA AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA NA CIDADE DE PARINTINS. COM FORNECIMENTO DE PEÇAS
GENUÍNAS NECESSÁRIAS AS RESPECTIVAS MANUTENÇÕES, COMFORME DETALHADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.
INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ON LINE
Atividade :
CONTRATO

Histórico: CONFORME ATESTADO ANEXO.

Manaus, 03 de Janeiro de 2012

ENGENHEIRO CIVIL SILVIO CEZAR OLIVEIRA SANTOS
PRESIDENTE EM EXERCICIO

CONFEA Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia — CREA-AM Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amazonas

A0238419

02 341 467/0001-20
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Av. Sete de Setembro, 2414
Cachoeirinha - CEP 69.006-141
IE 04.216.609-2
MANAUS - AM

Eletrobras
Amazonas Energia

Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
CNPJ: 02.341.467/0001-20
Endereço: Av. 7 de Setembro, 2414 – Cachoeirinha – CEP 69005-141
Telefone: (92) 2126-2206/2126-2207
Fax. (92) 3622-2406

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 182/2011

DADOS DA EMPRESA:

Nome: BMJ COMERCIAL SERVIÇOS LTDA

Endereço: Av. Tefé, 2712

CEP: 69.065-010 **Bairro:** Japiim **Cidade:** Manaus/ AM

CNPJ Nº.: 84.544.469/0001-81 **Inscrição Municipal:** 65906-01

CONTRATO:

OC. 75990/2011

Data de Assinatura do Contrato: 12 de julho de 2011

Valor da Contratação: R$ 1.108.545,44

Prazo de Execução: O prazo total de execução dos serviços será de 70 (setenta) dias.

Início: 15 de julho de 2011

Término: 31 de agosto de 2011

Responsável Técnico: Gilson das Neves Martins
Engenheiro de Operação – Mecânica
CREA: 1431-D
RNP: 040421332-4

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 05.12
03 JAN. 2012
Este Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data

DADOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

ITEM 01
Execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em 05 (cinco) grupos geradores de fabricação GM-EMD, instalados na usina da Amazonas Distribuidora de Energia S/A, na cidade de Parintins-AM, com fornecimento de peças genuínas necessárias às respectivas manutenções, objetivando a normalização das condições operacionais dos grupos geradores, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pelo fabricante, conforme detalhado no termo de referência.

ATESTADO:

Atestamos para os devidos fins que a empresa em questão cumpriu de forma satisfatória todas as condições contratuais estabelecidas, não havendo até a presente data, nada que desabone a sua conduta.

Manaus, 01 de dezembro de 2011

Engº. Antônio Jorge M. Queiroz
Líder Processo Manutenção Mecânica
Eletrobras Amazonas Energia S/A

Eletrobras Amazonas Energia S/A
Engº. Antônio Jorge M. Queiroz
CREA Nº 7118 D-AM
RNP: 040653690-2

Gestor do Contrato

CPF: 200.549.202-78

Valdeni Batista Mihomens
Gerente do Departamento de Licitação e Contratação
Eletrobras Amazonas Energia

Depto. de Licitação e Contratação

CPF: 225.718.681-87

Sarah Amaral

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 416

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 417

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certidão de Acervo Técnico

No. 5/2012

Nome: **GILSON DAS NEVES MARTINS**
No. CREA: **1431-D/AM-RR**
Modalidades:
ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO - MECÂNICA
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA
Endereço: RUA 13 N.291
CONJUNTO 31 DE MARCO
JAPIIM - MANAUS/AM
Atribuições:
ART.22 RES.218/73 CONFEA,CIRC.À MEC.(MAQ.E MOT);
ARTS.3º,4º E 5º DEC.90922/85, CIRC.A MOD.ELETROTECNICA.

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a resolução No. 1.025 de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA constam a(s) seguinte(s) Anotações de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 15978/2011 de 13/07/2011
Contratante: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA
Empresa Contratada: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA
Local Obra/Serviço: AVENIDA SETE DE SETEMBRO N.2414
- MANAUS/AM
Valor Obra/Serviço: R$ 1.108.545,44
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE 05 (CINCO) GRUPOS GERADORES DE FABRICAÇÃO GM-EMD INSTALADOS NA USINA DA AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA NA CIDADE DE PARINTINS. COM FORNECIMENTO DE PEÇAS
GENUÍNAS NECESSÁRIAS AS RESPECTIVAS MANUTENÇÕES, COMFORME DETALHADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.
INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ON LINE
Atividade :
CONTRATO

Histórico: CONFORME ATESTADO ANEXO.

Manaus, 03 de Janeiro de 2012

ENGENHEIRO CIVIL SILVIO CEZAR OLIVEIRA SANTOS
PRESIDENTE EM EXERCICIO

CONFEA Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CREA-AM Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amazonas

A0238419

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 418

CREA-AM
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amazonas

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

Original

No. 540/2003

NOME DO PROF.: GILSON DAS NEVES MARTINS
No. DO CREA..: 1431-D - AM-RR
TÍTULO PROF..: ENG.OP.MOD. MECANICA
TEC.IND.ELETROTECNICA
ENDEREÇO.....: RUA 13 N.291
JAPIIM - MANAUS/AM
ATRIBUIÇÕES..: ART 22 DA RES 218/73 E PAR.4 DO ART.4 DA RES.278/83,ART'S.CONFEA.

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a Resolução No. 317 de 31/10/1986 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA consta(m) a(s) seguinte(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 148405-2003 de 07/05/2003

Contratante : COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM
Empresa Contratada: BMJ-COMERCIAL E SERVICOS LTDA
Local Obra/Serviço: VARIOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS AM

Valor Obra/Serviço: R$ 61.800,00

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
REGISTRO E EXECUCAO DO CONTRATO N:349/02. SERVICOS DE INSTALACAO E MONTAGEM ELETROMECANICA DE 07 GRUPOS GERADORES DE ENERGIA ELETRICA DA MARCA CUMMINS,MODELO KTA-50-G9 DE 1120 KW,EM 07 USINAS DA CEAM. PRAZO DE EXECUCAO-30 DIAS.INICIO-06/01/2003. DE ACORDO COM AS ATRIBUICOES DO PROFISSIONAL, CERTIFICAMOS O PRESENTE ATESTADO CONSERENTE SOMENTE AS ATIVIDADES DA ENG. MECANICA, EXCLUINDO-SE OS SERVICOS DA ENG. ELETRICA.XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Histórico: **CONFORME ATESTADO ANEXO**

MANAUS, 30 de JULHO de 2003

ENG.CIVIL AFONSO LUIZ COSTA LINS JÚNIOR
PRESIDENTE

Rua Costa Azevedo, 174 - Centro
CEP. 69010-230 - Manaus/AM
Fone: (92) 627-9100
Fax: (92) 627-9122
www.crea-am.org.br
geinf@crea-am.org.br
ouvidoria@crea-am.org.br

Documento(s) Habilitação BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (1090257) SEI 2022.001718 / pg. 419

CEAM
COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS
Av. Sete de Setembro, 50 - Centro / Manaus – AM

Eletrobrás
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Nº 022/2003

1. DADOS DA EMPRESA:

Nome: BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA

Endereço: Av. Tefé, 2712 – Japiim – Manaus/ AM

CNPJ Nº : 84544469/0001-81

2. CONTRATO :

Nº 349/02
Prazo : 30 dias

3. DADOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS :

Serviço de instalação e montagem eletromecânica de 07 (sete) grupos geradores de energia elétrica de marca CUMMINS modelo KTA – 50 – G9, com potência contínua de 1120KW, equipamentos auxiliares e acessórios, em 07 (sete) usinas termelétricas da CEAM, localizadas nas cidades de Apuí, Carauari, Castanho, Coari, Iranduba, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga, no Estado do Amazonas.

4. ATESTADO :

Atestamos para os devidos fins que a empresa em questão cumpriu de forma satisfatória todas as condições contratuais estabelecidas, não havendo até a presente data, nada que desabone a sua conduta.

Data:	
09.07.03	Engº Hildebrando Carvalho Departamento de Projetos Gerente

Dário Pereira Rodrigues
Gerente da Comissão de Compras
CEAM

CREA-AM
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 540/03
30 JUL 2003
Este Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data.

Emitido por: Rosileny

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA

A BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, declara que possui na sua equipe técnica funcionários referentes às áreas de nível superior em Elétrica, Eletrotécnica, mecânica ou áreas afins, responsável para efetuar a proposta de manutenção predial do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS com registro (s) e habilitado (s) na entidade competente, os quais deverão acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

Eng. Eletricista Juscelino da Fonseca carioca CREA 2153D AM-RR
Serviços executados: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS ACERVO N. 529/2012
Eng. Mecânico/Eletrotécnico Gilson das Neves Martins CREA 1431D AM-RR

BRENDON WASHINGTON MELO DE SOUZA – Eletricista
RG: 2725279-5
CPF: 022.159.212-18
FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA VIANA - Auxiliar de Manutenção
RG: 1345359
CPF: 011.307.182-55
LUIZ MIGUEL ROQUE DA SILVA - Eletricista
RG: 3123128-4
CPF: 027.259.472-51
VITOR LIMA DA SILVA- Auxiliar de Eletricista
RG: 3444429-7
CPF: 704.092.162-67

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.



_____
BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

Para cumprimento da Seção 7 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico 4.028-2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, sob regime de empreitada por preço global, DECLARAMOS que a empresa BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 84.544.469/0001-81, representada pelo(a) Sr.(a) GILSON DAS NEVES MARTINS, portador(a) do documento de identidade nº 0195150-5-SSP, optou por não vistoriar o local dos serviços.

DECLARAMOS, ainda, nos termos do Subitem 7.1.2.3 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº10.2023.DEAC.1034369.2022.001718, que quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos não serão considerados nem usados como possível juízo de valor a respeito afim de compensações futuras.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.

_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU PEQUENO PORTE

Em conformidade com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 28.182 de 18 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido às Microempresa (s) e Empresa (s) de Pequeno porte, nas licitações de bens, serviços e obras na Administração Pública Estadual Direta e Indireta:

A BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº84.544.469/0001-81, por intermédio de seu contador o (a) Sr. (a) GILSON DAS NEVES MARTINS, portador (a) da carteira de identidade nº 0195150-5 e CPF nº 026.100.002-00 DECLARA, para fins do disposto no item §4 do artigo 3º da lei Complementar nº 123/06, do Edital de Licitações, modalidade **Pregão Eletrônico nº 4.028/2023** sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.

_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Para cumprimento do Subitem 10.9.2 do Edital do Pregão Eletrônico 4.028/2023-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é a contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, sob regime de empreitada por preço global, a empresa, inscrita no CNPJ: nº 84.544.469/0001-81, representada pelo(a) Sr.(a) GILSON DAS NEVES MARTINS, portador(a) do documento de identidade nº 0195150-5-SSP, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
b) O documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;
c) Cumpre plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6.2., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
d) Não possui em seu quadro de pessoal, não utilizará, nem manterá relações comerciais com outras organizações que utilizem, sob qualquer pretexto, trabalho forçado e/ou empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
e) A prestação dos serviços da proposta está sujeita às condições especiais estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho e Termos Aditivos vigentes, celebrados entre os sindicatos patronais e as categorias profissionais pertinentes;
f) Cumpre e cumprirá todas as exigências das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como apresentará documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, durante toda a vigência contratual;
g) Apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis

para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
h) Está ciente da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;
i) Caso seja declarada vencedora da Licitação, declara possuir estrutura física mínima na cidade de MANAUS, para garantir a qualidade no atendimento à CONTRATANTE, em vista da natureza do objeto especificado, com autonomia para resolver as questões relacionadas à prestação dos serviços, para o atendimento das solicitações do Contratante, disponível nos casos em que for necessário atendimento em caráter excepcional;
j) Está ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO

FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM,
Enviar os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento à CONTRATANTE no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;
k) O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços; e que
l) Executará os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas e quantitativos fornecidos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e, caso seja vencedora da licitação, pelos preços e prazos apresentados.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.



_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO EDITAL E DOCUMENTOS

Declaro que a BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA recebeu o edital da PE 4.028/2023 do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está recebeu toda a documentação, elementos e informações necessários para a elaboração de proposta de preço, vinculada ao processo licitatório acima epigrafado.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.



_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES

Declaramos, para cumprimento do Edital referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 4.028/2023, que a Empresa BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, representada neste ato pelo seu responsável técnico ou representante legal, o Sr. (a) Gilson das Neves Martins, portador do documento de identidade nº0195150-5, tem conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da licitação.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.



_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

A empresa BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ nº. 84.544.469/0001-81, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) GILSON DAS NEVES MARTINS, portador (a) da Carteira de Identidade nº. 0195150-5 e do CPF nº. 026.100.002-00, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7 da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº. 4.358, de 05 de setembro de 2002, c/c o artigo 27, inciso V, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescida pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, ao previsto no instrumento convocatório para o **Pregão Eletrônico 4.028/2023 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS,** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (?).

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.

_____
BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 84.544.469/0001-81, sediada na Av. Tefé, 2712 – Japiim em Manaus-AM, declara, sob as penas da lei que não está em processo de falência ou concordata, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.

_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINIST ÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

GILSON DAS NEVES MARTINS, portador da Cédula de Identidade RG nº 0195150-5-SSP e do CPF nº 026.100.002-00, como representante devidamente constituído de BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n°: 84.544.469/0001-81, doravante denominado Licitante, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) A proposta apresentada para participar do **Pregão Eletrônico Nº 4.028/2023**, foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 4.028/2023,** por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **Pregão Eletrônico Nº 4.028/2023** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico 4.028/2023**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº4.028/2023** quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Pregão Eletrônico Nº 4.028/2023** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do **MINIST ÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** antes do início do certame; e

(e) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.

_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINIST ÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrito (a) no CNPJ n°. 84.544.469/0001-81, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) GILSON DAS NEVES MARTINS, portador (a) da Carteira de Identidade nº 0195150-5 e do CPF nº 026.100.002-00 DECLARA:

1) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

2) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3) que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.

_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINIST ÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES DO EDITAL

A licitante BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, estabelecida na Av. Tefé, 2712 – Japiim em Manaus-AM, inscrito (a) no CNPJ n°. 84.544.469/0001-81, por seu representante legal abaixo assinado, GILSON DAS NEVES MARTINS, RG nº 0195150-5 e do CPF nº 026.100.002-00, DECLARA, para fins de direito e sob as penas da lei, que tomou pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços, objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, tendo recebido as informações que se fizeram necessárias, e, portanto, não deixando dúvidas em relação ao Instrumento Convocatório.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.

_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINIST ÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, endereço Av. Tefé, 2712 Japiim, CNPJ 84.544.469/0001-81, DECLARA, sob as penas cabíveis que cumpre todos os requisitos exigidos no Edital para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

DECLARA, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará a reparação civil das perdas e danos a Declarante.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.

_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINIST ÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO VERACIDADE

A BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA estabelecida à Av. Tefé, 2712 – Japiim em Manaus-AM, inscrita no CNPJ sob n° 84.544.469/0001-81, neste ato representada pelo seu representante GILSON DAS NEVES MARTINS, RG 0195150-5, no uso de suas atribuições legais DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que a documentação e declarações apresentadas são fieis e verdadeiros.

Manaus/AM, 30 de maio de 2023.

_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINIST ÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES E APARELHAMENTO

A BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n. º 84.544.469/0001-81, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o (a) Sr. (a) Gilson das Neves Martins, portador (a) da Carteira de Identidade n. º 0195150-5 e do CPF n. º 026.100.002-00, DECLARA, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá das instalações, dos equipamentos adequados e suficiente considerados essenciais para a execução contratual, conforme previsto no Termo de Referência.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL

A BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n. º 84.544.469/0001-81, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o (a) Sr. (a) Gilson das Neves Martins, portador (a) da Carteira de Identidade nº 0195150-5 e do C.P.F. nº 026.100.002-00, DECLARA, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá de responsável técnico Sr. (a). Gilson das Neves Martins CREA nº1431D AM-RR, CPF nº 026.100.002-00, responsável técnico adequado e suficiente considerados essencial conforme objetivo social da empresa para a execução contratual e no limite das atribuições do responsável técnico.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.

_____

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINIST ÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ N. º: °84.544.469/0001-81, com sede na à Av. Tefé, 2712 – Japiim em Manaus-AM, n. º de inscrição: 04.128.026-1, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) GILSON DAS NEVES MARTINS, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 0195150-5 e do CPF/MF n.º 026.100.002-00, DECLARAMOS para devidos fins nos comprometemos vinculação contratual futura de funcionários que tenham faltado em nossa apresentação técnica caso nos sagramos vencedores do certame.
Declaramos ainda que para futura contratação teremos instalações, aparelhamentos e pessoal técnico essenciais para execução contratual.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.

_____
BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Ao
MINIST ÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023-CPL/MP/PGJ
Manaus/AM

DECLARAÇÃO DE APARELHAMENTO

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrita (o) no CNPJ sob o Nº 84.544.469/0001-81, com sede Av. Tefé, N. 2712 JPIIM, representada neste ato por intermédio de seu Sócio Diretor Gilson das Neves Martins. CPF n°.026.100.002-00 identidade n°. 0195150-5 SSP/AM, Casado, Residente na rua 13, n. 291 Japiim I, interessada (o) em participar do: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.028/2023**, que disporemos na ocasião da contratação as instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual e forneceremos todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição. Abaixo a lista de indicação das instalações, equipamentos e materiais disponíveis para a realização do objeto da licitação.

1. Máquinas de produção de Betão e preparação de material
- Betoneira
- Dispositivos de pesagem e medição para inertes e aglomerantes
- Pás de arrasto e equipamento para alimentação das betoneiras
- Silos para inertes e aglomerantes
- Britadeiras e moinhos
- Crivos e equipamento de classificação de inertes
- Máquinas para lavagens de areia e de brita - Vibradores (aplicados ao betão e à cofragem)

2. Máquinas de transporte e elevação
- Gruas
- Pórticos e pontes-rolantes
- Elevadores e monta-cargas
- Correias transportadoras e transportadores helicoidais
- Bombas de Betão, bombas de cimento, equipamento para injeção de cimento
- Outras máquinas de elevação
- Carros transportadores eléctricos e diesel, empilhadores
- Locomotivas e vagonetas sobre carris
- Camiões, viaturas basculantes, reboques, máquinas de tração

3. Outras máquinas, equipamentos de estaleiros de obra
- Máquinas para o trabalho de metais
- Máquinas para o trabalho de madeiras
- Carros de passageiros, motociclos, caminhões
- Barracas, barracões, carros-alojamento, equipamentos de escritório
- Máquinas de medição e de laboratório

- Andaimes tubulares, estruturas metálicas, estacas-pranchas
- Cofragens, suportes de Cofragens e apoios
- Máquinas diversas

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Manaus/AM, 30 de junho de 2023.



BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.
GILSON DAS NEVES MARTINS
SÓCIO-ADMINISTRADOR

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 12/07/2023 10:27:20

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**
CNPJ: **84.544.469/0001-81**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

Original

No. 540/2003

5º Tabelionato de Notas
15 OUT. 2007
SELO DE FISCALIZAÇÃO
Corregedoria-Geral da Justiça - AM
CNM
Autenticação
ABN82080

NOME DO PROF.: GILSON DAS NEVES MARTINS
No. DO CREA..: 1431-D - AM-RR
TÍTULO PROF..: ENG.OP.MOD. MECANICA
TEC.IND.ELETROTECNICA
ENDEREÇO.....: RUA 13 N.291
JAPIIM - MANAUS/AM
ATRIBUIÇÕES..: ART 22 DA RES 218/73 E PAR.4 DO ART.4 DA RES.278/83,ART'S.CONFEA.

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a Resolução No. 317 de 31/10/1986 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA consta(m) a(s) seguinte(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 148405-2003 de 07/05/2003

Contratante : COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM
Empresa Contratada: BMJ-COMERCIAL E SERVICOS LTDA
Local Obra/Serviço: VARIOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS AM

Valor Obra/Serviço: R$ 61.800,00

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
REGISTRO E EXECUCAO DO CONTRATO N:349/02. SERVICOS DE INSTALACAO E MONTAGEM ELETROMECANICA DE 07 GRUPOS GERADORES DE ENERGIA ELETRICA DA MARCA CUMMINS,MODELO KTA-50-G9 DE 1120 KW,EM 07 USINAS DA CEAM. PRAZO DE EXECUCAO-30 DIAS.INICIO-06/01/2003. DE ACORDO COM AS ATRIBUICOES DO PROFISSIONAL, CERTIFICAMOS O PRESENTE ATESTADO CONSERENTE SOMENTE AS ATIVIDADES DA ENG. MECANICA, EXCLUINDO-SE OS SERVICOS DA ENG. ELETRICA.XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Histórico: CONFORME ATESTADO ANEXO

MANAUS, 30 de JULHO de 2003

Comissão Permanente de Licitação - CPL/MPI/AM
Documento Convalidado em:
Manaus, 07 / 07 / 2023
Membro CPL

ENG.CIVIL AFONSO LUIZ COSTA LINS JÚNIOR
PRESIDENTE

Rua Costa Azevedo, 174 - C
CEP. 69010-230 - Manaus/A
Fone: (92) 627-9100
Fax: (92) 627-9122
www.crea-am.org.br
geinf@crea-am.org.br
ouvidoria@crea-am.org.br

Documento(s) QUALIFICACAO TECNICA B. M. J. COM. E SERV. LTDA (1090270) SEI 2022.001718 / pg. 439

CEAM
COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS

Av. Sete de Setembro, 50 - Centro - Manaus - AM

Eletrobrás
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Nº 022/2003

1. DADOS DA EMPRESA:

Nome: BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA

Endereço: Av. Tefé, 2712 – Japiim – Manaus/ AM

CNPJ Nº : 84544469/0001-81

Comissão Permanente de Licitação - CPL IMPIAM
Documento Conferido em:
Manaus, 07/04/2023
Membro CPL

2. CONTRATO :

Nº 349/02
Prazo : 30 dias

3. DADOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS :

Serviço de instalação e montagem eletromecânica de 07 (sete) grupos geradores de energia elétrica de marca CUMMINS modelo KTA – 50 – G9, com potência continua de 1120KW, equipamentos auxiliares e acessórios, em 07 (sete) usinas termelétricas da CEAM, localizadas nas cidades de Apuí, Carauari, Castanho, Coari, Iranduba, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga, no Estado do Amazonas.

4. ATESTADO :

Atestamos para os devidos fins que a empresa em questão cumpriu de forma satisfatória todas as condições contratuais estabelecidas, não havendo até a presente data, nada que desabone a sua conduta.

Data:

09.07.03

Dário Pereira Rodrigues
Gerente da Comissão de Compras
CEAM

3º Tabelionato de Notas
Carvalho
Departamento de Projetos
Gerente

Corregedoria-Geral da Justiça - AM
GBM
Autenticação
ABN82081

CREA-AM
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº
30 JUL 2003

Emitido por: Rosileny

Documento(s) QUALIFICACAO TECNICA B. M. J. COM. E SERV. LTDA (1090270) SEI 2022.001718 / pg. 440

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AM

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

ART ART
Nº 0001484052003

INICIAL

1. Responsável Técnico

GILSON DAS NEVES MARTINS
Título profissional: **ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO - MECÂNICA, TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA**
Empresa contratada: **B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**
RNP: **040421332-4**
Registro: **000000721-1**

2. Contratante

Contratante:
CPF/CNPJ:
Nº:
Complemento:
Bairro:
Cidade:
UF:
CEP:
País: **Brasil**
Telefone:
Email:
Contrato: **0420030148405**
Celebrado em:
Valor: **R$ 61.800,00**
Tipo de contratante: **Tipo do contratante não identificado**
Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário:
VARIOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS
CPF/CNPJ:
Nº:
Complemento:
Bairro:
Cidade:
UF: **AM**
CEP: . -
Telefone:
Email:
Coordenadas Geográficas: **Latitude:** **Longitude:**
Data de Início: **07/05/2003**
Previsão de término: **Não especificado**
Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

4. Atividade Técnica

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
REGISTRO E EXECUCAO DO CONTRATO N:349/02. SERVICOS DE INSTALACAO E
MONTAGEM ELETROMECANICA DE 07 GRUPOS GERADORES DE ENERGIA ELETRICA
DA MARCA CUMMINS,MODELO KTA-50-G9 DE 1120 KW,EM 07 USINAS DA CEAM.
PRAZO DE EXECUCAO-30 DIAS.INICIO-06/01/2003. DE ACORDO COM AS ATRI-
BUICOES DO PROFISSIONAL, CERTIFICAMOS O PRESENTE ATESTADO CONSERENTE
SOMENTE AS ATIVIDADES DA ENG. MECANICA, EXCLUINDO-SE OS SERVICOS DA
ENG. ELETRICA.XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

GILSON DAS NEVES MARTINS - CPF: 026.100.002-00

_____, _____ de _____ de _____
Local data

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

O profissional declara serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assume todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro e no art. 10º do Código de Ética Profissional instituído pela Resolução 1002/02 das Condutas Vedadas.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 263,00** Pago em: **07/05/2003** Nosso Número: **8300855427**

Comissão Permanente de Licitação
Documento Conferido em:
Manaus, 07 / 07 / 2023

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: 8By15
Impresso em: 20/06/2018 às 14:26:14 por: , ip: 201.75.25.39

Documento(s) QUALIFICACAO TECNICA B. M. J. COM. E SERV. LTDA (1090270) SEI 2022.001718 / pg. 441

Documento(s) QUALIFICACAO TECNICA B. M. J. COM. E SERV. LTDA (1090270) SEI 2022.001718 / pg. 442

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certidão de Acervo Técnico

No. 5/2012

Nome: **GILSON DAS NEVES MARTINS**
No. CREA: **1431-D/AM-RR**
Modalidades:
ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO - MECÂNICA
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA
Endereço: RUA 13 N.291
CONJUNTO 31 DE MARCO
JAPIIM - MANAUS/AM
Atribuições:
ART.22 RES.218/73 CONFEA,CIRC.À MEC.(MAQ.E MOT);
ARTS.3º,4º E 5º DEC.90922/85, CIRC.A MOD.ELETROTECNICA.

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a resolução No. 1.025 de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA constam a(s) seguinte(s) Anotações de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 15978/2011 de 13/07/2011
Contratante: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA
Empresa Contratada: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA
Local Obra/Serviço: AVENIDA SETE DE SETEMBRO N.2414
- MANAUS/AM
Valor Obra/Serviço: R$ 1.108.545,44
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE 05 (CINCO) GRUPOS GERADORES DE FABRICAÇÃO GM-EMD INSTALADOS NA USINA DA AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA NA CIDADE DE PARINTINS. COM FORNECIMENTO DE PEÇAS
GENUÍNAS NECESSÁRIAS AS RESPECTIVAS MANUTENÇÕES, COMFORME DETALHADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ON LINE
Atividade :
CONTRATO

Histórico: CONFORME ATESTADO ANEXO.

Manaus, 03 de Janeiro de 2012

ENGENHEIRO CIVIL SILVIO CEZAR OLIVEIRA SANTOS
PRESIDENTE EM EXERCICIO

CONFEA CREA-AM

Comissão Permanente de Licitação - CPL/MDIAM
Documento Conferido em
Manaus, 07/07/2022

Documento(s) QUALIFICACAO TECNICA B. M. J. COM. E SERV. LTDA (1090270) SEI 2022.001718 / pg. 443

02 341 467/0001-20
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Av. Sete de Setembro, 2414
Cachoeirinha - CEP 69.005-141
IE 04.216.609-2
MANAUS - AM

Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
CNPJ: 02.341.467/0001-20
Endereço: Av. 7 de Setembro, 2414 -
Cachoeirinha – CEP 69005-141
Telefone: (92) 2126-2206/2126 2207
Fax: (92) 3622-2406

Eletrobras
Amazonas Energia

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 182/2011

DADOS DA EMPRESA:

Nome: BMJ COMERCIAL SERVIÇOS LTDA

Endereço: Av. Tefé, 2712

CEP: 69.065-010 **Bairro:** Japiim **Cidade:** Manaus/ AM

CNPJ Nº.: 84.544.469/0001-81 **Inscrição Municipal:** 65906-01

Comissão Permanente de Licitação - PLIMDIAM
Documento Conferido em
Manaus, 07/05/2023

CONTRATO:

OC. 75990/2011

Data de Assinatura do Contrato: 12 de julho de 2011

Valor da Contratação: R$ 1.108.545,44

Prazo de Execução: O prazo total de execução dos serviços será de 70 (setenta) dias.

Início: 15 de julho de 2011

Término: 31 de agosto de 2011

Responsável Técnico: Gilson das Neves Martins
Engenheiro de Operação – Mecânica
CREA: 1431-D
RNP: 040421332-4

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 05.12
03 JAN. 2012
Este Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data / /

DADOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

ITEM 01

Execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em 05 (cinco) grupos geradores de fabricação GM-EMD, instalados na usina da Amazonas Distribuidora de Energia S/A, na cidade de Parintins-AM, com fornecimento de peças genuínas necessárias às respectivas manutenções, objetivando a normalização das condições operacionais dos grupos geradores, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pelo fabricante, conforme detalhado no termo de referência.

ATESTADO:

Atestamos para os devidos fins que a empresa em questão cumpriu de forma satisfatória todas as condições contratuais estabelecidas, não havendo até a presente data, nada que desabone a sua conduta.

Manaus, 01 de dezembro de 2011

Engº. Antônio Jorge M. Queiroz
Líder Processo Manutenção Mecânica
Eletrobras Amazonas Energia S/A

Eletrobras Amazonas Energia S/A
Engº. Antônio Jorge M. Queiroz
CREA Nº 7118 D-AM
RNP: 040653690-2

Gestor do Contrato
CPF: 200.549.202-

Valdenilza Brisola Milhomens
Gerente do Departamento de
Eletrobras Amazonas Energia

Depto. de Licitação e Contratação
CPF: 225.718.681-87

17

Sarah Amaral

Documento(s) QUALIFICACAO TECNICA B. M. J. COM. E SERV. LTDA (1090270) SEI 2022.0017187 pg. 444

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTROLE INTERNO

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

20110816v84544469000181

Número da Nota	00000636
Data e Hora de Emissão	16/08/2011 10:17:0
Código de Verificação	R1YU-4RVP

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome Fantasia: **BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA**
CPF/CNPJ: **84.544.469/0001-81**
Nome/Razão Social: **B M J COM E SERV LTDA**
Inscrição Municipal: **065.906-01**
Endereço: **AVN TEFE 2712 - JAPIIM - CEP: 69078-000**
Município: **Manaus**
UF: **AM**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**
CPF/CNPJ: **02.341.467/0001-20**
Inscrição Municipal: **082.135-01**
Endereço: **AVN 7 DE SETEMBRO 2414, CACHOEIRINHA - CACHOEIRINHA - CEP: 69005-141**
Município: **Manaus**
UF: **AM** E-mail: **cleber.porto@amazonasenergia.gov.br**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO GRUPO GERADOR GM 16-645 F4B SÉRIE Nº1015 DE 2000KW DA USINA DE PARINTINS; CONFORME CONTRATO OC Nº 75990/2011 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº 026/2011. R$ 180.653,00

INSS (11% X R$ 180.653,00) R$ 19.871,83

ISENTO DE RETENÇÃO DO IR E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS, CONFORME ART. 3º, INC. IN XI 480/04 SIMPLES NACIONAL.

Comissão Permanente de Licitação - CPL/IMPU/AM
Documento Conferido em:
Manaus, 07/07/2023
Ma...

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 180.653,00

INSS (R$)	IRPJ (R$)	CSLL (R$)	COFINS (R$)	PIS/PASEP (R$)
19.871,83	0,00	0,00	0,00	0,0(

Código do Serviço

07.01.1 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

Valor Total das Deduções (R$)	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	180.653,00	5,00%	9.032,65	0,0(

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 1.090, DE 29/12/2006(DOM-MANAUS, DE 29/12/2006)
- O ISS desta NFS-e será RETIDO pelo Tomador de Serviço
- O ISS desta NFS-e é devido FORA do Município de Manaus.
- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Para maiores informações, consultar a página http://nfse.manaus.am.gov.br

19

Documento(s) gerado(s) a partir do processo SEI 2022.001718 (B.M.J COM E SERV LTDA 61090370) - SEI 2022.001718 / pg. 445

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTROLE INTERNO

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

20110902u84544469000181

Número da Nota	00000640
Data e Hora de Emissão	02/09/2011 12:20:2
Código de Verificação	RBXP-DKUG

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome Fantasia: **BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA**
CPF/CNPJ: **84.544.469/0001-81**
Nome/Razão Social: **B M J COM E SERV LTDA** Inscrição Municipal: **065.906-01**
Endereço: **AVN TEFE 2712 - JAPIIM - CEP: 69078-000**
Município: **Manaus** UF: **AM**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**
CPF/CNPJ: **02.341.467/0001-20**
Endereço: **AVN 7 DE SETEMBRO 2414, CACHOEIRINHA - CACHOEIRINHA - CEP: 69005-141** Inscrição Municipal: **082.135-01**
Município: **Manaus** UF: **AM** E-mail: **cleber.porto@amazonasenergia.gov.br**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO GRUPO GERADOR GM 20-645 F4B SÉRIE Nº1187 DE 2500KW DA USINA DE PARINTINS; CONFORME OC Nº75990/2011 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº 026/2011.
R$ 91.340,00

INSS (11% X R$ 91.340,00) R$ 10.047,40

ISENTO DE RETENÇÃO DO IR E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS, CONFORME ART. 3°, INC. XI IN 480/04 SIMPLES NACIONAL.

Comissão Permanente de Licitação - DOI Manaus
Documento Convalidado em
Manaus, 07 / 07 / 2022
Membro CPL

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 91.340,00

INSS (R$)	IRPJ (R$)	CSLL (R$)	COFINS (R$)	PIS/PASEP (R$)
10.047,40	0,00	0,00	0,00	0,0

Código do Serviço

07.01.1 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

Valor Total das Deduções (R$)	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	91.340,00	5,00%	4.567,00	0,0

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 1.090, DE 29/12/2006(DOM-MANAUS, DE 29/12/2006)
- O ISS desta NFS-e será RETIDO pelo Tomador de Serviço
- O ISS desta NFS-e é devido FORA do Município de Manaus
- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Para maiores informações, consultar a página http://nfse.manaus.am.gov.br

20

Documento(s) QUALIFICACAO TECNICA B.M.J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA (1544690670) ... SEI 2022.001718 / pg. 446

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTROLE INTERNO

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

20110824u84544469000181

Número da Nota	00000639
Data e Hora de Emissão	24/08/2011 12:27:4
Código de Verificação	FXLE-CTRG

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome Fantasia: **BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA**

CPF/CNPJ: **84.544.469/0001-81** Inscrição Municipal: **065.906-01**

Nome/Razão Social: **B M J COM E SERV LTDA**

Endereço: **AVN TEFE 2712 - JAPIIM - CEP: 69078-000**

Município: **Manaus** UF: **AM**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**

CPF/CNPJ: **02.341.467/0001-20** Inscrição Municipal: **082.135-01**

Endereço: **AVN 7 DE SETEMBRO 2414, CACHOEIRINHA - CACHOEIRINHA - CEP: 69005-141**

Município: **Manaus** UF: **AM** E-mail: **cleber.porto@amazonasenergia.gov.br**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO GRUPO GERADOR GM 20-645 F4B SÉRIE Nº1019 DE 2500KW DA USINA DE PARINTINS; CONFORME CONTRATO OC Nº75990/2011 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº026/2011. R$ 45.170,00

INSS (11% X R$ 45.170,00) R$ 4.968,70

ISENTO DE RETENÇÃO DO IR E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS, CONFORME ART. 3º, INC. XI IN 480/04 SIMPLES NACIONAL.

Comissão Permanente de Licitação - CPL/MP/SEMAD
Documento Convalidado em:
Manaus, 07/07/2023
Membro CPL

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 45.170,00

INSS (R$)	IRPJ (R$)	CSLL (R$)	COFINS (R$)	PIS/PASEP (R$)
4.968,70	0,00	0,00	0,00	0,0(

Código do Serviço

07.01.1 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

Valor Total das Deduções (R$)	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	45.170,00	5,00%	2.258,50	0,0(

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 1.090, DE 29/12/2006(DOM-MANAUS, DE 29/12/2006)
- O ISS desta NFS-e será RETIDO pelo Tomador de Serviço
- O ISS desta NFS-e é devido FORA do Município de Manaus
- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Para maiores informações, consultar a página http://nfse.manaus.am.gov.br

21

Documento(s) gerado(s) por NFS-E MANAUS B M J COM E SERV LTDA (1680270) - SEI 2022.001718 / pg. 447

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTROLE INTERNO

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

20110804u84544469000181

Número da Nota	00000628
Data e Hora de Emissão	04/08/2011 09:48:1
Código de Verificação	JEPG-HULB

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome Fantasia: **BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA**

CPF/CNPJ: **84.544.469/0001-81** Inscrição Municipal: **065.906-01**

Nome/Razão Social: **B M J COM E SERV LTDA**

Endereço: **AVN TEFE 2712 - JAPIIM - CEP: 69078-000**

Município: **Manaus** UF: **AM**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**

CPF/CNPJ: **02.341.467/0001-20** Inscrição Municipal: **082.135-01**

Endereço: **AVN 7 DE SETEMBRO 2414, CACHOEIRINHA - CACHOEIRINHA - CEP: 69005-141**

Município: **Manaus** UF: **AM** E-mail: **cleber.porto@amazonasenergia.gov.br**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO GRUPO GERADOR GM 16-567 D4 SÉRIE N°1035 DE 1500KW DA USINA DE PARINTINS; CONFORME CONTRATO OC N° 75990/2011 E TERMO DE REFERÊNCIA N°026/2011. R$ 67.254,00

INSS (11% X R$ 67.254,00) R$ 7.397,94

ISENTO DE RETENÇÃO DO IR E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS, CONFORME ART. 3°, INC. XI IN 480/04 SIMPLES NACIONAL.

Documento Comprobatório de Licitação - CPL/MANAUS
Documento Conferido Eletronicamente
Manaus, 07/07/2023
Assinatura

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 67.254,00

INSS (R$)	IRPJ (R$)	CSLL (R$)	COFINS (R$)	PIS/PASEP (R$)
7.397,94	0,00	0,00	0,00	0,00

Código do Serviço

07.01.1 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

Valor Total das Deduções (R$)	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	67.254,00	5,00%	3.362,70	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 1.090, DE 29/12/2006(DOM-MANAUS, DE 29/12/2006)
- O ISS desta NFS-e será RETIDO pelo Tomador de Serviço
- O ISS desta NFS-e é devido FORA do Município de Manaus
- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Para maiores informações, consultar a página http://nfse.manaus.am.gov.br

22

Documento(s) protocolado(s) na Prefeitura Municipal de Manaus em 07/07/2023 12:22:00 (GMT-04:00) pg. 448

DECLARAÇÕES

UASG 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Pregão Nº 40282023 **- (Decreto Nº 10.024/2019)**

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Porte da Empresa
04.744.916/0001-07	SERV ENGENHARIA E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	ME/EPP

Data Declarações: 29/06/2023 11:26 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

84.544.469/0001-81 B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA ME/EPP

Data Declarações: 29/06/2023 15:18 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

15.715.637/0001-31 C. E. LIMA DE AGUIAR ME/EPP

Data Declarações: 29/06/2023 17:56 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

28.175.392/0001-49 HELTH TECH MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ME/EPP

Data Declarações: 29/06/2023 18:08 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

02.287.291/0001-76 NAGTEC LTDA ME/EPP

Data Declarações: 29/06/2023 23:14 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

12.114.056/0001-56 GENESYS SERVICOS E COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME/EPP

Data Declarações: 29/06/2023 23:44 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

03.202.674/0001-67 POLO ENGENHARIA.COM LTDA ME/EPP

Data Declarações: 30/06/2023 09:05 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

Imprimir o Relatório

Fechar

925849.40282023 .11120 .4201 .2293620435

Procuradoria Geral de Justiça

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 04028/2023

Às 10:00 horas do dia 04 de julho de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal ATO PGJ 161/2022 de 12/07/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 2022.001718, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 04028/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas - PGJ, pelo período de 12 meses.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1
Descrição: Manutenção gerador elétrico
Descrição Complementar: contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses., conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e seus anexos.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 12
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 73.752,8300
Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: R$ 5,00

Aceito para: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 106.032,0000 **e com valor negociado a** R$ 73.752,8300 .

Histórico

Item: 1 - Manutenção gerador elétrico

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
84.544.469/0001-81	B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA	Sim	Sim	12	R$ 8.836,0000	R$ 106.032,0000	29/06/2023 15:18:50
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses., conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** ME/EPP						
12.114.056/0001-56	GENESYS SERVICOS E COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	Sim	Sim	12	R$ 10.999,0000	R$ 131.988,0000	29/06/2023 23:44:51
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, conforme as especificações e as condições constantes no Edital e seus anexos. **Porte da empresa:** ME/EPP						
28.175.392/0001-49	HELTH TECH MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	Sim	Sim	12	R$ 13.415,7900	R$ 160.989,4800	29/06/2023 18:08:19

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses., conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e seus anexos.
Porte da empresa: ME/EPP

15.715.637/0001-31	C. E. LIMA DE AGUIAR	Sim	Sim	12	R$ 16.935,6600	R$ 203.227,9200	29/06/2023 17:56:22

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses., conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e seus anexos.
Porte da empresa: ME/EPP

04.744.916/0001-07	SERV ENGENHARIA E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	Sim	Sim	12	R$ 18.009,5000	R$ 216.114,0000	29/06/2023 11:26:18

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses., conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e seus anexos.
Porte da empresa: ME/EPP

03.202.674/0001-67	POLO ENGENHARIA.COM LTDA	Sim	Sim	12	R$ 27.929,9400	R$ 335.159,2800	30/06/2023 09:05:54

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas - PGJ, pelo período de 12 meses.
Porte da empresa: ME/EPP

02.287.291/0001-76	NAGTEC LTDA	Sim	Sim	12	R$ 35.305,6666	R$ 423.667,9992	29/06/2023 23:14:06

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Serviço de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 423.667,9992	02.287.291/0001-76	04/07/2023 10:00:04:123
R$ 335.159,2800	03.202.674/0001-67	04/07/2023 10:00:04:123
R$ 216.114,0000	04.744.916/0001-07	04/07/2023 10:00:04:123
R$ 203.227,9200	15.715.637/0001-31	04/07/2023 10:00:04:123
R$ 160.989,4800	28.175.392/0001-49	04/07/2023 10:00:04:123
R$ 131.988,0000	12.114.056/0001-56	04/07/2023 10:00:04:123
R$ 106.032,0000	84.544.469/0001-81	04/07/2023 10:00:04:123
R$ 216.100,0000	04.744.916/0001-07	04/07/2023 10:09:21:683
R$ 187.618,8000	15.715.637/0001-31	04/07/2023 10:09:22:130
R$ 203.100,0000	04.744.916/0001-07	04/07/2023 10:11:49:273
R$ 186.000,0000	04.744.916/0001-07	04/07/2023 10:21:58:727
R$ 159.000,0000	15.715.637/0001-31	04/07/2023 10:22:01:317
R$ 153.600,0000	15.715.637/0001-31	04/07/2023 10:31:03:320

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	04/07/2023 10:02:28	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	04/07/2023 10:07:05	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	04/07/2023 10:26:07	Item com etapa aberta encerrada.
Início 1a etapa fechada	04/07/2023 10:26:07	Convocados os fornecedores para a 1º etapa fechada que apresentaram lance entre R$ 106.032,0000 e R$ 160.989,4800.

Encerramento	04/07/2023 10:31:08	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa fechada	04/07/2023 10:31:08	Item com etapa fechada encerrada.
Abertura do prazo - Convocação anexo	04/07/2023 11:26:49	Convocado para envio de anexo o fornecedor B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	04/07/2023 12:19:51	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81.
Abertura do prazo - Convocação anexo	04/07/2023 12:49:22	Convocado para envio de anexo o fornecedor B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	04/07/2023 12:50:23	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81.
Aceite de proposta	05/07/2023 11:59:33	Aceite individual da proposta. Fornecedor: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81, pelo melhor lance de R$ 106.032,0000 e com valor negociado a R$ 73.752,8300. Motivo: Valor negociado diretamente com a licitante na sessão.
Habilitação de fornecedor	12/07/2023 10:43:39	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	04/07/2023 10:00:04	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 5 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 13:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 2 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	04/07/2023 10:05:04	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	04/07/2023 10:05:05	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 2 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	04/07/2023 10:07:05	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	04/07/2023 10:26:07	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedor que apresentou lance entre R$ 106.032,0000 e R$ 160.989,4800 poderá enviar um lance único e fechado até às 10:31:07 do dia 04/07/2023.
Sistema	04/07/2023 10:31:08	A etapa fechada do item 1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R$ 153.600,0000.
Sistema	04/07/2023 10:31:08	O item 1 está encerrado.
Sistema	04/07/2023 10:42:06	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	04/07/2023 10:43:29	Senhores, bom dia.
Pregoeiro	04/07/2023 10:44:02	Sejam todos bem vindos à sessão pública do PE 4028/2023-CPL/MP/ PGJ.
Pregoeiro	04/07/2023 10:53:43	Senhores, inicialmente, informo que os valores apresentados em lance, restaram todos acima do estimado pela Administração.
Pregoeiro	04/07/2023 11:01:23	Nesse sentido, com fundamento no subitem 11.2.2. do Edital, não é possível aceitar proposta com preço excessivo, assim compreendido aqueles superiores ao estimado pela Administração.
Pregoeiro	04/07/2023 11:02:34	No entanto, é possível ao Pregoeiro proceder negociação junto à licitante no intuito de alcançar proposta válida no âmbito do certame.
Pregoeiro	04/07/2023 11:03:39	Nesse sentido, passaremos à negociação junto aos licitantes no intuito de se obter proposta aceitável no cotejo.
Pregoeiro	04/07/2023 11:12:38	Senhores, informo que o Quadro - Resumo do Processo de Compra Nº 168.2023.SCOMS.1049273.2022.001718, com os valores estimados, se encontra disponível no seguinte endereço:
Pregoeiro	04/07/2023 11:13:01	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16125-pe-4028-2023-cpl-mp-pgj-manutencao-preventiva-corretiva-de-grupo-gerador
Pregoeiro	04/07/2023 11:15:36	Assim, informo que os licitantes serão convocados segundo a ordem de classificação dos lances para enviar, caso concordem, proposta ajustada aos valores estimados constantes e

		apresentados no Quadro - Resumo do Processo de Compra Nº 168.2023.SCOMS.1049273.2022.001718.
Pregoeiro	04/07/2023 11:18:11	Solicito, ainda, atenção à Decisão Nº 32.2023.CPL.1081767.2022.001718, exarada no dia 29/06/2023, também disponível no endereço https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16125-pe-4028-2023-cpl-mp-pgj-manutencao-preventiva-corretiva-de-grupo-gerador
Pregoeiro	04/07/2023 11:19:13	Com o exposto, informo que passaremos às convocações às 11h.25min. (horário Brasília). Solicito atenção a todos os interessados. Obrigado!
Pregoeiro	04/07/2023 11:26:32	Senhores, procederemos as convocações para envio de propostas. Favor, atenção.
Sistema	04/07/2023 11:26:49	Senhor fornecedor B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	04/07/2023 11:28:38	Solicito atenção ao prazo de envio da proposta, estabelecido no subitem 10.1. do instrumento convocatório.
Pregoeiro	04/07/2023 11:28:59	Estando o licitante devidamente convocado, fico no aguardo dos solicitados documentos.
Sistema	04/07/2023 12:19:51	Senhor Pregoeiro, o fornecedor B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81, enviou o anexo para o ítem 1.
Sistema	04/07/2023 12:49:22	Senhor fornecedor B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	04/07/2023 12:50:23	Senhor Pregoeiro, o fornecedor B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	04/07/2023 14:19:13	Prezados, recebidos os solicitados documentos, passou-se à análise da proposta de preços apresentada, sendo verificados todas as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, decido pela ACEITAÇÃO da oferta da licitante BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 84.544.469/0001-81.
Pregoeiro	04/07/2023 14:22:35	Considerando a admissão à fase de habilitação da licitante classificada, bem como a necessária análise de sua documentação habilitatória, informo que encerraremos os trabalhos por hoje, retornando amanhã, às 14h (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos.
Pregoeiro	04/07/2023 14:23:00	Sem mais, agradeço a atenção dispensada e finalizo desejando a todos uma excelente tarde.
Pregoeiro	05/07/2023 14:10:34	Prezados, boa tarde.
Pregoeiro	05/07/2023 14:21:30	Retornamos aos trabalhos do certame considerando a análise dos documentos de habilitação da licitante B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA.
Pregoeiro	05/07/2023 14:22:19	Para B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - Prezado Licitante, boa tarde!
84.544.469/0001-81	05/07/2023 14:22:59	boa tarde
Pregoeiro	05/07/2023 14:25:56	Para B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - Verificando os acervos técnicos de sua empresa, aferimos que os acervos que mais atendem às condições do objeto é a CAT 5/2012.
Pregoeiro	05/07/2023 14:28:09	Para B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - No entanto, não conseguimos convalidar a referida certidão no site do CREA-AM.
84.544.469/0001-81	05/07/2023 14:30:20	mas isso seria eu apresentar uma documentação falsa e como pode se verficar o acervo tecnico do CREA
Pregoeiro	05/07/2023 14:32:21	Para B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - Assim, solicito que o referido atestado seja apresentado em original ou cópia autenticada, conforme subitem 12.13 do Edital do certame.
Pregoeiro	05/07/2023 14:33:44	Para B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - Poderá ser apresentado, também, o original e cópia simples do solicitado documento para autenticação administrativa junto à Comissão Permanente de Licitação desta Instituição Ministerial.
84.544.469/0001-81	05/07/2023 14:34:21	alem do acervo 540 ao meu ver atende tambem e ainda pode ser verifcado a veracidade dos documentos com diligencia junto ao crea
84.544.469/0001-81	05/07/2023 14:35:35	posso apresentar sim autenticado e levo original para ser apreciado
Pregoeiro	05/07/2023 14:40:01	Para B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - Perfeito. Amanhã possivelmente haverá uma interrupção de energia na sede desta Procuradoria de Justiça. Assim, convoco V. Sa. para apresentação dos documentos CAT 5/2012 e, se V. Sa. também desejar apresentar, a CAT 540, em original e cópia simples para verificação e autenticação administrativa.
84.544.469/0001-81	05/07/2023 14:40:43	quando posso levar?
Pregoeiro	05/07/2023 14:40:46	Para B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - Os documentos poderão ser apresentados através do Protocolo desta Instituição Ministerial ou diretamente na Comissão Permanente de Licitação.
Pregoeiro	05/07/2023 14:42:38	Para B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - Em razão da mencionada interrupção de energia na sede desta PGJ, V. Sa. deverá comparecer até às 14h local de sexta-feira (07/07/2023).
84.544.469/0001-81	05/07/2023 14:42:50	ok
84.544.469/0001-	05/07/2023	obrigado

81	14:43:23	
Pregoeiro	05/07/2023 14:44:11	Para B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - Desde já informo que as condições de habilitação estabelecidas no Edital foram atendidas, devendo, apenas, proceder a apresentação dos documentos aqui mencionados.
Pregoeiro	05/07/2023 14:44:48	Para B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA - No mais, agradeço a atenção dispensada, bem como fico no aguardo das providências aqui solicitadas dentro do prazo apresentado.
84.544.469/0001-81	05/07/2023 14:46:29	o prazo sera cumprido, desde ja agradeço atenção
Pregoeiro	05/07/2023 14:46:58	Prezados, considerando a diligência apresentada na sessão, encerraremos os trabalhos por hoje, retornando em data posterior devidamente informada através desse chat e em tempo hábil, para o adequado acompanhamento de todos os interessados.
Pregoeiro	05/07/2023 14:47:14	Sem mais, finalizo desejando a todos uma excelente tarde.
Pregoeiro	11/07/2023 09:42:50	Senhores Licitantes, bom dia.
Pregoeiro	11/07/2023 09:43:53	Informo que retornaremos aos trabalhos deste certame amanhã (12/07/2023), a partir das 10h (horário Brasília).
Pregoeiro	11/07/2023 09:44:05	Aguardo a todos no dia e hora aqui agendados.
Pregoeiro	11/07/2023 09:44:29	Sem mais, agradeço a atenção dispensada. Bom dia.
Pregoeiro	12/07/2023 10:14:57	Senhores Licitantes, bom dia.
Pregoeiro	12/07/2023 10:17:00	Retornamos aos trabalhos do certame considerando os documentos de qualificação técnica solicitados à licitante B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, conforme subitem 12.13 do Edital do certame.
Pregoeiro	12/07/2023 10:30:10	Senhores, os documentos foram recebidos no dia 07/07/2023 e conferidos junto aos originais, procedendo-se a autenticação administrativa, aferindo-se, portanto, as condições de qualificação técnica exigidas no Instrumento Convocatório.
Pregoeiro	12/07/2023 10:32:11	Nesse sentido, considerando o pleno atendimento a todas as exigência do Edital do certame pertinentes à Proposta de Preços e as condições de habilitação da classificada, este Pregoeiro decide pela Habilitação da licitante B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81.
Pregoeiro	12/07/2023 10:33:22	Informo a todos que os documentos apresentados pela licitante classificada encontram-se disponíveis no Portal do MP-AM, seguinte endereço: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16125-pe-4028-2023-cpl-mp-pgj-manutencao-preventiva-corretiva-de-grupo-gerador
Pregoeiro	12/07/2023 10:35:45	Prezados, em breve estarei habilitando a licitante classificada no sistema Comprasnet. Na oportunidade, será aberto o prazo para manifestação de intenção de recurso aos interessados.
Pregoeiro	12/07/2023 10:37:27	Solicito, caso haja interesse, sejam considerados os pressupostos de admissibilidade, no intuito de garantir o adequado andamento do procedimento.
Pregoeiro	12/07/2023 10:37:40	Senhores, sem mais, solicito atenção.
Sistema	12/07/2023 10:43:41	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	12/07/2023 10:44:18	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 12/07/2023 às 11:15:00.
Pregoeiro	12/07/2023 12:45:29	Senhores, considerando o encerramento do prazo de intenção de recurso sem qualquer manifestação, considero decaído o predito direito.
Pregoeiro	12/07/2023 12:46:37	Senhores, informo que a sessão será encerrada e adjudicado o objeto ao licitante vencedor B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81, o qual atendeu a todas as exigências do instrumento convocatório.
Pregoeiro	12/07/2023 12:48:20	Ao licitante vencedor, solicito atenção quanto à necessidade de cadastramento no sistema SEI-MPAM, cujas orientações ocorrerá através do endereço de e-mail cadastrado na proposta de preços ou constante do SICAF.
Pregoeiro	12/07/2023 12:49:14	Prezados, agradeço a atenção e paciência de todos os participantes.
Pregoeiro	12/07/2023 12:49:32	Finalizo desejando a todos uma boa tarde e uma excelente semana.

Eventos da Licitação

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	28/06/2023 15:25:12	
Alteração equipe	28/06/2023 15:25:17	
Alteração abertura da sessão pública	29/06/2023 15:46:22	Previsão de abertura: 04/07/2023 10:00:00; Motivo: Medida administrativa; Justificativa: ATO Nº 179/2023/PGJ - DECLARA ponto facultativo no âmbito do MP-AM, em todas as suas unidades

		de atuação, no dia 30 de junho de 2023.
Abertura da sessão pública	04/07/2023 10:00:04	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	04/07/2023 10:05:04	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	04/07/2023 10:42:05	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	12/07/2023 10:43:41	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	12/07/2023 10:44:18	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 12/07/2023 às 11:15:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45 , do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 12:55 horas do dia 12 de julho de 2023, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

MAURICIO ARAUJO MEDEIROS
Pregoeiro Oficial

SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO
Equipe de Apoio

FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA
Equipe de Apoio

IURY FECHINE RAMOS
Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

Procuradoria Geral de Justiça

Pregão Nº 04028/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019)

RESULTADO POR FORNECEDOR

84.544.469/0001-81 - B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Manutenção gerador elétrico	UNIDADE	12	R$ 73.752,8300	R$ 6.146,0691	R$ 73.752,8300

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses., conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e seus anexos.

Total do Fornecedor: **R$ 73.752,8300**

Valor Global da Ata: **R$ 73.752,8300**

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o Relatório

Voltar

Procuradoria Geral de Justiça

Termo de Adjudicação do Pregão

Pregão Nº 04028/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019)

Às 12:56 horas do dia 12 de julho de 2023, após analisado o resultado do Pregão nº 04028/2023, referente ao Processo nº 2022.001718, o Pregoeiro, Sr(a) MAURICIO ARAUJO MEDEIROS, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade Competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1
Descrição: Manutenção gerador elétrico
Descrição Complementar: contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses., conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e seus anexos.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 12
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 73.752,8300
Intervalo Mínimo entre Lances: R$ 5,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 106.032,0000 **, com valor negociado a** R$ 73.752,8300 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	12/07/2023 12:56:03	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 84.544.469/0001-81, Melhor lance: R$ 106.032,0000, Valor Negociado: R$ 73.752,8300

Fim do documento

Pregão/Concorrência Eletrônica

- **Visualização de Propostas**

UASG: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Pregão nº: 40282023 - (Decreto Nº 10.024/2019)

Modo de Disputa: Aberto/Fechado

Menu Voltar

Fornecedor assinalado com (*) teve sua proposta desclassificada para o item.
Na coluna "Declaração", os fornecedores que estão assinalados com 'SIM', declaram que estão cientes e concordam com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

Item: 1 - Manutenção gerador elétrico | **Qtde Solicitada:** 12 | **Qtde Aceita:** 0 | **Valor Estimado:** R$ 73.752,8300 | **Recurso:** Sem

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Intervalo mínimo entre lances: R$ 5,00

Fornecedor	Qtde Ofertada	Proposta (R$)	Melhor Lance (R$)	Data Melhor Lance	Valor (R$) Negociado	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
84.544.469/0001-81 - B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA	12	106.032,0000	106.032,0000	04/07/2023 10:00:04:007	73.752,8300	Adjudicado	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, co...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Motivo do Aceite Recusa: **Valor negociado diretamente com a licitante na sessão.**

12.114.056/0001-56 - GENESYS SERVICOS E COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	12	131.988,0000	131.988,0000	04/07/2023 10:00:04:007	-		Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, co...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

15.715.637/0001-31 - C. E. LIMA DE AGUIAR	12	203.227,9200	153.600,0000	04/07/2023 10:31:03:320	-		Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, co...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

28.175.392/0001-49 - HELTH TECH MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	12	160.989,4800	160.989,4800	04/07/2023 10:00:04:007	-	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, co...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

04.744.916/0001-07 - SERV ENGENHARIA E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	12	216.114,0000	186.000,0000	04/07/2023 10:21:58:727	-	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, co...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM
Situação Convocação Etapa Fechada: Não Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

03.202.674/0001-67 - POLO ENGENHARIA.COM LTDA	12	335.159,2800	335.159,2800	04/07/2023 10:00:04:007	-	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, co...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM
Situação Convocação Etapa Fechada: Não Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

02.287.291/0001-76 - NAGTEC LTDA	12	423.667,9992	423.667,9992	04/07/2023 10:00:04:007	-	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Serviço de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atende...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM
Situação Convocação Etapa Fechada: Não Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Para mais informações sobre o porte da empresa, clique **aqui**.

Menu Voltar

Imprimir o Relatório

RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 24.2023.CPL.1090614.2022.001718

Excelentíssima Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

O Pregoeiro, Senhor **MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS,** designado por força da **PORTARIA Nº 647/2023/SUBADM** (doc. 1076156), de 21 de junho de 2023, vem apresentar e submeter à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do **Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que tem por objeto a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do seu Edital e anexos.

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

A evolução dos autos ocorreu conforme descrição e datas do **Histórico do Processo 2023.004402**, disponível em "Consultar Andamento" no sistema SEI-MP/AM.

2. DA PUBLICIDADE

Os Avisos da Licitação foram publicados no Comprasnet (docs. 1073405); no matutino local "Jornal do Commercio" (doc. 1073352), no Diário Oficial Eletrônico do MP/AM - DOMPE (doc. 1073367) e no sítio institucional do MP/AM, www.mpam.mp.br.

3. DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. Do Credenciamento – As licitantes credenciaram-se na Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamente e Gestão, através das regras do sistema *Comprasnet*, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. Da Proposta – As propostas foram enviadas pelos licitantes através da internet desde o dia 29/06/2023 até a data e hora marcada para a abertura da sessão, a saber, dia 04/07/2023, às 10h. (horário de Brasília).

Iniciada a sessão, as propostas foram analisadas conforme prescrição dos itens 7 e 8 do Edital do certame (doc. 1072288), compatibilizando-as com as especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718** e com os valores estimados pela Administração, conforme **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 168.2023.SCOMS.1049273.2022.001718**.

3.3. Da Fase de Lances – Iniciada a disputa, os interessados tiveram a oportunidade de propor, em lances, condições mais favoráveis que as primeiras, o que ocorreu de fato, encerrando-se a fase com todas as propostas acima do estimado pela Administração, conforme registrado no **Ata de Realização da Sessão** (doc. 1090259).

3.4. Da Aceitação – Logo em seguida, o Pregoeiro convocou a licitante melhor colocada, na ordem de classificação dos lances, para enviar proposta ajustada ao seu último lance, acompanhada dos documentos complementares, para análise. No entanto, por estar a proposta com os preços acima do estimado pela Adminstração, o Pregoeiro tratou diretamente com a licitante para alcançar proposta válida para o objeto do certame.

Apos tratativas, a licitante melhor colocada na fase de lances, com proposta nos valor total de **R$ 106.032,00** (cento e seis mil trinta e dois reais) (doc. 1090265), aceitou prestar os serviços objeto do certame nos valores estimados pela Adminsitração e expressos no **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 168.2023.SCOMS.1049273.2022.001718**, conforme abaixo:

1. **B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**., CNPJ Nº 84.544.469/0001-81, para o Item 1 - no valor total de **R$ 73.752,83** (*setenta e três mil setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos*) (doc. 1090250).

Convocada a licitante e recebidos todos os documentos solicitados, após acurado exame e por estar em conformidade com todas as exigências do instrumento convocatório no que pertine à proposta de preços, aferiu-se o pleno atendimento dos requisitos técnicos e formais do instrumento convocatório pela licitante relacionada, promovendo-se, portanto, a **aceitação** de sua oferta.

3.5. Da Habilitação – Na sequência, o Pregoeiro passou à verificação dos documentos de habilitação da classificada (docs. 1090257 e 1090270), uma vez que EMPRESA os enviou na mesma oportunidade da convocação para a apresentação da proposta.

Desta feita, procedeu-se à fase de julgamento das condições de habilitação, utilizando-se, inclusive, das informações do **Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF** do Comprasnet, verificando-se, sobretudo, as condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, não sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

O Pregoeiro e equipe de apoio procederam pela verificação da autenticidade das certidões negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos mediante SICAF, bem como da de ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio da licitante. De igual modo, procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação eletrônica, conforme consta dos autos.

Cabe registrar que quase todos os documentos de habilitação apresentados gozavam da possibilidade de serem convalidados via internet, razão pela qual não foram solicitados os acervos de qualificação técnica em originais e/ou cópias autenticadas ou mesmo originais e cópias simples para conferência e autenticação administrativa junto à equipe de apoio do certame em foco, tendo por corolário os *Princípios da Celeridade e Finalidade dos Atos Públicos.*

Os solicitados documentos técnicos (doc. 1090270) foram apresentados à equipe de apoio na data de 07/07/2023, procendendo-se a devida conferência e consequente autenticação adminsitrativa dos acervos técnicos, convalidando, assim, os apresentados na sessão pública, conforme prevê o subitem 12.13 do Edital do cotejo.

Após, passou-se ao exame da condição da licitante, quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do *Comprasnet*, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE** , na Relação de Licitantes Inidôneos do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU,** na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL**, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU**, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** e na Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da **SEFAZ-AM**, **não** sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

Importante destacar que, com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis nº 12.965/14 e nº 13.460/18, e no Decreto nº 8.638/16, o **Tribunal de Contas da União** passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em relatório único, as Licitantes Inidôneos do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência. Assim, esta Pregoeira promoveu a juntada da **CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA** da licitante **B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**., CNPJ Nº 84.544.469/0001-81, aos autos, conforme doc. 1090257, às páginas 81.

Concluída a análise dos documentos de habilitação conforme item 12 do instrumento convocatório e atendidos os requisitos editalícios, o Pregoeiro decidiu **HABILITAR** a empresa **B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**., CNPJ Nº 84.544.469/0001-81.

4. DA AUSÊNCIA DE INTENÇÃO RECURSAL E DA ADJUDICAÇÃO

Concedido prazo para registro de intenção de recurso por parte das demais licitantes, **não** houve manifestação nesse sentido, conforme se extrai do **Ata de Realização da Sessão** (doc. 1090259).

5. DA ECONOMICIDADE

O valor estimado total para a aquisição de que trata o objeto do certame foi de **R$ 73.752,83** (setenta e três mil setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos) (doc. 1049273).

O valor da adjudicação decorrente do êxito da licitação foi de **R$ 73.752,83** (setenta e três mil setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), conforme se afere no Termo de Adjudicação (doc. 1090267), após negociação junto à empresa vencedora, visto que sua proposta encontrava-se acima do estimado.

Assim, a realização do certame não significou uma economia real no valor reservado ao objeto, significou apenas uma exitosa negociação junto à licitante, com redução da proposta inicial do vencedor em, aproximadamente, de **R$ 32.279,17** (trinta e dois mil duzentos e setenta e nove reais e dezessete centavos), evitando-se, assim, o possível fracasso do certame.

Oportunamente, registre-se que segue em anexo **Minuta do Despacho de Adjudicação e Homologação** (doc. 1090625).

É o Relatório.

Manaus, 12 de julho de 2023.

Maurício Araújo Medeiros

Documento assinado eletronicamente por **Maurício Araújo Medeiros**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 12/07/2023, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1090614** e o código CRC **5D10B7DF**.

MINUTA

MINUTA Nº DESPACHO HOMOLOGAÇÃO

* MINUTA DE DOCUMENTO

PROCESSO SEI N.º 2022.001718

Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ

H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante do Memorando Nº 262.2022.DEAC.0916398.2022.001718, bem como o teor do Termo de Referência Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718;

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 04/07/2023 e 12/07/2023, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do seu Edital e anexos;

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa **B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**., CNPJ Nº 84.544.469/0001-81, para o Item 1, no valor total de **R $ 73.752,83** (*setenta e três mil setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos*);

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520/2002, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e dos Atos PGJ n.º 322 e 389/2007 e 133/2023;

CONSIDERANDO a **não** interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

R E S O L V E:

I – **HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ**, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

III – Após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DOF** e à **DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - DCCON,** para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), XX de julho de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenadora de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Maurício Araújo Medeiros**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 12/07/2023, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1090625** e o código CRC **9C4F57C3**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 68.2023.CPL.1090626.2022.001718

PROCESSO SEI N.º 2022.001718

Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses.

Considerando a realização do Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ, iniciado no dia 04 de julho e encerrado no dia 12 de julho do corrente ano;

Considerando a **não** interposição de Recursos, por parte das licitantes, nos prazos e condições de que trata o art. 4.º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

Considerando que, dentre os requisitos de validade, o resultado do certame necessita da homologação pelo Ordenador de Despesas desta Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e dos Atos PGJ n.º 322 e 389/2007 e 133/2023;

Encaminhem-se os autos do Procedimento Interno à Exma. Sra. Dra. **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, para fins de análise, adjudicação e homologação do certame licitatório em espeque, caso assim entenda.

Manaus, 12 de julho de 2023.

Maurício Araújo Medeiros

Pregoeiro - Portaria n.º 647/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Maurício Araújo Medeiros**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 12/07/2023, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1090626** e o código CRC **27B5B09D**.

DESPACHO Nº 799.2023.01AJ-SUBADM.1091735.2022.001718

PROCESSO SEI N.º 2022.001718

Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ

H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante do Memorando Nº 262.2022.DEAC.0916398.2022.001718, bem como o teor do Termo de Referência Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718;

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 04/07/2023 e 12/07/2023, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a *contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses*, quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do seu Edital e anexos*;*

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa **B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**., CNPJ Nº 84.544.469/0001-81, para o Item 1, no valor total de **R $ 73.752,83** (*setenta e três mil setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos*);

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520/2002, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e dos Atos PGJ n.º 322 e 389/2007 e 133/2023;

CONSIDERANDO a **não** interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

R E S O L V E:

I – **HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ**, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

III – Após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DOF** e à **DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - DCCON,** para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 13 de julho de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenadora de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 13/07/2023, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1091735** e o código CRC **969DB586**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 745.2023.SUBADM.1092202.2022.001718

Certifico, para todos os fins, que o documento 1091735 foi inserido, nesta data, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, seguindo para publicação conforme fila do referido sistema eletrônico.

Manaus-AM, data da assinatura eletrônica.

Wilson Ribeiro Junior

Agente de Apoio - Administrativo da SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Ribeiro Júnior**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 13/07/2023, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1092202** e o código CRC **DD337596**.

PORTARIA Nº 702/2023/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 4.º, inciso I, do ATO PGJ N.º 076/2013, de 03 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo n.º 2023.009411 – SEI,

RESOLVE:

RELOTAR o servidor FREDERICO JORGE DE MOURA ABRAHIM, Agente de Apoio Administrativo, para exercer suas funções junto à Diretoria-Geral, a contar de 09.05.2023.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2023.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PORTARIA Nº 703/2023/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 4.º, inciso I, do ATO PGJ N.º 076/2013, de 03 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo n.º 2023.009412 – SEI,

RESOLVE:

RELOTAR a servidora IVANETE DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Agente Técnico - Analista de Organização e Métodos, para exercer suas funções junto à Diretoria de Planejamento, a contar de 09.05.2023.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2023.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PORTARIA Nº 704/2023/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 4.º, inciso I, do ATO PGJ N.º 076/2013, de 03 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo n.º 2023.006293 – SEI,

RESOLVE:

RELOTAR a servidora NEIRIMAR MARTA GOMES HUERB, Agente de Apoio Administrativo, para exercer suas funções junto à Diretoria-Geral, a contar de 20.04.2023.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2023.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PORTARIA Nº 706/2023/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 4.º, inciso I, do ATO PGJ N.º 076/2013, de 03 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo n.º 2023.005249 – SEI,

RESOLVE:

LOTAR a servidora LUCIVANE BARBOSA DA CRUZ, auxiliar de serviços gerais, servidora cedida, para exercer suas funções junto à Promotoria de Justiça de Barreirinha/AM, a contar de 16/06/2023.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am.), 13 de julho de 2023.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

DESPACHO Nº 799.2023.01AJ-SUBADM.1091735.2022.001718

PROCESSO SEI N.º 2022.001718
Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ

H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante do Memorando Nº 262.2022.DEAC.0916398.2022.001718, bem como o teor do Termo de Referência Nº 10.2023.DEAC.1034369.2022.001718;

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 04/07/2023 e 12/07/2023, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a contratação de Empresa Especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva

Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Aguinelo Balbi Júnior
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação Homologação DOMPE 2644 13.07.23 (1092925) SEI 2022.001718 / pg. 471

sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o foornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento pelo período de 12 meses, quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do seu Edital e anexos;

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA., CNPJ Nº 84.544.469/0001-81, para o Item 1, no valor total de R$ 73.752,83 (setenta e três mil setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos);

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520/2002, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e dos Atos PGJ n.º 322 e 389/2007 e 133/2023;

CONSIDERANDO a não interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, para as providências cabíveis;

III – Após, à DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DOF e à DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - DCCON, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 13 de julho de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenadora de Despesas

ATOS DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO/CPJ Nº 026/2023-CPJ

O PRESIDENTE DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a decisão do e. Colégio de Procuradores de Justiça, à unanimidade dos presentes, em sessão ordinária, realizada em 02 de junho de 2023, por videoconferência;

RESOLVE:

NÃO CONHECER do recurso interposto em face da Notícia de Fato Disciplinar n.º 10.2022.00000011-5, nos termos do voto da ilustre relatora.

Dê-se ciência, registre-se, cumpra-se e publique-se.

PLENÁRIO VIRTUAL DO E. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, em Manaus (Am.), 02 de junho de 2023.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Presidente

RESOLUÇÃO/CPJ Nº 027/2023-CPJ

O PRESIDENTE DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, em substituição no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a decisão, por unanimidade dos presentes, em sessão ordinária do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, realizada em 02 de junho de 2023, por videoconferência;

RESOLVE:

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela titular da 13.a Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa do Patrimônio Público – PRODEPPP, reconhecendo a atribuição da 13.ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa do Patrimônio Público – PRODEPPP para apurar os fatos constantes da Notícia de Fato n.º 01.2022.00001994-9.

Dê-se ciência, registre-se, cumpra-se e publique-se.

PLENÁRIO VIRTUAL DO E. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, em Manaus (Am.), 02 de junho de 2023.

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Presidente, em substituição

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA/CSMP

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLENDO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, A SER REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 14 DE JULHO DE 2023, ÀS 09 HORAS.

I – Abertura, conferência de “quorum” e instalação da reunião;

II – Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

III – Leitura do expediente e comunicações do Presidente:

IV – Comunicações dos Conselheiros;

– Comunicações da douta Corregedoria-Geral do Ministério Público:

1. OFÍCIO N.° 0450/2023/CGMP (SEI_2023.013761), a Exma. Sra. Corregedora-Geral, Dra. Silvia Abdala Tuma, encaminha o Relatório Final da Correição Ordinária n.º 10.2023.00000049-6, efetuada na 72.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Manaus.

2. OFÍCIO N.° 0417/2023/CGMP (SEI_2023.012327), a Exma. Sra. Corregedora-Geral, Dra. Silvia Abdala Tuma, encaminha o Relatório Final da Correição Ordinária n.º 10.2023.00000032-0, efetuada na 88.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Manaus.

3. OFÍCIO N.º 0448/2023/CGMP (SEI_2023.013573), a Exma. Sra. Corregedora-Geral, Dra. Silvia Abdala Tuma, encaminha o Relatório Final da Correição Ordinária n.º 10.2023.00000055-2, efetuada na 46.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Manaus.

4. OFÍCIO N.º 0444/2023/CGMP (SEI_2023.013528), a Exma. Sra. Corregedora-Geral, Dra. Silvia Abdala Tuma, encaminha o Relatório Final da Correição Ordinária n.º 10.2023.00000039-6, efetuada na 65.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Manaus.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva

Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Aguinelo Balbi Júnior
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação Homologação DOMPE 2644 13.07.23 (1092925) SEI 2022.001718 / pg. 472

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

NOTA DE EMPENHO 2023NE0001492.2023.DOF/DOF - ORÇAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS — **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA INTEGRADA**

Nota de Empenho

Unidade Gestora 003101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	**Número Documento** 2023NE0001492	**Data Emissão** 14/07/2023
Gestão 00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	**Processo** 000000.001718/2022	**NE Original**
Credor 84544469000181 - BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA	**Licitação** 8 - Pregão Eletrônico	**Referência** Art. 2º,§ 1º, Lei 10.520/02
Evento 400091 - Empenho de Despesa	**Modalidade** 3 - Global	**Valor** 22.597,11

Unidade Orçamentária	03101	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Programa Trabalho	03.122.0001.2001.0001	Administração da Unidade
Fonte Recurso	1.500.100.0.0000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos
Natureza Despesa	33903917	Manutencao E Conservacao De Maquinas E Equipamentos

Município	9999 - Estado	**Origem do Material**	1 - Origem Nacional
Convênio		**Tipo de Empenho**	9 - Despesa Normal

Cronograma de Desembolso

Janeiro	0,00	**Fevereiro**	0,00	**Março**	0,00	**Abril**	0,00
Maio	0,00	**Junho**	0,00	**Julho**	3.617,61	**Agosto**	3.795,90
Setembro	3.795,90	**Outubro**	3.795,90	**Novembro**	3.795,90	**Dezembro**	3.795,90

Descrição dos Itens

Unid.	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
Mês	Valor que se empenha à empresa B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA., referente à contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento, pelo período de 12 meses, quantificados e qualificados conforme as condições constantes do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ e anexos, e em consonância com o DESPACHO Nº 799.2023.01AJ-SUBADM.1091735.2022.001718, NAD Nº 202.2023.DOF - ORÇAMENTO.1050478.2022.001718 e demais documentos constantes do Procedimento n.º 2022.001718-SEI. 1. Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no Grupo Gerador. Saldo contratual a executar em 2023 (5 meses e 14 dias): R$ 20.750,92 Saldo a executar em 2024 (6 meses e 16 dias): R$ 24.799,88	5,4666	3,795.9000	20.750,92
Unidade	2. Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios. Saldo contratual a executar em 2023: R$ 1.846,19	01	1,846.1900	1.846,19

Saldo Anterior:	3.459.575,64	**Valor do Empenho:**	22.597,11	**Valor Disponível**	3.436.978,53
Data de Entrega:	31/12/2023	**Local de Entrega:**	PGJ		
Ordenador de Despesa:	ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JUNIOR	**Usuário Operador da NE :**	MONA LARISSA COSTA FREIRE		

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 18/07/2023, às 18:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Abensur**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 20/07/2023, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1093188** e o código CRC **A1DADE6E**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

NOTA DE EMPENHO 2023NE0001493.2023.DOF/DOF - ORÇAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS — **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA INTEGRADA**

Nota de Empenho

Unidade Gestora 003101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	**Número Documento** 2023NE0001493	**Data Emissão** 14/07/2023
Gestão 00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	**Processo** 000000.001718/2022	**NE Original**
Credor 84544469000181 - BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA	**Licitação** 8 - Pregão Eletrônico	**Referência** Art. 2º,§ 1º, Lei 10.520/02
Evento 400091 - Empenho de Despesa	**Modalidade** 2 - Estimativo	**Valor** 12.079,76

Unidade Orçamentária	03101	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Programa Trabalho	03.122.0001.2001.0001	Administração da Unidade
Fonte Recurso	1.500.100.0.0000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos
Natureza Despesa	33903001	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos

Município 9999 - Estado
Convênio
Origem do Material 1 - Origem Nacional
Tipo de Empenho 9 - Despesa Normal

Cronograma de Desembolso

Janeiro	0,00	**Fevereiro**	0,00	**Março**	0,00	**Abril**	0,00
Maio	0,00	**Junho**	0,00	**Julho**	1.098,16	**Agosto**	2.196,32
Setembro	2.196,32	**Outubro**	2.196,32	**Novembro**	2.196,32	**Dezembro**	2.196,32

Descrição dos Itens

Unid.	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
Litro	Valor que se empenha à empresa B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA., referente à celebração do Contrato Administrativo n.º 021/2023-MP/PGJ, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e/ou corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas objetivando atender às necessidades de funcionamento bem como o fornecimento de combustível de utilização do grupo gerador pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conforme as especificações e quantitativos suficientes para o funcionamento, pelo período de 12 meses, quantificados e qualificados conforme as condições constantes do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ e anexos, e em consonância com o DESPACHO Nº 799.2023.01AJ-SUBADM.1091735.2022.001718, NAD Nº 203.2023.DOF - ORÇAMENTO.1050706.2022.001718 e demais documentos constantes do Procedimento n.º 2022.001718-SEI. 1. Fornecimento de óleo combustível tipo diesel. Consumo médio: 296 litros/mês Valor unitário: R$ 7,42 Saldo contratual a executar em 2023 (Consumo estimado: 1.628 litros) = R$ 12.079,76 Saldo contratual a executar em 2024 (Consumo estimado: 1.924 litros) = R$ 14.276,08	1628	7.4200	12.079,76

Saldo Anterior:	773.995,75	**Valor do Empenho:**	12.079,76	**Valor Disponível**	761.915,99
Data de Entrega:	31/12/2023	**Local de Entrega:**	PGJ		
Ordenador de Despesa:	ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JUNIOR	**Usuário Operador da NE :**	MONA LARISSA COSTA FREIRE		

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 18/07/2023, às 18:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Abensur**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 20/07/2023, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1093193** e o código CRC **7843200F**.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200284232	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2300045105

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

17 Abril 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/024.810-1	AME2300045105	17/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

T E R M O D E A B E R T U R A

Contém o presente BALANÇO PATRIMONIAL 7 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 7 em uma via, todas elas já escrituradas e servirá como BALANÇO PATRIMONIAL 2022, referente ao período 01/01/2022 a 31/12/2022, com encerramento do exercício social em 31/12/2022, da firma BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, estabelecida no(a) Avenida Tefé, nº 2712, 2 ANDAR, bairro Japiim, CEP 69078-000, cidade Manaus, estado AM, inscrita no C.N.P.J. 84.544.469/0001-81 e registrada no(a) 2022 sob o nº 01 por despacho de 31/12/2022.

Manaus-AM, 1 de Janeiro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Balanço Patrimonial

Encerrado em 31/12/2022

BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP

CNPJ: 84.544.469/0001-81
Avenida Tefé, 2712, 2 ANDAR - Japiim, 69078-000
Manaus - AM

NIRE: 13200284232 - Data: 08/02/1994

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Balanço Patrimonial

Empresa: BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP - CNPJ: 84.544.469/0001-81
NIRE: 13200284232 - Data: 08/02/1994

Fortes Contábil

Endereço: Avenida Tefé, Complemento: 2 ANDAR, N.º: 2712, Bairro: Japiim, Cidade: Manaus, Estado: AM, CEP: 69078000, Telefone: (92) 32377289

Conta	Descrição	31/12/2022	
1	*** Ativo ***	5.822.449,30	D
1.01	Ativo Circulante	3.874.244,16	D
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	727.997,31	D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	430.106,94	D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	430.106,94	D
1.01.01.01.01.0001	Caixa	430.106,94	D
1.01.01.02	Bancos	297.890,37	D
1.01.01.02.01	Contas Correntes	297.890,37	D
1.01.01.02.01.0001	Banco do Brasil- Ag:5927-7 - Conta :7044-0	273,19	D
1.01.01.02.01.0002	Bradesco - Ag:3711 - Conta:0017822-5	288.006,04	D
1.01.01.02.01.0003	CEF Ag:1302 Conta:00000870-1	1,00	D
1.01.01.02.01.0004	Banco Sicoob - Ag:3355-3 - Conta :1.425-7	1,00	D
1.01.01.02.01.0006	Aplicação Financeira	9.609,14	D
1.01.03	Clientes	1.781.849,42	D
1.01.03.01	Clientes Nacionais	1.781.849,42	D
1.01.03.01.01	Contas a Receber	1.781.849,42	D
1.01.03.01.01.0006	FUNDAÃçÃÔO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - FU	762.421,77	D
1.01.03.01.01.0062	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SUSAM -	20.265,40	D
1.01.03.01.01.0063	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS	2.570,10	D
1.01.03.01.01.0076	CONDOMINIO PALACIO DAS AGUAS	5.225,00	D
1.01.03.01.01.0089	PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCARÃ	5.745,00	D
1.01.03.01.01.0090	PREFEITURA MUNICIPAL DE FONTE BOA	1.566,00	D
1.01.03.01.01.0091	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA SEFAZ	86.450,00	D
1.01.03.01.01.0093	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	740.909,73	D
1.01.03.01.01.0096	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SUSAM	121.592,42	D
1.01.03.01.01.0120	LOUNGERIE SA	1.112,00	D
1.01.03.01.01.0121	SERVIÇO SOCIAL DO COMÃÙRCIO - SESC	33.992,00	D
1.01.15	Estoques	1.364.397,43	D
1.01.15.01	Estoques em Estabelecimentos Próprios	1.364.397,43	D
1.01.15.01.01	Estoque de Mercadorias	65.000,00	D
1.01.15.01.01.0001	Mercadorias Para Revenda	65.000,00	D
1.01.15.01.19	Materiais Diversos Almoxarifado	1.299.397,43	D
1.01.15.01.19.0001	Materiais Diversos	1.299.397,43	D
1.07	Ativo não Circulante	1.948.205,14	D
1.07.04	Imobilizado	1.948.205,14	D

Data de Encerramento: 31/12/2022
Valor de Ativo e Passivo: R$ 5.822.449,30 (Cinco Milhões Oitocentos e Vinte e Dois Mil Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais e Trinta Centavos) .

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Continua...

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Balanço Patrimonial

Empresa: BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP - CNPJ: 84.544.469/0001-81
NIRE: 13200284232 - Data: 08/02/1994

Fortes Contábil

Endereço: Avenida Tefé, Complemento: 2 ANDAR, N.º: 2712, Bairro: Japiim, Cidade: Manaus, Estado: AM, CEP: 69078000, Telefone: (92) 32377289

Conta	Descrição	31/12/2022	
1.07.04.01	Bens em Operação	2.016.489,39	D
1.07.04.01.01	Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços	2.016.489,39	D
1.07.04.01.01.0001	Terrenos	473.842,26	D
1.07.04.01.01.0002	Edifícios e Construções	169.469,36	D
1.07.04.01.01.0003	Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais	295.073,36	D
1.07.04.01.01.0004	Veículos	1.078.104,41	D
1.07.04.13	Imobilizado em Andamento	446.234,85	D
1.07.04.13.01	Adiantamentos de Consórcio de Veículos	446.234,85	D
1.07.04.13.01.0001	Consórcio de Veículo Bradesco	371.351,44	D
1.07.04.13.01.0002	Consorcio Siccob	15.000,00	D
1.07.04.13.01.0003	Consorcio Banco do Brasil	59.883,41	D
1.07.04.21	(-) Depreciações, Amortizações e Quotas de Exaustão	514.519,10	C
1.07.04.21.03	(-) Depreciação e Amortização Acumuladas	514.519,10	C
1.07.04.21.03.0001	(-) Depreciação de Máquinas e Equipamentos	219.855,84	C
1.07.04.21.03.0002	(-) Depreciação de Veículos	321.467,90	C
1.07.04.21.03.0003	(-) Depreciação de Terrenos	19.743,42	D
1.07.04.21.03.0004	(-) Depreciação Edificios e construções	7.061,22	D
2	*** Passivo ***	5.822.449,30	C
2.01	Passivo Circulante	5.322,49	C
2.01.01	Contas a Pagar	5.322,49	C
2.01.01.01	Fornecedores	5.322,49	C
2.01.01.01.01	Fornecedores Nacionais	5.322,49	C
2.01.01.01.01.0025	H F R ALBUQUERQUE E CIA LTDA	2.743,80	C
2.01.01.01.01.0047	ITALUX PNEUS E ACUMULADORES LTDA	1.448,00	C
2.01.01.01.01.0111	TRIAL INDUSTRIA DE ELETRICOS LTDA	1.130,69	C
2.03	Passivo não Circulante	1.007.367,67	C
2.03.01	Obrigações de Longo Prazo	1.007.367,67	C
2.03.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	971.459,08	C
2.03.01.03.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.913,77	C
2.03.01.03.01.0002	Parcelamento INSS Procuradoria	734,97	C
2.03.01.03.01.0003	INSS - a recolher	1.068,80	C
2.03.01.03.01.0004	FGTS - a recolher	1.110,00	C
2.03.01.03.03	Obrigações Fiscais	968.545,31	C
2.03.01.03.03.0004	Parcelamento Simples Pert Longo Prazo	851.297,33	C
2.03.01.03.03.0005	Parcelamento Simples Nacional	67.413,89	C

Data de Encerramento: 31/12/2022
Valor de Ativo e Passivo: R$ 5.822.449,30 (Cinco Milhões Oitocentos e Vinte e Dois Mil Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais e Trinta Centavos) .

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Continua...

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Balanço Patrimonial

Empresa: BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP - CNPJ: 84.544.469/0001-81
NIRE: 13200284232 - Data: 08/02/1994

Fortes Contábil

Endereço: Avenida Tefé, Complemento: 2 ANDAR, N.º: 2712, Bairro: Japiim, Cidade: Manaus, Estado: AM, CEP: 69078000, Telefone: (92) 32377289

Conta	Descrição	31/12/2022	
2.03.01.03.03.0007	Simples nacional - a recolher	49.834,09	C
2.03.01.07	Empréstimos e Financiamentos	35.908,59	C
2.03.01.07.01	Financiamentos a Longo Prazo - Sistema Financeiro Nacional	35.908,59	C
2.03.01.07.01.0001	Consorcio - Bradesco - Longo Prazo	4.784,16	C
2.03.01.07.01.0003	Emprestimo Caixa Economica - Longo prazo	31.124,43	C
2.07	Patrimônio Líquido	4.809.759,14	C
2.07.01	Capital Realizado	900.000,00	C
2.07.01.01	Capital Social	900.000,00	C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	900.000,00	C
2.07.01.01.01.0001	Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País	900.000,00	C
2.07.04	Reservas	473.082,29	C
2.07.04.01	Reservas	473.082,29	C
2.07.04.01.03	Reservas de Lucros	473.082,29	C
2.07.04.01.03.0001	Reserva Legal	180.000,00	C
2.07.04.01.03.0003	Reserva para Contingências	293.082,29	C
2.07.07	Outras Contas	3.436.676,85	C
2.07.07.01	Outras Contas	3.436.676,85	C
2.07.07.01.01	Lucros Acumulados	3.436.676,85	C
2.07.07.01.01.0001	Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembléia	4.636.676,85	C
2.07.07.01.01.0002	Lucros Iza Cabral	600.000,00	D
2.07.07.01.01.0003	Lucros GIlson Neves	600.000,00	D

Data de Encerramento: 31/12/2022
Valor de Ativo e Passivo: R$ 5.822.449,30 (Cinco Milhões Oitocentos e Vinte e Dois Mil Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais e Trinta Centavos) .

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Fim

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: M D VIEIRA SERVICOS - ME - CNPJ: 30.861.115/0001-31
Estabelecimentos: 0001 - M D VIEIRA SERVICOS - ME; Centros de Resultado: 001 - Geral

Fortes Contábil

Conta	Descrição	01/01/2022 a 31/12/2022
(+) 010	Receita Bruta Operacional	3.344.570,38
010.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	3.344.570,38
010.01.03	Vendas de Serviços	3.344.570,38
(-) 020	Deduções da Receita	1.132.192,28
020.01	Impostos Faturados	1.132.192,28
020.01.02	ISS	212.090,15
020.01.05	Simples	920.102,13
(=) 030	Receita Líquida	2.212.378,10
(-) 040	Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos	80.948,27
040.01	Custo dos Produtos Vendidos	70.344,52
040.03	Custo dos Serviços Prestados	10.603,75
(=) 060	Lucro Bruto	2.131.429,83
(-) 070	Despesas Operacionais	2.104.760,22
070.01	Despesas Administrativas	1.994.256,53
070.02	Despesas com Vendas	97.528,19
070.03	Despesas Tributárias	5.783,31
070.04	Resultado Financeiro	7.192,19
070.04.02	Despesas Financeiras	7.192,19
(=) 110	Res. Antes das Participações e Contrib.	26.669,61
(=) 150	Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social	26.669,61
(=) 200	Resultado Líquido do Exercicio	26.669,61

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Milena Dorvalina Freitas de souza
Contadora
CPF : 521.080:312-00
CRC/AM :015945/O-5

Marcio Dantas Vieira
Socio Administrador
CPF :313.671.352-49

Fim

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Análise pelos Índices do Balanço

Empresa: BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP - CNPJ: 84.544.469/0001-81

Fortes Contábil

Mês/Ano: 12/2022

Endereço: Avenida Tefé, Complemento: 2 ANDAR, N.º: 2712, Bairro: Japiim, Cidade: Manaus, Estado: AM, CEP: 69078000, Telefone: (92) 32377289

Código	Nome / Valores	Expressão / Resultado
LC	Liquidez Corrente	c101/c201
	3.874.244,16 / 5.322,49	727,90
	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R$ 1,00 de Passivo Circulante. Quanto maior, melhor.	
LG	Liquidez Geral	(c101+c10700)/(c201+c203)
	(3.874.244,16 + 0,00)/(5.322,49 + 1.007.367,67)	3,83
	Capacidade da empresa em honrar seus deveres e compromissos se fosse encerrar os negócios.	
LI	Liquidez Imediata	c10101/c201
	727.997,31 / 5.322,49	136,78
	Quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dividas de Curto Prazo. Quanto maior, melhor.	
LS	Liquidez Seca	(c101-c10115)/c201
	(3.874.244,16 - 1.364.397,43)/ 5.322,49	471,55
	Capacidade de pagamento empresarial desconsiderando os seus estoques.	
ML	Margem Líquida	(d200/d030)*100
	(1.763.562,72 / 2.761.364,91)*100	63,87
	Quanto a empresa obtem de lucro para cada R$100,00 vendidos. Quanto maior, melhor.	
RA	Rentabilidade do Ativo	(d200/c1)*100
	(1.763.562,72 / 5.822.449,30)*100	30,29
	Quanto a empresa obtem de lucro para cada R$100,00 de investimento total. Quanto maior, melhor.	
SG	Solvência Geral	c1/(c201+c203)
	5.822.449,30 /(5.322,49 + 1.007.367,67)	5,75
	Capacidade de honrar compromissos de curto prazo.	

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Fim

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2022

Empresa: BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP - CNPJ: 84.544.469/0001-81 Fortes Contábil
Endereço: Avenida Tefé, Complemento: 2 ANDAR, N.º: 2712, Bairro: Japiim, Cidade: Manaus, Estado: AM, CEP: 69078000, Telefone: (92) 32377289
NIRE: 13200284232 - Data: 08/02/1994

Nota 1 - Contexto Operacional

A B.M.J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP é uma sociedade empresária limitada, com foro na cidade de Manaus/AM, tendo como objeto social serviços de engenharia, com início de atividades em 21/02/1994,com fins economico Serviços de engenharia,Fabricação de estruturas metálicas,Fabricação de esquadrias de metal,Serviços de usinagem, tornearia e solda,Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos,Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial,Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente,Instalação de máquinas e equipamentos industriais,Construção de edifícios,Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas,Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica,Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente,Demolição de edifícios e outras estruturas,Obras de terraplenagem, Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás,Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração,Instalações de sistema de prevenção contra incêndio,Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente,Impermeabilização em obras de engenharia civil,Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material,Serviços de pintura de edifícios em geral,Outras obras de acabamento da construção,Obras de fundações,Obras de alvenaria,Comércio varejista de tintas e materiais para pintura,Comércio varejista de material elétrico,Comércio varejista de vidros,Comércio varejista de ferragens e ferramentas,Comércio varejista de madeira e artefatos,Comércio varejista de materiais hidráulicos,Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas,Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente,Comércio varejista de materiais de construção em geral,Comércio varejista de artigos de iluminação,Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática,Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente,Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores,Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores,Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação e Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais.

Nota 2 - Declaração de conformidade e política contábil

A administração declara que as demonstrações contábeis da sociedade B.M.J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - EPP do período compreendido entre 01 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, com observância aos Princípios de Contabilidade. As demonstrações contábeis, exceto informações de fluxo de caixa foram elaboradas segundo o regime de competência e representadas em real, a moeda nacional brasileira.

Nota 3 - Práticas Contábeis

3.1 - Disponibilidades

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade em conformidade com a ITG 1000 aprovada pela Resolução CFC 1418/12 e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. A prática contábil adotada é pelo regime de competência. As disponibilidades contemplam os numerários em caixa, saldos em conta corrente em bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Continua...

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.
Anexo BALANÇO PATRIMONIAL 2022 - PROCESSO_230248101_174 (1094592) SEI 2022.000000000 pg. 486

3.2 - Estoques

Os estoques foram avaliados pelo custo médio ponderado móvel de aquisição, despojados dos impostos recuperáveis.

3.3 - Depreciação

As depreciações foram calculadas pelo método linear. A definição da vida útil econômica dos bens e do valor residual recuperável para identificação do valor depreciável, na forma prevista na NBC TG 27, aprovada pela Resolução 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade.

3.4 - Provisões

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de recebíveis, em montante considerado suficiente para cobertura da estimativa de perdas que possa ocorrer na realização dos créditos.

Nota 4 - Patrimônio Líquido

4.1 - Divisão do Capital Social

O capital social é de R$ 900.000,00 (Novecentos Mil Reais), totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:
Gilson das Neves Martins: 50% de participação
Iza Cabral Martins: 50% de participação

4.2 - Resultado do Exercício

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas deprestaçãode serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber). Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. No dia 31 de dezembro de 2022 foi apurado um lucro Liquido Acumulado no valor de R$ 1.763.562,72 (Um Milhão setecentos e sessenta e três Mile quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos)

Nota 5 - Eventos subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subseqüentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Fim

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

Contém o presente BALANÇO PATRIMONIAL 7 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 7 em uma via, todas elas já escrituradas e serviu como BALANÇO PATRIMONIAL 2022, referente ao período 01/01/2022 a 31/12/2022, com encerramento do exercício social em 31/12/2022, da firma BMJ COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, estabelecida no(a) Avenida Tefé, nº 2712, 2 ANDAR, bairro Japiim, CEP 69078-000, cidade Manaus, estado AM, inscrita no C.N.P.J. 84.544.469/0001-81 e registrada no(a) 2022 sob o nº 01 por despacho de 31/12/2022.

Manaus-AM, 31 de Dezembro de 2022

Gilson das Neves Martins
Sócio-Administrador
CPF: 026.100.002-00

Milena D. F. de Souza
Contadora CRC/AM 015945/O-5
CPF: 521.080.312-00

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Documento Principal

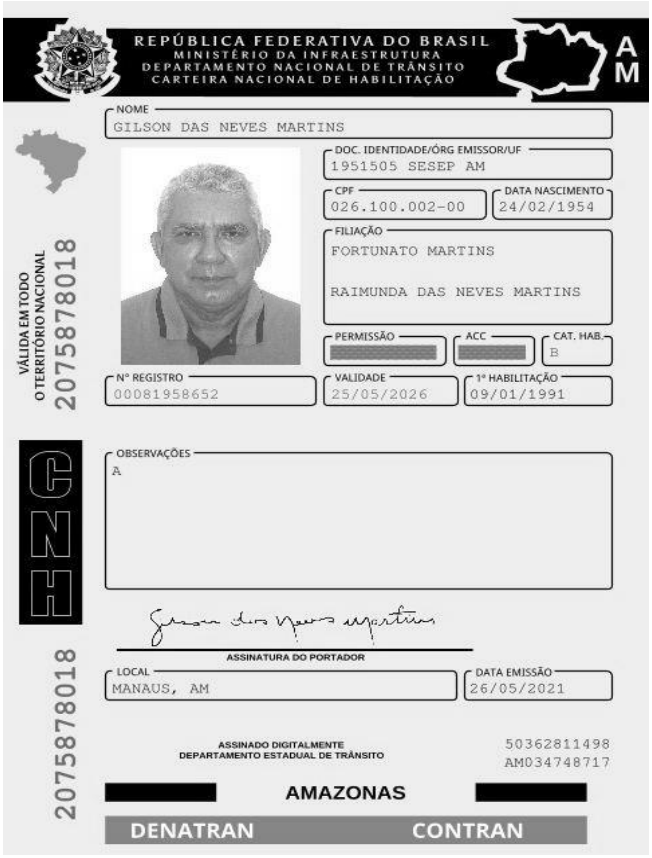
Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/024.810-1	AME2300045105	17/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

CRCAM
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO AMAZONAS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : MILENA DORVALINA FREITAS DE SOUZA
REGISTRO..... : AM-015945/O-5
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.080.312-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: AMAZONAS, 10/03/2023 as 17:29:46.
Válido até: 08/06/2023.
Código de Controle: 2724.7515.2949.6590.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCAM.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/024.810-1	AME2300045105	17/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, de CNPJ 84.544.469/0001-81 e protocolado sob o número 23/024.810-1 em 17/04/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1329166, em 17/04/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador ALINE ARAUJO RIKER.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Eylan Manoel da Silva Lins. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
026.100.002-00	GILSON DAS NEVES MARTINS	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
521.080.312-00	MILENA DORVALIN FREITAS DE SOUZA	17/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 23/024.810-1.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 17/04/2023

Documento assinado eletronicamente por ALINE ARAUJO RIKER, Servidor(a) Público(a), em 17/04/2023, às 08:55.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 23/024.810-1.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

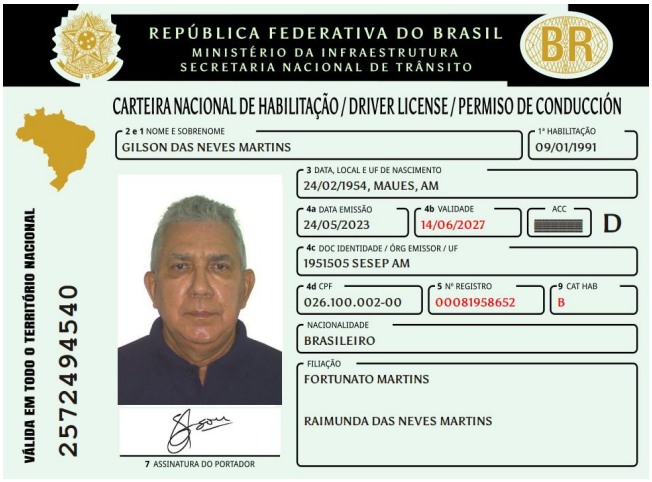
Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
345.323.582-72	EYLAN MANOEL DA SILVA LINS

Manaus. segunda-feira, 17 de abril de 2023

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1329166 em 17/04/2023 da Empresa B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP, CNPJ 84544469000181 e protocolo 230248101 - 17/04/2023. Autenticação: 8E58C514F8775395478A5A2BFAD37A66FE814. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/024.810-1 e o código de segurança eHSZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

257249540

2 e 1 NOME E SOBRENOME: GILSON DAS NEVES MARTINS

1ª HABILITAÇÃO: 09/01/1991

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 24/02/1954, MAUES, AM

4a DATA EMISSÃO: 24/05/2023

4b VALIDADE: 14/06/2027

ACC:

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 1951505 SESEP AM

4d CPF: 026.100.002-00

5 Nº REGISTRO: 00081958652

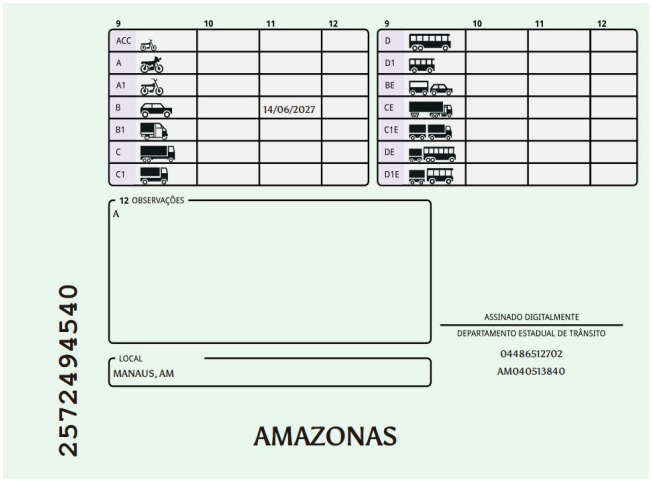
9 CAT HAB: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO:
FORTUNATO MARTINS

RAIMUNDA DAS NEVES MARTINS

7 ASSINATURA DO PORTADOR



	9	10	11	12
ACC				
A				
A1				
B			14/06/2027	
B1				
C				
C1				

	9	10	11	12
D				
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
04486512702
AM040513840

LOCAL
MANAUS, AM

257249540

AMAZONAS

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA000819586<524<<<<<<<<<<<<
5402241M2706144BRA<<<<<<<<<<<8
GILSON<<DAS<NEVES<MARTINS<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
84.544.469/0001-81 **MATRIZ**		**21/02/1994**

NOME EMPRESARIAL
B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas
25.12-8-00 - Fabricação de esquadrias de metal
25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda
33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV TEFE	**2712**	**ANDAR 2**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.078-000	**JAPIIM**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BMJCOM@GMAIL.COM	**(92) 3237-7289**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/09/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/06/2023** às **17:04:25** (data e hora de Brasília). Página: **1/3**

Anexo CNPJ (1094594) SEI 2022.001718 / pg. 498

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
84.544.469/0001-81 **MATRIZ**		**21/02/1994**

NOME EMPRESARIAL
B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores
33.12-1-03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV TEFE	**2712**	**ANDAR 2**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.078-000	**JAPIIM**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BMJCOM@GMAIL.COM	**(92) 3237-7289**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/09/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/06/2023** às **17:04:25** (data e hora de Brasília). Página: **2/3**

Anexo CNPJ (1094594) SEI 2022.001718 / pg. 499

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
84.544.469/0001-81 **MATRIZ**		**21/02/1994**

NOME EMPRESARIAL
B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV TEFE	**2712**	**ANDAR 2**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.078-000	**JAPIIM**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BMJCOM@GMAIL.COM	**(92) 3237-7289**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/09/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/06/2023** às **17:04:25** (data e hora de Brasília). Página: **3/3**

Anexo CNPJ (1094594) SEI 2022.001718 / pg. 500

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL "B M J COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA."

Pelo presente instrumento particular os abaixo assinados: **GILSON DAS NEVES MARTINS**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário, portador do CPF nº 026.100.002-00 e RG nº 0195150-5, expedido pela SSP/AM, residente e domiciliado nesta cidade de Manaus, sito à Rua 13, nº 291, Japiim I, CEP: 69.077-140, e **IZA CABRAL MARTINS**, brasileira, casado com comunhão parcial de bens, empresária, portadora do CPF nº 134.961.152-20 e RG nº 0268257-5, expedido pela SSP/AM, residente e domiciliada nesta cidade de Manaus, sito à Rua 13, nº 291, Japiim I, CEP: 69.077-140, únicos sócios componentes da sociedade limitada denominada **B M J COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.**, com sede na Avenida Tefé, nº 2712, Japiim I, Manaus/AM, **CEP 69.078-000**, registrada na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob o nº **13200284232** em 08/02 /1994 e alterações posteriores e inscrita no CNPJ sob o nº **84.544.469/0001-81**, resolvem entre si e de comum acordo fazer a presente **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CAPITAL SOCIAL:

O capital social que é de R$500.000,00 (Quinhentos mil reais) totalmente integralizado, dividido em 500 (Quinhentas) quotas de R$1.000,00 (Um Mil Reais) cada uma e passa a ser de **R$900.000,00** (Novecentos mil reais), totalmente integralizado, oriundos da **Conta Lucros Acumulados**, apurado no Balanço Patrimonial /2012 e dividido em 900 (Novecentas) quotas de R$1.000,00 (Um mil reais) cada uma e passando o total do capital a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	VLR. TOTAL	%
GILSON DAS NEVES MARTINS	450	450.000,00	50
IZA CABRAL MARTINS	450	450.000,00	50
Totalizando	900	900.000,00	100

Parágrafo único:
Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social nos termos do art. 1052. "**In fine**" da Lei nº 10.406/2002 do Novo Código Civil.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

A vista da modificação ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

PRIMEIRA – A Sociedade gira sob o nome empresarial, **BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA** e tem sua sede na Av. Tefé, nº 2712, bairro Japiim, CEP 69.065-020

SEGUNDA -: A sociedade tem como objetos sociais:
Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças.
Fabricação de estruturas metálicas
Fabricação de esquadrias de metal

Serviços de usinagem, tornearia e solda
Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial.
Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
Instalação de máquinas e equipamentos industriais
Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente (Grupos Geradores e seus acessórios).
Geração de energia elétrica
Atividade de coordenação e controle da operação de geração e transmissão de energia elétrica.
Distribuição de energia elétrica.
Construção de edifício.
Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas.
Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica.
Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica.
Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica.
Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente.
Demolição de edifícios e outras estruturas.
Perfuração e sondagens.
Obras de terraplanagem.
Instalação e manutenção elétrica.
Instalação hidráulica, sanitária e de gás.
Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração.
Instalação de sistemas de prevenção contra incêndio.
Outras obras de instalações em construção não especificadas anteriormente.
Impermeabilização em obras de engenharia civil.
Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material.
Serviços de pintura de edifícios em geral.
Outras obras de acabamento da construção.
Obras de fundações.
Obras de alvenaria.
Perfuração e construção de poços de água.
Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens.
Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures.
Comércio atacadista de equipamentos de informática.
Comércio atacadista de suprimentos para informática
Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, partes e peças (Grupos Geradores).
Comércio atacadista de ferragens e ferramentas.
Comércio atacadista de material elétrico.
Comércio atacadista de cimento.
Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares.
Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente.
Comércio varejista de tintas e materiais para pintura.
Comércio varejista de material elétrico.
Comércio varejista de vidros.
Comércio varejista de ferragens e ferramentas.
Comércio varejista de madeira e artefatos.
Comércio varejista de materiais hidráulicos.
Comércio varejista de cal, areia, pedra, brita, tijolos e telhas

Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente.
Comércio varejista de pedras para revestimento.
Comércio varejista de material de construção em geral.
Comércio varejista de artigos de iluminação.
Serviços de redes de transporte de telecomunicações – SRTT
Serviços de arquitetura.
Serviços de engenharia.
Atividades técnicas relacionadas a engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente.
Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
Atividades paisagísticas.

.

TERCEIRA: - O capital social é de R$900.000,00 (novecentos Mil Reais), totalmente integralizado, oriundos da Conta Lucros Acumulados, apurado no Balanço Patrimonial de 2012 e dividido em 900 (Novecentas) quotas de R$1.000,00 (Um Mil Reais) cada uma e passando o total do capital a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	VLR. TOTAL	%
GILSON DAS NEVES MARTINS	450	450.000,00	50
IZA CABRAL MARTINS	450	450.000,00	50
Totalizando	900	900.000,00	100

QUARTA – A sociedade iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 1994 e seu prazo é indeterminado, ficando eleito o foro de Manaus, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

QUINTA – As quotas da sociedade são indivisíveis, e não poderão ser cedidas ou transferidas, sem o expresso consentimento por escrito dos demais sócios, que terão preferências nas mesmas.

SEXTA – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social conforme art. 1052 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

SÉTIMA - A administração da sociedade é exercida pelo sócio **GILSON DAS NEVES MARTINS,** que assinará todo e qualquer documento da sociedade, inclusive cheques e a representará ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, sendo-lhe vedado o uso da firma em negócios alheios aos fins sociais e na ausência da mesma, pôr um procurador de livre escolha.

OITAVA – Ao término do exercício social em 31 de dezembro, proceder – se – á ao levantamento do Balanço Ativo e Passivo, balanço este que será comprovado com os bens, direitos e obrigações da sociedade e será assinado pelo sócio- Administrador, ficando os lucros líquidos após as deduções legais, partilhados entre os sócios, na proporção de suas quotas de capital. Os prejuízos se houverem, serão suportados pelos sócios, nas mesmas proporções.

NONA – A título de remuneração "Pró – labore", os sócios retirarão mensalmente até o máximo permitido pela legislação do Imposto de Renda, e ainda na conformidade da situação financeira da sociedade.

DÉCIMA – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade não se dissolverá, continuando com os herdeiros do sócio falecido ou interdito.

DÉCIMA PRIMEIRA – O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro do Município de Manaus, Estado do Amazonas para o exercício dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Manaus/Am, 20 de Janeiro de 2014.

GILSON DAS NEVES MARTINS

IZA CABRAL MARTINS

TESTEMUNHAS:

Jorge Sobral Magalhães
RG 1753015-6 SSP/AM
CPF 142.308.794-15

Daniel dos Santos Rocha
RG 0961928-3 SSP-AM
CPF 345.890.072-15

Cartório VITAL - 5º OFÍCIO DE NOTAS - BEL. MIGUEL VITAL - TABELIÃO
Av. Carvalho Leal, 1323 - Cachoeirinha - (92) 3663-6265 Site: www.cartoriovital.com.br
Selo Eletrônico de Fiscalização TJAM - Manaus/AM
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de AU249969-42
GILSON DAS NEVES MARTINS dou fé.
Escrevente: FAUSTO GUIMARAES DOS S. FARPAM: 0,16
Data/Hora utilização: 12/02/2014 13:52:26 C44B-1080-E612-C653
Valor Emol: 2,69 FUNDPGE: 0,08 FUNDPAM: 0,13
FUNETJ: 0,27 Vl. Ato: 4,05 ISS: 0,13
www.seloam.com.br

Cartório VITAL - 5º OFÍCIO DE NOTAS - BEL. MIGUEL VITAL - TABELIÃO
Av. Carvalho Leal, 1323 - Cachoeirinha - (92) 3663-6265 Site: www.cartoriovital.com.br
Selo Eletrônico de Fiscalização TJAM - Manaus/AM
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de AU249960-49
IZA CABRAL MARTINS dou fé.
Escrevente: FAUSTO GUIMARAES DOS S. FARPAM: 0,16
Data/Hora utilização: 12/02/2014 13:53:17 6A76-BFE7-011D-C5DE
Valor Emol: 2,69 FUNDPGE: 0,08 FUNDPAM: 0,13
FUNETJ: 0,27 Vl. Ato: 4,05 ISS: 0,13
www.seloam.com.br

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 06/03/2014
SOB Nº: 472579
Protocolo: 14/012054-8 JUCEA
Empresa:13 2 0028423 2
B M J COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA
Raimundo Cavalcante Lima
SECRETÁRIO GERAL

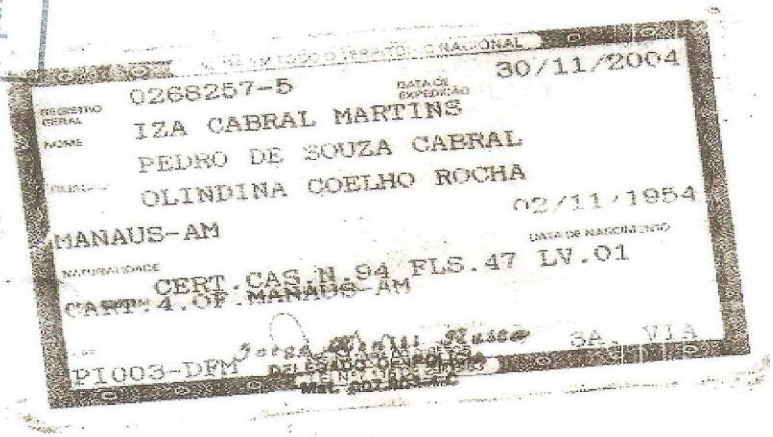


Cartório Vital - 5º Ofício de notas - Tabelião Miguel Vital
Av. Carvalho Leal, 1423 - Cachoeirinha - fone: (92) 3663-0285 e 3663-2407
Selo Eletrônico de Fiscalização do TJAM - Manaus/AM
AUTENTICAÇÃO AL524060-65
Certifico que a presente cópia confere com a original. Dou Fé.
Escrevente: EDNAIDE BASTOS SAMPAIO Data/Hora utilização
FUNETJ: 0,24 FUNDPAM: 0,12 14/05/2012 13:56:15
Valor do Ato: 3,38 Valor Emolumentos: 2,42
5A7F-D118-71D3-D399 Valide em: www.seloam.com.br
Ednaide B. Sampaio
Escrevente Notarial





CARTÓRIO VITAL
Autenticação válidas para o anverso e verso



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILON CONCEIÇÃO DE MELO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Instituto de Identificação
Polícia Civil do Amazonas

ASSINATURA DO TITULAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 0195150-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/11/1995

NOME GILSON DAS NEVES MARTINS

FILIAÇÃO FORTUNATO MARTINS
RAIMUNDA DAS NEVES MARTINS

NATURALIDADE MAUES-AM DATA DE NASCIMENTO 24/02/1954

DOC. ORIGEM CART. PROFIS. N. 1084 SERIE 310.

CARTÓRIO MOREIRA DE TABELIONATO DE NOTAS DE MANAUS AM

AUTENTICAÇÃO

(Cachoeirinha) **AUTENTICO** a presente cópia que a reprodução fiel do documento apresentado (Lei 8935/94). Manaus, 19/01/2011 15:10:02 ELISÂNGELA DE QUEIROZ P. DOS SANTOS - ESCREVENTE
SELO ELETRONICO DE FISCALIZAÇÃO - TJAM - Nº AF485604
Cód: D6B8-2D64-BCC7-0032 - Consulte em: www.seloam.com.br
FUNETJ R$ 0.18 FUNDPAM R$ 0.09 Emol R$ 2.70

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

NASCIMENTO 24.02.54

INSCRIÇÃO NO CPF 026 100 002 00

CONTRIBUINTE GILSON DAS NEVES MARTINS

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

CARTÓRIO MOREIRA DE TABELIONATO DE NOTAS DE MANAUS AM

AUTENTICAÇÃO

(Cachoeirinha) **AUTENTICO** a presente cópia que a reprodução fiel do documento apresentado (Lei 8935/94). Manaus, 19/01/2011 15:10:03 ELISÂNGELA DE QUEIROZ P. DOS SANTOS - ESCREVENTE
SELO ELETRONICO DE FISCALIZAÇÃO - TJAM - Nº AF485605
Cód: 089E-002A-BC9A-1E57 - Consulte em: www.seloam.com.br
FUNETJ R$ 0.18 FUNDPAM R$ 0.09 Emol R$ 2.70

Anexo RG E CPF GILSON (1094597) SEI 2022.001718/pg. 506

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA
CNPJ: 84.544.469/0001-81

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:59:28 do dia 02/02/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/08/2023.
Código de controle da certidão: **3EE4.EC79.CB6A.DBA0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

C E R T I D Ã O E S T A D U A L D E D I S T R I B U I Ç Ã O

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

CERTIDÃO Nº: 006929273 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 02/07/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, residente na AV. TEFÉ Nº 2712, , JAPIIM, CEP: 69078-000, Manaus - AM, vinculado ao CNPJ: 84.544.469/0001-81. ********

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 3 de julho de 2023.

PEDIDO N°: ***0006929273***

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 52448088
Data: 03/07/2023
Hora: 14:03:12
Válida até: 02/08/2023

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

C.N.P.J: 84.544.469/0001-81 - B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA

Inscrição: 04.128.026-1 - **Situação:** Ativo

CNAE: 4663-0/00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, encontramos débito e/ou restrições em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

- Contribuinte possui débitos a vencer de parcelamento

Para efeito de validação desta certidão, consultar: http://www.sefaz.am.gov.br

Anexo CNDs (1094600) SEI 2022.001718 / pg. 509

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CND Nº

160424/2023

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE : **B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP**
ENDEREÇO : **BECO TEFE, Nº: 2712, CEP: 69078000**
BAIRRO : **JAPIIM** COMPLEMENTO: **ANDAR 2**
INSCRIÇÃO MUNICIPAL : **6590601**
CNPJ/CPF : **84544469000181**

Declara-se para os devidos fins que, em nome do sujeito passivo, NÃO CONSTAM DÉBITOS lançados relativo a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

03/07/2023

Tributos

***** NÃO CONSTAM DÉBITOS VENCIDOS *****
***** NÃO HÁ DÉBITOS VINCENDOS *****

****
****
****
****
****
****
****
****

Anexo CNDs (1094600) SEI 2022.001718 / pg. 511

Certidão expedida com base no Decreto nº. 7007/2003 c/c Dec. 883/2011

VÁLIDA ATÉ 01/10/2023

A FAZENDA MUNICIPAL PODERÁ COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERÍODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

VALIDAÇÃO

CND N°160424/2023

Para comprovar a veracidade desta certidão, utilize o QR CODE ou visite o Portal de Informações e Serviços SEMEF ATENDE (http://semefatende.manaus.am.gov.br/) e infome a chave de validação **DC4.F61.69C.926**. A Certidão emitida abrange todos os cadastros inscritos no Município de Manaus no CNPJ/CPF do contribuinte acima qualificado.
Cadastrado em: 03/07/2023

Anexo CNDs (1094600) SEI 2022.001718 / pg. 512

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 84.544.469/0001-81
Certidão nº: 4149029/2023
Expedição: 28/01/2023, às 10:09:54
Validade: 27/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **84.544.469/0001-81**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 84.544.469/0001-81
Razão Social: B M J COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP
Endereço: AV TEFE 2712 / JAPIIM / MANAUS / AM / 69078-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:24/06/2023 a 23/07/2023

Certificação Número: 2023062401015706621563

Informação obtida em 03/07/2023 15:07:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Anexo CNDs (1094600) SEI 2022.001718 / pg. 514

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2023-MP/PGJ

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa **BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.**, visando à manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69037-473, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a Exma. Sra. **Lílian Maria Pires Stone**, residente e domiciliada em Manaus/AM, portadora do RG nº 826886 SSP/AM e inscrita no CPF sob o nº 405.025.542-15, e a empresa **BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 84.544.469/0001-81, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, com sede na Av. Tefé, 2712 - Japiim, Manaus/AM, CEP n° 69.065-020, neste ato representada pela Srª. **Iza Cabral Martins**, portadora do documento de identidade n.º 0268257-5 SSP/AM, e inscrita no CPF (MF) sob o n.º 134.961.152-20, e pelo Sr. **Gilson das Neves Martins**, portador do documento de identidade n.º 0195150-5 SSP/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 026.100.002-00 , tendo em vista o que consta do Processo SEI n.º **2022.001718**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GRUPO GERADOR QUE ATENDE O PRÉDIO ANEXO DA PGJ/AM**, que reger-se-á pelas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/02 e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente contrato consiste na realização de manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas, bem como o fornecimento de combustível para o funcionamento do grupo gerador, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes descritos neste contrato, para o período de 12 meses, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

Os serviços objeto deste contrato deverão ser prestados atendendo as seguintes condições:

1. Os serviços devem ser prestados em conformidade com os quantitativos e especificações descritas no Plano de Manutenção Preventiva.
2. Os produtos e peças a serem utilizados devem ser industrializados, novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, acompanhado de guias e manuais de utilização e garantias, sob pena de ser recusado seu recebimento.
3. Os serviços a serem prestados devem iniciar imediatamente após a assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.
4. A duração prevista para o fornecimento das peças e do combustível e para a prestação dos serviços deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da ordem de serviço e/ou assinatura do contrato.

5. O Grupo Gerador é da Marca Cumins Modelo BC 320 E pot. Standby 400Kva Numero de série C 3201009, com as seguintes especificações:

   I- Motor Marca Cumins, Modelo M 77855G7, SO 15375, Combustível Diesel, Numero de sére 41139120;

   II- Gerador Silent Genset. Modelo UC1447E Numero de série 10056112;

6. Deve ser fornecido óleo combustível tipo diesel, compatível com o grupo gerador, nas seguintes quantidades:

   I- A quantidade mínima a ser fornecida por pedido será de 200 litros;

   II- A quantidade máxima a ser fornecida por pedido será de 400 litros;

   III- A quantidade total de 3.552,00 litros é a quantidade total que poderá ser demanda ao longo da validade do contrato.

7. Entende-se por **Operação de abastecimento** como sendo todas as atividades, materiais, ferramentas e mão de obra necessárias para realizar o abastecimento do Grupo Gerador no endereço indicado no contrato.
8. Deve haver a instalação de tanque externo reserva de 500L para aumentar a autonomia do grupo gerador.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:

A empresa **CONTRATADA** deverá prestar os Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva conforme definido a seguir:

1. **Da Manutenção Preventiva:**

I. Entende-se por manutenção preventiva como sendo toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos.

II. As manutenções preventivas serão realizadas no equipamento objeto deste contrato, conforme procedimentos e roteiros indicados pelo fabricante, seguindo rigorosamente cronograma acordado com a Fiscalização.

III. A manutenção preventiva engloba todas as partes visíveis dos equipamentos, sem que haja a necessidade do seu desmonte. Sendo necessária a retirada de peças e/ou equipamentos para a manutenção preventiva, o prestador de serviços deverá cumprir as instruções do fabricante.

IV. As manutenções preventivas deverão ser realizadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial das 8h às 17h, ou sábado, das 8h às 12h, preferencialmente realizados pela parte da tarde, causando o menor impacto possível na rotina de serviço da **CONTRATANTE**.

V. Deverá ser apresentado o **Plano de Manutenção Preventiva**, contendo o cronograma de manutenção e identificando, no mínimo, o seguinte: o componente de cada sistema, data, tempo previsto para execução das preventivas, roteiros com parâmetros e procedimentos operacionais de manutenção preventiva e modelo de relatório de manutenção preventiva dos equipamentos constantes no contrato, de acordo com as definições do manual do fabricante dos equipamentos.

VI. Deverão estar incluídas todas as peças de desgaste (filtros, correias, óleos, líquidos aditivos, baterias e sensores) e os testes de parâmetros e segurança necessários para os equipamentos.

VII. A **CONTRATADA** deverá manter os equipamentos de medição dos parâmetros sempre aferidos e calibrados, e, quando necessário, apresentar o certificado de calibração dos equipamentos.

VIII. Caso não seja possível realizar a manutenção preventiva do equipamento, conforme o cronograma acordado com a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, será aplicado no valor mensal um desconto proporcional ao valor pago, conforme segue:

N – Número de preventivas programadas que não foram executadas;
VR – Valor da manutenção do equipamento;
D – Desconto na parcela do mês corrente;

D = 20% X ((N1xVR1)+(N2xVR2)+...)

IX. No caso de atrasos na entrega de peças e/ou equipamentos em manutenção preventiva ou corretiva não justificada, será aplicada a multa de 0,03% (conforme previsto na Lei nº 8666/93) sobre o valor mensal da parcela, por dia de atraso para cada peça e ou equipamento.

X. A **CONTRATADA** deverá apresentar relatório técnico mensal de serviço do equipamento com informações sobre as manutenções preventivas realizadas.

XI. A empresa deverá adotar todos os padrões de segurança ao realizar a manutenção dos equipamentos e usar procedimentos necessários para o bom andamento e segurança do serviço. Qualquer ocorrência, acarretando defeitos provenientes da imperícia da **CONTRATADA** ficará a seu cargo, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

2. **Da Manutenção Corretiva:**

1. Manutenção Corretiva é o conjunto de serviços executados nos equipamentos com falha. A Manutenção consiste em substituir peças ou componentes que se desgastaram ou falharam e que levaram a máquina ou o equipamento a uma parada, por falha ou pane em um ou mais componentes.
2. As manutenções corretivas deverão ser realizadas de segunda-feira a domingo, em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas.
3. O prazo para atendimento será de até 02 (duas) horas após comunicação via e-mail, fax ou telefone.
4. A **CONTRATADA** fornecerá à **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do contrato, diversos acessos de comunicação, como: telefone fixo, fax, celular, e-mail, ou qualquer outra modalidade para intercomunicação entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, com o nome do respectivo técnico para assistência, incluindo para os casos de sobreaviso num **prazo máximo de 10 dias** a contar da assinatura do contrato.
5. A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer um contato (plantão) para atendimentos de urgência em até 02 (duas) horas nos sábados, domingos e feriados, sendo que o atendimento deverá ser em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas.
6. O prazo para diagnóstico será de até 01 hora, após a chegada do técnico nas dependências da **CONTRATANTE**. Neste prazo, estão contempladas as seguintes etapas: diagnóstico técnico, descrição da falha, tipo de reparo, aferição, testes funcionais e liberação para utilização.
7. Ocorrendo avarias/desgastes dos equipamentos, cuja recuperação seja longa, fazendo-se necessário substituir peças danificadas ou consertá-las fora das instalações desta unidade, as mesmas deverão ser levadas pela empresa **CONTRATADA**, retornando dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas, devendo dentro do referido prazo deixar o equipamento pronto para uso. O prestador de serviços deverá devolver a peça substituída à **CONTRATANTE**.
8. No caso de substituição de peças, a empresa **CONTRATADA** deverá colocar o equipamento em perfeita condição de desempenho e segurança conforme previsto no manual técnico do fabricante. A empresa **CONTRATADA** ficará na obrigação de registrar todas as peças utilizadas no equipamento sob contrato e enviar mensalmente um histórico (relatório) da relação de peças substituídas para o Setor de Engenharia de Manutenção.
9. Para as manutenções corretivas não há limite de número de visitas, devendo ser realizadas tantas quanto forem necessárias, conforme a demanda e sinistros ocorridos.
10. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser registrados em Ordem de Serviço, sendo que uma cópia deverá ser entregue para a DEAC e deverá ser atestada pelo fiscal designado do contrato.
11. A Ordem de Serviço deverá conter todos os dados do equipamento, serviços executados e assinatura do técnico responsável.
12. A Ordem de Serviço também deverá ser assinada pela DEAC, atestando a execução dos serviços.
13. A **CONTRATADA** deverá anotar na ordem de serviço, principalmente nos casos de urgência, o motivo da chamada, registrar as ocorrências durante a execução dos serviços, cientificando a **CONTRATANTE**.
14. A empresa **CONTRATADA** deverá realizar o check-list, em formulário próprio da empresa, constando no campo as apurações técnicas, estando estas regulares ou não.

15. A **CONTRATADA** só poderá realizar testes de funcionamento dos equipamentos na presença da fiscalização da **CONTRATANTE**.

16. Os valores correspondentes a fretes para a locomoção dos equipamentos, bem como dos materiais contemplados no contrato, necessários para a execução dos serviços, e impostos, correrão por conta da empresa **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro - Do fornecimento de peças:

I- As peças de reposição e os acessórios cobertos pelo contrato serão as relacionada no anexo II do Termo de Referência e deverão ser fornecidas pela empresa **CONTRATADA**.

II- A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer todas as peças e os acessórios necessários para o devido funcionamento do equipamento constante neste contrato e no edital.

III- As peças e os acessórios que não sejam contemplados pelo contrato deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA** mediante apresentação de três propostas comerciais, cabendo à **CONTRATANTE** escolher e aprovar o fornecedor. A **CONTRATANTE,** independentemente da **CONTRATADA,** poderá buscar outros fornecedores, à sua conveniência.

IV- Todas as peças necessárias para a execução das manutenções preventivas deverão ser apresentadas ao DEAC com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas em relação do cronograma acordado e deverão estar previstas no *check-list* e procedimento operacional para a execução das manutenções preventivas.

V- Todas as peças deverão ser novas e originais ou com a comprovação das mesmas características técnicas que aquelas definidas pelos fabricantes. As peças de reposição utilizadas deverão ser da mais alta qualidade e adquiridas diretamente dos fabricantes.

VI- Todos os acessórios, peças e insumos necessários para as manutenções deverão ser custeados pela **CONTRATADA**, fazendo parte da manutenção preventiva e/ou corretiva, sendo devolvidos à **CONTRATANTE** todos os itens que forem substituídos.

VII- Todas as peças fornecidas deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses. Para o fornecimento de peças e acessórios não contemplados no contrato, a empresa **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal das mesmas.

Parágrafo segundo - Do fornecimento de combustível:

I. A empresa **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) horas, contadas a partir do horário em que receber a comunicação do servidor fiscalizador da PGJ-MP/AM, para promover ao abastecimento de diesel do grupo gerador. Devido às circunstâncias do objeto, os abastecimentos ocorrerão em qualquer dia da semana.

II. A empresa providenciará os equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra necessários para realizar o abastecimento do Grupo Gerador (pessoal qualificado, tambor, bomba, mangueiras, medidor e outros equipamentos e acessórios que julgar necessário).

III. Os funcionários da empresa envolvidos no processo deverão fazer uso de todos os EPI's e EPC's necessários à realização da tarefa.

Parágrafo terceiro - Do Plano de Manutenção Preventiva:

I. A empresa **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE** o **Plano de Manutenção Preventiva Anual** do equipamento listado no edital, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após assinatura do contrato. O Plano de Manutenção Preventiva Anual deverá conter calendário das rotinas de manutenções preventivas, com a planilha de execução dos serviços, durante o prazo de vigência do contrato.

II. Deverão ser entregues 02 (duas) vias originais do Plano de Manutenção Preventiva Anual ao Setor de Engenharia de Manutenção.

III. A empresa **CONTRATADA** deverá disponibilizar quadro com todas as informações necessárias (procedimentos, serviços, cronogramas, etc.) para garantir o correto desenvolvimento das atividades de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos listados no edital. O quadro deverá ser acessível aos funcionários da empresa **CONTRATADA**, dos órgãos fiscalizadores e do DEAC.

IV. A **CONTRATADA** deverá, caso o **Plano de Manutenção Preventiva Anual não seja aprovado,** reapresentá-lo num **prazo máximo de 5 (cinco) dias;**

V. A empresa **CONTRATADA** obriga-se a fornecer ao **CONTRATANTE** relatório circunstanciado dos serviços prestados em cada equipamento, mediante recibo, fazendo constar desse relatório, inclusive, quais as peças foram substituídas e sua respectiva referência, os motivos de quebra apurados, os resultados de calibrações efetuadas, dentre outros.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ, conforme a Lei n.º 8.666/93 e a Lei 10.520/2002;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de 30 de junho de 2023, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º **2022.001718**;
- não contrariem o interesse público.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á, indiretamente, sob o regime de execução de empreitada por preço global, a qual foi selecionada por meio do competente procedimento licitatório.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

A execução do contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada por servidor(es) ou representante(s) especialmente designado(s) pela autoridade **CONTRATANTE**, que exercerão ampla fiscalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, observando as determinações do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, em especial:

1. Acompanhar e fiscalizar por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos serviços, verificando se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos, não permitindo que o pessoal da **CONTRATADA** realize o fornecimento de materiais em desacordo com as normas preestabelecidas;
2. Exercer ampla fiscalização do fornecimento do objeto e outras que sejam julgadas necessárias para o fiel cumprimento do Contrato.
3. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas;
4. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição, bem como sua retirada imediata das dependências da **CONTRATANTE**.
5. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato;
6. Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento integral do estabelecido no contrato;
7. Receber provisoriamente o objeto contratado;
8. Solicitar e referendar, quando for o caso, os seguintes documentos da **CONTRATADA**, para instrução do processo de liquidação e pagamento: requerimento de pagamento, Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal e trabalhista;
9. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da **CONTRATADA** que embarace ou dificulte a ação da **FISCALIZAÇÃO** ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;
10. Atestar a liberação da garantia fixada neste contrato;
11. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas

indispensáveis;

12. Comunicar à Administração Superior, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas;
13. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes;
14. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**;
15. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato;

Parágrafo primeiro. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do contrato**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo terceiro. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** em hipótese alguma poderá transferir os serviços objeto deste CONTRATO a Terceiros.

Parágrafo quinto. Antes do início da prestação dos serviços será realizada reunião entre as partes, a ser convocada pela fiscalização, com o objetivo de discutir e uniformizar as providências necessárias ao cumprimento do fornecimento do serviço e das obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

1. **No momento da assinatura do contrato**, entregar **declaração expressa** de que cumpre as exigências das normas regulamentadoras emanadas pela **Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego,** e que manterá essa condição **durante toda a vigência do contrato firmado**.
2. Encaminhar à FISCALIZAÇÃO, **antes do início da execução dos serviços**, a **relação nominal de todos os empregados** designados para prestar serviços nas instalações da **CONTRATANTE**, junto com: a) Nome completo, função e cópia da carteira de identidade de cada funcionário; b) Cópia da Certidão de registro no CREA, do responsável técnico pelos serviços.

   2.1. A não apresentação dos dados especificados no item acima poderá inviabilizar o acesso ao local de execução dos serviços.

   2.2. A **CONTRATADA** deverá dar ciência prévia à FISCALIZAÇÃO de quaisquer alterações nas informações apresentadas, decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

3. Entregar, no prazo de **cinco dias úteis** contados da assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, a via destinada ao CONTRATANTE da(s) **Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) em nome do responsável técnico pelos serviços,** devidamente registrada(s), nos termos da Lei nº 6.496/77.
4. Apresentar, **até 10 (dez) dias do início da execução dos serviços**, o **Plano de Manutenção, previamente aprovado pela Fiscalização da CONTRATANTE**, junto a respectiva **ART**
5. Desenvolver todas as suas obrigações estipuladas neste termo com esmero e perfeição, observando estreitamente suas especificações, as prescrições e as recomendações dos fabricantes, a legislação federal, estadual e municipal, se houver, e as últimas revisões das normas técnicas específicas, especialmente as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como outras normas correlatas, ainda que não explicitamente citadas neste documento.

5.1. Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam a melhor técnica preconizada para os serviços.

6. Executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, bem como a solucionar quaisquer intercorrências que porventura venham a ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste Contrato.
7. Responsabilizar-se por todas as **licenças e taxas** necessárias à execução dos serviços, inclusive as taxas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/AM referentes à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s) pelos serviços executados.
8. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da **CONTRATANTE**.
9. **Manter o sistema auxiliar de energia (grupo gerador) em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento**, através de pessoal treinado e especializado, bem como a **conservar devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços**.
10. Executar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o fornecimento da Ordem de Serviço, a montagem do tanque externo, conforme item 8 da Cláusula Segunda.
11. Executar os serviços de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, eventuais necessidades de interrupção ou alteração no funcionamento dos equipamentos deverão ser previamente agendadas com a **CONTRATANTE**.
12. Fornecer mão de obra, equipamentos, peças e acessórios de reposição, ferramentas, materiais de consumo, andaimes e equipamentos de segurança, sempre que preciso, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, visando à prestação integral, tempestiva e adequada dos serviços.

    12.1 Em qualquer caso, **todas as despesas relativas à mão-de-obra e ferramental, serão integralmente cobertas pelo valor mensal** da manutenção preventiva e corretiva, **sem qualquer ônus adicional** para a **CONTRATANTE**.

13. Dar garantia total pelos serviços executados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, por um prazo **mínimo de 12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.
14. Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, transportar conforme determinado pela CONTRATANTE, às suas expensas, o objeto/serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas ou em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação emitida pela **CONTRATANTE**.

    14.1 Quando necessário realizar o serviço de retirada de diesel contaminado e ou submete-lo a filtragem por filtro de prensa para reutiização.

    14.2 Decorrido o prazo descrito no item acima sem o atendimento devido, fica a **CONTRATANTE** autorizada a **contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos**, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à **garantia** dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

15. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que executarão o objeto deste termo, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, não tendo nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, inclusive instruindo-os quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho.
16. Manter **quadro de pessoal** competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com as etapas do serviço, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.
17. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à **segurança e medicina do trabalho**, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de **equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's** - adequados para cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.
18. Fornecer a seus empregados os **uniformes**, os quais deverão ser mantidos em bom estado e condições de higiene.

    18.1 Todos aqueles que prestarão serviços em nome da CONTRATADA, mesmo que temporariamente,

deverão estar **uniformizados e identificados por meio de crachá, com fotografia recente**.

19. Responder pela **idoneidade moral e técnica** dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente **responsável**, em qualquer caso, **por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza**, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

19.1. A **CONTRATADA** ficará obrigada a concorrer para que seus empregados executem suas atividades com pontualidade, eficiência e conduta adequada, sendo requisitos necessários para a boa execução dos serviços: educação, cortesia, cordialidade, urbanidade, padrão moral, zelo e dedicação.

20. Afastar do local de serviços qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da **CONTRATANTE**, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a partir da notificação expedida pela **CONTRATANTE**.

21. Responsabilizar-se por todos os **encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias** que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

21.1 Além do pagamento dos salários e encargos sociais e trabalhistas, inclusive obrigações relativas a **acidentes de trabalho**, a CONTRATADA será responsável pelas despesas alusivas a **vales-alimentação e vales-transporte** destinados aos seus empregados, nas quantidades necessárias e suficientes a serem utilizados no decorrer do trabalho, conforme Convenção Coletiva e Termos Aditivos vigentes.

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto deste termo, **não** transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

22. Apresentar, durante toda a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

23. Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela **CONTRATANTE**, acatando as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados e obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

24. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, **por escrito**, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços objeto deste termo, e apresentar justificativa escrita, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

24.1. Caso ocorra atraso por culpa da **CONTRATANTE**, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste termo sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

25.1. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

26. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato.

27. Entregar os documentos fiscais devidamente discriminados, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85**, e acompanhadas da certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, certidões de regularidade emitidas pelas Fazendas Federal (incluindo regularidade com a seguridade social), Estadual e Municipal e certidão de regularidade emitida pela justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato, inclusive, para fins de pagamento.

28. Fazer constar nas **Notas Fiscais/Faturas** a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e o número do instrumento contratual correspondente.
29. Comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Parágrafo primeiro. Qualquer comunicação do **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do seu recebimento, submetendo-se a **CONTRATADA** às sanções e às penalidades cabíveis, caso tal determinação seja descumprida.

Parágrafo segundo. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste contrato implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo quarto. A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da **FISCALIZAÇÃO**, não exime a **CONTRATADA** de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, devendo esta corrigir falhas, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que tal fato represente ou importe em ônus para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratuais e editalícias.
2. Designar, e informar à **CONTRATADA**, representante(s) da **CONTRATANTE**, e seu(s) substituto(s), a ser(em) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mantendo tais dados atualizados.
3. Permitir o acesso dos técnicos da **CONTRATADA** ao grupo gerador, colaborando para a tomada de medidas necessárias a prestação de serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional.
4. Não permitir que pessoas não especializadas manuseiem, operem ou tentem executar reparos ou consertos nos grupos geradores, a fim de evitar possíveis avarias nos equipamentos.
5. Não permitir o uso de materiais obsoletos e alheios ao grupo gerador na área do grupo gerador, além daquele que diz respeito ao conjunto de equipamentos instalados.
6. Visar as Ordens de Serviço e Relatórios na ocasião das visitas dos técnicos da **CONTRATADA**.
7. Autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por lei ou determinações de autoridades competentes.
8. Autorizar a execução dos serviços ou substituição de peças extras que a assistência técnica entender necessárias ao eficiente funcionamento dos grupos geradores.
9. Permitir a retirada de qualquer componente dos grupos geradores somente mediante recibo em impresso próprio da assistência técnica, salvo se houver substituição de componentes no ato do serviço.
10. Cumprir rigorosamente a orientação técnica da assistência técnica.
11. Executar os serviços necessários para a segurança e o eficiente funcionamento dos grupos geradores alheios a especialidade da assistência técnica.
12. Acompanhar e fiscalizar periodicamente a execução dos serviços constantes deste contrato e do edital.
13. Designar fiscalização para o gerenciamento do contrato.
14. Promover o acompanhamento da execução do contrato, nos aspectos qualitativo e quantitativo, por meio da fiscalização.
15. Notificar a **CONTRATADA** acerca de falhas ocorridas na execução do contrato e/ou serviço, exigindo as medidas reparadoras estabelecidas neste termo e no edital.
16. Exigir o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos materiais entregues ao Hospital.

17. Efetuar regularmente o pagamento da fatura apresentada, nos moldes estabelecidos no presente termo e cronograma estabelecido pela **CONTRATANTE**, a qual deverá estar devidamente acompanhada da documentação exigida no contrato.

18. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento de mútuo respeito e urbanidade, sem prejuízo da observância da legislação e normas regulamentadoras vigentes.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

O valor do presente contrato é de **R$ 73.752,83 (setenta e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos)**, discriminado de acordo com a tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Qtde. (meses)	Preço Unit. (R$/mês)	Preço total (R$/ano)
01	Manutenção preventiva e/ou corretiva, com reposição de peças, no grupo gerador.	Serviço	12	3.795,90	45.550,80
02	Instalação do Tanque reserva de 500l e acessórios.	Serviço	1	1.846,19	1.846,19
03	Fornecimento de óleo combustível tipo diesel.	Litro	3.552	7,42	26.355,84
Preço total (R$)					73.752,83

Parágrafo único. O valor fixado no *caput* compreende todas as despesas diretas e indiretas, com materiais, mão de obra, contribuições/impostos em cumprimento às leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, transporte, ferramentas, equipamentos, instalações, consumos, despesas de frete, ligações provisórias e definitivas com as concessionárias de serviços públicos e, seguros, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes, definidos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado, mensalmente, em até **30 (trinta) dias**, a contar da apresentação do documento fiscal pela **CONTRATADA,** devidamente atestado pela **FISCALIZAÇÃO.**

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **CONTRATANTE,** para o endereço eletrônico *protocolo@mpam.mp.br,* os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei.

b) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

c) Prova de inexistência de débito trabalhista.

d) Requerimento solicitando o pagamento, contendo informações sobre o número do contrato, número da nota de empenho, mês de referência ou parcela, valor do pagamento e conta para depósito;

e) Faturas/Notas Fiscais emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), as quais deverão ser atestadas pela Fiscalização.

f) Recibo.

Parágrafo segundo. A nota fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser apresentados no Setor de Protocolo da **CONTRATANTE**, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Manaus/AM ou enviados ao e-mail **protocolo@mpam.mp.br** e **deac@mpam.mp.br.**

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRANTATE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira:

a) os serviços não abrangidos pelo objeto contratual;

b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, e

c) pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo quarto. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo quinto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo sexto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, que deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sétimo. O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a **CONTRATADA** de promover o pagamento de impostos e contribuições nas datas regulamentares.

Parágrafo oitavo. O documento fiscal será devolvido à **CONTRATADA**, caso contenha erros ou em caso de circunstância que impeça a sua liquidação, ficando o pagamento pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo nono. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobradas diretamente da empresa, amigáveis ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas no instrumento contratual e legislações em vigor.

Parágrafo décimo. As substituições das peças não cobertas pelo contrato, em razão de dano ou com baixo rendimento, serão executados pela **CONTRATADA** desde que os preços se mostrem vantajosos e condizentes com a realidade do mercado local, mediante autorização expressa do **CONTRATANTE** precedida de aprovação de relatório técnico com justificativa e do orçamento e, de empenho prévio do valor correspondente;

Parágrafo décimo primeiro. O relatório técnico a que se refere o parágrafo acima deverá conter, precipuamente, as seguintes informações:

I- Identificação do equipamento: número de série do equipamento (tombo de identificação utilizada pela PGJ-AM)/Local de instalação do equipamento (setores desta PGJ-AM);

II- Justificativa técnica descritiva assinada pelo responsável técnico;

III- Apresentação da proposta orçamentária para fornecimento das peças *(fundamentar com apresentação de pelo menos 3 (três) propostas obtidas através de pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo – em papel timbrado de cada empresa);*

III- Apresentação do prazo para a realização do serviço de substituição devidamente justificado.

Parágrafo décimo segundo. Para o pagamento do fornecimento de combustível levar-se-á em consideração:

I- Somente poderão ser considerados, para efeito de medição e pagamento, os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela Fiscalização.

II- A empresa, ao realizar o abastecimento, deverá dispor de bomba de combustível homologada pelo Inmetro, com contador de litros e fração de litros.

III- A cada abastecimento, o fiscal assinará a ordem de abastecimento no ato da entrega, ficando uma via com a empresa e outra com o fiscal.

IV- Os pagamentos das faturas emitidas referenteS ao combustível serão baseados nas ordens de abastecimento aprovadas pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato.

Parágrafo décimo terceiro. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = valor da parcela em atraso

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo décimo quarto. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d", da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

1 - Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte**: 1.500.100.0.0000.0000 – Recursos não vinculados de impostos; **Natureza da Despesa:** 33903917 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em 14/07/2023, a Nota de Empenho n.º 2023NE001492, no valor de **R$ 22.597,11 (vinte e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e onze centavos)**.

Parágrafo único. No exercício seguinte, o valor de **R$ 24.799,88 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

2 - Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte**:1.500.100.0.0000.0000 – Recursos não vinculados de impostos; **Natureza da Despesa:** 33903001 – Combustíveis e lubrificantes automotivos, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em 14/07/2023, a Nota de Empenho n.º 2023NE0001493, no valor de **R$ 12.079,76 (doze mil, setenta e nove reais e setenta e seis centavos)**.

Parágrafo único. No exercício seguinte, o valor de **R$ 14.276,08 (quatorze mil, duzentos e setenta e seis reais e oito centavos)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO:

Os preços inicialmente contratados dos serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do **IPCA/IBGE** acumulada nos últimos 12 meses, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

Parágrafo Primeiro. Para o direito ao reajuste será considerada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, da data a que o anterior estiver se referindo.

Parágrafo Segundo. Para a apuração do índice mencionado no *caput* e para a aplicação dos efeitos financeiros do reajuste, será considerada a data do pedido da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro. Os reajustes que a **CONTRATADA** fizer jus serão objeto de preclusão:

a) a cada anualidade da data-base mencionada no Parágrafo Primeiro desta cláusula; ou

b) com a assinatura da prorrogação contratual; ou

c) com o encerramento deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Parágrafo único. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato na impressa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor contratual, que corresponde à importância de **R$ 3.687,64 (três mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo oitavo. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhada do termo de recebimento definitivo.

Parágrafo nono. A garantia não será extinta, em caso de ocorrência de sinistro ou irregularidade, devidamente comunica à seguradora.

Parágrafo décimo. Será ainda exigida prestação de garantia adicional de valor igual à diferença entre o valor limite de exequibilidade obtido durante o certame e o valor da proposta vencedora, desde que este seja inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética calculada, nos termos do § 2º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo décimo primeiro. No caso de acréscimo no valor contratual, a licitante vencedora obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação no prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao disposto no subitem abaixo.

Parágrafo décimo segundo. As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa e/ou sem justificativa apresentada e aceita pela **CONTRATANTE**, não cumprir as obrigações descritas neste Termo ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, quando não houver cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.
2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela contratada, a ser descontada diretamente na fatura, para cada ocorrência classificada como descumprimento do prazo de atendimento estabelecido na Cláusula Quinta, ponto 1 (5 horas).
3. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo de atendimento do serviço, limitado-se a 48 (quarenta e oito) horas. O atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei.
4. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, a cada reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 5 (cinco) vezes na penalidade de advertência, será considerado descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei;
5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, no caso de, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.
6. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO PARCIAL** do objeto contratado.
7. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de **INEXECUÇÃO TOTAL** do objeto contratado.
8. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**
9. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

Parágrafo primeiro. Poderá ser aplicada sanção de suspensão temporária de participar em licitação e impedimentos de contratar com a Administração, com base no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, por até 2 (dois) anos, por culpa ou dolo, no caso de inexecução parcial do objeto.

Parágrafo segundo. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

Parágrafo terceiro. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

Parágrafo quinto. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo sexto. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo sétimo. De acordo com o art. 88, da Lei n.º 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo oitavo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo nono. Para os fins da subcondição constante do item 6 do parágrafo anterior, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo décimo. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo décimo primeiro. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo décimo segundo. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE:

As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de:

- sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir à obra;
- acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.

Parágrafo segundo. Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro durante a realização dos serviços, de modo a atingir trabalhos a cargo da **CONTRATADA**, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do **CONTRATANTE**, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS:

O conceito de qualidade de atendimento será definido conforme a tabela seguir:

Conceito	Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)	Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias.
Ótimo	No prazo	0
Bom	Até 5 dias	2
Regular	Até 10 dias	4
Ruim	Acima de 10 Dias	6

Parágrafo primeiro. Os conceitos serão definidos tanto pela coluna "**Atendimento fora do prazo (Dias de atraso)**", tanto pela coluna "**Quantidade de intervenções num equipamento ou ocorrência, relativas ao mesmo problema ocorrido no prazo de 30 dias**", não sendo necessário que as duas ocorram ao mesmo tempo.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** submeter-se-á às sanções administrativas sintetizadas na tabela abaixo, caso não alcance níveis satisfatórios do **Acordo de Níveis de Serviço:**

CONCEITO	PENALIDADES
Ótimo	Isento
Bom	Advertência e multa conforme gravidade
Regular	Multa conforme gravidade
Ruim	Multa conforme gravidade, suspensão, declaração de idoneidade e Rescisão.

Parágrafo terceiro - Das Multas:

I- Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta (Tabela 1), as multas conforme Tabela 2:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	CRITÉRIO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.	Por ocorrência	4
3	Não entregar os serviços em conformidade com os critérios de recebimento estabelecidos neste Termo.	Por ocorrência e por serviço	4
4	Não utilizar materiais (peças, componentes e dispositivos) novos e originais e ou aprovados pela fiscalização.	Por ocorrência e por material	4
5	Recusar-se a executar a garantia determinado pelo CONTRATANTE, sem motivo justificado.	Por ocorrência	3
6	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento.	Por ocorrência	2
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência do CONTRATANTE.	Por ocorrência	2

Para os itens a seguir, deixar de:			
8	Entregar objeto de forma integral em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.	Por dia	4
9	Prover serviços de garantia, para os serviços durante o período de garantia;	Por serviço e por ocorrência	4
10	Descumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores.	Por ocorrência	3
11	Obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive, de responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes.	Por item, por ocorrência.	3
12	Cumprir as demais obrigações dentro do prazo contratual.	Por ocorrência e por período de atraso	2
13	Manter a documentação de habilitação atualizada.	Por item, por ocorrência	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,05% do valor do contrato
2	0,10% do valor do contrato
3	0,15% do valor do contrato
4	0,20% do valor do contrato

II- No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

III- As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

IV- Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

- assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
- ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
- execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS:

As Partes obrigam-se, sendo a **CONTRATANTE** controladora de dados e a **CONTRATADA** operadora, a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações sejam compartilhadas pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

- colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
- resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
- cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado, sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato se regerá por toda a legislação aplicável à espécie e, ainda, pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente termo, especialmente:

1. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
2. Lei n.º 10.520/02 – Institui o Pregão;
3. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
4. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
5. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseada na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ministério Público do Estado do Amazonas

GILSON DAS NEVES MARTINS
Representante Legal da Empresa
BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.

IZA CABRAL MARTINS
Representante Legal da Empresa
BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 21/07/2023, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **GILSON DAS NEVES MARTINS**, **Usuário Externo**, em 24/07/2023, às 14:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Iza Cabral Martins**, **Usuário Externo**, em 24/07/2023, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Maikon Antonio Freitas Martins**, **Testemunha**, em 25/07/2023, às 08:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Testemunha**, em 25/07/2023, às 08:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1092892** e o código CRC **E7A88C6B**.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**84.544.469/0001-81**	DUNS®:	**913997081**
Razão Social:	**B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/09/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**05/09/2023**
FGTS		Validade:	**23/07/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**30/12/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**02/08/2023**
Receita Municipal	Validade:	**01/10/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

Anexo SICAF - BMJ (1099027) SEI 2022.001718 / pg. 535

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 21/07/2023 15:00:26

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **B. M. J. COMERCIAL E SERVICOS LTDA**
CNPJ: **84.544.469/0001-81**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 395/2023/DRH

O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 2023.014031,

RESOLVE

DESIGNAR o estagiário MATHEUS ARMIN PEREIRA DO AMARAL, matrícula 1001358T, a partir de 28/07/2023, exercendo suas atribuições junto a(o) Seção de Transportes.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), 25 de julho de 2023

BRUNO PINHO DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

EXTRATOS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO ADITIVO

Processo: 2023.004527
Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 015/2020-MP/PGJ.
Licitação: Pregão Eletrônico n.º 4.015/2020-CPL/MP/PGJ-SRP .
Objeto: Prorrogação, por 12 (doze) meses, da vigência do Contrato Administrativo n.º 015/2020 – MP/PGJ, bem como o aditamento do valor do contrato, nos termos previstos nas suas cláusulas décima quarta e décima quinta, e de acordo com o art. 57, II, e art. 65 da Lei n.º 8.666/93.
Valor: 4.688.280,00 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e duzentos e oitenta reais).
Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.331.3234.2469.0001 - Amparo e Valorização aos Membros e Servidores do Ministério Público; Fonte: 1.500.100.0.0000.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos; Natureza da Despesa: 33904602 - Vale Alimentação; tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 18/07/2023, a Nota de Empenho n.º 2023NE0001523, no valor global de R$ 1.849.266,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e nove mil e duzentos e sessenta e seis reais).
Vigência: 12 (doze) meses, compreendendo o período de 8 de agosto de 2023 a 8 de agosto de 2024, podendo ser prorrogado, através de termo aditivo, nos termos do art. 57, da Lei n.º 8.666/93.
Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça.
Contratada: Trivale Administração Ltda.
Signatários: Exma. Sra. Lílian Maria Pires Stone (Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos) e Sr. Vitor Flores de Deus, representante da CONTRATADA.
Data: 25.07.2023.

Lílian Maria Pires Stone
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

EXTRATO DE CONVÊNIO

EXTRATO Nº 143.2023.DCCON.1101551.2022.014585

Processo: 2022.014585.

Especie: Termo de Apostilamento nº 1 ao Termo de Cessão de Servidor nº 022/2023 - MP/PGJ.

Objeto: Apostilar o Termo de Cessão de Servidor n.º 022/2023 – MP/PGJ, com a correção do valor da cessão (cláusula décima), bem como com a substituição da NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 115.2023.DOF - ORÇAMENTO.1015197.2022.014585 e anulação parcial da Nota de Empenho n.º 2023NE0000766, nos termos previstos em suas cláusulas nona e décima.

Dotação Orçamentária: Reembolso do salário e encargos: Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2003.0001 - Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Encargos Sociais; Fonte: 1.500.100.0.0000.0000 - Recursos Não Vinculados de Impostos; Natureza da Despesa: 31909601 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos. Nota de Empenho nº 2023NE0000766, datada de 17/04/2023, no valor de R$ 45.334,35 (quarenta e cinco mil trezentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Valor retificado da cessão: R$ 82.426,10 (oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte seis reais e dez centavos), originado do somatório individual devidamente discriminado na Nota de Autorização de Despesas/Adjudicação - NAD nº 256.2023.DOF - ORÇAMENTO.1095112.2022.014585.

Signataria: Exma. Sra. LÍLIAN MARIA PIRES STONE (Subprocuradora-Geral de Justica para Assuntos Administrativos).

Data da Assinatura: 25.07.2023.

(assinatura eletrônica)
LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justica para Assuntos Administrativos
Ministério Público do Estado do Amazonas

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 2022.001718
Espécie: Contrato Administrativo n.º 021/2023-MP/PGJ.
Licitação: Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ.
Objeto: Realização de manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas, bem como o fornecimento de combustível para o funcionamento do grupo gerador, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes descritos neste contrato, para o período de 12 meses, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ.
Valor: 73.752,83 (setenta e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos).
Dotação Orçamentária: 1 - Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; Fonte: 1.500.100.0.0000.0000 – Recursos não vinculados de impostos; Natureza da Despesa: 33903917 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos, tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 14/07/2023, a Nota de Empenho n.º 2023NE001492, no valor de R$ 22.597,11 (vinte e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e onze centavos). 2 - Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; Fonte:1.500.100.0.0000.0000 – Recursos não vinculados de impostos; Natureza da Despesa: 33903001 – Combustíveis e lubrificantes automotivos, tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 14/07/2023, a Nota de Empenho n.º 2023NE0001493, no valor de R$ 12.079,76 (doze mil, setenta e nove reais e setenta e seis centavos).
Vigência: 12 (doze) meses, compreendendo o período de 24 de julho de 2023 a 24 de julho de 2024.
Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Aguinelo Balbi Júnior
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Contratada: BMJ Comercial e Serviços Ltda.
Signatários: Exma. Sra. Lílian Maria Pires Stone (Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos) e Srs. Gilson das Neves Martins e Iza Cabral Martins, representantes da CONTRATADA.
Data: 24.07.2023.

Lílian Maria Pires Stone
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

IZAEL ALENCAR FERNANDES:69023018249

Assinado de forma digital por IZAEL ALENCAR FERNANDES:69023018249
Dados: 2023.07.25 16:44:07 -04'00'

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Aguinelo Balbi Júnior
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Anexo DOMPE (1102402) SEI 2022.001718 / pg. 538

E-mail - 1102403

Data de Envio:
25/07/2023 19:50:42

De:
MPAM/Divisão de Contratos e Convênios <contratos@mpam.mp.br>

Para:
bmjcom@gmail.com

Assunto:
Garantia contratual referente ao CT n 021/2023-MP/PGJ

Mensagem:
Prezados

Considerando a celebração do Contrato Administrativo º 021/2023 - MP/PGJ, firmado entre MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e a empresa BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA., visando à manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Solicito o envio da garantia contratual prevista em contrato, conforme cláusula décima quinta.

Atenciosamente

Elissandra R. Arruda
Divisão de Contratos e Convênios - DCCON
92 99155 3002

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 1110.2023.DCCON.1102327.2022.001718

Manaus, Data da Assinatura Digital.

A Sua Excelência a Senhora
LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTE

Assunto: **Solicitação de designação de Fical Técnico e Administrativo - Contrato Administrativo nº 021/2023 - MP/PGJ.**

Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

Considerando a celebração do **Contrato Administrativo º 021/2023 - MP/PGJ (1092892)** firmado entre **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa **BMJ COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.**, visando à manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas**, informo sobre a necessidade de designação do Gestor, Fiscal Técnico e Administrativo para o Contrato em questão,** conforme o item 7 do DESPACHO Nº 258.2023.03AJ-SUBADM.1048839.2023.007815, transcrito abaixo:

> "7. Deste modo, esta DCCON informa estar de acordo com as recomendações da Divisão de Controle Interno - DCI no que se refere à **alteração dos textos das portarias de designação de gestor e fiscais de contratos, passando a chefia desta DCCON a desempenhar a primeira função, e sendo necessária, conforme o caso, a designação de um fiscal técnico e mais um fiscal administrativo."**

Respeitosamente,

[*assinado eletronicamente*]
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios
Ministério Pùblico do Estado do Amazonas

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 26/07/2023, às 09:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1102327** e o código CRC **97FB5A40**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 2067.2023.SUBADM.1102910.2022.001718

De ordem da Excelentíssima Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

Considerando o teor do expediente nº **1102327**, encaminhem-se os autos:

À **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo (DEAC),** para indicação.

SECRETARIA DA SUBADM, em Manaus-AM, data da assinatura eletrônica.

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Ribeiro Júnior**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 26/07/2023, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1102910** e o código CRC **AC2DC0E6**.

Pottencial SEGURADORA

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA

APÓLICE Nº:	03069202399077509610450000
RAMO:	0775 - SEGURO GARANTIA: SEGURADO - SETOR PUBLICO
PROPOSTA:	2.195.559

Vigência do seguro a partir das 00h do dia 25/07/2023 até 24hs do dia 22/10/2024.

DADOS DO SEGURADO

NOME: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS **CPF OU CNPJ:** 04.153.748/0001-85

ENDEREÇO: AV CEL TEIXEIRA 7995 - NOVA ESPERANCA

CEP: 69.037-473 **CIDADE:** MANAUS **UF:** AM

DADOS DO TOMADOR

NOME: B. M. J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA **CPF OU CNPJ:** 84.544.469/0001-81

ENDEREÇO: AVENIDA TEFÉ, 2712, 2º ANDAR - JAPIIM

CEP: 69.065-020 **CIDADE:** MANAUS **UF:** AM

DADOS DO CORRETOR

NOME: FINLÂNDIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA **CPF OU CNPJ:** 10.864.690/0001-80 **SUSEP:**202029643

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R$ 3.687,64 - Três Mil e Seiscentos e Oitenta e Sete Reais e Sessenta e Quatro Centavos

MODALIDADE: Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelos Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no CONTRATO nº 021/2023-MP/PGJ, que tem por objeto a manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fornecimento e substituição de peças, conjunto de peças e sistemas, bem como o fornecimento de combustível para o funcionamento do grupo gerador, conforme as necessidades, especificações e quantitativos suficientes descritos neste contrato, para o período de 12 meses, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.028/2023-CPL/MP/PGJ

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO
Construção, Fornecimento ou Prestação de serviços	R$ 3.687,64	R$ 272,73
Ações Trabalhistas e Previdenciarias	R$ 3.687,64	R$ 27,27

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO

CUSTO DO SEGURO

Prêmio Líquido	R$	300,00
Adicional de Fracionamento	R$	0,00
Custo de Apólice	R$	0,00
IOF	R$	0,00
Prêmio Total	R$	300,00

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R$ 300,00	26/08/2023

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 662/2022 e Processo Susep 15414.637957/2022-35. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 27/07/2023 13:55:00

João de Lima Géo Neto
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

Ricardo Nassif Gregório
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º. Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice. No site, informe o Nº da Apólice: 03069202399077509610450000. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 03069202300990775096104 5.

As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Contratuais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 662/2022. As Condições Contratuais deste produto podem ser verificadas nas páginas seguintes, bem como encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code

SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO

CONDIÇÕES CONTRATUAIS **- CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

1. DEFINIÇÕES

Aplicam-se a esse seguro, as seguintes definições:

1.1. Apólice: documento emitido pela Seguradora, que, em conjunto com as Condições Contratuais, representa o contrato de Seguro Garantia;

1.2. Condições Contratuais: conjunto das cláusulas que estabelecem as obrigações e os direitos entre Segurado e Seguradora;

1.3. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que regulam a contratação de condições específicas ou de coberturas adicionais não previstas nas Condições Contratuais e que passam a integrar estas últimas;

1.4. Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice;

1.5. Expectativa de Sinistro: o fato ou ato que indique a possibilidade de caracterização do sinistro e o início da realização de trâmites e/ou verificação de critérios para comprovação da inadimplência;

1.6. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento da obrigação coberta pelo seguro ou execução da Obrigação Garantida;

1.7. Objeto Principal: relação jurídica, contratual ou editalícia, geradora de obrigações e direitos entre Segurado e Tomador, independentemente da denominação utilizada;

1.8. Obrigação Garantida: obrigação assumida pelo Tomador junto ao Segurado no objeto principal e devidamente garantida pela Apólice de Seguro Garantia referente à construção, fornecimento ou prestação de serviços;

1.9. Prejuízo: é a perda pecuniária comprovada, correspondente ao custo adicional excedente aos valores originalmente previstos para execução da Obrigação Garantida conforme descritas no frontispício da Apólice, e que tenha sido provocado pelo inadimplemento do Tomador;

1.10. Prêmio: valor devido pelo Tomador à Seguradora, a título de contraprestação pela aceitação do risco, e que deverá constar da Apólice e/ou Endosso;

1.11. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a Seguradora constatará ou não a procedência da Comunicação do Sinistro, bem como apurará a existência e extensão dos Prejuízos cobertos pela Apólice;

1.12. Segurado: é o ente da Administração Pública credor das obrigações assumidas pelo Tomador no Objeto Principal;

1.13. Seguro Garantia: seguro cujo objetivo é garantir o fiel cumprimento das obrigações garantidas e pode se limitar a fases, etapas, ou entregas parciais do Objeto Principal, conforme descrito no frontispício da Apólice;

1.14. Sinistro: inadimplência do Tomador em relação à Obrigação Garantida;

1.15. Tomador: devedor das obrigações estabelecidas no Objeto Principal e que contrata o Seguro Garantia em favor do Segurado;

1.16. Valor da Garantia: valor máximo garantido pela Seguradora, conforme indicado no frontispício da Apólice.

2. ACEITAÇÃO DA GARANTIA

2.1. A contratação/alteração da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco, tendo a Seguradora o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a sua aceitação, sem prejuízo de solicitação de documentos complementares, hipótese na qual o prazo será suspenso, voltando a correr na data da entrega da documentação, conforme disposto na proposta.

2.2. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora deverá comunicar formalmente ao proponente, ao seu representante legal ou corretor de seguros, a decisão de não aceitação da proposta, com a devida justificativa

da recusa.

2.3. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo de 15 dias, caracterizará a aceitação tácita da proposta.

3. OBJETO

3.1. Esta Apólice garante a Indenização, até o Valor da Garantia e na extensão dos Prejuízos efetivamente apurados no Processo de Regulação de Sinistro, em razão do inadimplemento do Tomador, exclusivamente com relação à Obrigação Garantida descrita no frontispício da Apólice.

3.2. Esta Apólice também garante multas devidas ao Segurado, aplicadas mediante o competente Processo Administrativo, na forma da Lei 8.666/1993 ou Lei 13.303/2016 ou Lei nº 14.133/2021, conforme aplicável e devidamente previstas no Objeto Principal.

4. RISCOS EXCLUÍDOS

Sem prejuízo de outras situações descritas nas presentes Condições Contratuais e/ou Condições Particulares, tendo em vista que a Apólice não garante todas as obrigações do Objeto Principal, são riscos expressamente excluídos pela presente Apólice:

I. A inadimplência da Obrigação Garantida decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado que tenham contribuído de forma determinante para ocorrência do Sinistro;

II. A inadimplência de obrigações que não sejam de responsabilidade do Tomador;

III. Obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice;

IV. Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil;

V. Alteração do devedor da Obrigação Garantida pela Seguradora, sem a prévia anuência da Seguradora, ainda que decorrente de operações societárias;

VI. Pagamento de verbas ou obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias de responsabilidade do Tomador, salvo quando contratada Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias;

VII. Prejuízos decorrentes de outras modalidades de Seguro Garantia ou de outros ramos de seguro, tais como, mas não se limitando, a seguro de riscos de engenharia e de responsabilidade civil, bem como perdas e danos e lucros cessantes;

VIII. Atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, nacionalização, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar, bem como todas as outras ações realizadas fora de um contexto de Estado de Direito e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país;

IX. Prejuízos causados por roubo, furto, estelionato, apropriação indébita ou quaisquer crimes praticados pelo Tomador, por seus funcionários e/ou prepostos, bem como por eventuais prestadores de serviços agindo em seu nome;

X. Danos ambientais e aqueles advindos de catástrofes naturais, riscos hidrológicos e/ou geológicos;

XI. Prejuízos decorrentes do não cumprimento de obrigações fiscais e tributárias;

XII. Prejuízos decorrentes de fatos ou atos cometidos pelo Tomador antes da emissão da Apólice, bem como fatos e atos cometidos pelo Tomador antes da emissão de Endosso, não comunicados à Seguradora previamente à respectiva emissão do Endosso;

XIII. Prejuízos decorrentes da alteração da Obrigação Garantida por esta Apólice que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador, sem anuência prévia da Seguradora por meio da emissão de

Garantia Contratual (1106787) SEI 2022.001718 / pg. 545

Endosso;

XIV. Quaisquer prejuízos, multas, rescisões e/ou penalidades relacionados a atos ilícitos dolosos praticados pelo Segurado no âmbito da Obrigação Garantida e/ou atos violadores de normas de anticorrupção perpetrados pelo Tomador, coobrigados e suas controladas, controladoras, coligadas, filiadas, filiais e seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares, funcionários e/ou prepostos no âmbito da Obrigação Garantida, com o conhecimento ou concurso de atos dolosos do Segurado;

XV. Prejuízo decorrente da falta ou atraso na obtenção de quaisquer licenças e/ou autorizações governamentais necessárias à execução da Obrigação Garantida, decorrente de atos ou fatos provenientes de órgãos da administração pública, direta, indireta ou fundacional;

XVI. Determinações, atos ou omissões provenientes de órgãos da administração pública, direta, indireta e/ou fundacional, que prejudiquem ou retardem a execução da Obrigação Garantida;

XVII. Vícios de construção ou falha/deficiência ou ausência de/em projetos, estudos, avaliações e análises de natureza técnica referentes ao Objeto Principal, incluindo aqueles havidos em relatórios e estudos de impacto ambiental, viabilidade da contratação e análises de risco, que sejam de responsabilidade do Segurado;

XVIII. Quaisquer perdas, destruição ou danos, de qualquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou quaisquer danos consequentes, ou qualquer responsabilidade legal de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados por, resultantes de, ou para os quais tenham contribuído radiações ionizantes ou de contaminação por radioatividade de qualquer combustível nuclear ou de qualquer resíduo nuclear, resultante de combustão, cisão ou fusão de material nuclear, bem como qualquer perda, destruição, dano ou responsabilidade legal direta ou indiretamente causados por, resultantes de, ou para os quais tenha contribuído material de armas nucleares, ficando, ainda, entendido que, para fins desta exclusão, combustão abrangerá qualquer processo auto sustentador de fissão nuclear;

XIX. Refazimento da Obrigação Garantida em decorrência de mudanças no projeto ou escopo;

XX. Refazimento da Obrigação Garantida em decorrência de vícios, quaisquer defeitos ou deficiência de qualidade da obra ou serviço realizado pelo Tomador e aceito pelo Segurado;

XXI. O pagamento ou liberação financeira a maior em benefício do Tomador, promovida pelo Segurado;

XXII. O impacto decorrente da insuficiência ou deficiência de materiais e/ou serviços constantes do orçamento elaborado ou aprovado pelo Segurado na ocasião da sua contratação;

XXIII. Os custos relativos à execução da Obrigação Garantida não previstos ou não orçados no projeto executivo;

XXIV. Atos terroristas, conforme definido em legislação específica.

5. VALOR DA GARANTIA

5.1. O Valor da Garantia dessa Apólice é o limite máximo a ser desembolsado pela Seguradora para fins de Indenização em caso de Sinistro coberto.

5.2. Salvo disposição em sentido contrário nas Condições Particulares, o Valor da Garantia não sofrerá atualização monetária, sendo indenizado até o limite máximo nominal descrito no frontispício da Apólice.

5.3. O Valor da Garantia somente poderá ser modificado ou atualizado por meio da emissão de Endosso pela Seguradora e cobrança do respectivo Prêmio adicional do Tomador.

6. VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da Apólice será o previsto no frontispício da Apólice e deverá ser igual ao prazo de

vigência da Obrigação Garantida, salvo se o Objeto Principal ou sua legislação específica dispuser de forma distinta.

6.2. No caso de a Proposta de Seguro ser encaminhada posteriormente ao início de vigência da Obrigação Garantida, o início de vigência da Apólice deverá ser da data da Proposta.

6.3. Caso a vigência da Apólice seja inferior à vigência da Obrigação Garantida, a Seguradora assegurará a manutenção da cobertura enquanto houver risco a ser coberto, respeitados os mesmos critérios técnicos e financeiros do Tomador, quando da emissão da Apólice.

6.3.1. O Tomador e/ou Segurado poderão solicitar à Seguradora mediante proposta, até o término da vigência da Apólice, a renovação e manutenção da cobertura da Obrigação Garantida mediante comprovação da manutenção dos critérios técnicos e financeiros do Tomador, bem como apresentar o termo de regularidade da execução da Obrigação Garantida.

7. ALTERAÇÃO DO OBJETO PRINCIPAL E DA APÓLICE

7.1. A Apólice somente poderá ser alterada mediante pedido do Segurado ou, quando o pedido for realizado pelo Tomador, seu representante ou corretor de seguros habilitado, com sua expressa concordância.

7.2. Quando efetuadas alterações na Obrigação Garantida em virtude das quais se faça necessária modificação da Apólice, esta:

7.2.1. Deverá acompanhar tais alterações, caso tenham sido previamente estipuladas no Objeto Principal, em sua legislação específica ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela Seguradora; ou

7.2.2. Poderá acompanhar tais alterações, em situações não abrangidas pelo item 7.2.1, desde que haja o respectivo aceite pela Seguradora.

7.3. Em ambas as hipóteses, sob pena de perda do direito ao recebimento da Indenização, a Seguradora deverá ser imediatamente comunicada pelo Segurado da alteração do Objeto Principal, em prazo nunca superior à 20 (dias) dias corridos a contar da alteração.

7.3.1. Caso a alteração agrave o risco e, concomitantemente, tenha relação direta com o sinistro, ou seja, comprovado que o Segurado silenciou de má-fé, haverá perda de direitos por parte do Segurado.

7.4. Em ambas as hipóteses, sob pena de perda do direito ao recebimento da Indenização, a Seguradora deverá ser comunicada acerca da existência de descumprimentos da Obrigação Garantida pela Apólice previamente a qualquer modificação desta.

7.5. Se a alteração previamente estabelecida no Objeto Principal não possuir relação direta com a Obrigação Garantida, a Seguradora não estará obrigada a acompanhar a referida alteração.

8. EXPECTATIVA, CARACTERIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO SINISTRO

8.1. A comunicação da Expectativa de Sinistro é obrigatória e deverá ser realizada pelo Segurado, por escrito, imediatamente após a identificação de qualquer fato e/ou inadimplemento do Objeto Principal capaz de gerar prejuízo.

8.2. A Expectativa de Sinistro deverá ser realizada ainda que o Segurado esteja adotando medidas para solucionar a inadimplência ou o fato capaz de gerar prejuízo.

8.3. A ausência ou intempestividade na comunicação da Expectativa de Sinistro poderá gerar perda do direito de Indenização, caso configure agravamento do risco, ainda que não intencional, e impeça a Seguradora de adotar as medidas de acompanhamento e mitigação do risco previstas na Cláusula 9, itens II e III.

8.4. O Sinistro estará caracterizado quando comprovada a inadimplência exclusiva do Tomador em relação à Obrigação Garantida pela Apólice.

Garantia Contratual (1106787) SEI 2022.001718 / pg. 547

8.5. A Comunicação do Sinistro deverá ser encaminhada pelo Segurado, por meio escrito, à Seguradora, logo após o conhecimento de sua caracterização, acompanhada dos documentos que comprovem o inadimplemento do Tomador, para que seja iniciado o Processo de Regulação de Sinistro pela Seguradora.

8.5.1. Para a Comunicação do Sinistro, será necessária a apresentação dos seguintes documentos básicos:

a) Cópia do contrato que formaliza a Obrigação Garantida, seus anexos, apostilamentos e aditivos, se houver;

b) Cópia integral de todos os processos administrativos instaurados em face do Tomador relacionados ao Objeto Principal, se houver;

c) Cópia integral do processo administrativo que documentou a inadimplência do Tomador e respectivo trânsito em julgado;

d) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o Segurado e o Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

f) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

8.6. O Processo de Regulação de Sinistro somente será iniciado após a entrega de todos os documentos básicos exigidos pela Seguradora.

8.7. O prazo para a conclusão do processo de Regulação de Sinistro pela Seguradora é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos citados no item 8.5.

8.8. Com base em dúvida fundada e justificável, a Seguradora poderá solicitar ao Segurado o envio de documentação e/ou informações complementares, o que poderá ocorrer mais de uma vez.

8.8.1. Na hipótese do item 8.8, o prazo de 30 (trinta) dias corridos será suspenso, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem atendidas todas as solicitações da Seguradora.

8.9. O não pagamento da indenização no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento do último documento necessário para a Regulação do Sinistro ensejará na correção pela taxa SELIC ou índice que vier a substitui-la, pro-rata temporis, sobre o valor da Indenização apurado, aplicada a partir do primeiro dia útil após a data em que deveria ter ocorrido o pagamento.

8.10. A não formalização da Comunicação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa de Sinistro.

8.11. A Indenização dependerá da avaliação da Seguradora sobre a cobertura para o Sinistro ao longo do Processo de Regulação de Sinistro.

8.12. O Processo de Regulação de Sinistro será suspenso no caso de ajuizamento de ação e/ou procedimento arbitral que tenha como objeto o Sinistro comunicado e desde que possua pedido de tutela provisória pendente de julgamento pelo poder judiciário ou por tribunal arbitral.

8.12.1. Caso haja indeferimento da tutela provisória o processo de regulação de sinistro será retomado.

9. MITIGAÇÃO DO RISCO

Comunicada a Expectativa de Sinistro na forma da Cláusula 8, a Seguradora poderá:

I. realizar o acompanhamento e /ou monitoramento do Objeto Principal;

II. atuar como mediadora da inadimplência ou de eventual conflito entre Segurado e Tomador, devendo o Segurado cooperar com as iniciativas propostas pela Seguradora para mitigação do risco;

III. prestar apoio a assistência ao Tomador.

10. INDENIZAÇÃO

10.1. A Seguradora indenizará o Segurado até o Valor da Garantia e na extensão do Prejuízo aferido no Processo de Regulação de Sinistro, mediante:

I. pagamento em dinheiro dos Prejuízos devidos pelo Tomador e garantidos pela Apólice em decorrência da inadimplência da Obrigação Garantida; ou

II. a execução da Obrigação Garantida até sua conclusão, nos mesmos termos e condições estabelecidos no Objeto Principal, exceto se de outra forma acordado entre Segurado e Seguradora.

10.2. No caso de extinção do Objeto Principal, por conta da ocorrência de Sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, no âmbito do Objeto Principal, serão utilizados para amortização do Valor da Indenização, sem Prejuízo de seu pagamento no prazo devido.

10.3. Caso a Indenização já tenha sido quitada ou caso a Seguradora já tenha dado início ao processo de execução da Obrigação Garantida quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do Tomador junto ao Segurado no Objeto Principal, o Segurado fica obrigado a devolver à Seguradora o valor excedente recebido.

11. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES

É vedada a utilização de mais de uma Apólice de Seguro Garantia para cobrir a mesma Obrigação Garantida, salvo no caso de apólices complementares.

12. CONCORRÊNCIA DE GARANTIA

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas a Obrigação Garantida por este seguro, em benefício do mesmo Segurado, a Seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. PERDA DE DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA

Sem prejuízo de outras situações descritas nas presentes Condições Contratuais e nas Condições Particulares, o Segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo Segurado ou ainda pelo representante, de um ou de outro;

II. O Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas nas presentes Condições Contratuais ou no frontispício da Apólice, quando houver;

III. O Segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do Tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

IV. A inércia do Segurado no Processo de Regulação de Sinistro pelo prazo prescricional aplicável, após o recebimento da última solicitação de documentos enviada pela Seguradora;

V. Ausência ou intempestividade da comunicação da Expectativa de Sinistro na forma da Cláusula 8.1 das presentes Condições Contratuais, caso impeça a Seguradora de adotar as medidas de mitigação do risco previstas na Cláusula 9, itens II e III;

VI. Se o segurado agravar intencionalmente o risco;

VII. Se o Segurado deixar de tomar as providências para evitar ou minorar as consequências do Sinistro, nos termos do artigo 771 do Código Civil;

VIII. Se for realizada alteração no Contrato Principal sem comunicação à Seguradora na hipótese da cláusula 7.3.1.

14. EXTINÇÃO DA APÓLICE

14.1. O Seguro Garantia será extinto na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro:

quando a Obrigação Garantida for definitiva e comprovadamente concluídas e houver manifestação expressa do Segurado neste sentido;

I. quando o Segurado e a Seguradora expressamente acordarem;

II. quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o Valor da Garantia;

III. quando o Objeto Principal for extinto; ou

IV. quando do término de vigência da Apólice, observados os termos destas Condições Contratuais.

14.2. A extinção antecipada desta Apólice de Seguro Garantia poderá ensejar a restituição proporcional do Prêmio, sem o Prejuízo de disposição diversa em contrato de contragarantia.

15. DEVOLUÇÃO DE PRÊMIO

15.1. Exceto na hipótese de extinção do Seguro Garantia pelo término de vigência e/ou pelo pagamento da Indenização, caberá a devolução do prêmio pago em caso de cancelamento da Apólice, conforme disposições a seguir:

15.1.1. Na hipótese de extinção a pedido da Seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de extinção a pedido do Segurado, a Seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio
15/365	13	195/365	73
30/365	20	210/365	75
45/365	27	225/365	78
60/365	30	240/365	80
75/365	37	255/365	83
90/365	40	270/365	85
105/365	46	285/365	88
120/365	50	300/365	90
135/365	56	315/365	93
150/365	60	330/365	95
165/365	66	345/365	98
180/365	70	365/365	100

15.1.3. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

15.2. Os valores devidos a título de devolução de Prêmios sujeitam-se à correção pelo IPCA ou índice que vir a substitui-lo, a partir da data em que se tornarem exigíveis.

15.2.1. No caso de recusa de Proposta pela Seguradora os valores serão exigíveis a partir da data do recebimento do Prêmio.

15.2.2. No caso de cancelamento da Apólice, os valores serão exigíveis a partir da data de recebimento, pela Seguradora, de todos os documentos necessários para comprovação da extinção do risco, ou, se este ocorrer por iniciativa da Seguradora, a partir da data do efetivo cancelamento.

15.2.3. No caso de recebimento indevido de Prêmio pela Seguradora, os valores serão exigíveis a partir da data de recebimento do Prêmio.

15.3. Caso as informações bancárias para a restituição não forem disponibilizadas pelo responsável ou estejam incorretas, o prazo estipulado na cláusula acima será reiniciado, a contar da data do envio dos dados corretos.

16. SUB-ROGAÇÃO

16.1. Paga a Indenização, a Seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

16.2. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos a que se refere este item. Deverá o Segurado, ainda, envidar esforços e praticar todos os atos legalmente permitidos para que a Seguradora exercite de forma tempestiva e eficiente seu direito de sub-rogação previsto nesta cláusula.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A forma de contratação do Seguro Garantia é a risco absoluto.

17.2. A Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não houver realizado o pagamento do prêmio nas datas convencionadas.

17.3. O Valor da Garantia não será reintegrado em caso de pagamento da indenização e/ou eventual reembolso, pelo Tomador, do valor indenizado.

17.4. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco pela Seguradora.

17.5. A contratação e/ou a alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante a aceitação do risco pela sociedade seguradora.

17.6. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.

17.7. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da Seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br.

17.8. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

17.9. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a Apólice ou Endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP www.susep.gov.br.

17.10. Considera-se como âmbito geográfico todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Particulares da Apólice.

17.11. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

17.12. Cabe ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto no presente documento.

17.13. Proteção de dados. A Seguradora se compromete a tratar os dados pessoais relacionados a esta Apólice, única e exclusivamente no limite do necessário para o cumprimento das finalidades da mesma e de obrigações legais ou regulatórias, e em respeito à toda a legislação e normas técnicas aplicáveis sobre segurança da informação e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando, à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018). Neste sentido, a Seguradora declara que atua de acordo com suas políticas de privacidade e segurança presentes em www.pottencial.com.br e que poderá compartilhar as informações referentes à execução da Apólice e finalidades a ela inerentes, com outras empresas que participam da relação securitária e de resseguro.

17.14. Para dirimir eventual questão entre a Seguradora e o Segurado, fica eleito o foro do domicílio do Segurado.

COBERTURA ADICIONAL PARA AÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

1. **OBJETO**

1.1. Esta Cobertura Adicional garante a indenização, até o Valor da Garantia, dos valores desembolsados pelo Segurado, em razão de condenação transitada em julgado em Ação Trabalhista ou Previdenciária, cujo objeto seja a cobrança de obrigações não adimplidas pelo Tomador, com relação à empregado que prestou serviços em prol do segurado na execução da Obrigação Garantida, durante a vigência da Apólice.

1.2. A presente cobertura é de reembolso, e somente terá efeito para os casos em que o Segurado for condenado de forma subsidiária e que a sentença tenha transitado em julgado, sendo imprescindível a comprovação do desembolso por parte do segurado.

1.3. A presente cobertura também terá efeito em razão dos valores desembolsados pelo Segurado, em virtude de acordos firmados nos autos da Ação Trabalhista ou Previdenciária, desde que previamente anuídos pela seguradora e respeitados os requisitos estabelecidos na Cláusula 2 desta Cobertura Adicional.

1.4. Para fins de Ações Trabalhistas, a presente cobertura terá efeito, mesmo após o término da vigência da Apólice, visto que a ação poderá ser ajuizada em até 2 (dois) anos do fim do contrato de trabalho firmado entre o empregado e o Tomador, na forma artigo 7, XXIX, da Constituição Federal.

2. **ACORDOS**

2.1. Quando o Segurado tiver intenção de realizar acordo nas ações judiciais alcançadas por esta cobertura adicional, este deverá encaminhar à seguradora cópia da petição inicial, se ainda não o fez, memória de cálculo simples das verbas pleiteadas em juízo e estimativa do valor a ser acordado.

2.2. A seguradora, após receber os documentos elencados no Item 2.1., terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do último documento necessário para avaliação, para informar ao Segurado seu parecer quanto à anuência do acordo e, em sendo o caso, valor máximo alternativo à proposta apresentada.

3. EXPECTATIVA, CARACTERIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO SINISTRO

3.1. A comunicação de Expectativa de Sinistro é obrigatória e deverá ser realizada pelo Segurado, por escrito, imediatamente após o recebimento de citação/intimação judicial para atuar em Ação Trabalhista e/ou Previdenciária, enviando cópia da respectiva Petição Inicial.

3.1.1. A Ausência ou intempestividade na comunicação da Expectativa de Sinistro poderá gerar perda do direito de Indenização, caso configure agravamento do risco, ainda que não intencional, e impeça a Seguradora de adotar as medidas de acompanhamento e mitigação do risco previstas

na cláusula de Mitigação de Riscos prevista nas Condições Contratuais da Apólice.

3.2. O Sinistro restará caracterizado com o pagamento, pelo Segurado, da condenação oriunda de sentença transitada em julgado.

3.2.1. Para os casos de acordo entabulados na forma da Cláusula 2 desta Cobertura Adicional, o Sinistro restará caracterizado com a homologação do acordo e o pagamento, pelo Segurado, do valor pactuado.

3.3. A comunicação do Sinistro deverá ser encaminhada pelo Segurado, por meio escrito, à Seguradora, logo após o conhecimento de sua caracterização e com os documentos que comprovem a caracterização, para que seja iniciado o Processo de Regulação de Sinistro pela seguradora.

3.3.1. Para a comunicação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cópia do contrato que formaliza a Obrigação Garantida, seus anexos, apostilamentos e aditivos, se houver;

b) Cópia integral da Ação Trabalhista e/ou Previdenciária;

c) Comprovante de pagamento da condenação;

d) Documentos comprobatórios de que o Empregado prestou serviços em prol do Segurado na execução do Objeto Principal;

e) Termo de homologação do acordo e comprovante de pagamento, se houver.

3.3.2. A não formalização da Comunicação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro.

4. PERDA DE DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA

4.1. Além das perdas de direito descritas nas Condições Contratuais desta Apólice, o Segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes situações:

I. Não cumprimento, por parte do Segurado, das exigências descritas na Cláusula 3 desta Cobertura Adicional.

II. Quando o Segurado deixar de apresentar defesa ou perder prazo para interposição de recurso, for considerado revel, nos termos do artigo 844, parágrafo único da CLT, ou confessar.

III. Nos casos de condenações do Tomador e/ou Segurado no que se refere à dano moral e/ou dano material, assédio moral e/ou sexual e indenizações por acidente do trabalho.

5. RATIFICAÇÃO

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Contratuais que não tenham sido alteradas pela presente Cobertura Adicional.

CONDIÇÃO PARTICULAR - ANTICORRUPÇÃO

1. Não estão cobertos pela presente Apólice a ocorrência de quaisquer prejuízos, rescisões e/ou demais penalidades relacionadas a atos ilícitos dolosos e/ou violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo tomador, coobrigados e suas controladas, controladoras, coligadas, filiadas, filiais e seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares, funcionários e/ou prepostos no âmbito do contrato garantido e com o conhecimento ou concorrência de atos dolosos do segurado.

1.1 Fica entendido e acordado que caso a inadimplência contratual decorra de atos ilícitos dolosos e/ou que infrinjam as normas anticorrupção praticados pelo tomador sem concurso ou conhecimento do Segurado ou no âmbito de contrato distinto, o dever de indenizar persiste.

1.2 A presente cláusula particular encontra-se em perfeita consonância com Carta Circular Eletrônica n.º 1/2021/DIR1/SUSEP.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 280.2023.DEAC.1105166.2022.001718

A Sua Excelência a Senhora
LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTE

Assunto: Indicação de gestor e fiscal para **Carta-Contrato 021/2023 - MP/PGJ (1092892)**.

Senhor Subprocurador-Geral,

Considerando a publicação do Despacho Nº 2067.2023.SUBADM.1102910.2022.001718 combinado com o Memorando N.º 1110.2023.DCCON. 1102327.2022.001718 **,** indico para atuar como gestor e fiscal do **Contrato Administrativo º 021/2023 - MP/PGJ (1092892)** visando à manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador que atende o edifício anexo administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

1) Gestora : Sra Elizane Pontes Garcia - Agente de Apoio;

Fiscal: Paulo augusto de Oliveira Lopes - Agente Técnico Engenheiro Civil;

2) Gestora: Luciana de Souza Carvalho - Agente Técnico Engenheiro Civil.

Fiscal Substituto: Herique Mendes da Rocha Lopes - Agente Técnico Engenheiro Civil.

Atenciosamente;

ENG. PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES
Chefe da DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 28/07/2023, às 10:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1105166** e o código CRC **DAF7683B**.